

A Nova Aliança

Será que a Lei de
Deus foi Abolida?

Versões Bíblicas

As escrituras citadas são extraídas da versão da Bíblia Portuguesa por João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida (ARC).

Quando outra versão é usada, a versão bíblica é referenciada com as seguintes abreviações: ARA – Almeida Revista e Atualizada

ACF – Almeida Corrigida Fiel

BLH – Bíblia na Linguagem de Hoje

NVI – Nova Versão Intrenacional

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO É PARA SER VENDIDA.

É um serviço educacional de interesse público, publicada pela Igreja de Deus Unida, *uma Associação Internacional*.

© 2017 Igreja de Deus Unida, *uma Associação Internacional*

Todos os direitos reservados. Impresso nos E. U. A.

As Escrituras citadas, salvo contrário, são extraídas da versão da Bíblia Portuguesa por João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida (ARC), SBB 1998.

A Nova Aliança

Será que a Lei de Deus foi Abolida?

Índice

3 Introdução: A Nova Aliança

6 A Magnífica Série de Alianças de Deus

- 19 Abraão Observou os Mesmos Mandamentos que Deus Entregou a Moisés?
- 20 Os Dez Mandamentos Existiam Antes de Moisés?
- 22 Como Podemos Obedecer Aos Mandamentos De Deus?
- 24 Elementos Fundamentais da Aliança do Sinai
- 25 A Aliança do Sinai e a 'Voz do SENHOR'
- 26 A Lei de Deus: É um fardo ou uma Bênção?
- 28 As 'Leis, Estatutos e Juízos' de Deus
- 29 Entendendo Corretamente o Conceito de 'Justificação' e 'Justiça'

31 Uma Nova Aliança Para Transformar o Coração

- 44 Como Deus Equilibra Justiça com Misericórdia
- 45 Qual era o Principal Ponto Fraco da Aliança do Sinai?
- 46 O Que Há de 'Novo' na Nova Aliança?
- 47 Os Dez Mandamentos: A Chave para uma Lei de Amor

50 A Importância do Sumo Sacerdote Para a Salvação (Passagens do Livro de Hebreus)

- 57 A Lei e a Graça: Por que são inseparáveis?
- 58 Um Sumo Sacerdote Disposto a Ajudar-nos

59 A Circuncisão Versus Uma "Nova Criação" em Cristo (Passagens de Gálatas)

- 70 A Atual Confusão Sobre A Liberdade Cristã
- 71 A "Maldição da Lei"
- 72 Gálatas 4:9-10: As Leis de Deus São Uma Espécie de Escravidão?

- 75 Será Que As Palavras de Paulo Aos Gálatas Contradizem Suas Ações?
- 76 Por Que Paulo Usou o Termo "Toda a Lei" Em Gálatas 5:3?
- 77 O Que Está Errado Com a Nossa Natureza Humana?
- 79 O Espírito Santo: A Promessa de Deus de Sua Ajuda Milagrosa

82 A Justiça e o Julgamento de Deus (Passagens de Romanos)

- 91 Como Paulo Confirmou "Ainda Mais o Valor" da Lei
- 92 Será que Romanos 14 Trata da Abolição das Leis de Carnes Impuras?
- 95 Qual a Relação Entre a Justificação e a Salvação?
- 97 Paulo Disse uma Coisa aos Romanos e Outra aos Coríntios?
- 99 Paulo Ensinou Que Todos Os Dias de Culto São Iguais?

102 A Paz e a Unidade em Cristo (Passagens de Efésios e Colossenses)

- 108 A Filosofia Ascética Estava Afetando Aos Colossenses
- 111 Colossenses 2:16-17: As Leis de Deus Estão Obsoletas?
- 113 O Que Significa 'Sombras das Coisas Futuras'?
- 114 Paulo Foi Preso Por Causa de Tabus Inventados Pelo Homem
- 115 A Corrupção do Cristianismo Apostólico
- 116 O Que Foi 'Cancelado' Pela Morte de Jesus Cristo?
- 119 O Calendário Usado Pelos Primeiros Cristãos Gentios

120 Os Apóstolos e a Lei de Deus do Antigo Testamento

- 126 Paulo Usou Constantemente o Antigo Testamento Como Autoridade Para Seu Ensinamento
- 126 Jesus e Paulo Enfatizam o Foco Correto da Lei
- 128 O Que Paulo Queria Dizer Com "Cristo é o Fim da Lei"?
- 129 O Livro de Atos Mostra A Crença e a Prática da Igreja Primitiva
- 132 A Conferência de Jerusalém em Atos 15: O Que Foi Decidido?

135 O Ensino de Jesus Sobre a Lei de Deus

- 143 A Novidade do 'Novo' Mandamento de Jesus Cristo
- 144 O Fato de Jesus Ter Cumprido A Lei Traz Outros Aspectos Importantes
- 146 A Nova Aliança Aboliu os Mandamentos?
- 147 Desfazendo A Confusão Sobre o Legalismo
- 150 Será que Deus Define Algumas Condições Para Se Receber Seu Dom da Vida Eterna?

153 O Mundo Todo Sob a Nova Aliança

- 156 Liberdade Através da Lei de Deus
- 157 A Aliança do Casamento

Introdução: A Nova Aliança

A Nova Aliança anula a lei de Deus e acaba com qualquer necessidade de obedecer aos Dez Mandamentos e outras leis de Deus?

“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor. Porei as minhas leis em seu coração e as escreverei em sua mente” (Hebreus 10:16, NVI).

A Nova Aliança invalida a lei de Deus e acaba com qualquer necessidade de obedecer aos Dez Mandamentos e outras leis de Deus? Esta crença tem sido um ensinamento popular no cristianismo tradicional. Nós vamos examinar cuidadosamente esta questão neste guia de estudo bíblico.

Ainda mais importante, vamos abordar o verdadeiro propósito das alianças bíblicas de Deus—mais de uma—e seu papel vital no plano global do Criador para a humanidade. Pois é muito importante entendermos o seu verdadeiro significado.

Quantas pessoas sabem que a estrutura da Bíblia é organizada em torno de uma série de alianças divinas—que poderíamos chamar de contratos ou acordos—que revelam e descrevem a relação que Deus gostaria de ter com cada ser humano?

Essas alianças revelam as promessas de Deus. Elas também definem as condições que cada pessoa deve cumprir para receber as bênçãos dessas promessas. As alianças de Deus são a base do Seu plano divino para moldar a forma correta como todas as pessoas devem pensar e se comportar.

Deus tem um objetivo específico em mente. O resultado final do Seu plano é uma família divina de filhos e filhas que desenvolveram o mesmo caráter justo que era evidente em Jesus Cristo, quando Ele estava com a humanidade como um ser humano.

Esse caráter só pode ser criado através de um processo interativo que ocorre entre cada indivíduo e Deus. É um processo muito pessoal.

Por que a liberdade de escolha?

Para tornar possível que nós construamos esse caráter divino, santo e justo, Deus nos dá a liberdade de escolha ou livre arbítrio. Ao nos dar a liberdade de fazer escolhas, Ele nos permite aprender por nossas próprias experiências, sendo que, com nossa capacidade limitada, não podemos prever todas as consequências dolorosas geradas pelas escolhas erradas.

Somente contando com a orientação de Deus é que vamos aprender a evitar as más escolhas.

As escolhas erradas começaram com nossos primeiros pais humanos, Adão e Eva. Eles tiveram que escolher entre duas opções críticas.

Eles poderiam permitir que Deus guiasse completamente o seu pensamento e seu modo de vida ou poderiam experimentar e tentar discernir a melhor maneira de viver por sua própria conta.

Eles escolheram aprender pela experiência pessoal em vez de colocar sua confiança totalmente na instrução, guia e ajuda de Deus. Toda a humanidade tem seguido o mesmo caminho, colhendo os mesmos resultados tristes.

As alianças de Deus revelam o Seu plano para reverter esse padrão perigoso de escolhas prejudiciais. Nessas alianças, Ele promete Sua ajuda divina e bênção para os que se voltem para Ele de todo o coração para receber a orientação e o apoio de que necessitam.

Algumas dessas bênçãos que Ele dá por aceitar Sua orientação e ajuda são espirituais, que nos provê benefícios eternos. Outras são físicas, preparadas para nos abençoar nesta vida física e temporária.

Por que é tão necessária a promessa de um novo coração?

A mais recente e mais importante aliança de Deus revelada na Bíblia é centrada em Sua promessa—Seu inabalável comprometimento—de criar um *novo coração* naqueles que se voltem incondicionalmente para Ele em busca de ajuda.

Por que é imprescindível a intervenção divina para uma mudança de coração? Sem dúvida, a resposta é muito simples. Fomos criados *incompletos*!

Deus realmente fez os seres humanos com uma incrível capacidade de pensar criativamente—com uma capacidade intelectual que excede muitíssimo a criatividade de qualquer outra criatura física. O talento único que Ele nos deu para projetar e produzir o que imaginarmos é resultado do modelo de Sua admirável capacidade criativa (Gênesis 1:27).

Mas ainda falta uma dimensão em nosso pensamento, uma dimensão que precisa ser acrescentada para que possamos controlar adequadamente os nossos pensamentos e as ações que eles produzem. A Bíblia revela que Deus está empenhado em criar em nós essa capacidade adicional.

Ele promete nos dar o conhecimento, a compreensão e o poder de administrar corretamente a forma como pensamos, sentimos e comportamos—se escolhermos, com sinceridade e boa vontade, cooperar totalmente com Ele. Precisamos desesperadamente dessa capacidade adicional! O triste histórico da humanidade mostra que não conseguimos *sempre* fazer escolhas certas ou manter atitudes certas, sem a ajuda milagrosa de Deus.

Em vez disso, cada um de nós, naturalmente, tece sua própria teia de pensamentos e padrões de comportamento em uma mistura conflitante de bem e mal. Nem tudo o que pensamos e fazemos é errado. Mas tam-

bém nem sempre fazemos o que é correto. Como Adão e Eva, nós colhemos o fruto do conhecimento do bem e do mal.

Se a nossa vida será apenas física e temporária ou se irá durar para sempre depende de nós permitirmos que o nosso Criador mude efetivamente nossos corações e mentes.

Como Ele disse ao povo da antiga Israel: “Tenho proposto a vida e a morte, a bênção e a maldição; *escolhe, pois, a vida*, para que vivas, tu e a tua semente, amando ao SENHOR, teu Deus, dando ouvidos à sua voz” (Deuteronômio 30:19-20, ênfase adicionada em todo o texto).

Desde o início Deus queria que todos os seres humanos trilhassem o caminho que conduz à vida eterna. No entanto, apenas uma pessoa atendeu completamente à Sua voz e caminhou perfeitamente nesse caminho —Jesus Cristo!

Todo o resto de nós ficou aquém disso (Romanos 3:23).

Em Sua crucificação, Jesus, por meio de Sua morte, instituiu a Nova Aliança. É por isso que, na noite antes de ser crucificado, Jesus “tomou o cálice, dizendo: Este é o cálice [figurativamente falando] da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós” (Lucas 22:20, ARA) .

Nessa nova aliança Deus reúne todos os detalhes cuidadosamente planejados de Seu plano de salvação. Para se beneficiar desse plano maravilhoso é essencial entender corretamente o significado e o propósito da Nova Aliança instituída por Cristo. Muitas pessoas ainda aplicam mal ou distorcem o que a Bíblia realmente diz sobre a Nova Aliança. Vamos agora desvendar essas distorções.

A Magnífica Série de Alianças de Deus

Qual é a mensagem central do evangelho de Jesus Cristo?

“Eu lhes darei um coração capaz de conhecer-me e de saber que eu sou o Senhor. Serão o meu povo, e eu serei o seu Deus, pois eles se voltarão para mim de todo o coração” (Jeremias 24:7, NVI).

Qual é a mensagem central do evangelho de Jesus Cristo? É a promessa de que Deus pretende transformar todas as pessoas em seres como Ele, começando com seus corações e mentes. A proclamação da mensagem tem continuado por meio da Igreja que Ele edificou (Mateus 16:18). Mas o impacto dessa mensagem não será sentido por todas as pessoas até que Ele volte.

Eventualmente, como resultado de Sua supervisão direta, toda a “terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o mar” (Isaías 11:9). A primeira vinda de Cristo foi apenas o início de seu envolvimento pessoal na transformação da natureza espiritual da humanidade.

O plano visionário de Deus

Através de alianças especiais feitas com Noé, Abraão, Moisés e Davi, Deus há muito tempo começou a revelar detalhes importantes de Seu plano para gerar para Si um povo perenemente *santo* (Levítico 20:26; 26:12; Hebreus 8:10). A Nova Aliança prometida—base do evangelho de Cristo é a pedra angular desse processo de revelação.

Pelas mãos do profeta Jeremias, Deus resumiu o que pretende realizar por meio de Jesus Cristo: “Farei com eles *aliança eterna*, segundo a qual não deixarei de lhes fazer o bem; e porei o meu temor *no seu coração*, para que nunca se apartem de mim” (Jeremias 32:40, ARA).

O impacto dessa promessa foi apenas aludido—através de cerimônias simbólicas—no tempo que a antiga Israel se tornou uma nação sob a Aliança do Sinai. Por exemplo, o templo de adoração da antiga Israel antecipou o sacrifício de Cristo com rituais figurativos e cerimônias.

Esses rituais *simbolizavam*—para aqueles que viviam nesta época—que era necessário uma solução duradoura e definitiva para o problema do desajuste espiritual da humanidade. Mas os sacrifícios e rituais ordenados a Israel naquele tempo não ofereciam essa solução.

O motivo foi que “as *ofertas e os sacrifícios oferecidos* não podiam dar ao adorador uma *consciência perfeitamente limpa*” (Hebreus 9:9, NVI). Somente pelo perdão do pecado através do sacrifício de Cristo e da ação

de receber o poder espiritual advindo do dom do Espírito Santo é que isso é possível.

Leis justas, mas coração injusto

E como a maioria do povo da antiga Israel não recebeu o Espírito de Deus, eles eram incapazes de viver ou aplicar os ensinamentos de Deus com inteireza de coração, como um povo verdadeiramente santo. Como Moisés disse-lhes: “Porém *não vos tem dado o SENHOR um coração para entender*, nem olhos para ver, nem ouvidos para ouvir, até ao dia de hoje” (Deuteronômio 29:4).

Mas Deus já tinha um plano claro em mente para dar-lhes esse “coração novo” no futuro. Até mesmo quando falava com Moisés, Deus manifestava Sua ansiedade pelo momento em que essa mudança de coração poderia acontecer. Ele exclamou a Moisés: “Quem dera que eles tivessem tal coração que me temessem e guardassem todos os meus mandamentos todos os dias, para que bem lhes fosse a eles e a seus filhos, para sempre!” (Deuteronômio 5:29).

Mas ainda não era o tempo certo para Deus tornar disponível o Seu Espírito para toda a humanidade, nem mesmo para a maioria do povo de Israel. Exceto para os profetas de Israel e alguns outros servos de Deus especialmente escolhidos, a história de Israel descreve a um povo que tinha leis justas, mas não tinha coração justo.

Como a maioria das pessoas hoje em dia, eles não tinham a *capacidade* de viver de acordo com a completa intenção espiritual das instruções que Deus revela nas Escrituras. Algo estava faltando.

Portanto: “Deus, porém, *achou o povo em falta* [advertindo de que a culpa *não* era das leis que Ele havia dado] e disse: Estão chegando os dias, declara o Senhor, quando farei uma *nova* [revisada] aliança com a comunidade de Israel e com a comunidade de Judá. Não será como a aliança que fiz com os seus antepassados, quando os tomei pela mão para tirá-los do Egito; visto que eles não permaneceram fiéis à minha aliança, eu me afastei deles, diz o Senhor.

“Esta é a aliança que farei com a comunidade de Israel depois daqueles dias, declara o Senhor. *Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração*. Serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (Hebreus 8:8-10, NVI).

A oferta de um coração transformado à humanidade

A maioria das pessoas acha que a Nova Aliança abole as leis de Deus, tal como enumeradas sob a Aliança do Sinai (também conhecida como a Antiga Aliança). Mas note que *não há nenhuma indicação nesta promessa de que as leis de Deus seriam ignoradas ou abolidas*.

Pelo contrário, elas seriam *gravadas nas mentes e corações* daqueles que recebessem a Nova Aliança prometida—tornando-se parte de seu próprio ser! Esta Nova Aliança é uma *revisão* fundamental no modo como

Deus interage com o Seu povo.

Deus está totalmente comprometido a mudar os corações de todas as pessoas que decidam servi-Lo de boa vontade. Uma vez que “com Deus, não há acepção de pessoas” (Romanos 2:11), Ele também estendeu essa promessa a todas as nações.

Como Paulo explicou: “Ora, tendo a Escritura previsto que Deus havia de justificar pela fé os gentios, anunciou primeiro o evangelho a Abraão, dizendo: *Todas as nações* serão benditas em ti” (Gálatas 3:8).

Desde o início, o plano de Deus tem sido que *todos os povos* devem ter uma oportunidade de arrependimento—deixando de fazer as coisas à sua própria maneira e abraçando de todo o coração o caminho de Deus—e terem seus corações mudados para que possam viver conforme Sua intenção. Ele decidiu começar com uma família—a do fiel Abraão e seus descendentes através de seu neto Jacó.

Deus mudou o nome de Jacó para Israel. E de seus doze filhos vieram as tribos da antiga nação de Israel. Para esses descendentes físicos de Jacó, Deus começou a revelar os detalhes essenciais do Seu plano de formar um povo santo para Si mesmo.

O que é uma aliança?

É essencial para qualquer aliança o conceito de um compromisso duradouro em uma *relação* claramente definida. De modo geral, uma aliança é um acordo de longo prazo entre duas ou mais partes que formalizam um *vínculo relacional* entre si. Ela define as suas *obrigações* e *compromissos* essenciais entre um e outro.

Nos tempos antigos, as alianças importantes eram ratificadas e mantidas vivas através de rituais simbólicos que refletiam o compromisso de cada parte e a aceitação dos requisitos obrigatórios desta aliança. No entanto, os *rituais* de uma aliança não são sinônimos dos *compromissos* e *obrigações* dessa aliança.

Os rituais nas alianças divinas servem principalmente como lembretes simbólicos e são dados intencionalmente apenas com um valor figurativo. O verdadeiro valor está na *substância* dos compromissos assumidos! Através da substância de Suas alianças—Seus compromissos divinos—Deus se *vincula* ao cumprimento de todas as promessas que faz.

Em uma aliança divina, Deus define as *obrigações* básicas que Ele impõe a Si mesmo e, em geral, aos outros participantes. Assim, uma característica dominante de uma aliança é uma lista de bênçãos prometidas por Deus para aqueles que honram os compromissos dessa aliança.

A aliança divina pode ser comparada a uma constituição sagrada estabelecida para regular as relações humanas com Deus. É uma declaração formal da vontade e propósito de Deus. Ele normalmente expressa o Seu profundo amor pela humanidade e revela um ou mais aspectos importantes de Seu plano para a salvação da humanidade.

Os debates sobre a aliança no Novo Testamento

A aliança feita no Monte Sinai estabeleceu a antiga *nação* governante de Israel. A Nova Aliança promete que o Messias, Jesus Cristo, estabelecerá o Reino de Deus, muito mais abrangente, que reinará sobre *toda a terra* (Isaías 9:7; Mateus 25:34; Lucas 22:29-30; Apocalipse 11:15).

Jesus fez com que o arrependimento fosse necessário para se participar desse Reino, pois esta é uma característica central do Seu Evangelho (Marcos 1:14-15). Para se qualificar como um herdeiro desse Reino, a pessoa tem que cumprir os termos definidos nas alianças de Deus. Jesus Cristo cumpriu perfeitamente todos os termos.

Então, Ele é o único *herdeiro* qualificado para receber todas as *promessas* feitas a Abraão. E somente *por meio* dEle os outros seres humanos—incluindo os homens de fé como Abel, Noé, Abraão, Isaque e Jacó (Hebreus 11)—podem participar dessa *herança prometida*. Como Paulo explicou: “Se vocês são de Cristo, são descendência de Abraão e herdeiros *segundo a promessa*” (Gálatas 3:29, NVI).

Pedro confirmou esse papel central de Jesus, dizendo: “Não há salvação em nenhum outro, pois, debaixo do céu *não há nenhum outro nome* dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4:12, NVI).

É por isso que o papel de Jesus Cristo nas alianças de Deus é tão vital. Essas alianças contêm a promessa de salvação que só Ele, como o Messias, pode tornar realidade.

Cada aliança traz pontos específicos a respeito da solução final de Deus para o problema do pecado e do mal. E a Nova Aliança lida diretamente com o aspecto do “coração” para essa solução.

O caráter dos beneficiários da aliança

Deus escolheu cuidadosamente indivíduos especiais para transmitir alguns dos compromissos de Sua aliança para o resto da humanidade. Cada um desses beneficiários dessa aliança especial já vinha servindo a Deus *de todo coração*. Cada um tinha uma relação pessoal com Deus e já estava vivendo uma vida *justa* para melhorar sua capacidade e conhecimento.

Noé é a primeira pessoa mencionada especificamente na Bíblia como uma pessoa que entrou em uma relação de aliança com Deus. Isso ocorreu em uma época em que todos os seres humanos—exceto Noé (e, aparentemente, a sua família)—decidiram seguir inteiramente um mau caminho de vida (Gênesis 6:5-8; 9:8-11).

O segundo indivíduo registrado na Bíblia, com quem Deus fez uma aliança pessoal foi Abraão (Gênesis 15:18; 17:1-2).

Abraão compartilhava os principais traços do caráter de Noé. Assim como Deus decidiu fazer uma aliança com Noé, um homem justo (Gênesis 6:8-9), também escolheu fazer o mesmo com Abraão, um homem de fé e obediência (Gênesis 15:6; 26:5), nesta segunda aliança. A partir desses

dois exemplos, fica claro que Deus fez alianças somente com pessoas que já haviam demonstrado que estavam *dispostas* a obedecê-Lo.

Estes traços de fidelidade e obediência também estavam presentes em Moisés (Números 12:3; Hebreus 11:24-28) e em Davi, assim como em outros profetas que participaram da elaboração das escrituras do Antigo Testamento. Sobre Davi, Deus disse: “Fiz *aliança* com o meu escolhido e jurei a Davi, meu servo: *Para sempre* estabalecerei a tua posteridade [Jesus Cristo] e firmarei o teu trono de geração em geração” (Salmo 89:3-4, ARA).

Paulo menciona, sobre o povo de Israel, que Deus “Ihes levantou como rei a Davi, ao qual também deu testemunho e disse: Achei a Davi, filho de Jessé, *varão conforme o meu coração, que executará toda a minha vontade*. Da descendência deste, conforme a *promessa*, levantou Deus a Jesus para Salvador de Israel” (Atos 13:22-23).

Abraão e Davi são especialmente significativos para as promessas e alianças divinas extremamente necessárias para a salvação da humanidade. É por isso que as primeiras palavras do Novo Testamento são: “Livro da geração de Jesus Cristo, *Filho de Davi, Filho de Abraão*” (Mateus 1:1).

Esta sentença de abertura vincula a missão de Cristo diretamente com as promessas feitas a Abraão e a Davi. As alianças com esses homens contêm as promessas básicas relativas ao plano de Deus para oferecer a salvação a toda a humanidade através de Jesus Cristo.

A aliança com Abraão

Deus prometeu o seguinte para Abraão: “E far-te-ei uma grande nação, e abençoar-te-ei, e engrandecerei o teu nome, e tu serás uma bênção. E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão *benditas todas as famílias da terra*” (Gênesis 12:2-3).

Deus declara aqui a Sua intenção de oferecer a salvação não apenas para os descendentes físicos de Abraão, mas também para “todas as famílias da terra”. Mas os descendentes de Abraão desempenharam um papel especial e vital neste processo—especialmente o único descendente de Davi, que viria como o Messias.

Pedro explicou aos seus companheiros judeus qual seria o papel mais desafiador de Jesus Cristo: “Vós sois os filhos dos profetas e da *aliança* que Deus estabeleceu com vossos pais, dizendo a Abraão: Na tua descendência, serão abençoadas todas as nações da terra. Tendo Deus ressuscitado o seu Servo, enviou-o primeiramente a vós outros para vos abençoar, *no sentido de que cada um se aparte das suas perversidades*” (Atos 3:25-26, ARA).

Isso é o que todo o mundo mais precisa. Somente quando toda a humanidade receber um “coração novo”—através da participação ativa de Cristo em fazer com que *todos os povos se afastem de seus pecados*—o plano de Deus será completado. Pedro explicou que a plena reconciliação, como planejado por Deus, requer que “cada um” se aparte de “suas perversidades”.

Esse é o objetivo de Deus. E Ele prometeu alcançá-lo! Suas alianças contêm Seus compromissos para cumprir com esse objetivo.

Mais detalhes revelados sobre o plano de Deus

Em Sua aliança com Abraão, Deus começou a dar detalhes claros de Seu plano. Ele disse a Abraão: “Farei uma aliança entre mim e ti e te multiplicarei extraordinariamente... de ti farei *nações*, e *reis* procederão de ti. Estabelecerei a minha aliança entre mim e ti e a *tua descendência* no decurso das suas gerações, *aliança perpétua*, para ser o teu Deus e da tua descendência” (Gênesis 17:2, 6-7, ARA).

Esta aliança antecipou os seguintes elementos-chaves do plano de Deus: O relacionamento especial de Deus com os descendentes de Abraão, a instituição do reino de Israel, o nascimento e o reinado do Messias no Reino de Deus e a salvação final de todas as nações.

A fé de Abraão—sua confiança implícita e lealdade a Deus—é atribuída a ele como *justiça* (Gênesis 15:6). Sua plena confiança em Deus era o fundamento de seu caráter. Sua confiança em Deus foi demonstrada por meio de sua *obediência* (Tiago 2:21-24). Abraão não apenas creu em Deus como também compreendeu e *obedeceu* fielmente as leis de Deus, como resultado de sua fé (Gênesis 26:5).

O padrão da fé de Abraão—demonstrada por sua obediência a Deus—é o modelo da fé viva que Paulo descreve no livro de Romanos, onde ele diz que mesmo o obediente Abraão ainda precisava de perdão. Falando de Abraão e sua fé, Paulo disse: “Como são felizes aqueles que têm suas transgressões perdoadas, cujos pecados são apagados! Como é feliz aquele a quem o Senhor não atribui culpa!” (Romanos 4:7-8, NVI).

O estilo de vida de Abraão era o de obedecer a Deus de todo coração. Mas, mesmo assim ele não estava sem pecado. Ele ainda precisava de perdão pelos pecados que cometeu—exatamente como todos nós.

Este perdão só é possível através da fé no sacrifício de Jesus Cristo. Mas, uma vez perdoado, todos devem seguir o exemplo de Abraão em demonstrar a fé, esforçando-se totalmente para agradar a Deus através da obediência. Essa é a resposta justa que a nossa fé deve produzir em nós.

A aliança de Deus com Davi

A próxima aliança a considerar entre Deus e uma pessoa específica é a aliança com o rei Davi.

Nela Deus promete que a dinastia de Davi vai durar para sempre e que o Messias—o descendente especial de Davi—será o Rei eterno dessa dinastia. “Fiz aliança com o meu escolhido e jurei a Davi, meu servo: *Para sempre* estabelecerei a *tua posteridade* e firmarei o teu trono de geração em geração” (Salmo 89:3-4, ARA).

Deus declara que esta aliança será irrevogável. “Assim diz o SENHOR: Se puderdes invalidar a minha aliança com o dia e a minha aliança com a noite, de tal modo que não haja nem dia nem noite a seu tempo,

poder-se-á também invalidar a minha aliança com Davi, meu servo, para que não tenha *filho* que reine no seu trono” (Jeremias 33:20-21, ARA).

Quando chegou a hora de o Messias nascer, assim anunciou o anjo à mulher escolhida para ser sua mãe: “Maria, não temas, porque achaste graça diante de Deus, E eis que em teu ventre conceberás, e darás à luz um filho, e pôr-lhe-ás o nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; e *o Senhor Deus lhe dará o trono de Davi*, seu pai, e *reinará eternamente na casa de Jacó*, e o seu Reino não terá fim” (Lucas 1:30-33).

O apóstolo Pedro também comentou sobre a importância da aliança de Deus com Davi: “Irmãos, posso dizer-lhes com franqueza que o patriarca Davi morreu e foi sepultado, e o seu túmulo está entre nós até o dia de hoje. Mas ele era profeta e sabia que Deus lhe prometera sob juramento que colocaria um dos seus descendentes em seu trono.

“Prevendo isso, falou da ressurreição do Cristo, que não foi abandonado no sepulcro e cujo corpo não sofreu decomposição. Deus ressuscitou este Jesus, e todos nós somos testemunhas desse fato. Exaltado à direita de Deus, ele recebeu do Pai o Espírito Santo prometido e derramou o que vocês agora veem e ouvem.

“Pois Davi não subiu aos céus, mas ele mesmo declarou: ‘O Senhor disse ao meu Senhor: Senta-te à minha direita até que eu ponha os teus inimigos como estrado para os teus pés’. Portanto, que todo o Israel fique certo disto: Este Jesus, a quem vocês crucificaram, Deus o fez Senhor e Cristo” (Atos 2:29-36, NVI).

Desde o início da existência do homem, Deus vem colocando em prática os detalhes de Seu grande plano para a salvação da humanidade. Crucial para esse plano foi o nascimento e a missão do Messias—o descendente prometido de Davi e Abraão. Para nos assegurar a irrevogabilidade desse plano, Ele o confirmou com uma série de alianças.

A Aliança temporária do Sinai

Compreender a finalidade e a natureza temporária da aliança que Deus fez com a antiga Israel no Monte Sinai é fundamental para se entender corretamente as Escrituras do Novo Testamento. O conteúdo desta aliança tornou-se, com efeito, a constituição nacional de Israel.

Com Deus como seu Rei, Israel tornou-se um estado teocrático—essencialmente um reino terreno e temporário de Deus. Seu povo aceitou todas as condições da aliança de Deus que lhes estabelecida, dizendo: “Tudo o que o SENHOR tem falado faremos” (Êxodo 19:8).

Em meio a trovões, relâmpagos, fumaça e fogo no topo do Monte Sinai, Deus declarou os Dez Mandamentos para toda a nação (Êxodo 20:1-18).

E como as pessoas responderam a Moisés? “Eis aqui o SENHOR, nosso Deus, nos fez ver a sua glória e a sua grandeza, e *ouvimos a sua voz* do meio do fogo; hoje, vimos que *Deus fala com o homem* e que o homem fica vivo. Agora, pois, por que morreríamos? Pois este grande fogo nos consumiria; se ainda mais ouvíssemos a voz do SENHOR, nosso Deus, morreríamos.

“Porque, quem há, de toda a carne, que ouviu a voz do Deus vivente falando do meio do fogo, como nós, e ficou vivo? Chega-te tu e ouve tudo o que disser o SENHOR, nosso Deus; e tu nos dirás tudo o que te disser o SENHOR, nosso Deus, *e o ouviremos e o faremos*” (Deuteronômio 5:24-27).

As palavras dos profetas são como a “voz do SENHOR”

Eles pediram, estando aterrorizados pelo incrível poder manifestado por Deus, que nunca mais Ele falasse diretamente com eles *com Sua própria voz*.

Daquele momento em diante as palavras *inspiradas* dos profetas de Deus eram consideradas como tendo a mesma autoridade, ou seja, como se Deus estivesse falando com as pessoas diretamente. Por exemplo, Moisés incluiu—para ser obediente à “voz do SENHOR”—“estatutos, escritos neste livro da Lei”, estatutos dados a Israel cerca de quarenta anos depois de Deus ter falado no Monte Sinai (Deuteronômio 30:10-11).

Aqueles escritos dos profetas representam exatamente as instruções e ensinamentos de Deus e isso é confirmado no Novo Testamento: “Antes de mais nada, saibam que nenhuma profecia da Escritura provém de interpretação pessoal, pois jamais a profecia [os escritos dos profetas] teve origem na vontade humana, mas homens falaram *da parte de Deus*, impelidos pelo Espírito Santo” (2 Pedro 1:20-21, NVI).

Em Deuteronômio 5:28-31, Moisés narra como Deus aceitou o pedido dos israelitas no Monte Sinai e que Ele iria lhes falar no futuro somente através de Seus profetas: “O Senhor ouviu quando vocês me falaram e me disse: Ouvi o que este povo lhe disse, e eles têm razão em tudo o que disseram”.

“*Quem dera eles tivessem sempre no coração esta disposição* para temer-me e para obedecer a todos os meus mandamentos. Assim tudo iria bem com eles e com seus descendentes para sempre! Vá, diga-lhes que ‘voltem às suas tendas’. Você [Moisés] ficará aqui comigo, *e lhe anunciarei toda a lei*, isto é, os decretos e as ordenanças *que você lhes ensinará* e que eles deverão cumprir na terra que eu dou a eles como propriedade” (NVI).

Todo o povo tinha dito as palavras certas. Eles concordaram com as condições de Deus. Eles se comprometeram a viver de acordo com todas as palavras que Deus lhes *falaria através de Moisés e dos profetas*, que viriam mais tarde. Mas Deus sabia que seria necessário mais do que as promessas deles para produzir os resultados que Ele desejava.

Isso exigiria uma *mudança em seus corações* através do dom do Espírito Santo. E para a grande maioria, isso só se tornaria possível depois que o Messias viesse para pagar a pena por seus pecados. Antes disso, Deus deu o Seu Espírito Santo para apenas um número relativamente pequeno de indivíduos selecionados como Noé, Abraão, Davi e outros profetas e servos registrados no Velho Testamento.

O povo da antiga Israel teve uma lição, através de seu próprio exemplo, *de que ter leis justas sem um coração justo não é o suficiente*. O seu

exemplo através dos séculos ilustra vividamente que *receber o conhecimento da verdade por si só não produz obediência plena e duradoura* (Romanos 3:9-12).

Revelando e definindo o comportamento justo

Os cinco livros escritos por Moisés—Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio—definem o caminho de vida correto que Deus quer que todos os povos e nações sigam (Deuteronômio 4:6; 6:4-6; 8:2-3).

Os livros contendo Suas instruções para eles se tornou o supremo código religioso e legal da antiga Israel. Eles continham não apenas as diretrizes, as leis e os procedimentos, através dos quais os cidadãos seriam julgados, mas também os rituais e as cerimônias que representavam *simbolicamente* o tipo de relacionamento que Deus queria que tivessem com Ele.

Eles são chamados na língua hebraica de *Torá* (que significa “o ensinamento” ou, mais comumente chamado hoje em dia de “a lei”). Como Moisés explicou: “Agora, pois, ó Israel, que é o que o SENHOR, teu Deus, pede de ti, senão que temas o SENHOR, teu Deus, e que *andes em todos os seus caminhos*, e o ames, e sirvas ao SENHOR, teu Deus, com *toda o teu coração* e com toda a tua alma, para guardares os mandamentos do SENHOR e os seus estatutos, que hoje te ordeno, *para o teu bem?*” (Deuteronômio 10:12-13).

Foi nesta *Torá* que “todos os Seus caminhos” foram primeiramente escritos. Estes livros revelam e definem, pela *voz do Senhor*, o comportamento justo que é o fundamento de um caminho de vida piedoso.

Portanto, por volta de quatro décadas após a concessão da Aliança do Sinai, Moisés explicou novamente que o que ele escreveu havia, de fato, vindo de Deus: “E o SENHOR, teu Deus, te dará abundância . . . porquanto o SENHOR tornará a alegrar-se em ti para bem, como se alegrou em teus pais; quando deres ouvidos à voz do SENHOR, teu Deus, guardando os seus mandamentos e os seus estatutos, *escritos neste livro da Lei*” (Deuteronômio 30:9-10).

O ponto é que a aliança que Deus fez com a antiga Israel não se limitou apenas às palavras que Ele falou no Monte Sinai. Qualquer coisa que Ele lhes ordenasse—no presente ou no futuro—eles concordaram em fazer. Eles pediram que a partir daquele momento Deus *não* lhes falasse mais pessoalmente com Sua própria voz, mas através de Seus profetas. O seu acordo com Deus era que eles iriam fazer tudo o que Ele mandasse—mesmo através das palavras dos profetas, que viriam depois de Moisés.

Os profetas tornaram-se porta-vozes de Deus. As mensagens que recebiam de Deus, frequentemente escritas em livros para as gerações posteriores, tinham que ser obedecidas como “a palavra do Senhor” (Isaías 38:4; Jeremias 1:4-5; Ezequiel 6:1-3). Mais tarde, essa mesma autoridade foi dada aos apóstolos de Cristo (Atos 4:29-31).

Hoje toda a Bíblia reivindica autoridade como a Palavra de Deus escrita. E Deus promete abençoar aqueles que a obedecem como a Sua Palavra.

A aliança que oferecia apenas benefícios temporários

Quase no final do livro de Levítico, encontramos uma extensa declaração de bênçãos pela obediência e maldições pela desobediência (Levítico 26:3-45). Essas bênçãos e maldições serviam de advertência aos antigos israelitas para que não desdenhassem o seu relacionamento e responsabilidades com a aliança.

Se obedecessem a Deus, eles se alegrariam com colheitas abundantes, boa saúde, prosperidade e segurança nacional (versículos 4-10). Entretanto, esses benefícios eram principalmente físicos.

Uma comparação entre as bênçãos materiais de Levítico 26:3-13 com as citadas em Deuteronômio 28:1-14 revela uma omissão importante em ambas as listas. Deus concorda em ser o Deus deles e considerá-los como Seu povo (Levítico 26:11-13; Deuteronômio 28:9). Mas *nenhuma promessa de vida eterna* está inclusa nesta aliança. Suas bênçãos diziam respeito principalmente ao que as pessoas poderiam desfrutar na *presente vida física*.

As exceções eram os servos e profetas de Deus, que receberam o Espírito Santo durante esse tempo. Isto é confirmado por Pedro, que explica: “Foi a respeito dessa salvação que os profetas que falaram da graça destinada a vocês investigaram e examinaram, procurando saber o tempo e as circunstâncias para os quais apontava o *Espírito de Cristo que neles estava, quando lhes predisse os sofrimentos de Cristo e as glórias que se seguiriam àqueles sofrimentos*” (1 Pedro 1:10-11, NVI).

Isso é importante por uma razão fundamental! A explicação no Novo Testamento sobre as alianças e a lei é muito clara acerca de que a *vida eterna só está disponível através da fé em Jesus Cristo, como o Messias prometido* (Atos 4:12). Os profetas do Antigo Testamento enxergavam mais adiante tendo fé no dia em que o Messias, Jesus Cristo, faria esse sacrifício por eles.

Na época da Aliança do Sinai, o Messias ainda não havia chegado. Assim, a *vida eterna* não era oferecida para as pessoas nessa aliança, com exceção daqueles servos especiais que conduziam e ensinavam as pessoas nos caminhos de Deus. O Espírito Santo não tinha sido disponibilizado para o resto das pessoas.

Mas, longe de a Aliança do Sinai e a lei de Deus ser um fardo, como agora são muitas vezes representadas, elas concediam a todas as pessoas de Israel *uma incrível variedade de bênçãos e benefícios*.

As bênçãos pela obediência

Embora a Aliança do Sinai tivesse selado *uma relação única* entre os israelitas e Deus, ela continha uma importante condição. Os benefícios desse relacionamento—*para o próprio bem do povo*—somente estariam disponíveis para eles *se fizessem a sua parte*, seguindo Suas instruções! Eles tiveram que fielmente colocar em prática *tudo* o que haviam concor-

dado em fazer. E eles concordaram em seguir *todas as instruções* que Deus lhes deu—para, de fato, tornar-se um “povo santo”.

Se tivessem mantido diligentemente a sua parte do acordo, eles teriam se tornado invejados pelo mundo, uma nação incrivelmente abençoada. Nenhuma outra nação na Terra teria o grau de bênçãos e benefícios que Deus lhes teria dado. Eles se tornariam um *modelo de justiça* para todas as nações ao seu redor.

Como Deus lhes explicou por meio de Moisés: “Eu lhes ensinei decretos e leis, como me ordenou o Senhor, o meu Deus, para que sejam cumpridos na terra na qual vocês estão entrando para dela tomar posse. Vocês devem obedecer-lhes e cumpri-los, *pois assim os outros povos verão a sabedoria e o discernimento de vocês. Quando eles ouvirem todos estes decretos dirão: ‘De fato esta grande nação é um povo sábio e inteligente’*” (Deuteronômio 4:5-6, NVI).

As leis de Deus determinam o comportamento que naturalmente resulta *em paz, segurança e prosperidade*. Se o povo de Israel tivesse obedecido a Deus, dando o melhor de sua capacidade natural, certamente teria colhido as Suas bênçãos prometidas e assim as nações vizinhas perceberiam que também poderiam desfrutar desses mesmos benefícios maravilhosos se adotassem também as mesmas leis.

Portanto, no oitavo versículo, Moisés desafiou os israelitas a perguntar-se: “Que grande nação tem decretos e preceitos *tão justos* como esta lei que estou apresentando a vocês hoje?” (Deuteronômio 4:8, NVI).

Eles não só receberam promessas de bênçãos físicas abundantes, como também haviam recebido de Deus o sistema de governo mais justo e correto do mundo!

Os limites das bênçãos físicas

Uma grande limitação aparece neste quadro idílico—o *egoísmo, a teimosia e as inclinações carnis* de todos os seres humanos. Moisés explicou aos israelitas: “Portanto, esteja certo de que não é por causa de sua justiça que o Senhor, o seu Deus, lhe dá esta boa terra para dela tomar posse, pois você é um povo obstinado . . . Desde o dia em que saíram do Egito até chegarem aqui, vocês têm sido rebeldes contra o Senhor” (Deuteronômio 9:6-7, NVI).

Deus sabia de antemão que sem o dom do Seu Espírito Santo o povo de Israel, como todos os outros povos, *não seria capaz de cumprir plenamente* a sua promessa de obedecer-Lhe. No entanto, eles *poderiam* ter obedecido o que lhes foi ensinado muito mais do que a maioria deles obedeceu. Isto é evidente em sua história. Durante alguns curtos períodos toda a nação observou diligentemente as instruções de Deus (Josué 24:31; 2 Crônicas 32:26).

Significativamente, os israelitas receberam toda a vantagem *natural* que qualquer pessoa poderia desejar—faltando apenas a ajuda *sobrenatural* do Espírito Santo de Deus, o que lhes permitiria ter um coração sempre justo.

Sem um coração divinamente transformado, é impossível para qualquer pessoa viver de forma consistente uma vida completamente obediente.

Embora alguns indivíduos sejam mais cumpridores da lei do que outros, sem dúvida, nenhum conseguiria viver sem pecar. Esse problema tem estado presente em todos os povos de todas as nacionalidades e culturas ao longo da história humana. Somente com o recebimento do Espírito de Deus é que esse problema pode ser eliminado. Pois, apenas quando Cristo voltar para reger todas as nações é que finalmente isso será resolvido a nível mundial.

Como Paulo observou acerca da humanidade, ao citar o Salmo 14:3: “Todos se extraviaram e juntamente se fizeram inúteis. Não há quem faça o bem [constantemente], não há nem um só” (Romanos 3:12). Esta é a lição que devemos aprender para que nunca sejamos tentados a pensar que a Aliança do Sinai foi um fracasso. *Ela cumpriu precisamente o que Deus pretendia que cumprisse.*

Uma solução provisória

A Aliança do Sinai *não* é o modelo completo e final para o nosso relacionamento com Deus. Embora contivesse muitos princípios permanentes e eternos, muitos de seus benefícios eram figurativos, embora fossem instrutivos, e representavam, apenas simbolicamente, benefícios *muito melhores*, inclusos na relação da Nova Aliança com Deus, que foi estabelecida mais tarde por Jesus Cristo, o Messias prometido.

Como Hebreus 9:9-10 explica sobre o ritualismo da aliança no Sinai: “É isto uma *parábola* para a época presente; e, segundo esta, se oferecem tanto dons como sacrifícios, embora estes, no tocante à consciência, sejam ineficazes para aperfeiçoar aquele que presta culto, os quais não passam de ordenanças da carne, baseadas somente em comidas, e bebidas, e diversas abluções, *impostas até ao tempo oportuno de reforma*” (ARA).

Uma futura *revisão* da aliança—particularmente naquelas características ligadas à morte e missão da vida do Messias—foi prometida. Deus anunciou, através de Seus profetas, que com esta “superior aliança” Ele colocaria Suas leis nas mentes dos seres humanos e as escreveria em seus corações. Deus prometeu providenciar—a nível individual—o *acesso direto* a Ele (Hebreus 8:6; Jeremias 31:31-34).

Agora deve estar eminentemente claro que Deus não foi pego de surpresa pelas falhas de Israel. Ele se *antecipou* a isso. Desde o início, Ele revelou indícios de uma solução “melhor” para o pecado da humanidade, que seria disponibilizada somente através da vinda do Messias. Essas “dicas”, em forma de várias cerimônias, símbolos e rituais, foram elaboradas ao longo das instruções dadas sob a Aliança do Sinai.

A solução permanente de Deus para a injustiça humana

Os problemas causados pelas fraquezas e desejos humanos (ver Tiago 1:14-15) estendeu-se muito além das fronteiras da antiga Israel. Isso pre-

judica todos os povos. Assim, na elaboração de uma solução permanente, Deus levou em consideração muito mais do que apenas o bem-estar dos israelitas. Sua solução se aplica a *todos* os povos de *todas* as nações.

Como ele prometeu a Abraão: “Em ti serão benditas *todas as famílias da Terra*” (Gênesis 12:3). Antes que a solução permanente seja disponibilizada para além do atual “pequeno rebanho” de cristãos verdadeiramente obedientes, que recebem o Espírito de Deus nesse “presente século mau” (ver Lucas 12:32; Gálatas 1:4), toda a humanidade deve aprender algumas lições importantes.

Deus usa as experiências da antiga Israel, como registrado nas Escrituras, para ajudar toda a humanidade, inclusive os próprios israelitas, a entender como é fácil sucumbir ao pecado. Eventualmente, todas as nações estão destinadas a compreender por que o pecado é tão terrível e por isso é necessário *muito mais do que o esforço humano* para removê-lo do coração.

Na Aliança do Sinai com a antiga Israel, Deus definiu, de forma *abran-gente e permanente*, os fundamentos do comportamento justo. *Mas o fato de receberem o conhecimento das leis de Deus não colocaria automaticamente a justiça em seus corações e mentes.*

A transformação necessária ocorre apenas naqueles que recebem a ajuda espiritual adicional através do dom do Espírito Santo. Para receber o Espírito de Deus, primeiro a pessoa deve ser chamada por Deus (João 6:44, 65) e se arrepender ou afastar-se verdadeiramente do pecado (Atos 2:38). Deus não havia disponibilizado totalmente o Seu Espírito até que Jesus Cristo foi crucificado e ressuscitado para que pudesse servir como o Mediador da Nova Aliança.

Uma vez que o pecado entrou em cena no Jardim do Éden, Deus optou por atrasar a disponibilidade de Seu Espírito para a humanidade—exceto para alguns poucos que Ele usou como Seus servos e profetas especiais—até depois da morte de Jesus Cristo, no tempo em que Ele se tornou o Redentor da humanidade.

Por isso é que os papéis sacrificial e sacerdotal de Cristo nessa “superior aliança”, que possibilitam o *perdão dos pecados* e o *dom precioso do Espírito Santo* são tão vitais.

Estas adições são as melhorias de importância fundamental para a Antiga Aliança, que Deus fez com o povo da antiga Israel. Elas vão permitir aos seus descendentes, que serão trazidos de volta para a Terra Santa por Jesus Cristo no Seu retorno (Jeremias 23:5-8), terem um relacionamento pessoal com Deus, o qual somente alguns de seus antepassados já experimentaram.

Deus promete o seguinte para esse tempo: “Esta é a aliança que farei com a comunidade de Israel depois daqueles dias”, declara o Senhor. “Porei minhas leis em sua mente e as escreverei em seu coração. Serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. Ninguém mais ensinará o seu pró-

ximo, nem o seu irmão, dizendo: “Conheça o Senhor”, porque todos eles me conhecerão, desde o menor até o maior. Porque eu lhes perdoo a maldade e não me lembrarei mais dos seus pecados. Chamando “nova” esta aliança, ele tornou antiquada a primeira; e o que se torna antiquado e envelhecido está a ponto de desaparecer” (Hebreus 8:10-13, NVI).

Esta passagem está citando a promessa de Deus de uma Nova Aliança como entregue em Jeremias 31:31-34. Apenas algumas décadas depois de Jesus Cristo ter sido crucificado, e não muito tempo depois destas palavras terem sido escritas, o templo de Jerusalém foi destruído em 70 d.C. e todo o sistema cerimonial e sacrificial ligado a ele chegou ao fim. A Antiga Aliança realmente se tornou obsoleta.

Uma vez que o sacrifício de Cristo teve lugar, essas cerimônias do templo e os rituais simplesmente não eram mais necessários. Mas, como Hebreus 8:10-13 nos diz claramente, as leis espirituais que Deus havia incluído na Aliança do Sinai *não* foram extintas. Agora, com o Espírito de Deus já disponível, os princípios do amor que a lei expressa de forma tão eloquente podem finalmente ser escritos nos corações de todos os que se arrependam de transgredi-los.

Essa é a promessa central da Nova Aliança.

Abraão Observou os Mesmos Mandamentos que Deus Entregou a Moisés?

A maioria dos professores de teologia diz que os mandamentos de Deus, que foram entregues através de Moisés, somente se aplicam à antiga Israel e não são para nós hoje.

Mas para chegar a essa conclusão, a maioria deles ignoraram o pleno significado do que Deus disse sobre a obediência de Abraão em Gênesis 26:5, centenas de anos antes de falar com Moisés e Israel no Monte Sinai: “Abraão me obedeceu e guardou meus preceitos, meus mandamentos, meus decretos e minhas leis” (NVI).

As palavras hebraicas que Deus usa aqui são notadamente importantes. Como explica *O Comentário*

Bíblico Expositivo sobre este versículo: “Então, o SENHOR fez uma notável observação: Abraão ‘guardou meus preceitos [*mis-marti*], meus mandamentos [*mis-wotay*], meus decretos [*hu-q-qotay*] e as minhas leis [*wet-orotay*]’ (versículo 5).

“É evidente que esta é precisamente a maneira em que a obediência à Aliança do Sinai é expressa em Deuteronômio 11:1: ‘Amarás, pois, o SENHOR, teu Deus, e guardarás a sua observância [*mis-*

marto], e os seus estatutos [*huqqo-tayw*], e os seus juízos [*mispatayw*] e os seus mandamentos [*miswo-tayw*]’ . . .

“Assim Abraão é um exemplo de *alguém que demonstra a lei escrita em seu coração* (Jeremias 31:33). Para o escritor, ele é o *maior exemplo possível da verdadeira obediência à lei*; aquele a respeito de quem o Senhor poderia dizer: ‘Abraão Me obedeceu’ (versículo 5). Assim, ao mostrar Abraão como um exemplo de ‘observador da lei’, o escritor mostrou a natureza da *relação entre a lei e a fé*. Abraão, um homem que viveu pela fé, poderia ser descrito como uma pessoa que guardava a lei” (Vol. 2, 1990, pp. 186-187, ênfase adicionada).

Abraão obedeceu às mesmas *leis espirituais* fundamentais que,

mais tarde, foram dadas a Israel. No entanto, os rituais ou cerimônias simbólicas no tabernáculo ou templo das leis nacionais administrativas de Israel não poderiam ser aplicadas na época de Abraão. E também não são necessárias particularmente para os cristãos hoje, porque um templo físico não é mais o centro de nossa adoração como era na antiga nação de Israel (João 4:19-21; Hebreus 9:9-10).

Assim, Abraão sabia muito mais sobre os preceitos e definições de *comportamento reto* de Deus do que dizem a maioria dos teólogos de hoje. Isso também significa que as leis que definem as atitudes e a reta que foram dadas a Israel, eram conhecidas e praticadas pelos servos de Deus muito antes da Aliança do Sinai ter sido estabelecida.

Os Dez Mandamentos Existiam Antes de Moisés?

Muita gente acha que os Dez Mandamentos e a aliança que Deus fez com a antiga Israel são iguais—e que ambos foram abolidos com a morte de Jesus Cristo.

As pessoas acreditam que a Aliança do Sinai e os mandamentos de Deus vieram à existência juntos e também deixaram de existir juntos.

Mas tal raciocínio é bíblico? Os fatos mostram que *não é*. Um olhar mais atento nas Escrituras revela que era pecado transgredir os Dez Mandamentos *antes* da aliança no Monte Sinai, então os argumentos de que eles vieram a existir junta-

mente com essa aliança e terminaram com ela não pode ser verdade. Vamos ver a prova bíblica.

A Palavra de Deus define o pecado como "transgressão da lei" (1 João 3:4, ARA) ou "quebra da lei" (BLH). "Porque onde não há lei também não há transgressão" (Romanos 4:15). Isto é o que a Bíblia diz claramente! Então, a transgressão dos Dez Mandamentos é descrita como pecado antes do Monte

Sinai? Sim, sem dúvida.

Por exemplo, Gênesis 13:13 nos diz que "eram maus os varões de Sodoma e *grandes pecadores contra o SENHOR*". E como o pecado é a violação da lei de Deus, o povo de Sodoma não poderia ter sido punido por ser mau e pecador se não existisse a lei para condenar o que estavam fazendo. Devemos concluir, portanto, que Deus já tinha disponibilizado o conhecimento do que é pecaminoso.

Aqui vemos um exemplo claro. Gênesis 20:3-9 e 39:7-9 descreve o adultério como "um grande pecado" e um "pecado contra Deus". O adultério é a transgressão do *Sétimo Mandamento*.

Em Gênesis 3:6 e 17, Deus castiga Adão e Eva por sua cobiça e roubo—transgredir o *Décimo e Oitavo Mandamentos*. Eles também O desonraram como seu pai, violando o *Quinto Mandamento*.

Em Gênesis 4:9-12, Deus pune Caím por assassinato e mentira—violações do *Sexto e Nono Mandamentos*.

Em Êxodo 16:4, semanas antes de Deus estabelecer a Sua aliança com os israelitas no Monte Sinai, nós O encontramos dando-lhes um teste para ver "se anda na Minha lei ou não". Seu teste envolvia o descanso no sábado do sétimo dia como Ele ordenou no *Quarto Mandamento* dessa lei—com a qual eles estavam parcialmente familiarizados. O sétimo dia foi santificado—separado como santo por Deus—desde o tempo de Adão e Eva (Gênesis 2:1-3).

A reação de Deus pela desobediência deles é reveladora. Ele exclama: "Até quando recusareis

guardar os *meus mandamentos e as minhas leis*?" (Êxodo 16: 28). Deus fala claramente de ambos, Seus "mandamentos e leis", como já existente e em vigor bem antes de Ele proferir verbalmente os dez mandamentos no Monte Sinai, como descrito quatro capítulos depois! Portanto, os Dez Mandamentos apenas foram *codificados*—escritos na pedra, como parte de uma aliança formal, no Monte Sinai. A Escritura mostra claramente que eles existiam e estavam em vigor bem antes disso.

Isto é afirmado explicitamente em Gênesis 26:5, onde Deus diz a Isaque que abençoou seu pai Abraão "porquanto *Abraão obedeceu à minha voz e guardou o meu mandado, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis*". Este evento teve lugar séculos antes da aliança no Monte Sinai, séculos antes de Moisés e duas gerações antes de Judá nascer, chefe da tribo que muito tempo depois viria a ser conhecida como judeus! (Não deixe de ler "*Abraão Observou os Mesmos Mandamentos que Deus Entregou a Moisés*?" na página 19).

Em Levítico 18:21 e 27, Deus chama as práticas idólatras do povo da terra de Canaã de "abominações"—ações sórdidas e degradante que Deus comparou sua expulsão a "vomitar" da terra (versículo 28). Qual foi seu pecado? Entre outras coisas, idolatria (adoração de falsos deuses) e sacrifícios humanos, o que violava os *Primeiro, Segundo e Sexto Mandamentos*.

A Bíblia mostra que os Dez Mandamentos não têm origem em Moisés ou em seu tempo. Nem estavam de alguma forma limitada apenas

aos judeus. Eles estavam em vigor e eram conhecidos muito antes de Moisés ou de um povo conhecido como os judeus existir. Eles são a base das leis de Deus que nos mostram como amá-Lo (definido pelos primeiros quatro Mandamentos) e como amar nossos semelhantes (definido pelos últimos seis).

É por isso que, depois de Jesus Cristo voltar para estabelecer o Seu Reino glorioso na terra, Isaías

2:3 nos diz que "muitos povos e dirão: Vinde, subamos ao monte do SENHOR, à casa do Deus de Jacó, para que nos ensine o que concerne aos seus caminhos, e andemos nas suas veredas; porque *de Sião sairá a lei*, e de Jerusalém, a palavra do SENHOR".

Nesse tempo, *toda a humanidade* finalmente vai ser ensinada a viver de acordo com todas as leis e mandamentos de Deus!

Como Podemos Obedecer Aos Mandamentos De Deus?

Qual a natureza e o propósito dos Dez Mandamentos de Deus?

Muitas pessoas religiosas lamentam sinceramente: "Oh, eu tenho vontade de viver pelos Dez Mandamentos, mas sei que eu não consigo". Em suas mentes, guardar os mandamentos de Deus é uma meta inatingível. Por trás dessa percepção há um grande mal-entendido sobre a natureza e o propósito dos Dez Mandamentos de Deus.

Estes mandamentos *podem* ser obedecidos, além da letra da lei, por pessoas comuns, mesmo que ainda não tenham recebido o Espírito Santo de Deus. Por exemplo, qualquer ser humano é capaz de não adorar um ídolo, de tratar os pais com respeito, de não assassinar outra pessoa, de não cometer adultério ou de não roubar o que pertence aos outros.

Este é o nível de obediência que Deus esperava da antiga Israel e que agora espera de uma pessoa arrependida mesmo antes de ser bati-

zada e de receber o Espírito Santo.

Um elevado grau de justiça

Sem dúvida, desde o início Deus esperava mais dos seres humanos. Ele está mais interessado no que sai do coração e se o que está no coração é demonstrado fervorosamente por suas ações. É no coração e na mente que Ele quer escrever *a plena intenção e sentido de Suas leis*.

Jesus Cristo trata disso em uma parábola sobre um servo que faz *somente* o que exige seu mestre (Lucas 17:7-8). Jesus fez esta pergunta aos Seus discípulos: "Porventura, [o mestre] dá graças ao tal servo, porque fez o que lhe foi mandado? Creio que não. Assim também vós, quando fizerdes *tudo o que vos for mandado*, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos somente o que devíamos fazer" (versículos 9-10).

Jesus salientou que há um grau

maior de justiça que vai além das exigências limitadas escritas nos Dez Mandamentos—uma *intenção do espírito* ou *espiritual* da lei que vai além da mera *letra* da lei (2 Coríntios 3:5-6).

Jesus resumiu assim esse padrão: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas” (Mateus 22:37-40). Os dois grandes mandamentos resumem a justiça final que Deus está criando em Seus filhos.

Esse nível de amor a Deus e a nossos semelhantes excede o que qualquer pessoa é capaz de ter e expressar plenamente sem a ajuda divina, que Deus disponibiliza para nós através do poder do Seu Espírito Santo. É um nível de amor que é diretamente oposto às tendências egoístas de nossa natureza carnal (Tiago 1:13-15; 4:1-3).

Para receber o Espírito Santo, cada um de nós deve primeiro *se arrepender* de transgredir os Dez Mandamentos de Deus, que desde antes deveria ter se esforçado para obedecer.

Primeiros passos para o verdadeiro arrependimento

Então, quais são os passos básicos para o verdadeiro arrependimento requerido por Deus, antes de Ele nos dar o Seu Espírito?

Primeiro, temos de reconhecer a natureza *espiritual* dos mandamentos de Deus (Romanos 7:14), bem como ser uma pessoa santa, justa e

boa (versículo 12).

Devemos reconhecer também que Deus não vai estabelecer um relacionamento eterno com alguém que, voluntariamente, opte por continuar transgredindo a Sua lei (Isaías 59:1-2). Precisamos reconhecer e admitir que suas leis são maravilhosas e duram para sempre (Salmos 119:129, 160). Assim, a primeira atitude de arrependimento é escolher, de livre e espontânea vontade, obedecer aos mandamentos de Deus como o único fundamento aceitável para um relacionamento correto com Ele e Jesus Cristo (Mateus 19:16-19, Lucas 6:46).

Aceitar o sacrifício de Jesus Cristo como pagamento por nossos pecados passados por meio do batismo, para que possamos receber o Espírito Santo, é o próximo grande passo. “Ouvindo eles isto, compungiram-se em seu coração e perguntaram a Pedro e aos demais apóstolos: Que faremos, varões irmãos? E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (Atos 2:37-38).

Quando isso acontece—com o entendimento espiritual genuíno e sinceridade—começa-se a desenvolver novo grau de justiça. Este é o tipo de justiça que Deus quer que nos esforcemos para desenvolver, com a ajuda que Ele torna disponível através do Seu Espírito.

Como Paulo expressou: “De sorte que, meus amados, assim como sempre obedecestes, não só na minha presença, mas muito mais agora na minha ausência, assim também operai a vossa salvação com temor e tremor; porque *Deus*

é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade. Fazei todas as coisas sem murmurações nem contendas; para que sejais irrepreensíveis e sinceros, filhos de Deus inculpáveis no meio duma geração corrompida e perversa, entre a qual resplandeceis como astros no mundo” (Filipenses 2:12-15).

Deste modo, Deus eleva o relacionamento que temos com Ele, através de Jesus Cristo, da mera obediência da *letra de Sua lei* para um *amor profundo e altruísta* a Ele, a Seu caminho de vida e a nossos companheiros seres humanos. A

história da humanidade demonstra claramente que este nível de justiça nunca existiu e nunca poderá ser alcançado pelo próprio esforço humano.

Mas, se nos arrependemos de nossos caminhos egoístas, que nos conduz ao pecado, e entregarmos as nossas vidas incondicionalmente ao nosso Pai celeste, assim poderemos aceitar o sacrifício de Cristo por nossos pecados e receber o perdão. Então, Deus promete que seremos “participantes da *natureza divina*, havendo escapado da corrupção, que, pela concupiscência, há no mundo” (2 Pedro 1:4).

Elementos Fundamentais da Aliança do Sinai

O pacote de lei da Aliança do Sinai, todos os cinco livros escritos por Moisés, foi concebido para cobrir, a princípio, todos os aspectos importantes da vida nacional da antiga Israel.

A lei tratava-se de penalidades para atos criminosos, de como os juízes deveriam decidir casos criminais, de salvaguardas contra a pobreza, da conduta no sacerdócio, do desenho e a decoração física do tabernáculo, da limpeza cerimonial, do controle de animais, da instrução sobre o dízimo, da moralidade, dos festivais sagrados, da agricultura, dos princípios de saúde e de muitos outros aspectos da vida.

A abrangência e o detalhamento exaustivo dos requisitos da lei refletia sua orientação. A lei definia um sistema de governo para uma nação cujos cidadãos, com exceção de alguns líderes escolhidos, não tinham o Espírito de Deus.

A lei foi criada para pessoas cujos corações estavam espiritualmente endurecidos, cujas mentes não entendiam a plena intenção espiritual dos ensinamentos de Deus (Mateus 13:15; Atos 28:27; citando Isaías 6:9-10). Embora ela instrísse ao povo a se aproximar de Deus e servi-Lo fielmente, a responsabilidade pela obediência deles era dos líderes nacionais e locais. Para o bem de todos, a lei também previa punições específicas para aqueles que se recusassem a ser obedientes.

O tabernáculo de Israel—mais tarde, o seu templo—era o centro do culto nacional a Deus. Êxodo 25-31 descreve detalhadamente como o tabernáculo foi projetado e consagrado. Têm-se o mesmo cuidado ao descrever as vestimentas e as responsabilidades de Arão e de outros sacerdotes. Também são incluídas instruções detalhadas relativas aos artesãos do tabernáculo, artigos sagrados e ofertas (Êxodo 35:4-36:1). Como o tabernáculo tinha de ser construído foi cuidadosamente explicado (Êxodo 36:2-40:38).

O livro de Levítico destaca vários outros aspectos cerimoniais da Aliança do Sinai. Em especial, são detalhadas as instruções relativas aos direitos do sacerdócio, aos sacrifícios diários de animais e ainda os sacrifícios aos Sábados semanais e festivais anuais. Esta aliança era repleta de cerimônias e rituais, que eram característicos da *orientação* acerca do relacionamento *temporário e principalmente físico* entre a antiga Israel e Deus (Hebreus 8:1-5).

No entanto, seus rituais também *simbolizavam* um melhor relacionamento espiritual com o Messias que seria estabelecido com todos os israelitas no futuro. Inclusive esse relacionamento melhorado não será apenas com os judeus, mas também com os descendentes restaurados das outras tribos de Israel que, no futuro, estão profetizados para retornar à sua terra natal (Jeremias 23:5-8), assim como todas as outras nações e todos os que estejam dispostos a submeter-se a Deus e aprender os seus caminhos (Miquéias 4:1-4).

A Aliança do Sinai e a ‘Voz do SENHOR’

*A aliança que Deus fez com os antigos israelitas no Monte Sinai—
dando-lhes Suas bênçãos especiais e proteção—dependia
da obediência deles a Sua instrução.*

Deus prometeu-lhes: “Agora, pois, se diligentemente *ouvirdes a minha voz* e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos” (Êxodo 19:5, ARA).

Depois de ouvir Deus falar os Dez Mandamentos com Sua própria voz e testemunhar os “trovões e os relâmpagos, e o som da trombeta e do monte fumegando”, os israelitas pediram a Moisés: “Fala tu mesmo

conosco, e ouviremos. Mas que Deus não fale conosco, para que não morramos” (Êxodo 20:18-19, NVI).

Deus aceitou o pedido porque o acordo que Ele exigia deles era que obedecessem as Suas instruções reveladas que receberiam, independente de quando e como as recebessem—que fosse de Sua boca ou da boca de Seus profetas. Daquele momento em diante Seus profetas seriam como a “*VOZ do SENHOR*” para

o povo. Observe que isso é claramente confirmado quarenta anos depois—muito depois de Israel ter recebido *cinco livros completos de instruções detalhadas* de Deus através de Moisés.

Naquela época os israelitas apenas tinham reafirmado sua aliança de que obedeceriam a Deus. Então Moisés assegurou-lhes: “Porquanto o SENHOR tornará a alegrar-se em ti para bem, como se alegrou em teus pais; *quando deres ouvidos à voz do SENHOR*, teu Deus, guardando os seus mandamentos e os seus estatutos, *escritos neste livro da Lei*, quando te converteres ao SENHOR, teu Deus, com *toda o teu coração* e com toda a tua alma. Porque este mandamento, *que hoje [eu, Moisés] te ordeno*, te não é encoberto e tampouco está longe de ti” (Deuteronômio 30:9-11). Está claro que as palavras de Moisés ainda representavam a voz de Deus.

Em outras palavras, o conteúdo da Aliança Sinai não se limitava apenas às instruções dadas no Monte Sinai. O pacto com os israelitas de obediência à *voz do SENHOR* incluía obedecer às instruções dadas por meio de Moisés, muito depois que deixaram Monte Sinai.

Portanto, aqueles que afirmam que a Aliança do Sinai incluía apenas os Dez Mandamentos, e possivelmente a informação adicional de Êxodo 20 a 24, não conseguem entender que a ordem de obedecer a “voz do SENHOR” era muito mais abrangente. Isso significava que os israelitas tinham que fazer *o que Deus dissesse para fazer*—sem nenhuma limitação sobre quando Suas instruções seriam dadas. As únicas opções eram a obedecer ou se recusar a obedecer as instruções de Deus, mesmo quando entregues através de Seus profetas.

A Lei de Deus: É um fardo ou uma Bênção?

Por que Deus deu a Sua lei?

O ensinamento mais comum hoje em dia sobre a lei que Deus deu a antiga Israel é que ela era um fardo—que Jesus Cristo tinha que remover. Em essência, os defensores dessa opinião visam alegar de que Deus libertou os israelitas da escravidão do Egito apenas para escravizá-los novamente a um sistema de lei rigorosíssimo e absurdo, que eles dizem ser até opressivo.

Há algo muito errado com esse

raciocínio? O apóstolo João diz que sim. Ao combater argumentos semelhantes no primeiro século, João afirma de forma inequívoca que “os Seus mandamentos *não são pesados*”, explicando que “este é o amor de Deus, *que guardemos os Seus mandamentos*” (1 João 5:3, ARA).

Então, por que Deus deu a Sua lei? Ele afirma repetidamente que a deu para beneficiar o povo—para trazer

grandes bênçãos sobre eles. Observe como os seguintes versículos afirmam claramente esta verdade:

- “E guardarás os seus estatutos e os seus mandamentos, que te ordeno hoje, *para que bem te vá a ti e a teus filhos depois de ti* e para que prolongues os dias” (Deuteronômio 4:40).

- Imediatamente após dar os Dez Mandamentos, Deus exclamou: “Quem dera que eles tivessem tal coração que me temessem e guardassem todos os meus mandamentos todos os dias, *para que bem lhes fosse a eles e a seus filhos, para sempre!*” (Deuteronômio 5:29).

- “Andareis em todo o caminho que vos manda o SENHOR, vosso Deus, *para que vivais, e bem vos suceda, e prolongueis os dias na terra que haveis de possuir*” (Deuteronômio 5:33).

- “Diligentemente guardareis os mandamentos do SENHOR, vosso Deus, como também os seus testemunhos e seus estatutos, que te tem mandado. E farás o que é reto e bom aos olhos do SENHOR, *para que bem te suceda*” (Deuteronômio 6:17-18).

- “Será, pois, que, se, ouvindo estes juízos, os guardardes e fizerdes, o SENHOR, teu Deus, te guardará o concerto e a beneficência que jurou a teus pais; *e amar-te-á, e abençoar-te-á, e te fará multiplicar*. . . *Bendito serás mais do que todos os povos*” (Deuteronômio 7:12-14).

- “Agora, pois, ó Israel, que é o que o SENHOR, teu Deus, pede de ti, senão que temas o SENHOR, teu Deus, e que andes em todos os seus caminhos, e o ames, e sirvas ao SENHOR, teu Deus, com todo o

teu coração e com toda a tua alma, para guardares os mandamentos do SENHOR e os seus estatutos, *que hoje te ordeno, para o teu bem?*” (Deuteronômio 10:12-13).

- Salmo 119 (o maior capítulo da Bíblia) é um louvor estendido da sabedoria das leis de Deus e as bênçãos que resultam de obedecê-las.

As leis de Deus foram elaboradas para trazer bênçãos. Elas definem o comportamento que naturalmente resulta em paz, segurança e prosperidade.

Muitas outras passagens expressar o mesmo ponto, algumas até mesmo citam bênçãos específicas por obedecer a determinados mandamentos. Dois capítulos inteiros—Levítico 26 e Deuteronômio 28—fornecem um vívido contraste entre as maravilhosas bênçãos nacionais que resultariam quando o povo de Israel guardassem as leis de Deus e as consequências terríveis que sofreriam se os rejeitassem.

As leis de Deus foram elaboradas *para trazer bênçãos*. Elas definem o comportamento que naturalmente resulta em *paz, segurança e prosperidade*. Deuteronômio 4:5-7 nos diz que se Israel tivesse obedecido a Deus, o povo teria colhido as bênçãos prometidas por Deus fazendo com que as nações vizinhas se despertassem e tomassem conhecimento disso—e, em seguida, teriam escolhido obedecer as mesmas leis para que pudessem desfrutar dos mesmos benefícios maravilhosos!

É evidente que as leis de Deus não são um fardo, como algumas pessoas pensam, e sim uma bênção!

As 'Leis, Estatutos e Juízos' de Deus

As instruções de Deus para o Seu povo e Seus servos geralmente estão resumidas em três grandes categorias de estatutos, juízos e leis.

Quando Deus organizou o povo de Israel como uma nação sob a Aliança do Sinai, através da liderança humana de Moisés, Ele autorizou um sistema administrativo que incluía não só os sacerdotes, mas também os juizes para mantê-los no caminho da justiça (Deuteronômio 1:16-17). Estes juizes executavam suas funções de acordo com as leis, os estatutos e os juízos que Deus lhes revelava, seja diretamente (pelos Dez Mandamentos) ou através de Seus mensageiros.

Embora vários termos sejam usados nas Escrituras para descrever as instruções de Deus para o seu povo e Seus servos, eles geralmente estão resumidos em três grandes categorias de "estatutos, juízos e leis" (Levítico 26:46). Estes termos descrevem as distinções na forma de como as instruções de Deus são vistas, em vez de sua validade ou importância. Todos eles representam a Sua vontade. Todos eles tinham de ser respeitados e seguidos.

A palavra hebraica traduzida como "lei" é *torah*. Quando usado com o artigo definido (a lei), refere-se ou à lei em geral ou a algum aspecto específico da lei. Muitas vezes refere-se a todo o corpo de lei que Deus deu ao povo de Israel.

A palavra *Torah* também carrega o significado mais amplo de "ensi-

namentos", especialmente quando usado sem o artigo definido. Às vezes, quando usado de forma muito abrangente, a palavra ainda parece implicar o corpo inteiro de instruções reveladas e contidas nas Escrituras do Antigo Testamento.

A palavra "estatutos" refere-se a um tipo específico de leis. Como a tradução portuguesa das palavras hebraicas *choq* ou *chuqqah*, a palavra "estatuto" se refere a uma promulgação, decreto ou portaria autorizada.

Os estatutos bíblicos podem definir tempos determinados, como festivais sagrados, costumes importantes e até mesmo estabelecer o modo ou procedimento pelo qual certas questões vitais devem ser tratadas. Porque revelam o pensamento de Deus e refletem Suas prioridades, que são extremamente instrutivas como orientações divinas para o comportamento justo.

Os "juízos" são decisões proferidas por juizes para explicar, ampliar ou restringir a aplicação da legislação em vigor. Para garantir que os juizes humanos teriam diretrizes significativas e precedentes a seguir no exercício das suas responsabilidades judiciais, Deus dá exemplos de como Ele julga nas Escrituras.

Os juízos de Deus ilustram como devem ser tomadas decisões justas de acordo com os princípios revelados em Suas leis e estatutos. Ele

instrui a todos os juízes que são responsáveis por julgamentos que não são previstos especificamente na *Torah*: “E, quando houver pleito, eles assistirão a ele para o julgarem; *pelos meus juízos* o julgarão; e *as minhas leis e os meus estatutos* . . . *guardarão* . . .” (Ezequiel 44:24).

Ele também lhes diz: “Não farás injustiça no juízo, nem favorecendo o pobre, nem comprazendo ao

grande; com justiça julgarás o teu próximo” (Levítico 19:15, ARA).

Em conjunto, as leis, estatutos e juízos de Deus estabelecem as bases para uma sociedade justa e as regras administrativas necessárias para governá-la. Todos eles contêm princípios que são aplicáveis a todos os povos e amplos o suficiente para serem adaptados às situações novas.

Entendendo Corretamente o Conceito de ‘Justificação’ e ‘Justiça’

A palavra ‘justo ou justiça’ nas traduções portuguesas das Escrituras descreve essencialmente o caráter pessoal, demonstrando um comportamento apropriado.

Mas *justificar, justificado* e *justificação* tem um foco um pouco diferente.

Apesar de os estudiosos definirem corretamente o significado de *justificação* como “imputar justiça” ou “*ser declarado justo*”, pode-se tirar conclusões erradas a partir dessas definições. Embora não seja tecnicamente impreciso usar as palavras portuguesas ‘*justo e justiça*’ para definir ou descrever *justificação*, às vezes, isso obscurece importantes distinções, contextual e comportamental, de como Paulo usa especialmente nas palavras *justiça* e *justificação*.

Nas cartas de Paulo, o enfoque da *justificação* é mais na absolvição legal da culpa, enquanto *justiça* é usada principalmente para se referir ao caráter virtuoso. A *justificação*—ser declarado legalmente

livre de culpa—não torna de imediato alguém perfeitamente justo. Paulo deixa muito claro que o crescimento na justiça divina é um processo.

Esse processo começa com o batismo, “porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo” (Gálatas 3:27). Mas alcançar a maturidade na justiça de Jesus Cristo é um objetivo pelo qual temos de continuar lutando. Ela não é legada a nós instantaneamente, mas vem através de um processo de crescimento espiritual, como podemos aprender com as Escrituras através da orientação de outras pessoas que nos precederam em Cristo.

“E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, querendo

Para permanecer justificada depois de ser perdoada, a pessoa deve se comportar com justiça ou de maneira justa a partir daquele momento.

o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo, para que não sejamos mais meninos inconstantes, levados em roda por todo vento de doutrina, pelo engano dos homens que, com astúcia, enganam fraudulentamente. Antes, seguindo a verdade em caridade, *cresçamos* em tudo naquele que é a cabeça, Cristo" (Efésios 4:11-15).

Para *permanecer* justificada depois de ser perdoada, a pessoa deve se comportar com justiça ou de maneira justa a partir daquele momento. Em outras palavras, a fé necessária para uma pessoa ser justificada deve ser confirmada por suas ações. Como Tiago explica: "Porventura Abraão, o nosso pai, não foi justificado pelas obras, quando ofereceu sobre o altar o seu filho Isaque? Bem vêes que a fé cooperou com as suas obras e que, pelas obras, a fé foi aperfeiçoada, e cumpriu-se a Escritura, que diz: E creu Abraão em Deus, e foi-lhe isso imputado como justiça, e foi chamado o amigo de Deus. Vedes, então, que o homem é justificado [tornado justo] pelas obras e não somente pela fé" (Tiago 2:21-24).

No entanto, as palavras de Tiago não implica, de modo algum, que o perdão do pecado é conquistado pelas obras. Ele apenas está confirmando que, uma vez perdoado, é

necessário continuar na vida justa. O poder e a capacidade de fazer isso vêm de Deus. Observe como Paulo explica isso: "De sorte que, meus amados, assim como sempre obedecestes, não só na minha presença, mas muito mais agora na minha ausência, assim também operai a vossa salvação com temor e tremor; *porque Deus é o que [ativamente] opera em vós* tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade" (Filipenses 2:12-13).

O *Dicionário Bíblico de Hastings* faz esta distinção entre as palavras *justificação* e *justiça*: "Nem o hebraico nem o grego original permite qualquer outra definição de "justificar" como "considerar justo", que é um termo de relacionamento ético e *não de qualidade ética*, e significa a posição em que alguém está definido diante de outro, *não o caráter transmitido a alguém*" (1996, "Justificação, Justificar", ênfase adicionada). Em outras palavras, uma vez perdoado, o status aos olhos de Deus é a de uma pessoa "justa" ou "virtuosa". O poder do Espírito de Deus capacita a pessoa a continuar na justiça.

Mas muito dessa edificação do caráter ainda está por vir. Uma pessoa justificada não deve considerar como garantida a sua justificação. Ela deve crescer de acordo com o exemplo de justiça estabelecido por Jesus Cristo. Cada filho de Deus deve aprender e crescer em direção "à medida da estatura da plenitude de Cristo".

Uma Nova Aliança Para Transformar o Coração

Deus planejou mudar desde o início a aliança limitada e temporária que Ele fez com a antiga Israel—com seus numerosos sacrifícios simbólicos—em um compromisso de uma aliança muito superior com um sacrifício permanente pelo pecado e aberto a toda a humanidade.

“Agora, porém, o ministério que Jesus recebeu é superior ao deles, assim . . . também a aliança da qual ele é mediador é superior à antiga, sendo baseada em promessas superiores” (Hebreus 8:6, NVI).

Deus planejou mudar desde o início essa aliança limitada e temporária que Ele fez com a antiga Israel—com seus numerosos sacrifícios simbólicos—em um compromisso de uma aliança muito superior com um sacrifício permanente pelo pecado e aberto a toda a humanidade.

As alianças de Deus contêm uma variedade de *promessas*. No entanto, de certo modo, todas elas refletem um único compromisso. Através delas, Deus está tornando conhecidos os aspectos-chave de Seu plano para a redenção do homem de seu pecado para que a salvação possa ser oferecida a todos os povos. Finalmente, Ele decidiu dar a todos uma oportunidade através de Jesus Cristo para que entrem em Sua *família eterna* de filhos e filhas santos e justos (2 Coríntios 6:18; 2 Pedro 3:9). Deus nunca hesitou neste compromisso desde o início de Sua criação.

João afirma: “Mas a todos quantos o receberam [Jesus Cristo] deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus: aos que creem no Seu nome” (João 1:12). Através de Jesus Cristo podemos alcançar o destino que Deus planejou para nós—tornarmo-nos membros da Sua família divina e sagrada em um futuro planejado para a humanidade há muito tempo.

Paulo acrescenta: “Nele [Jesus Cristo] temos a redenção por meio de seu sangue, o perdão dos pecados, de acordo com as riquezas da graça de Deus, a qual ele derramou sobre nós com toda a sabedoria e entendimento. *E nos revelou o mistério da sua vontade*, de acordo com o seu bom propósito que ele estabeleceu em Cristo, isto é, de fazer convergir em Cristo todas as coisas, celestiais ou terrenas, *na dispensação da plenitude dos tempos*” (Efésios 1:7-10, NVI).

Portanto, Sua “nova” aliança é uma “aliança melhor”, que oferece “*melhores promessas*” relacionadas com a vida eterna, as quais não foram

incluídas na Aliança do Sinai. Deus optou por não deixar disponíveis as melhores promessas a todos—especialmente o perdão dos pecados através do sacrifício de Cristo e o dom do Espírito Santo—até a crucificação de Jesus.

Um dos principais objetivos dessas *melhores promessas* é pôr em marcha o processo de transformação dos corações e mentes daqueles que respondem ao chamado de Deus para se arrepender e aceitar a Cristo como seu Redentor. Através desse processo, Ele se oferece para fazê-los herdeiros da “*herança eterna*” (Hebreus 9:15).

O chamado de Deus ao arrependimento está previsto para ser apresentado à humanidade em etapas—com a maioria da humanidade recebendo esse chamado só depois da segunda vinda de Cristo. Durante este “presente século mau” (ver Gálatas 1:4), Deus está chamando ao arrependimento um segmento muito pequeno da humanidade para servir como “a luz do mundo” e para “fazer discípulos de todas as nações” (Mateus 5:14; 28:19).

(Para saber acerca dos interessantes detalhes do cronograma de salvação de Deus, não deixe de solicitar os nossos livros gratuitos “*Por Você Nasceu?*” e “*As Festas Santas de Deus: O Plano de Deus Para a Humanidade—A Única Esperança da Raça Humana*”).

Uma comparação das duas alianças

A principal distinção entre a Antiga e Nova Aliança está *onde a lei de Deus é escrita* (Jeremias 31:31-34; comparar Ezequiel 36:26-28)—*não se ela continua* definindo a Sua vontade.

Sob a Nova Aliança, o *espírito* ou *intenção* da lei deve ser inscrito *nos corações* daqueles que são convertidos pelo recebimento do Espírito Santo. Isso exigiu uma mudança na lei quanto a quem deveria ocupar o cargo de sumo sacerdote, dando-nos um Sumo Sacerdote que poderia nos ajudar a obedecer a Deus *do fundo do coração* (Hebreus 7:12).

O novo foco é sobre o arrependimento sincero para a remissão dos pecados por meio da fé no sacrifício de Jesus Cristo. Também nos é dito: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento” (Romanos 12:2)—com a ajuda espiritual provida pelo Espírito de Deus.

Os rituais e sacrifícios da Aliança do Sinai *somente podia lembrar* o povo de sua culpa e sua necessidade de redenção. Eles *não poderiam extinguir sua culpa*—a mancha de seus pecados: “Porque é impossível que o sangue dos touros e dos bodes tire pecados” (Hebreus 10:4). Sob a Nova Aliança, no entanto, o sacrifício de *Jesus Cristo* apaga *permanentemente* os pecados daqueles que se arrependem e extingue a sua culpa (João 1:29; 1 João 1:7; Apocalipse 1:5).

De forma significativa, a Nova Aliança primeiramente tinha de ser oferecida para as mesmas pessoas que receberam a Aliança do Sinai—

os descendentes físicos de Abraão. Todos os apóstolos, inclusive Paulo, cumpriram esse requisito. A Escritura mostra que Paulo, ao visitar várias cidades, foi primeiro aos judeus e depois para os gentios (Atos 13:45-46; Romanos 1:16).

Pedro explicou por que aos judeus teve que ser dado a *primeira* oportunidade de aceitar a Cristo como seu Salvador: “Todos os profetas, a começar com Samuel, assim como todos quantos depois falaram, também anunciaram estes dias [de Jesus Cristo e da Nova Aliança].

“Vós sois os filhos dos profetas e da aliança que Deus estabeleceu com vossos pais . . . Tendo Deus ressuscitado o seu Servo, enviou-o *primeiramente* a vós outros para vos abençoar, no sentido de que cada um se aparte das suas perversidades” (Atos 3:24-26, ARA; comparar Ezequiel 16:60, 62-63).

O ato de providenciar um *sacrifício* permanente para o pecado—*primeiro para os judeus* e depois para os gentios—como uma *reconciliação genuína* com Deus por meio de Cristo iria abrir a porta para as leis de Deus ser escritas no coração pelo Espírito Santo, esse é o fundamento da Nova Aliança. O dom de Seu Espírito para aqueles que se arrependem e são batizados provê a “dimensão perdida” na mente humana que torna “melhor” relacionamento entre Deus e Seu trabalho com as pessoas (Atos 2:38; Romanos 6:3-4).

Uma relação pessoal com o nosso novo Sumo Sacerdote

Hebreus 7 explica outra mudança da Aliança do Sinai para a Nova Aliança. Sob a Aliança do Sinai, o sumo sacerdote era um ser humano físico da tribo de Levi, servindo num tabernáculo físico ou templo até sua morte. Jesus, no entanto, nascido da tribo de Judá, agora é o nosso *eterno* Sumo Sacerdote que serve no céu, tendo acesso direto a Deus Pai.

Observe como isso é afirmado claramente em Hebreus 8:1-2: “O mais importante do que estamos tratando é que temos um sumo sacerdote como esse, o qual se assentou à direita do trono da Majestade nos céus e serve no santuário, no verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, e não o homem” (NVI).

Ao contrário do sumo sacerdote sob a Antiga Aliança, Jesus Cristo, como Sumo Sacerdote, pode ajudar *pessoalmente a cada indivíduo* chamado por Deus. “*Todos eles me conhecerão*”, diz Ele, “desde o menor até o maior” (versículo 11, NVI). Esta enorme vantagem da Nova Aliança não estava disponível sob a Aliança do Sinai, com apenas um sumo sacerdote físico.

Jesus, embora divino e imortal, todavia pode se identificar pessoalmente com nossas fraquezas e problemas por causa do que Ele experimentou como ser humano: “Por essa razão era necessário que ele se tornasse semelhante a seus irmãos em todos os aspectos, para se tornar sumo sacerdote misericordioso e fiel com relação a Deus . . . Porque, tendo em

vista o que ele mesmo sofreu quando tentado, ele é capaz de socorrer aqueles que também estão sendo tentados” (Hebreus 2:17-18, NVI).

Como Sumo Sacerdote, Jesus está disposto e pronto para ajudar os cristãos em suas lutas para vencer o pecado. “Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado. Cheguemos, pois, com confiança ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno” (Hebreus 4:15-16).

Os rituais simbólicos não são mais necessários

O sistema baseado no templo de adoração sob a Antiga Aliança chegou ao fim no ano 70 d.C., quando os exércitos romanos conquistaram Jerusalém e destruíram completamente o templo judeu e o sistema sacerdotal.

Como o livro de Hebreus explica sobre a introdução de uma nova aliança: “Chamando ‘nova’ esta aliança, ele tornou antiquada a primeira; e o que se torna antiquado e envelhecido *está a ponto de desaparecer*” (Hebreus 8:13, NVI; comparar Mateus 24:1-2). Ao indicar, de antemão, a destruição do templo e, em seguida, permitir que isso aconteça, como predito, Deus pôs fim ao sistema de adoração da Aliança do Sinai.

Veja esta clara explicação da natureza temporária do sistema tabernáculo-templo. “Agora, a primeira aliança tinha *regras para a adoração* e também *um santuário terrestre*. Um tabernáculo foi feito. Em seu primeiro cômodo estava o candelabro, a mesa e os pães da proposição, este que foi chamado de Lugar Santo.

“Por trás da cortina havia um segundo cômodo chamado o Santo dos Santos, onde estava . . . a arca da aliança coberta de ouro. Esta arca continha o vaso de ouro com o maná, a vara de Arão, que tinha brotado, e as tábuas de pedra da aliança. Acima da arca estavam os querubins da Glória [sobre o propiciatório] . . .

“Quando tudo tinha sido organizado como deste modo, os sacerdotes entravam regularmente no cômodo exterior para officiar seu ministério. Mas só o sumo sacerdote entrava no cômodo interior, e só uma vez ao ano, e nunca sem sangue, que oferecia por seus próprios pecados e pelos pecados que o povo havia cometido por ignorância. O Espírito Santo estava demonstrando com isso que *o caminho para o Santo dos Santos, ainda não havia sido aberto enquanto o primeiro tabernáculo ainda estivesse de pé*.

“Isso é uma ilustração para os nossos dias [antes de o sistema do templo ser destruído em 70 d.C.], indicando que as ofertas e os sacrifícios oferecidos não podiam dar ao adorador uma consciência perfeitamente limpa. *Eram apenas prescrições que tratavam de comida e bebida e de várias cerimônias de purificação com água; essas ordenanças exteriores foram impostas até o tempo da nova ordem* [estabelecida através da nova

Aliança]” (Hebreus 9:1-10, NVI).

Repare como as partes da Aliança do Sinai claramente que tiveram que ser alteradas são definidas nesta passagem.

O livro de Hebreus explica os aspectos temporários

Estes aspectos temporários da Aliança do Sinai eram aplicáveis apenas até tudo que os *simbolizava* fosse cumprido por Jesus Cristo. É essencial que compreendamos com precisão o que explica o livro de Hebreus.

O autor de Hebreus *não diz* que *as leis de Deus, que definem a justiça*, foram alteradas ou suprimidas pela Nova Aliança ou que elas eram apenas temporárias. Ele explica que as *características simbólicas* da Aliança do Sinai—resumidas como “*comida e bebida e várias cerimônias de purificação*” *não são mais necessárias sob a Nova Aliança*. Na verdade, logo seria *impossível* continuar com isso porque em 70 d.C. o templo físico, a que estavam intrinsecamente ligadas, foi completamente destruído.

O fato de estes exemplos serem restritos a itens *físicos*, todos tendo *apenas significado simbólico*, é crucialmente importante! As leis de Deus, que definem o pecado, não estão incluídas entre os itens explicitamente identificados como findados com a destruição do templo.

O foco em Hebreus é inteiramente sobre coisas associadas com o sistema de culto *simbólico* do *tabernáculo físico* (e depois com o complexo do templo) e do sacerdócio levítico *temporário*. Observe a explicação neste livro:

“Quando Cristo veio *como sumo sacerdote* . . . ele adentrou o *maior e mais perfeito tabernáculo*, não feito pelo homem, isto é, não pertencente a esta criação [física]. *Não por meio de sangue de bodes e novilhos, mas pelo seu próprio sangue*, ele entrou no *Lugar Santíssimo*, de uma vez por todas, e obteve *eterna redenção*.”

“Ora, se o sangue de bodes e touros e as cinzas de uma novilha espalhadas sobre os que estão *cerimonialmente impuros* os santificam, de forma que se tornam *exteriormente* puros, quanto mais o *sangue de Cristo*, que pelo Espírito eterno se ofereceu de forma imaculada a Deus, *purificará a nossa consciência* de atos que levam à morte, para que sirvamos ao Deus vivo!”

“Por essa razão, Cristo é o mediador de uma nova aliança para que os que são chamados recebam a promessa da *herança eterna*, visto que ele morreu *como resgate pelas transgressões cometidas* sob a primeira aliança” (Hebreus 9:11-15, NVI).

O ministério do tabernáculo-templo ou serviço da Aliança do Sinai era apenas simbólico e temporário. Em contraste, o *ministério espiritual* de Jesus Cristo se concentra em uma “herança eterna”, pois oferece “redenção eterna” para aqueles cujos corações são transformados pelo Espírito de Deus.

No entanto, as leis de Deus que definem justiça *não são simbólicas ou temporárias*. Os Salmos descreve-as como “maravilhosa” e “perfeita”, destinada a durar “para sempre” (Salmos 19:7; 119:129, 160).

Paulo descreve a lei de Deus como “santa, e o mandamento é santo, justo e bom”. Em seguida, ele acrescenta: “Sabemos que a Lei é espiritual; eu, contudo, não o sou, pois fui vendido como escravo ao pecado” (Romanos 7:12, 14, NVI). Ele ensinou que o problema que a Nova Aliança resolve são as respostas *não espirituais* do homem, e não um suposto defeito nas leis espirituais de Deus.

Jesus defende a obediência às leis do Antigo Testamento

Como muitos aspectos da Aliança do Sinai eram temporários, aqueles que servem a Deus sob a Nova Aliança precisam entender a explicação de Jesus Cristo sobre o que *não está incluído* nas mudanças que tiveram de ser feitas. Ele tinha plena consciência de que as mudanças necessárias feitas pela Nova Aliança poderiam ser facilmente mal interpretadas.

Assim, em seu famoso Sermão da Montanha, Ele confirmou enfaticamente que as Escrituras do Antigo Testamento continuariam como o guia da conduta cristã. Observe Sua declaração explícita:

“Não pensem que vim abolir a Lei ou os Profetas; não vim abolir, mas cumprir [para dar à lei a sua plena intenção e propósito e para tornar-se o Sumo Sacerdote e para ser sacrifício definitivo prenunciado tanto na lei como nos Profetas]. Digo-lhes a verdade: Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço, até que tudo se cumpra” (Mateus 5:17-18, NVI) .

Jesus é muito específico. O Antigo Testamento deve permanecer inalterado, com um novo entendimento de que seus aspectos *figurativos* meramente apontavam para o Seu papel permanente como nosso sumo Sacerdote e sacrifício definitivo.

Mas *todo* o Antigo Testamento—cada letra e palavra—é para ser preservado e usado pelos cristãos. Jesus deixa bem claro que nem mesmo parte de uma única letra do texto original deve ser excluído ou alterado. Ele veio para *fazer acontecer* o que Deus havia prometido ou anunciado na Sua Palavra, *não para descartá-la ou anulá-la*. Até mesmo as seções que descrevem os aspectos cerimoniais da Aliança do Sinai ainda nos ensinam lições valiosas sobre a importância da obra e sacrifício de Jesus Cristo por nós, como o livro de Hebreus explica em muitos detalhes.

Jesus confirmou enfaticamente que a Sua pregação nunca deve ser interpretada como uma tentativa de anular qualquer parte das escrituras do Antigo Testamento: “Todo aquele que desobedecer a um desses mandamentos, ainda que dos menores, e ensinar os outros a fazerem o mesmo, será chamado menor [por aqueles] no Reino dos céus; mas todo aquele que praticar e ensinar estes mandamentos será chamado grande [por aqueles]

no Reino dos céus” (Mateus 5:19, NVI).

E no restante de Mateus 5, Ele dá muitos exemplos mostrando que os requisitos da lei são *ainda mais obrigatórios* para os cristãos e não *menos*. Ele faz isso ao ilustrar a intenção espiritual da lei que deve reger nossos *pensamentos e atitudes*, além de nossas ações.

Paulo concorda com Jesus sobre o Antigo Testamento

Paulo, como Jesus, corajosamente nos diz: “*Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra*” (2 Timóteo 3:16-17, NVI).

“*Toda a Escritura é o sopro de Deus*” é a tradução literal da primeira parte da declaração de Paulo. Jesus e Paulo apresentaram todo o corpo de escrituras do Antigo Testamento como divinamente inspirado e essencial para que todo o cristão “*seja apto e plenamente preparado*” para servir a Deus.

No entanto, Paulo não disse que os cristãos são obrigados a cumprir—precisamente como está escrito—detalhadamente tudo que foi dado para a antiga Israel. Sua ênfase é que *tudo* isso é *proveitoso* e útil—embora nem todos os detalhes sejam exigidos dos cristãos, pelos motivos explicados acima.

Então, o que não é necessário? Tudo isso também ficou muito claro. Muitos dos aspectos simbólicos e instruções do Antigo Testamento agora não são obrigatórios. Eles eram “*baseados somente em comidas, e bebidas, e diversas abluções, impostas até ao tempo oportuno de reforma*” (Hebreus 9:10, ARA).

O sacrifício de Jesus Cristo substituiu os aspectos simbólicos da lei, que eram apenas rituais temporários. Embora não fossem mandamentos espirituais, ainda permanece o seu valor *em explicar* o papel de Jesus como nosso Sumo Sacerdote e sacrifício pelo pecado. Eles ainda servem como importantes *instrumentos de ensino*.

Esta distinção de seu uso hoje é importante! Os aspectos temporários da legislação do Antigo Testamento *nunca definiu o pecado*. Eles geralmente representavam como Jesus Cristo iria pagar pelos pecados ou, como o

Aqui está um princípio importante: Para compreender corretamente o Novo Testamento, primeiro devemos entender o Antigo Testamento. O Novo Testamento não foi escrito como um substituto para o Antigo Testamento. Pelo contrário, o Antigo Testamento é a base e o fundamento do Novo Testamento (Mateus 5:17-20; Atos 28:23).

significado simbólico da circuncisão, como a nossa inclinação carnal do pecado precisa a ser removido.

Quando Deus bradou os Dez Mandamentos do Monte Sinai, Ele declarou que iria demonstrar “misericórdia em milhares aos que me amam e guardam os Meus mandamentos” (Êxodo 20:6). Sua paciência misericordiosa diante da constante desobediência da antiga Israel sob a Aliança do Sinai é um tipo de nível muito elevado da misericórdia e da redenção que a “nova aliança no sangue [de Cristo]” (Lucas 22:20, ARA) agora oferece para aqueles que se arrependem.

Para que nós, seres humanos, pudéssemos receber essa misericórdia, o Filho de Deus teve que se tornar nosso sacrifício pelo pecado. Nas epístolas do Novo Testamento, a palavra morte é usada mais de sessenta vezes, em referência tanto à pena pelo pecado ou ao sacrifício expiatório de Jesus Cristo. Todo o sistema sacrificial do antigo Israel foi dado para enfatizar que o perdão do pecado exige o derramamento de sangue (Hebreus 9:22).

Nunca devemos esquecer que *toda* a Escritura é inspirada e vital para as nossas vidas. *Tudo isso* está estabelecido com uma base sólida na doutrina cristã. *Tudo isso* é proveitoso para nos instruir na justiça. Sem isso, nunca poderíamos ter certeza do que é a justiça.

Aqui está um princípio importante: *Para compreender corretamente o Novo Testamento, primeiro devemos entender o Antigo Testamento.* O Novo Testamento não foi escrito como um substituto para o Antigo Testamento. Pelo contrário, o Antigo Testamento é a base e o fundamento do Novo Testamento (Mateus 5:17-20; Atos 28:23).

Somente se aplicarmos *os princípios* da justiça, revelados em todas as Escrituras, ao nosso pensamento e comportamento seremos capazes de desenvolver a maturidade espiritual que Deus deseja! Só então seremos considerados “perfeitos e perfeitamente habilitados para toda boa obra”, como Paulo nos instrui (2 Timóteo 3:17).

Jesus ainda expressou este ponto com muito mais ênfase. “Está escrito”, Ele disse: “Nem só de pão viverá o homem, mas de *toda a palavra* que sai da boca de Deus” (Mateus 4:4, citando Deuteronômio 8:3). A única Palavra de Deus na época era a que hoje chamamos de escrituras do Antigo Testamento.

De acordo com ambos, Paulo e Jesus, as Escrituras são essenciais para o nosso crescimento e desenvolvimento cristão. Devemos estudá-las cuidadosamente para aprender o pensamento de Deus, que está contido nelas. Através de sua instrução Deus quer mudemos nossas atitudes e pensamentos, nossos corações e mentes, dando-nos a compreensão de Seu pensamento.

Ele diz: “Porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos. Porque, assim

como descem a chuva e a neve dos céus e para lá não tornam, mas regam a terra e a fazem produzir, e brotar . . . assim será a palavra que sair da minha boca; ela não voltará para mim vazia; antes, fará o que me apraz e prosperará naquilo para que a enviei” (Isaías 55:9-11).

O objetivo de Deus é desenvolver em nós a mente de Cristo (Filipenses 2:5)—para que possamos ter o mesmo pensamento e visão que Ele tem. Para que isso aconteça, temos que ter a mesma confiança e um profundo respeito pela Palavra de Deus inspirada, como tinham Jesus Cristo e Paulo (comparar Isaías 66:2). Quando fazemos isso, as Escrituras tornam-se instrumentos que transformam nosso pensamento e comportamento como pretende Ele, se tornamo-las parte de nós com a ajuda e poder disponíveis do Espírito de Deus.

Outros aperfeiçoamentos da Nova Aliança

Paulo também explicou que alguns aspectos das Escrituras precisarão, necessariamente, ser aplicados “não da letra, mas do Espírito” (2 Coríntios 3:6). O que ele quis dizer? O que distingue a “letra” da lei do “espírito” da lei? E quais condições tornam necessária essa distinção?

Uma mudança crucial—a mudança no sacerdócio—nos dá o ponto de partida para a compreensão dessa distinção. Jesus Cristo substituiu o sacerdócio dos descendentes de Arão, tornando-se nosso Sumo Sacerdote permanente (Hebreus 7:11-28). Isto faz uma grande diferença na forma como determinadas partes das leis do Antigo Testamento são aplicadas.

Os versículos 18 e 19 explicam porque as regras do Antigo Testamento para a nomeação de um sumo sacerdote tiveram de ser modificadas: “Portanto, por um lado, se revoga a anterior ordenança [especificamente limitando o sacerdócio aos descendentes de Arão] por causa de sua fraqueza e inutilidade (pois a lei [que exige nomeações de sumos sacerdotes descendentes de Aarão] nunca aperfeiçoou coisa alguma), e, por outro lado, se introduz esperança superior [nomeação de Jesus Cristo como nosso Sumo Sacerdote permanente], pela qual *nos chegamos* a Deus” (ARA).

Esta mudança foi predita nas escrituras do Antigo Testamento. Deus prometeu que o Messias se assentaria à Sua direita antes de retornar à Terra como o Rei dos Reis: “Disse o SENHOR ao meu Senhor: Assenta-te à minha mão direita, até que ponha os Teus inimigos por escabelo dos Teus pés” (Salmo 110:1).

Esta profecia também confirma *por um juramento* de que o Messias (Jesus) seria o novo e permanente Sumo Sacerdote: “*Jurou* o SENHOR e não se arrependerá: Tu és um *sacerdote* eterno, segundo a ordem de Melquisedeque” (versículo 4) .

Vemos que o Antigo Testamento tanto previu como autorizou a mudança quanto ao Sumo Sacerdote e como Ele iria administrar Seu ministério. O livro de Hebreus explica a importância dessa mudança na

aplicação das leis que regem a nomeação e os deveres do sumo sacerdote.

“E isso *não aconteceu sem juramento!* Outros [descendentes de Arão] se tornaram sacerdotes sem qualquer juramento, mas ele [Jesus] se tornou sacerdote com juramento, quando Deus [o Pai] lhe disse: O Senhor *jurou* e não se arrependerá: ‘Tu és *sacerdote para sempre*’. Jesus tornou-se, por isso mesmo, a garantia de uma aliança superior.

“Ora, daqueles sacerdotes tem havido muitos, porque a morte os impede de continuar em seu ofício, mas, visto que vive para sempre, Jesus tem um *sacerdócio permanente*. Portanto, ele é capaz de salvar *definitivamente* aqueles que, por meio dele, aproximam-se de Deus, *pois vive sempre* para interceder por eles” (Hebreus 7:20-25, NVI).

Esta mudança no sacerdócio exige que a lei de nomeação dos descendentes de Arão para esse ofício seja alterada. Mas isso não quer dizer que o ofício ou o papel fundamental de um sumo sacerdote foi abolido.

É necessário apenas que as leis relativas a esse cargo sejam modificadas, de modo a ser aplicada corretamente a Jesus Cristo como nosso Sumo Sacerdote permanente. Assim sendo, as leis ainda são aplicáveis e proveitosas, mas agora de acordo com o “espírito” da lei em vez de precisamente a “letra” do texto original.

Como Hebreus 7:12-16 explica: “Certo é que, quando há mudança de sacerdócio, é necessário que haja mudança de lei. Ora, aquele de quem se dizem estas coisas pertencia a outra tribo, da qual ninguém jamais havia servido diante do altar, pois é bem conhecido que o nosso Senhor descende de Judá, tribo da qual Moisés nada fala quanto a sacerdócio.

“O que acabamos de dizer fica ainda mais claro quando aparece outro sacerdote semelhante a Melquisedeque [como profetizado no Salmo 110:4], alguém que se tornou sacerdote, *não por regras relativas à linhagem, mas segundo o poder de uma vida indestrutível*” (NVI).

Uma abordagem superior

Paulo dedica a maior parte de 2 Coríntios 3 a explicar esta diferença importante na administração de algumas das leis escritas no Antigo Testamento. Elas não foram abolidas. Mas a aplicação do seu texto, às vezes, tem de ser praticado de uma forma que seja compatível com a realidade da Nova Aliança.

Em tais casos, o “espírito” da lei prevalece sobre a letra da lei—com a clara compreensão de que o “espírito” da lei preserva fielmente a *intenção original* pela qual qualquer lei especial foi dada. Dois princípios importantes se destacam.

Primeiro, a nova ênfase é sobre *onde* a lei está escrita—*no coração* daqueles a quem Deus chama e não apenas em tábuas de pedra (2 Coríntios 3:3).

Em segundo lugar, os *princípios* básicos, a *intenção* e o *propósito* da lei

ainda são permanentemente úteis e aplicáveis a toda a humanidade (ver Tiago 1:25; 2:8-12). Ainda mais significativo é o fato de que a provisão para tal mudança já havia sido revelado e divinamente aprovado no Salmo 110:4.

Também é importante notar que nem tudo do ofício do sumo sacerdote tinha de ser alterado—mas somente os regulamentos necessários para acomodar a nomeação de Jesus Cristo como nosso Sumo Sacerdote permanente.

O mesmo princípio aplica-se aos sacrifícios e às cerimônias. Uma alteração de sacrifícios de animais meramente simbólicos para o sacrifício verdadeiro e permanente de Jesus Cristo necessita de um ajuste na lei. Mas não extingue a necessidade de um sacrifício. A lei requer que um sacrifício seja feito pelo pecado para permanecer intacta. Mas agora é o sacrifício de Cristo, que cumpre esse requisito (Hebreus 10:4, 10-14, 18).

Portanto, algumas mudanças na lei foram necessárias para acomodar o que já estava na lei, para que fosse atualizada. *A lei de Deus não foi abolida pela Nova Aliança*, mas agora ela contém importantes revisões que acomodam as “*melhores promessas*” preditas nessas mesmas Escrituras.

A administração da lei na Nova Aliança

Deus dá especialmente a seus ministros verdadeiros e fiéis, através do poder do Seu Espírito, a compreensão de que precisam para *discernir* corretamente a intenção da lei sob o legítimo contexto da Nova Aliança (comparar Mateus 18:18; Atos 15:1-29).

Como Paulo explicou, “Ele nos capacitou para sermos ministros de uma nova aliança, *não da letra, mas do Espírito*; pois a letra mata, mas o Espírito vivifica” (2 Coríntios 3:6, NVI).

O foco principal do “ministério” ou sacerdócio da Aliança do Sinai—seu serviço ao povo em nome de Deus—era lembrar constantemente ao povo que Deus condena tanto mal quanto os malfetores. O ministério da Nova Aliança é mais focado em trazer os pecadores para o arrependimento sincero, para que possam escapar da condenação no juízo vindouro (Atos 17:30-31).

Paulo descreve como “glorioso” a abordagem da Aliança do Sinai. Ele nunca a menospreza ou a deprecia. Deus projetou *ambas* as alianças para cumprir *gloriosamente* os objetivos pretendidos. Mas a Nova Aliança é uma *melhor* aliança porque oferece o perdão *eterno* com a vida eterna, e não apenas o perdão simbólico e temporário dentro da comunidade de Israel em prol de apenas de bênçãos físicas.

“Se era glorioso o [antigo] ministério que trouxe condenação, quanto mais glorioso será o [novo] ministério *que produz justificação* [apagando os pecados através da morte de Cristo e levando as pessoas à obediência e à vida eterna]!”

“Pois o que outrora foi glorioso, agora não tem glória, *em comparação* com a glória insuperável [da nova administração de justiça]. E se o que estava se desvanecendo [lembranças físicas da pena de morte para o pecado na Aliança do Sinai] se manifestou com glória, quanto maior será a glória do que permanece!” (2 Coríntios 3:9-11, NVI).

As lembranças da condenação pela culpa através de sacrifícios simbólicos da *gloriosa* Aliança do Sinai foram substituídas por uma administração *mais gloriosa* e permanente da misericórdia e da verdadeira justiça através de Jesus Cristo como nosso novo e permanente Sumo Sacerdote.

Através do Espírito Santo, Cristo dá aos Seus servos, *em cujos corações* a lei já está escrita, a capacidade de *discernir* a maneira correta de aplicar as leis de Deus em suas vidas (Jeremias 31:33; 1 Coríntios 2:11-14; Filipenses 1:9-10).

“Porque não me envergonho do evangelho de Cristo”, escreve Paulo, “pois é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê . . . Porque nele *se descobre a justiça de Deus* de fé em fé, como está escrito: Mas o justo viverá da fé” (Romanos 1:16-17).

Ensinar as pessoas a viverem em retidão, por *confiar* verdadeiramente em Deus, era um aspecto vital do ministério de Paulo. E o mesmo deve acontecer hoje.

O discernimento espiritual adequado

Como Paulo e os outros apóstolos discerniam que partes da lei podiam ter aplicações diferentes sob a Nova Aliança do que era praticado sob a Aliança do Sinai?

Todo o discernimento piedoso deve estar dentro dos limites que são *legalmente permitidos* pelas Escrituras. Em outras palavras, a *aplicação* adequada da lei é determinada pelas diretrizes *reveladas nas Escrituras* e não pelos nossos próprios sentimentos ou opiniões. Jamais devemos permitir que as opiniões daqueles que confiam na tradição humana que contradiz as Escrituras para nos convencer de ficar contra a lei de Deus.

Paulo diz enfaticamente que “a lei é boa, se *alguém dela usa legitimamente*” (1 Timóteo 1:8). Portanto, os cristãos precisam ser cautelosos para não aceitar ou adotar premissas que as próprias Escrituras não apoiam.

Falando em termos mais simples, *a Bíblia interpreta a Bíblia*. Isto é especialmente importante no estudo dos escritos do apóstolo Paulo, que escreveu algumas passagens que muitas pessoas não entendem e distorcem (ver 2 Pedro 3:15-16).

Porque todos os novos cristãos precisam de orientação, Paulo explica os meios adequados através dos quais essa orientação é oferecida por Jesus Cristo. Ele nos diz: “E ele [Jesus] designou alguns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres, *com o fim de preparar os santos para a obra do ministério*, para que o corpo

de Cristo seja edificado, até que todos alcancemos a unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, e cheguemos à maturidade, atingindo a medida da plenitude de Cristo.

“O propósito é que não sejamos mais como crianças, levados de um lado para outro pelas ondas, nem jogados para cá e para lá por todo vento de doutrina e pela astúcia e esperteza de homens que induzem ao erro” (Efésios 4:11-14, NVI) .

Um ministério de ensinamento espiritualmente capaz é essencial para a nossa saúde espiritual e crescimento pessoal na Igreja edificada por Jesus. Todos nós precisamos da orientação de ministros de Jesus Cristo espiritualmente qualificados.

Para garantir que as decisões da Igreja sobre a aplicação da Escritura nas situações atuais sejam sólidas e precisas, a sua compatibilidade com toda a Palavra de Deus deve ser verificada cuidadosamente. Como Paulo explicou a Timóteo: “Procure apresentar-se a Deus aprovado, como obreiro que não tem do que se envergonhar e que *maneja corretamente* a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15, NVI).

Portanto, devemos ter o cuidado de procurar aconselhamento espiritual apenas de ministros que acreditam fielmente em “toda palavra de Deus” (Lucas 4:4) e ensinam fielmente que “*toda* Escritura” é “proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça” (2 Timóteo 3:16).

É por isso que Paulo escreveu: “Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados?” (Romanos 10:14-15).

Precisamos ser muito cuidadosos quando procuramos orientação espiritual de ministros e mestres, pois estes têm que conhecer bem a Bíblia e *ensiná-la com exatidão*—ao invés de interpretá-la de acordo com as tradições dos homens. Paulo nos adverte para ter cuidado com aqueles que são “falsos apóstolos [que] são obreiros fraudulentos, transfigurando-se em apóstolos de Cristo” (2 Coríntios 11:13).

Com base em princípios fundamentais

Infelizmente, até mesmo alguns dos primeiros cristãos foram negligentes em discernir, compreender e aplicar corretamente a intenção das Escrituras. O autor de Hebreus disse-lhes: “Porque, devendo já ser mestres pelo tempo, ainda necessitais de que se vos torne a ensinar quais sejam os primeiros rudimentos das palavras de Deus; e vos haveis feito tais que necessitais de leite e não de sólido mantimento”.

“Porque qualquer que ainda se alimenta de leite não está *experimentado na palavra da justiça*, porque é menino. Mas o mantimento sólido é para os perfeitos, os quais, em razão do costume, têm os sentidos exercitados

para *discernir* tanto o bem como o mal” (Hebreus 5:12-14). Essa capacidade vem do estudo regular da “palavra da justiça” e de usar essa habilidade durante um longo período de tempo.

Como mencionado anteriormente, tudo o que Deus nos revelou através da Sua lei tem um objetivo central—*ensinar-nos a amar como Ele ama*. De acordo com a lei, esse amor é focado em duas direções distintas: primeiro em direção a Deus e depois para com os nossos semelhantes, os quais foram criados à imagem de Deus.

Os Dez Mandamentos expandiram os princípios do amor. Deus deseja escrever a plenitude desses princípios em nossos corações.

Agora, vamos voltar nossa atenção especificamente para o modo como Jesus Cristo auxilia pessoalmente aqueles que recebem o Espírito Santo—especialmente quanto à aplicação e discernimento dos princípios da lei de Deus sob a Nova Aliança com um coração puro.

Como Deus Equilibra Justiça com Misericórdia

Deus equilibra a justiça com a misericórdia ao levar em conta o que está no coração—se ainda restar alguma possibilidade de arrependimento.

Deus não é apenas o Deus da justiça, mas também o Deus da *misericórdia*. Ambas, Sua justiça para com aqueles que voluntariamente Lhe desobedecem e Sua misericórdia para com aqueles que o respeitam o suficiente para buscar a Sua ajuda para poder obedecer-Lhe, são expressas no Segundo Mandamento.

Ele finaliza com estas palavras: “Porque eu, o SENHOR, teu Deus, sou Deus zeloso, que visito a maldade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e *faço misericórdia em milhares [ou até mil gerações, NVI] aos que me amam e guardam os Meus mandamentos*” (Êxodo 20:5-6).

Deus equilibra justiça com misericórdia, considerando o que está no coração—se ainda há qualquer possibilidade de arrependimento. Então, desde que tal possibilidade exista, Deus não quer “que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se” (2 Pedro 3:9). Mas vai chegar um tempo em que aqueles que se recusem a se arrepender vão perecer.

É por isso que a Nova Aliança administra a lei de Deus considerando primeiro a *atitude* de quem tem andado pecando. Aquele que está disposto a “*não pecar mais*” é elegível para a misericórdia em vez da condenação. Mas, para aqueles que decidem continuar pecando Jesus diz: “Antes, se vos não arrependerdes, todos de igual modo perecereis” (Lucas 13:3).

Qual era o Principal Ponto Fraco da Aliança do Sinai?

Qual era o problema da Aliança do Sinai?

A maioria das pessoas acredita que o problema estava nas leis que Deus deu a Israel, que elas eram falhas e que Jesus Cristo veio para abolí-las ou anulá-las. Mas isto está de acordo com as Escrituras?

Realmente Hebreus 8:7 nos diz que havia uma falha na aliança: "Pois, se aquela primeira aliança fosse perfeita, não seria necessário procurar lugar para outra" (NVI).

Então, onde estava o problema? O versículo seguinte nos diz: "Deus, porém, *achou o povo em falta* e disse: Estão chegando os dias, declara o Senhor, quando farei uma nova aliança com a comunidade de Israel e com a comunidade de Judá" (versículo 8, NVI).

O principal ponto fraco da Aliança do Sinai não estava em suas leis, mas na *falta do povo ter um coração disposto a obedecê-las*. Porque eles não receberam o Espírito Santo, por isso os cidadãos de Israel eram incapazes de cumprir e compreender a intenção e o propósito dos ensinamentos de Deus.

Aqui está como Paulo resume essa falha: "Mas os seus *sentidos foram endurecidos*; porque até hoje o mesmo véu está por levantar na lição do Antigo Testamento, o qual foi por Cristo abolido. E até hoje, quando é lido Moisés, *o véu está posto sobre o coração deles*. Mas, quando se converterem ao Senhor,

então, o véu se tirará" (2 Coríntios 3:14-16).

O povo da antiga Israel, como a maioria das pessoas hoje em dia, simplesmente não podia entender completamente o valor espiritual dos ensinamentos que Deus deu através de Moisés. A razão é simples: "Quem não tem o Espírito não aceita as coisas que vêm do Espírito de Deus, pois *lhe são loucura*; e *não é capaz de entendê-las*, porque elas são discernidas espiritualmente" (1 Coríntios 2:14, NVI).

O principal ponto fraco da Aliança do Sinai não estava em suas leis, mas na falta do povo ter um coração disposto a obedecê-las.

Devemos ser muito gratos que Deus, sob os termos da Nova Aliança, que nos permite receber um novo espírito para que possamos obedecer às Suas leis! Assim Deus promete em Ezequiel 11:19-20: "E *lhe darei um mesmo coração*, e um espírito novo porei dentro deles; e tirarei da sua carne o coração de pedra e *lhes darei um coração de carne*; para que andem nos meus estatutos, e guardem os meus juízos, e os executem; e eles serão o meu povo, e eu serei o seu Deus".

O Que Há de 'Novo' na Nova Aliança?

A Nova Aliança, sem dúvida, proporciona um melhor relacionamento com Deus do que o relacionamento retratado, apenas simbolicamente, na aliança anterior.

No Novo Testamento, a palavra grega traduzida como "nova" em "nova aliança" é, com uma exceção, *kainos*. Ela significa "nova" quanto à forma ou qualidade, de uma natureza diferente do que é contrastada com a antiga" (*Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine*, de 1985, "Nova", ênfase adicionada).

Somente em Hebreus 12:24 é usada uma palavra grega diferente, *neos*, para "nova" em "nova aliança". "*Neos* significa 'novo' em relação ao tempo, o que é recente; é usado para a palavra jovem, e assim traduzido, especialmente em grau comparativo 'mais jovem'; consequentemente *neos* pode ser uma reprodução do antigo em qualidade ou caráter" (ibidem, grifo nosso).

De modo algum a palavra grega traduzida por "novo" sugere que todo aspecto da Antiga Aliança do Sinai foi substituída. Ela apenas indica que a aliança *mais recente* foi *aprimorada e melhorada em qualidade* quanto à aliança original.

A Nova Aliança, sem dúvida, proporciona um melhor relacionamento com Deus do que o relacionamento retratado, apenas *simbolicamente*, na aliança anterior. Para garantir este relacionamento melhor, algumas novas características foram adicio-

nadas à "nova" (ou qualitativamente melhorada) aliança e algumas características obsoletas foram substituídas. Mas características comuns em ambas as alianças permanecem inalteradas e imutáveis.

Essa nova relação somente está disponível através de Jesus Cristo, nosso novo Sumo Sacerdote e nosso verdadeiro sacrifício pelo pecado. A morte de Cristo, ao pagar pelos pecados da humanidade, abriu a porta para todos os que de boa vontade se arrependam para receberem o Espírito Santo de Deus e serem aceitos por Deus como Seus filhos e filhas. Como nosso Sumo Sacerdote permanente, Jesus substitui o sumo sacerdote que era apenas um descendente humano de Moisés, seu irmão Arão.

A "nova" aliança de Deus também oferece *promessas imensamente melhores*. No entanto, ela abandona nenhum dos princípios espirituais que refletem eternamente a mente e o caráter de Deus. Esses princípios são explicados, com precisão e de forma clara, nas escrituras do Antigo Testamento. Jesus e todos os Seus apóstolos, inclusive Paulo, usaram estas Escrituras como sua autoridade para os verdadeiros ensinamentos de Deus (Mateus 4:4; Atos 17:2; Romanos 1:1-2; 2 Timóteo 3:14-17).

Os Dez Mandamentos: A Chave para uma Lei de Amor

Na maioria das vezes, o amor de que fala a Bíblia é uma preocupação voltada aos outros, demonstrado por nossas ações e é mais significativo do que meros sentimentos.

O que é amor? A maioria das pessoas pensa que o amor é um sentimento emocional forte em direção a outra pessoa. Até certo ponto isso é verdade. No entanto, o “amor” mencionado na Bíblia, na maioria das vezes, é uma *preocupação voltada aos outros, demonstrado por nossas ações* (1 João 3:18). E por ser demonstrado por nossas ações, ele é muito maior e mais significativo do que meros sentimentos.

A Escritura nos diz que “Deus é amor” (1 João 4:8, 16), e Suas leis, particularmente resumidas nos Dez Mandamentos, nos mostram as ações que evidenciam o amor para com os outros—primeiro em direção a Deus (conforme expresso nos primeiros quatro dos Dez Mandamentos), e depois em direção ao nosso próximo (conforme expresso nos últimos seis mandamentos).

Perguntaram a Jesus Cristo qual era o maior mandamento e Ele respondeu: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas” (Mateus 22:37-40).

Aqui Jesus está citando Deuteronômio 6:5 e Levítico 19:18. Estes dois mandamentos resumem tanto os Dez Mandamentos como toda a lei de Deus, a partir destes dois maiores mandamentos se direciona todas as outras instruções de Deus. Vamos ver brevemente como os Dez Mandamentos mostram as ações que evidenciam o nosso amor ao nosso Criador e a nosso próximo.

Os mandamentos que nos mostram como amar a Deus

O Primeiro Mandamento: “Não terás outros deuses diante de mim” (Êxodo 20:3), nos diz que devemos amar, honrar e respeitar o nosso Criador e Pai celestial, de modo que somente Ele seja a autoridade suprema em nossas vidas. Só Ele é Deus, e não devemos permitir que nada que nos impeça de servi-Lo e obedecê-Lo. Como nosso Criador e Sustentador, Ele nos deu tudo, e quer que O reconheçamos como a fonte de todas as coisas boas e do ensinamento da vida reta.

O segundo mandamento, que proíbe o culto aos ídolos (versículos 4-6), nos diz que em nossa adoração, não devemos reduzir a Deus a uma imagem de um objeto físico. Fazer qualquer representação dEle distorce e limita a nossa percepção do que Ele realmente é, e assim distorce e

prejudica nosso relacionamento com Ele. Deus é muito maior do que qualquer coisa que possamos ver ou imaginar, e a idolatria O limita em nossas mentes.

O Terceiro Mandamento, não tomar o Seu nome em vão (versículo 7), concentra-se em mostrar respeito ao nosso Criador. A qualidade de nosso relacionamento com Deus depende do amor e do respeito que temos por Ele. Nós devemos sempre honrar quem e o que Ele é, e nunca desrespeitá-lo com palavra ou ação.

O Quarto Mandamento, lembrar-se Seu dia de sábado e mantê-lo santo (versículos 8-11), é a chave para um relacionamento correto e íntimo com Deus. Ao guardar o Seu sábado, somos lembrados a cada semana que Ele é o nosso Criador e a fonte de todas as coisas boas. O dia de sábado também é uma antecipação do seu Reino vindouro, quando toda a humanidade vai, finalmente, ter a oportunidade de aprender Seu caminho de vida e experimentar um relacionamento pessoal com Ele. O dia de sábado é um descanso de nosso trabalho normal, uma reunião ordenada, um tempo para se encontrar com outras pessoas de mente semelhante e para aprender mais sobre o caminho de vida de Deus através de Seu ministério.

Os mandamentos que nos mostram como amar nossos semelhantes

O Quinto Mandamento, honrar pai e mãe (versículo 12), define o tom para os últimos seis. Ele aborda a importância do nosso aprendizado para tratar com respeito e honra os outros seres humanos. Aprender a obedecer a esse mandamento ajuda as crianças a estabelecerem um padrão de vida de respeito às regras corretas, às tradições, aos princípios e às leis. Honrar os outros tem que ser um hábito normal e natural aprendido durante a juventude, isso conduz à famílias sólidas e, por sua vez, uma sociedade alicerçada e estável.

O Sexto Mandamento, que proíbe o assassinato (versículo 13), nos diz que a vida é um dom precioso a ser valorizado e respeitado. Jesus Cristo ampliou o significado de "assassinato", incluindo a hostilidade mordaz, o desprezo ou o ódio agressivo em relação aos outros (Mateus 5:21-22). Deus quer que ver-nos indo muito além de evitar o assassinato. Ele quer que sejamos construtores e não destruidores de bons relacionamentos.

O Sétimo Mandamento, não cometer adultério (Êxodo 20:14), tem o intuito de proteger um dos maiores presentes de Deus para a humanidade— a relação conjugal amorosa. É a fundação de famílias sólidas, que são os blocos de construção da sociedade. Obedecer a esse mandamento ajuda a evitar a dor e o sofrimento que acometem os indivíduos e as sociedades através de relações desfeitas, lares desfeitos, doenças sexualmente transmissíveis, pobreza e muitos outros males, enquanto reforça uma das maiores bênçãos de Deus para a humanidade.

O Oitavo Mandamento, que proíbe o roubo (versículo 15), mostra que temos de respeitar e estimar os direitos e as necessidades dos outros. Deus nos concede muitas bênçãos físicas, mas isso nunca deve ser a nossa busca primordial na vida. A batalha contra o egoísmo começa no coração,

e devemos colocar o desejo de dar e servir os outros à frente do ímpeto de acumular e esbanjar posses para nós mesmos.

O nono mandamento, que proíbe o falso testemunho (versículo 16), nos ajuda a entender que Deus espera que a verdade permeie todos os aspectos de nossas vidas. Relacionamentos respeitosos e afetuosos com outros são impossíveis sem que a verdade e a honestidade sejam o alicerce dessas interações. Deus quer que nós, como Seus filhos, nos comprometamos com a verdade e refletimos em tudo que fazemos.

O Décimo Mandamento, que nos diz para não cobiçar (versículo 17), visa o coração e a mente de cada ser humano. Tal como cada um dos nove mandamentos anterior, ele é direcionado aos nossos relacionamentos. Ele trata especificamente do respeito à propriedade, às posses e aos relacionamentos conjugais dos outros e também dos pensamentos de cobiça que pode potencialmente prejudicar a nós mesmos e àqueles ao nosso redor. Ele se destina a reprimir os desejos que nos tentam e nos desviam do caminho. Ao invés de estarmos focados em nossos próprios desejos, Deus quer a preocupação com os demais seja a motivação para os nossos desejos.

Uma lei que ensina o caminho de amor de Deus

Cada um dos Dez Mandamentos revela as atitudes e as ações que nos mostram como amar a Deus e ao próximo. É por isso que o apóstolo João nos diz que “guarda a sua palavra, o amor de Deus está nele verdadeiramente aperfeiçoado” e “nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos” (1 João 2:5; 5:2).

Os Dez Mandamentos resumem verdadeiramente a lei de amor de Deus. (Para entender melhor como eles nos ensinam a amar sinceramente a Deus e ao próximo, não deixe de solicitar ou baixar sua cópia gratuita de nosso guia de estudo bíblico “*Os Dez Mandamentos*”).

Aqueles que argumentam que os Dez Mandamentos foram de alguma forma abolidos ou descartados precisam que responder a uma pergunta crucial: Por que Deus aboliria uma lei que define como a amá-Lo e aos outros seres humanos?

Os Dez Mandamentos resumem verdadeiramente a lei de amor de Deus. Para entender melhor como eles nos ensinam a amar sinceramente a Deus e ao próximo, não deixe de solicitar ou baixar sua cópia gratuita de nosso guia de estudo bíblico “***Os Dez Mandamentos***”.



A Importância do Sumo Sacerdote Para a Salvação

—(Passagens do Livro de Hebreus)

Somente com acesso constante a um Sumo Sacerdote vivo e permanente nos é possível obedecer a Deus de uma maneira que Lhe agrada.

“Considerai a Jesus Cristo, apóstolo e sumo sacerdote da nossa confissão . . . Porque ele é tido por digno de tanto maior glória do que Moisés, quanto maior honra do que a casa tem aquele que a edificou” (Hebreus 3:1-3).

Com este capítulo, começaremos a abordar as passagens das **cinco cartas do Novo Testamento** que são constantemente incompreendidas e gravemente mal interpretadas. Quatro delas—Gálatas, Romanos, Efésios e Colossenses—declaram explicitamente que o escritor é o apóstolo Paulo. A outra, Hebreus, tem sido atribuída tradicionalmente a ele, o que é provável. Embora todas as seções da Bíblia sejam frequentemente mal interpretadas, as passagens das cartas de Paulo, em particular, são constantemente distorcidas (veja 2 Pedro 3:15-16), especialmente quando a Nova Aliança e a lei de Deus estão em questão.

Começamos em **Hebreus**, que contrasta o papel de Jesus Cristo, mediador da Nova Aliança, com o papel de Moisés como mediador da Antiga Aliança ou Aliança do Sinai.

Moisés foi o gigante histórico do judaísmo do primeiro século. Quando os primeiros cristãos aceitaram a Jesus Cristo, o Mediador da Nova Aliança, como o Messias e como um profeta maior do que Moisés, a maioria dos judeus—especialmente os líderes religiosos—ficou muito ofendida. Eles se recusaram a aceitar Jesus como seu Sumo Sacerdote, ou como um profeta maior do que Moisés.

As implicações deste problema são abordadas no livro de Hebreus. Ele foi escrito para explicar a superioridade do sacerdócio de Cristo sobre o sumo sacerdote levítico, nomeado sob a Aliança do Sinai e demonstra a partir das Escrituras que Jesus Cristo é um profeta maior do que Moisés.

Neste contexto, Hebreus aborda as distinções entre a Aliança do Sinai e a Nova Aliança—e o papel da lei de Deus em cada uma delas.

O sacerdócio superior de Cristo

Por ser Moisés um personagem dominante no judaísmo do primeiro século, a maioria dos judeus rejeitou qualquer possibilidade de que Jesus fosse o “profeta” que Moisés predisse em Deuteronômio 18:15. Os judeus do primeiro século esperavam ansiosamente que esse profeta aparecesse em suas vidas (comparar Marcos 6:14-16; João 1:21, 25; 7:40). Mas esperavam que ele viesse como um grande líder militar que iria organizar um exército judeu para libertá-los da ocupação romana.

A visão comum que tinham de si mesmos era a de que foram *vítimas da justiça de Deus e que mereciam liberdade* e não a de que eram *pecadores que precisavam do Seu perdão*. Eles esperavam um Rei conquistador—não um Salvador que iria resolver o problema do pecado ao morrer por eles. Como resultado, um Messias que morreria por seus pecados, em vez de liderá-los a uma rebelião contra o exército romano com a finalidade de restabelecer o trono de Davi, era para eles uma “*pedra de tropeço*” (1 Coríntios 1:23).

O livro de Hebreus foi escrito para contradizer esse raciocínio cego e provar sistematicamente pela Escritura que realmente já estava profetizado o que o Messias *seria e faria* na sua primeira vinda.

Mais uma vez, o autor de Hebreus, provavelmente Paulo, usa as Escrituras do Antigo Testamento para provar que Jesus Cristo é o Messias prometido, que foi claramente predito que seria um profeta superior a Moisés e Arão. Essas Escrituras também afirmavam que Ele seria declarado o novo e muito superior Sumo Sacerdote.

Portanto, uma compreensão clara da fundamentação e do conteúdo do livro de Hebreus é essencial para contemplar quão profundamente Deus planejou com antecedência a missão e a obra de Jesus Cristo, nosso Sumo Sacerdote, especialmente em Sua primeira vinda.

Filho de Davi e Filho de Deus

Em Hebreus 1, o autor cita passagens específicas para provar que o Messias profetizado viria não apenas como filho de Davi, mas também como Filho de Deus (versículo 2), mesmo sendo a “expressão exata” de Deus (versículo 3, NVI). Além disso, Ele “*herdou* mais excelente nome” do que até mesmo os anjos (versículo 4). O tema do sacerdócio superior de Jesus Cristo, como o Messias, continua pelo restante do livro de Hebreus.

Pelo fato de o reinado do Messias sobre o reino de Israel ser tão esperado pelos judeus, o autor de Hebreus agora vai aos Salmos para provar que Deus tem a intenção de manter Sua promessa de mais uma vez assentar um filho de Davi no trono de Israel. Mas Aquele que tomaria o trono não seria apenas filho de Davi, mas também *Filho de Deus*. Hebreus 1:8 cita uma passagem dos Salmos para mostrar que Deus vai estabelecer o “trono” de seu “filho” sobre o “Reino”, prometido a Ele.

Essa passagem citada promete o seguinte: “O teu trono, ó Deus, *subsiste para*

todo o sempre; cetro de justiça é o cetro do teu reino. Amas a justiça e odeias a iniquidade; por isso Deus, o teu Deus, *escolheu-te dentre* os teus companheiros [os profetas anteriores] *ungindo-te* com óleo de alegria” (Salmo 45:6-7, NVI).

As palavras “*ungindo-te*” sugerem uma referência à palavra hebraica para *Messias*—o Ungido. O equivalente grego é *Christos*, mudado para “Cristo” em português.

Em Hebreus 2:5 o autor continua a mostrar que o Messias seria um Governante divino sobre “o mundo futuro”, em vez de ser sobre os reinos daquela presente época. Sem dúvida, Jesus já foi feito o Cabeça de Sua verdadeira Igreja, o Corpo de Cristo (Efésios 1:22-23).

No que diz respeito ao âmbito de aplicação do reinado de Cristo, o autor de Hebreus assim esclarece esse ponto: “Tudo sujeitaste debaixo dos seus pés. *Ao lhe sujeitar todas as coisas, nada deixou que não lhe estivesse sujeito*. Agora, porém, ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas. Vemos, todavia, aquele que por um pouco foi feito menor do que os anjos, Jesus, coroado de honra e de glória por ter sofrido a morte, para que, *pela graça de Deus, em favor de todos, experimentasse a morte*” (Hebreus 2:8-9, NVI).

A primeira prioridade de Deus para o Messias era providenciar a toda a humanidade um Salvador para abrir a porta para a justificação e salvação para todos os que se arrependessem. Jesus, o Messias prometido, tinha primeiro que cumprir a *missão* de Salvador—para pregar o arrependimento e, em seguida, tomar sobre Si a pena de morte pelo pecado, que todos nós merecemos. Portanto, o Seu Reino não foi profetizado para ser estabelecido em Sua primeira vinda. Porém, ele será estabelecido quando Cristo voltar.

No capítulo 3, o autor vai diretamente ao seu ponto principal: Moisés e Jesus foram fiéis a Deus, mas Cristo é maior do que Moisés (versículos 1-3). Na casa de Deus, Moisés era um servo fiel (versículos 4-5). “Mas Cristo é fiel como *Filho sobre a casa de Deus*; e esta casa somos nós, se é que nos apegamos firmemente à confiança e à esperança da qual nos gloriamos” (versículo 6, NVI). Em outras palavras, a posição de Cristo na família de Deus é superior a de Moisés e todos os outros filhos de Deus que vão entrar em Sua família eterna.

Para os judeus, o templo era a casa de Deus. Antes de sua destruição no ano 70 d.C., o judaísmo era uma religião baseada no templo. Quase tudo em sua adoração a Deus girava em torno do templo. Mas, depois do ano 70 d.C.—após a destruição do templo—o judaísmo foi transformado, por necessidade, em uma religião descentralizada baseada em sinagogas. Os seus sacerdotes já não tinham quaisquer direitos viáveis.

Os cristãos, por outro lado, ainda têm “um grande sumo sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou nos céus” (Hebreus 4:14). Mas a posição elevada do Sumo Sacerdote não significa que Ele está fora de alcance ou não entende o que passamos como seres humanos. Como Ele mesmo foi humano, então não é “um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado” (versículo 15).

Uma razão fundamental para a nomeação de Cristo como Sumo Sacerdote

era a de garantir uma solução para o problema do pecado—e termos um Sumo Sacerdote capaz de dar assistência a todas as pessoas que se ajoelham em oração para pedir ajuda diante do trono de Deus. E em Cristo temos Quem ao mesmo tempo é eterno e onnipotente, assim como Aquele que já experimentou a vida como um ser humano.

Em Hebreus 5, o ponto enfatizado é a mudança no sacerdócio que foi instituído através de nomeação por Deus Pai. “Da mesma forma, Cristo não tomou para si a glória de se tornar sumo sacerdote, mas Deus lhe disse: ‘Tu és meu Filho; eu hoje te gerei’ [citação do Salmo 2:7]. E diz noutro lugar: ‘Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque’ [citando o Salmo 110:4]” (Hebreus 5:5-6, NVI).

O Sumo Sacerdote perfeito

Em seguida, o livro de Hebreus compara o *exemplo de obediência perfeita* de Jesus Cristo ao mesmo tipo de obediência que Ele espera de Seus seguidores. O capítulo 5 continua: “Embora sendo Filho, ele aprendeu a obedecer por meio daquilo que sofreu; e, uma vez *aperfeiçoado*, tornou-se a fonte da salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (Versículos 8-9).

Jesus obedeceu às escrituras do Antigo Testamento. Ele ordena seus discípulos a seguir o Seu exemplo e ensinar a mesma obediência aos outros (Mateus 28:19-20).

Então, o autor de Hebreus repreende os cristãos que tinham negligenciado o desenvolvimento da habilidade real *na aplicação correta* das Escrituras em suas vidas: “Embora a esta altura já devessem ser mestres, vocês precisam de alguém que lhes ensine novamente os princípios elementares da *palavra de Deus* [as Escrituras Hebraicas]. Estão precisando de leite, e não de alimento sólido! Quem se alimenta de leite ainda é criança, e não tem experiência no ensino da justiça” (Hebreus 5:12-13, NVI).

Então Hebreus 6:1 continua com este apelo: “Portanto, deixemos os ensinamentos elementares a respeito de Cristo e avancemos para a maturidade” (NVI). Os versículos a seguir abrangem os princípios sobre os quais a busca esclarecida da perfeição espiritual deve ser fundamentada e também da busca continuada da perseverança diligente.

Então, no capítulo 7, o autor retorna novamente para o sacerdócio de Cristo. Ele explica que há um precedente, um antigo modelo, de Jesus Cristo, recebendo o cargo de Sumo Sacerdote. A Escritura predisse explicitamente que Ele se tornaria o Sumo Sacerdote “segundo a ordem de Melquisedeque” em vez da “ordem de Arão” (versículo 11).

Melquisedeque era um sacerdote de Deus centenas de anos antes de o sacerdócio levítico ter sido estabelecido (ver Gênesis 14:18-19). Depois de receber o dízimo (um décimo) dos despojos recuperados de Abraão depois de uma batalha, Melquisedeque o abençoou. Este ato de bênção de Abraão confirmou que Melquisedeque era maior do que Abraão.

Uma pessoa pode ser “abençoada” dessa forma apenas por alguém maior do que ela mesma. Isso, portanto, confirma que Jesus, tendo a mesma cate-

goria de Melquisedeque, é superior a Abraão e, por conseguinte, superior aos sacerdotes levitas que descendiam de Abraão. Isso confirma que Jesus Cristo, cujo nascimento não proveio da tribo sacerdotal de Levi, é, no entanto, *biblicamente legítimo* como nosso novo Sumo Sacerdote.

Um novo Sacerdote exige mudanças na lei

Isso nos leva ao ponto mais crucial coberto nesta carta aos Hebreus. “Porque, mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também *mudança da lei*” (Hebreus 7:12). Nos capítulos 8-10, o autor explica que a transferência do sacerdócio de Jesus Cristo é a razão central de que certas alterações na lei foram necessárias para acomodar essa transição.

Nesta conjuntura, é vital entendermos que os itens *alterados* em um corpo estabelecido de lei *não abole todo o corpo da lei*—isso modifica apenas certas partes dela. Manter isso em mente é essencial se quisermos compreender corretamente como, por que e de que maneira a lei, que começou a ser escrita em um livro no Monte Sinai, poderia ser modificada.

Primeiro, temos de entender a razão para suas modificações. Essa razão está explicada de forma muito clara. “Ora, a suma do que temos dito é que temos um sumo sacerdote tal, que está assentado nos céus à destra do trono da Majestade, ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo, o qual o Senhor fundou, e não o homem” (Hebreus 8:1-2).

As mudanças na lei tornaram-se necessárias para harmonizar-se a um novo e permanente Sumo Sacerdote, além disso, um conceito novo e preciso do templo no qual Deus estaria ativamente presente através do dom do Espírito Santo.

Com Jesus Cristo substituindo o sumo sacerdote levítico, a Igreja que Ele edificou agora teria precedência sobre um templo físico.

Como Paulo explica: “Portanto, vocês já não são estrangeiros nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e membros da *família de Deus*, edificados sobre o fundamento e dos profetas, tendo Jesus Cristo como pedra angular, no qual todo o edifício é ajustado e cresce para tornar-se um *santuário santo* no Senhor. Nele vocês também estão sendo edificados juntos, para se tornarem *morada de Deus* por seu Espírito” (Efésios 2:19-22, NVI).

Novo relacionamento, nova ênfase

Com essas mudanças, Deus elevou Suas expectativas para o Seu povo. A Aliança do Sinai não gerava justiça duradoura. Seus sacerdotes poderia cumprir apenas *simbolicamente* o papel que Jesus Cristo cumpre completamente sob a Nova Aliança.

Por isso, algumas mudanças na lei foram essenciais para apoiar esta nova e melhor relação. A nova ênfase estaria em mudar os corações e mentes das pessoas, em vez de perpetuar uma série de rituais e cerimônias simbólicas (Hebreus 8:10).

O tabernáculo físico com seu sistema de adoração cerimonial e figurativo foi apenas uma medida temporária. O seu valor era simbólico—indicando

figurativamente o que Deus tinha em mente, em uma escala muito maior, para o futuro. Seus serviços também foram meramente “uma alegoria para o tempo presente, em que se oferecem dons e sacrifícios *que, quanto à consciência, não podem aperfeiçoar aquele que faz o serviço*” (Hebreus 9:9).

Nenhum dos aspectos cerimoniais da Aliança do Sinai poderia definir a justiça em relação ao coração, mentes e ações das pessoas. Esses serviços ritualísticos só poderiam lembrar as pessoas da culpa incorrida por quebrar as leis espirituais que definem o pecado. Eles “não passam de *ordenanças da carne*, baseadas somente em *comidas, e bebidas*, e diversas abluções, impostas até ao tempo oportuno de reforma” (versículo 10, ARA).

Esse “tempo de reforma” começou com a primeira aparição de Jesus Cristo, como o Messias. Como explica o livro de Hebreus, o sistema ritualístico de adoração no templo que existia na época representava “uma sombra dos benefícios que hão de vir, e não a sua realidade. Por isso ela nunca consegue, mediante os mesmos sacrifícios repetidos ano após ano, aperfeiçoar os que se aproximam para adorar” (Hebreus 10:1).

O uso da palavra *sombra* para descrever este sistema de rituais ajuda a compreender o que o livro de Hebreus nos diz sobre este sistema cerimonial de sacrifício. Assim como uma sombra se aproximando revela a forma e o contorno do que está por vir, igualmente o sistema ritual da Aliança do Sinai revela apenas uma representação parcial do papel de Jesus Cristo como a grande oferta de sacrifício pelos pecados da humanidade e Seu papel posterior como nosso Sumo Sacerdote.

Os sacrifícios no tabernáculo e no templo prenunciavam que o papel de Cristo era o foco central do sistema de adoração da Antiga Aliança. Mas, de acordo com o autor de Hebreus, o valor desses sacrifícios claramente era apenas simbólico. “Se pudesse fazê-lo, não deixariam de ser oferecidos? Pois os adoradores, tendo sido purificados uma vez por todas, não mais se sentiriam culpados de seus pecados” Assim, ele explica: “Contudo, esses sacrifícios são [apenas] uma recordação anual dos pecados, pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados” (Versículos 2-4, NVI).

É extremamente importante notar que o autor de Hebreus, tradicionalmente e muito provavelmente atribuído a Paulo, *limita* intencionalmente sua discussão sobre mudanças na lei aos aspectos *temporários e cerimoniais*. Ele nunca sugere que qualquer parte da lei de Deus, que define a justiça ou pecado, tenha sido abolida. Ao contrário, Paulo escreve em Romanos 3:20 que “*é mediante a Lei que nos tornamos plenamente conscientes do pecado*” (NVI). O pecado é definido pela lei de Deus (1 João 3:4), como sempre foi e sempre será.

O livro de Hebreus explica: “Se continuarmos a pecar deliberadamente depois que recebemos o conhecimento da verdade, já *não resta sacrifício pelos pecados, mas tão-somente uma terrível expectativa de juízo e de fogo intenso que consumirá os inimigos de Deus*” (Hebreus 10:26-27, NVI). Qualquer pessoa que deseje reivindicar o sacrifício de Jesus Cristo para ser perdoada não

pode “deliberadamente continuar pecando” e ser aceito por Deus.

Os regulamentos alterados mencionados em Hebreus não incluem as leis que definem o pecado. Pelo contrário, o autor insiste que o dia de ajuste de contas e o julgamento ainda é uma parte muito importante do plano de Deus para aqueles que se recusam a parar de pecar. Ele ainda classifica aqueles que, consciente, deliberada ou intencionalmente escolhem continuar pecando como *inimigos* de Deus.

A fé para ser obediente

Começando em Hebreus 10:35-36, o autor procura reforçar a confiança dos seus leitores em *fazer* “a vontade de Deus”. Então, no capítulo 11, ele dá exemplos do Antigo Testamento de pessoas que tiveram a fé para obedecer ao que Deus lhes disse para fazer em circunstâncias difíceis. Ele os apresenta como pessoas cujo exemplo que devemos seguir. Eles *obedeceram* a Deus sob muita pressão. Por isso, não devemos fazer menos.

“Portanto”, diz o autor, “também nós, uma vez que estamos rodeados por tão grande nuvem de testemunhas [os servos obedientes de Deus mencionados no Antigo Testamento], *livremo-nos de tudo* o que nos atrapalha e *do pecado* que nos envolve, e corramos com perseverança a corrida que nos é proposta” (Hebreus 12:1, NVI).

O livro de Hebreus adverte abertamente aos cristãos fiéis para seguir o exemplo dos servos de Deus no Antigo Testamento que, por causa de sua fé, se *recusaram a pecar* com o risco de perder suas vidas. Esta fé significa ter a coragem de fazer o que Deus manda, independentemente, das dificuldades e do risco pessoal. É uma *fé viva e ativa* para obedecer a Deus, não uma fé morta ou adormecida sem a convicção ou a coragem de fazer a Sua vontade.

Tiago explica isso ainda com mais clareza: “Mas alguém dirá: ‘Você tem fé; eu tenho obras’. Mostre-me a sua fé sem obras, e eu lhe mostrarei a minha fé *pelas obras*.”

“Você crê que existe um só Deus? Muito bem! Até mesmo os demônios creem—e tremem! Insensato! Quer certificar-se de que a fé sem obras é inútil? Não foi Abraão, nosso antepassado, justificado *por obras*, quando ofereceu seu filho Isaque sobre o altar? Você pode ver que tanto a *fé como as obras estavam atuando juntas*, e a fé foi aperfeiçoada *pelas obras*” (Tiago 2:18-22, NVI).

Somente com acesso constante a um Sumo Sacerdote vivente e permanente é possível obedecermos a Deus da maneira que Lhe agrada. Hebreus 4:14-16 recapitula isso com as seguintes palavras: “Visto que temos um grande sumo sacerdote, Jesus, Filho de Deus, que penetrou nos céus, retenhamos firmemente a nossa confissão. Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado. *Cheguemos, pois, com confiança ao trono da graça*, para que possamos alcançar misericórdia e *achar graça*, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno”.

A Lei e a Graça: Por que são Inseparáveis?

A palavra graça é comumente utilizada por algumas pessoas religiosas como substituta de toda necessidade de obedecer à lei de Deus. Esta conclusão não é apenas equivocada, mas também diabólica!

Aqui está a razão: Sem lei não haveria *necessidade* de graça. A palavra *graça*, assim se traduz a palavra grega *charis* no Novo Testamento, significa demonstrar livremente um “favor”—um presente (de *charis* deriva a palavra portuguesa *caridade*). Em um contexto religioso, a palavra *graça* é usada mais frequentemente para o dom do perdão. Isso se refere a como Deus estende seu *favor* aos pecadores *arrepentidos*, *perdoando* sua passada desobediência à Sua lei—seus “pecados anteriormente cometidos” (Romanos 3:25, NVI).

Isto é necessário porque “todo aquele que pratica o pecado também *transgride a lei*, porque o *pecado é a transgressão da lei*” (1 João 3:4, ARA). Se não há lei para transgredir não existe nenhum pecado. E se não há pecado a própria ideia de *graça*, como o perdão de Deus, não tem nenhum significado.

Deus não apenas deixa de lado nossos pecados, nossas iniquidades. E nem simplesmente ignora-os. Pelo contrário, “Cristo *morreu por nossos pecados*, segundo as Escrituras” (1 Coríntios 15:3) “para que, pela graça de Deus, [Ele] *provasse a morte por todos*” (Hebreus 2:9).

Em outras palavras, foi o *favor* de Deus—Sua *graça*—que possibilitou que todos se arrependam (abandonem o pecado) porque Jesus “se deu a si mesmo por nós, para nos *remir de toda iniquidade* e *purificar* para si um povo seu especial, zeloso de boas obras” (Tito 2:14).

Portanto, a *graça* abrange mais do que o perdão dos pecados passados. Ela também inclui o *dom* do Espírito Santo, que nos ajuda a obedecer às leis de Deus. Na verdade, ela se refere a *todos* os dons gratuitos e imerecidos de Deus. Isso inclui a Sua ajuda, inicialmente nos afastando do pecado e levando-nos à Sua verdade e Seu caminho de vida, o Seu perdão de nossos pecados passados e, finalmente, concedendo-nos o *maior de todos os Seus dons*—a vida eterna no Seu Reino.

Mas sem lei, a *graça* não teria sentido, porque não haveria maneira de definir o pecado. No entanto, sem a *graça*, o perdão dos pecados por transgredir a lei de Deus não poderia ser disponibilizado para nós.

Então, Jesus morreu e ressuscitou *para tornar a graça disponível* para qualquer um que esteja disposto e desejoso de “não pecar mais” (João

8:11). Através da graça, primeiro podemos ser perdoados da nossa transgressão da lei e ser capazes, pelo Espírito Santo, de obedecer à lei de Deus com o coração—com o objetivo final e a promessa de ser capaz de viver por toda a eternidade em perfeita obediência.

Assim, a lei e a graça são absolu-

tamente inseparáveis. A lei é necessária para definir o pecado e suas consequências. A graça é necessária para os pecadores poderem ser perdoados e ser guiados para obediência a Deus através do poder do Espírito Santo e do auxílio de Jesus Cristo, que é o nosso Salvador e Sumo Sacerdote.

Um Sumo Sacerdote Disposto a Ajudar-nos

*A chave para resolver o problema do pecado é a ajuda
que recebemos por meio de Jesus Cristo.*

Jesus não nasceu apenas para tornar possível o perdão do passado, mas também para nos ajudar a conquistar as fortalezas do pecado, os hábitos arraigados, que são tão difíceis de expulsar de nossas vidas. Ele é o nosso misericordioso Sumo Sacerdote no céu (Hebreus 2:17-18; 8:1-2; 9:11-14; 10:19-23), intercedendo junto ao Pai a nosso favor (Romanos 8:34).

Como João, explicou: “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 João 1:9, NVI).

Jesus está sempre pronto para nos ajudar a alcançar a vitória sobre o pecado: “E esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé. Quem é que vence o mundo, senão aquele que crê que Jesus é o Filho de Deus?” (1 João 5:4-5).

O apóstolo João, apesar de reconhecer nossas fraquezas humanas, encoraja-nos a não ceder ao pecado. “Escrevo-lhes estas coisas para que vocês não pequem. Se, porém, alguém pecar, temos um intercessor junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo. Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos pecados de todo o mundo” (1 João 2:1-2, NVI).

Isso nos dá todos os motivos para sermos incentivados em nossa luta diária contra o pecado. Afinal, Cristo sofreu as mesmas tentações e entende perfeitamente nossa situação. “Pois não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, mas sim alguém que, como nós, passou por todo tipo de tentação, porém, sem pecado. Assim, aproximemo-nos do trono da graça com toda a confiança, a fim de recebermos misericórdia e encontrarmos graça que nos ajude no momento da necessidade” (Hebreus 4:15-16, NVI).

Como podemos conseguir essa ajuda? Jesus responde: “Pedi, e dar-se-vos-á; buscai e encontrareis; batei, e abrir-se-vos-á. Porque aquele que pede recebe; e o que busca encontra; e, ao que bate, se abre” (Mateus 7:7-8).

A Circuncisão Versus Uma “Nova Criação” em Cristo

— (Passagens de Gálatas)

“De nada vale ser circuncidado ou não. O que importa é ser uma nova criação” (Gálatas 6:15, NVI).

A prática judaica de exigir que os gentios (não judeus) fossem circuncidados para serem aceitos em sua comunhão ameaçava a unidade da Igreja primitiva. Os apóstolos realizaram uma conferência especial em Jerusalém, para tratar dessa questão a fim de que a perspectiva correta da justificação mediante a fé em Cristo e de Cristo não fosse distorcida.

Em uma carta enviada às congregações gentias no final da conferência, os apóstolos confirmaram por escrito que eles estavam todos de acordo sobre esta matéria. Eles explicaram: “Soubemos que alguns saíram de nosso meio, *sem nossa autorização*, e os perturbaram, transtornando a mente de vocês com o que disseram” (Atos 15:24, NVI).

Aqueles que perturbavam as igrejas de Antioquia e de outras áreas tentaram convencer os gentios cristãos dizendo o seguinte: “Se vocês não forem circuncidados conforme o costume ensinado por Moisés, não poderão ser salvos” (Atos 15:1, NVI).

O Novo Testamento fala sobre a circuncisão do coração. Mas Moisés também já tinha profetizado isso há muito tempo: “O SENHOR, teu Deus, *circuncidará o teu coração e o coração de tua descendência*, para amares o SENHOR, teu Deus, de todo o coração e de toda a tua alma, para que vivas” (Deuteronômio 30:6, ARA).

Paulo também confirma isso, escrevendo que o “judeu é quem o é interiormente, e circuncisão é a operada no coração, pelo Espírito, e não pela Lei escrita. Para estes o louvor não provém dos homens, mas de Deus” (Romanos 2:29, NVI). Assim, os verdadeiros judeus—verdadeiros cristãos—são aqueles que são circuncidados espiritualmente, com o espírito rebelde da mente humana contido, suprimido e controlado em obediência a Deus por meio de Seu Espírito.

Muitos daqueles que insistiam que os gentios crentes deviam observar os *aspectos simbólicos exteriores* da lei eram motivados por um desejo de harmonia com a comunidade judaica não *cristã*. Mas, como foi descrito no Capítulo 2 deste guia de estudo (*Uma Nova Aliança Para Transformar o Coração*, página 31), esses aspectos da lei não são mais necessários. O livro de Hebreus explica isso detalhadamente. Mas essa carta aos hebreus ainda não havia sido escrita quando a questão da circuncisão dos gentios levou a uma crise na Galácia.

Paulo enfatiza a importância da morte de Cristo

Ao abordar este mesmo assunto, Paulo explicou aos Gálatas: “Todos os que querem *mostrar boa aparência na carne*, esses vos obrigam a circuncidar-vos, *somente para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo*” (Gálatas 6:12).

Na Igreja primitiva do Novo Testamento, alguns falsos mestres tentaram persuadir os gentios convertidos de que eles não poderiam ser justificados (ter seus pecados perdoados) simplesmente arrependendo-se, crendo no evangelho, e aceitando o sacrifício de Jesus Cristo para o perdão dos seus pecados.

Em vez disso, estavam ensinando que a justificação só seria possível se eles fossem circuncidados e anuissem às outras leis temporárias que foram dadas no Monte Sinai. Os apóstolos rejeitaram categoricamente este argumento. Paulo argumentou energicamente contra isso em sua carta aos Gálatas.

Os cristãos gentios na província da Galácia estavam sendo seduzidos a aceitarem a circuncisão para que as *barreiras da comunhão* entre eles e os judeus fossem removidas. Os judeus limitavam suas interações com os gentios, em sua maioria atividades comerciais. Comer juntos na mesma mesa era proibido. No início, até Pedro hesitou em ir contra esse tabu (Atos 10:25-29).

Quem estava seduzindo os Gálatas argumentou que a circuncisão é essencial para ser plenamente aceito entre o povo de Deus (os judeus). A circuncisão teria aberto a porta para a comunhão dos gentios em toda a comunidade judaica. Ela também teria retirado grande parte da tensão entre os cristãos e os judeus não crentes.

Mas tentar resolver essa questão da circuncisão ameaçava criar um problema de identidade muito maior. A circuncisão física só identificava os judeus como descendentes *naturais* de Abraão. Deus estava oferecendo a ambos, judeus e gentios, tanto a *justificação* como a *salvação, como Seus filhos* através de Jesus Cristo, e não através da circuncisão carnal. A proteção adequada de sua identidade como os filhos *justificados* de Deus era o que estava em jogo.

Portanto, o objetivo da carta de Paulo aos Gálatas era deixar claro que se tornar descendentes adotados de Judá (o bisneto de Abraão de quem deriva o termo *judeu*) através da circuncisão não tinha nem um valor para os gentios quanto à salvação. Até os judeus circuncidados tinham de ser justificados pelo sangue de Cristo e depois viver uma vida dirigida pelo Espírito.

No entanto, muitos gentios cristãos da Galácia ficaram impressionados (ou intimidados) pelo argumento da circuncisão. Eles viam como uma forma razoável de mudar a sua identidade social ambígua, ou seja, nem idólatras nem judeus.

Deus inspirou Paulo a ver o quadro completo de uma maneira muito

diferente. O que os gálatas gentios estavam sendo seduzidos a aceitar mudaria toda a sua percepção da importância do sacrifício de Cristo para eles. Isso teria obscurecido entendimento deles de que a justificação é pela graça de Deus através da fé no sangue derramado de Cristo e da obediência fiel, que vem através da habitação de Cristo neles pelo Espírito Santo.

Paulo percebeu que essa mudança representaria implicitamente a circuncisão e a obediência diligente à lei como a forma de obter a vida eterna. E isso ameaçava *minar a fé deles* em Cristo como seu Salvador e Redentor. E poderia obscurer o fato de que eles—pela *justificação através da fé*—já haviam obtido uma *melhor* identidade como filhos de Deus e herdeiros da promessa feita diretamente a Abraão, melhor ainda do que jamais poderiam obter através da circuncisão física.

Seu ponto era que eles não tinham necessidade de ser adotados como judeus para se tornar “filhos de Deus” (Gálatas 3:26) e receber a vida eterna.

A Justificação não é “através da lei”

Paulo respondeu: “Não anulo a graça de Deus; pois, se a *justiça* [ou seja, a *justificação*] vem pela Lei, Cristo morreu inutilmente!” (Gálatas 2:21, NVI). Percebendo que a obediência à lei através de meios físicos (incluindo a lei da circuncisão), como forma de *justificação*, implicaria que a fé em Cristo, como nosso Redentor e Salvador, seria vista como desnecessária ou insuficiente.

Na verdade, isso teria mudado a justificação do reino de *misericórdia e capacitação através da fé* para a esfera da *dívida legítima*—para o que pode ser *obtido* através de um esforço de obediência diligente e natural. E teria ignorado o fato de que a Bíblia declara que toda a humanidade está “debaixo do pecado, a fim de que a promessa, que é pela fé em Jesus Cristo, fosse dada *aos que creem*” (Gálatas 3:22, NVI).

Depois de ter pecado, mesmo com a diligência atenta em observar a lei—de qualquer lei ou regra—que alguém consiga alcançar, nunca pode resultar na *obtenção* do perdão.

O milagre de uma “nova criação”

Tal como Paulo enfatizou, temos que enfatizar que a Nova Aliança diz respeito a circuncidar *o coração*—tornando-nos uma “nova criação” em Cristo. Esse é o *milagre* de Deus ao escrever Sua lei em nossos corações e mentes através do dom do Espírito Santo e não pela circuncisão física.

Então, como o Espírito Santo deve ser recebido? Isso ficou claro no início da Igreja, no dia em que o Espírito Santo foi dado aos discípulos.

“E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados, e recebereis *o dom* do Espírito Santo” (Atos 2:38).

Absolutamente nenhuma obra que fizermos pode fazer com que ganhe-mos a remissão dos pecados ou o dom do Espírito Santo! Embora ambos

—a remissão dos pecados e o dom do Espírito Santo—são condicionados ao arrependimento e à fé, todavia também são *dons de misericórdia*, como resultado do sacrifício de Cristo por nós.

Portanto, Paulo vai direto ao centro da questão: “Ó gálatas insensatos! Quem os enfeitiçou? Não foi diante dos seus olhos que Jesus Cristo foi exposto *como crucificado*? Gostaria de saber apenas uma coisa: foi pela prática da Lei que vocês receberam o Espírito, ou pela fé naquilo que ouviram? Será que vocês são tão insensatos que, tendo começado pelo Espírito, querem agora se aperfeiçoar pelo esforço próprio [ou seja, pela circuncisão]?” (Gálatas 3:1-3, NVI).

Aceitar a necessidade de circuncisão, e possivelmente outras obras cerimoniais da lei, teria sido uma negação tácita da suficiência da justificação através de Cristo. Isso teria substituído Seu sacrifício e ajuda pelas “obras físicas da lei”.

A lei não é o problema

A questão não era se a lei de Deus é boa ou ruim. Mas *se a observância da lei proporcionaria o perdão dos pecados e a vida eterna* e se o esforço humano poderia mesmo atender aos requisitos da verdadeira obediência a Deus. O ponto de vista de Paulo é que pelas “obras da lei” *nada se ganha em relação à justificação*. A ideia de que alguém poderia *ganhar* o perdão e salvação pessoal é absurda.

A lei define o pecado e estabelece uma pena por isso. Isso nunca mudou. Mas a lei não consegue e não pode *perdoar* o pecado. Ela não fornece nenhuma maneira de trazer de volta ou reclamar inocência após se cometer pecado.

Assim, Paulo explica que, uma vez que as transgressões foram cometidas, é inútil buscar o perdão e a justificação através das “obras da lei” —porque “todos aqueles, pois, que são das obras da lei estão debaixo da maldição; porque escrito está: Maldito todo aquele que não permanecer *em todas as coisas* que estão escritas no livro da lei, para fazê-las” (Gálatas 3:10).

Observe que a maldição—a pena de morte—é posta sobre aqueles que *não conseguem fazer tudo* que está na lei. A lei em si não é a maldição. A lei exige uma maldição de morte a todos aqueles que são *desobedientes*, não para todo aquele que sempre foi obediente—como foi Jesus Cristo! A maldição (morte) não recai sobre alguém que guarda a lei, mas sobre aqueles que transgredi-la.

A culpa espiritual e a pena de morte resultante disso de toda a humanidade foram colocadas sobre nosso Salvador, Jesus Cristo. O sacrifício de Cristo nos permite ser perdoados e justificados de nossos pecados. O perdão não vem de quaisquer obras que fizermos, porque Ele, o Único que nunca pecou, sofreu a “maldição” da morte que receberíamos por nossos pecados. A não ser que nos arrependamos—paremos de pecar (João 8:11)—pereceremos (Lucas 13:3, 5).

Somos crucificados com Cristo

Se nos arrependermos com fé de que Cristo morreu em nosso lugar, Paulo explica que seremos considerados “crucificados” com Ele. “Pois, por meio da Lei *eu morri para a Lei*, a fim de viver para Deus. Fui *crucificado com Cristo*. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. A vida que agora vivo no corpo, vivo-a pela fé no filho de Deus, que me amou e se entregou por mim” (Gálatas 2:19-20, NVI).

O fato de que Jesus Cristo teve que pagar a pena de morte que a lei exige pelas transgressões mostra que Deus ainda considera a Sua lei como obrigatória. Suas condições tinham que ser cumpridas.

Jesus enfrentou a exigência punitiva da lei em nosso lugar para que a graça de Deus pudesse ser disponibilizada para nós. Portanto, continua Paulo, “não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça [ou seja, *justificação*] vem pela Lei, Cristo morreu inutilmente!” (versículo 21, NVI).

A conclusão de Paulo é baseada nessas verdades essenciais:

Uma vez que se incorre na pena de morte, a lei não pode *libertar* dessa penalidade aqueles que são culpados.

Portanto, Jesus Cristo sofreu, em Sua crucificação, a pena de morte por causa das nossas transgressões.

Uma vez que reconheçamos através do arrependimento que temos pecado, se temos *fé* na morte de Cristo como pagamento legal pela pena de morte que merecemos, e que agora nos comprometemos a obedecê-Lo com a Sua ajuda, então Deus nos considera como “mortos para a Lei” e, portanto, reconciliados com Deus.

Para nós sermos considerados como mortos para a lei, ela ainda tem que estar em vigor. A justificação não teria sentido se não existisse lei para ser transgredida.

Somente com o perdão de nossa pena de morte é que podemos nos tornar “filhos de Deus” e “coerdeiros com Cristo” da eterna promessa feita a Abraão (Romanos 8:16-17).

A circuncisão era apenas o sinal físico que identificava os descendentes de Abraão, segundo a carne. Embora tivesse um valor simbólico para o povo de Israel, ela nada provê para a justificação e é inútil para a extinção da culpa.

Portanto, o desejo que alguns gálatas tinham de aceitar a circuncisão com o intuito de resolver seu problema de relacionamento com a comunidade judaica—“somente para não serem *perseguidos* por causa da cruz de Cristo” (Gálatas 6:12)—estava a ponto de ameaçar o relacionamento deles com Deus.

Esse desejo estava desviando-os do que é realmente importante para serem aceitos como povo santo de Deus. Essa aceitação *não pode ser conquistada* por nenhuma “obra da lei”—e, sem dúvida, nem pela circuncisão.

O contexto social de Gálatas 3

Algumas argumentações de Paulo, no terceiro capítulo de Gálatas, estão intimamente ligadas à analogia que ele suscitou no capítulo 4.

Um filho menor de um latifundiário romano não era reconhecido como seu herdeiro até que o proprietário declarasse oficialmente seu parentesco de filho, posteriormente em sua vida. O status de um filho menor de idade na família era pouco diferente da de um escravo de confiança da família.

O jovem era, provavelmente, muito bem tratado, mas legalmente ele tinha poucos direitos. Um guardião (geralmente um escravo adulto) era designado para ele, como seu guia e instrutor de autodisciplina. Seu guardião também cuidava de como e onde ele iria receber sua formação acadêmica.

Paulo compara tal situação familiar de um filho menor de idade a de um escravo (Gálatas 4:1). Seu status final, no que diz respeito à hereditariedade familiar, era determinado numa data posterior.

Fisicamente, os filhos de Israel eram filhos de Abraão e potenciais herdeiros da promessa que Deus lhe deu. Mas suas transgressões puseram-nos em um estado de *escravidão ao pecado*. Mas o pecado trouxe-lhes a pena de morte—invalidando sua reivindicação imediata à herança eterna que Deus prometeu a Abraão por meio de Sua semente justa, Jesus Cristo.

O pecado deixou-os numa situação em que necessitavam de um processo para serem perdoados—ser justificados e permanecer justificados. Durante certo período de tempo—até que Cristo viesse e oferecesse a Sua vida por seus pecados (e pelos pecados de todas as pessoas)—eles foram colocados sob uma “custódia” temporária. Esta custódia—os rituais, as cerimônias e os sacrifícios—tipificavam esplendidamente a Cristo.

Para eles ou qualquer outra pessoa poder herdar a vida eterna é preciso se tornar “filhos de Deus mediante a fé” (Gálatas 3:26). Isto é realizado por meio do que as Escrituras chamam de *justificação*—sendo feito justos para com Deus através da limpeza de um passado injusto e recebendo a ajuda espiritual necessária para obedecer de coração. Esse é o foco de Paulo no livro de Gálatas.

A lei temporária era como uma guarda custodiada de Israel

Quando Deus estabeleceu o povo de Israel como uma nação, Ele não os libertou imediatamente da escravidão do pecado. Mas os colocou sob uma “custódia” para guardá-los de abandonar totalmente a esperança na redenção futura, que foi prometida a Abraão e seus descendentes.

Por isso, Paulo começa comparando o corpo instrutivo da lei levítica, ritualística, cerimonial e sacrificial, baseada no templo (que começou a ser recebida no Monte Sinai e que incluía a circuncisão) com a promessa feita a Abraão. Esse sistema de lei tornou-se o guardião de custódia deles, algo muito semelhante à guarda custodiada descrita acima, ou seja, ter em custódia o filho do dono da propriedade.

Por exemplo, Hebreus 10:1 fala da “lei” que não é mais necessária:

“Porque, tendo a lei a sombra dos bens futuros e não a imagem exata das coisas, nunca, pelos mesmos sacrifícios que continuamente se oferecem cada ano, pode aperfeiçoar os que a eles se chegam”.

Embora o termo geral “lei” seja usado neste versículo, o contexto mostra claramente que a referência é apenas para a *categoria específica* da lei de sacrifícios.

O objetivo principal do livro de Gálatas é explicar que a justificação—tornar-se justo ante Deus—não vem pelo mero esforço humano. As obras de lei—qualquer lei, seja do homem ou de Deus—não podem nos salvar. Somente o sacrifício de Jesus Cristo pode perdoar os pecados e nos justificar. E só Cristo, vivendo em nós através do Espírito Santo, pode nos manter justificados diante de Deus.

O livro de Hebreus dá esta mesma explicação: “Porque, se o sangue dos touros e bodes e a cinza de uma novilha, esparzida sobre os imundos, os santificam, quanto à purificação da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará a vossa consciência das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo?”

“E, por isso, é Mediador de um novo testamento, para que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia debaixo do primeiro testamento, os chamados recebam a promessa da herança eterna” (Hebreus 9:13-15).

Os sacrifícios somente poderiam purificar no sentido físico e conjunto. Eles não podiam perdoar pecados no sentido espiritual da palavra. A verdadeira redenção espiritual e perdão dos pecados vêm somente através do sacrifício de Jesus Cristo. O fato de que os sacrifícios de animais não sejam mais necessários não tem qualquer influência sobre as leis espirituais subjacentes de Deus, que ainda são necessárias e exigidas.

Como afirma Hebreus 8:7-10 [versão Almeida Corrigida e Fiel]: “Porque, se aquela primeira [aliança] fora irrepreensível, nunca se teria buscado lugar para a segunda [aliança]. Porque, repreendendo-os, lhes diz: Eis que virão dias, diz o Senhor, em que com a casa de Israel e com a casa de Judá estabalecerei uma nova aliança, não segundo a aliança que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; como não permaneceram naquela minha aliança, eu para eles não atentei, diz o SENHOR.

“Porque esta é a aliança que, depois daqueles dias, farei com a casa de Israel, diz o Senhor: porei as minhas leis no seu entendimento e em seu coração as escreverei; e eu lhes serei por Deus, e eles me serão por povo”.

Sob a antiga aliança, Deus pronunciou as penalidades pela desobediência. E deu-lhes os recordativos simbólicos para que entendessem que precisavam de um sacrifício (Jesus Cristo) para o perdão dos seus pecados.

O que está incluído na “lei de Deus”?

Paulo se refere a “toda a lei” em Gálatas 5:3. Ele não se limitou apenas

aos princípios espirituais que definem o pecado.

Nela estão três categorias principais de leis que foram codificadas para Israel no Sinai. Cada categoria serve a objetivos diferentes.

Primeiro, a lei contém os *Dez Mandamentos* e muitas outras ordenanças, preceitos, estatutos e juízos que distinguem permanentemente a justiça do pecado. Essas leis refletem a natureza divina do amor de Deus (comparar 2 Pedro 1:4; Mateus 22:37-40). Os princípios fundamentais eram conhecidos pelos servos de Deus muito antes de Moisés.

Esta categoria de lei não era temporária. Ela não teve origem no Sinai e nem acabou com o sacrifício de Jesus Cristo. As leis desta categoria, incluindo os *Dez Mandamentos* e outros regulamentos da vida espiritual diária, são “santos e justos e bons”, e Paulo disse que “servi-as” com o seu coração (Romanos 7:12, 14, 25).

Segundo, “toda a lei” inclui os regulamentos simbólicos que apontavam para o papel de Cristo, que solucionaria o problema da humanidade com o pecado. Estes sacrifícios, ofertas e cerimônias físicas cumpriam uma necessidade temporária. E fizeram isso muito bem! No entanto, sua observância não é mais necessária. Hebreus 9:9-10 explica isso claramente. Jesus tornou-se o sacrifício pelo pecado que isso representava.

Terceiro, a lei tinha regulamentos que permitiram a *administração* do governo na antiga Israel. As ordenanças estabeleciam *punições* para transgressões específicas que se enquadravam nesta categoria. Tais ordenanças nacionais—embora, dadas a um povo que ainda não tinha recebido o Espírito Santo—ainda são úteis como exemplos de julgamentos bons, firmes e piedosos.

Como Paulo explicou a Timóteo: “Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, *para instruir em justiça* para que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra” (2 Timóteo 3:16-17). Esses escritos antigos estão cheios de princípios e exemplos que explicam e ilustram o comportamento justo. Esta é uma das razões pelas quais disse Jesus: “Nem só de pão viverá o homem, mas de *toda* palavra de Deus” (Lucas 4:4).

A razão para a Aliança do Sinai

Paulo queria que os gálatas entendessem um propósito principal da Aliança do Sinai e, especialmente, todo o corpo de lei temporária dado com ela. O propósito era *preparar* o povo de Israel para o arrependimento genuíno e a justificação através de Cristo em um tempo posterior.

Por isso, muitos recursos *temporários* lhes foram dados por meio de Moisés. Essas características simbólicas serviram como um “*recordativo*” da culpa e da necessidade de redenção, mas não poderia “tirar os pecados” (Hebreus 10:1-4).

E isso mantinha os israelitas constantemente conscientes da sua necessidade de um Redentor. Nos escritos dos profetas posteriores, Deus revelou muitos mais detalhes sobre esse futuro Redentor.

Esses aspectos simbólicos e temporários da lei eram necessários pelo tempo que durou a Aliança do Sinai. Mas com a vinda do Redentor—que tanto é o Salvador como o Sumo Sacerdote de todos os que são resgatados—eles não são mais necessários. “Certo é que, quando há mudança de sacerdócio, é necessário que haja mudança de lei” (Hebreus 7:12, NVI).

Essa mudança parcial na lei (não uma rejeição do aspecto eterno da própria lei) incluiu apenas os recursos limitados dentro da totalidade do que foi dito no Sinai.

O foco principal da Nova Aliança é oferecer perdão para o pecado (como prefigurado na Aliança do Sinai) e criar um pensamento justo e uma atitude em conformidade dentro da pessoa. E isso é feito *escrevendo*, os mesmos fundamentos da “lei” espiritual e imutável dada a Moisés, no coração e na mente, em vez de escrever em meros objetos externos, como tábuas de pedra.

A Nova Aliança também oferece o dom do Espírito Santo—para que se “maneje bem a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15). O Espírito Santo fornece a motivação interna e a unidade necessária para *obedecer* às leis de Deus que distinguem o bem do mal (Romanos 8:7-9).

O exemplo da fé de Abraão

Em ambas as alianças, a lei de Deus define o pecado e contrasta-o com a justiça. Mas a lei não consegue e nem pode perdoar o pecado. Para esclarecer este ponto, Paulo entrega aos gálatas uma lição de história.

Ele remete à aliança feita com Abraão, o alicerce sobre o qual estão baseadas ambas a Aliança do Sinai e a Nova Aliança. Essa aliança [com Abraão] continha a “*promessa*” de que a “Semente” de Abraão iria *obedecer perfeitamente a Deus*, de modo a se qualificar em todos os aspectos como o Redentor de “todas as famílias da terra” (Gênesis 12:3; Gálatas 3:7-8, 29).

Uma vez que Jesus Cristo é esse Redentor, somente através da *fé* nEle e dEle—e não apenas através de tentar, por conta própria, a obedecer as “obras de lei”—é que a libertação da penalidade do pecado e do próprio pecado torna-se possível. A fé de Abraão é apresentada como o principal exemplo que devemos imitar a este respeito.

“Não foi mediante a Lei que Abraão e a sua descendência receberam a promessa de que ele seria herdeiro do mundo, mas mediante a justiça que vem da fé” (Romanos 4:13, NVI). É claro, que a fé fazia parte disso e foi demonstrada pela obediência de Abraão.

Paulo está tocando no ponto de que “um homem *não é justificado* pelas obras da lei, *mas pela fé de Jesus Cristo*, assim temos também crido em Jesus Cristo, para sermos justificados pela fé de Cristo, e não pelas obras da lei, porque pela as obras da lei nenhuma carne será justificada” (Gálatas 2:16, tradução livre da versão inglesa do Rei James). Ele continua: “Pois, se a *herança* depende da Lei, já não depende de promessa. Deus, porém, concedeu-a gratuitamente a Abraão mediante promessa” (Gálatas 3:18).

Para entender tudo o que Paulo está dizendo, temos de compreender ambos os aspectos da justificação. Em algumas partes, o foco de Paulo está no aspecto de que a justificação é a *reconciliação*—lidando com os “pecados dantes cometidos” (Romanos 3:25), a ênfase desse aspecto da justificação se encontra na limpeza das transgressões através da fé no sangue de Jesus Cristo. Em outras partes, ele se concentra em permanecer justificados pela obediência continuada—que também só é possível através de Cristo.

O propósito da lei

Visto que a justificação não veio através do sistema legal entregue à antiga Israel, Paulo pergunta: “Logo, para que é a lei [seus aspectos e ‘custódias’ temporários]? Foi ordenada *por causa das transgressões*, até que viesse a posteridade a quem a promessa tinha sido feita, e foi posta pelos anjos na mão de um medianeiro” (Gálatas 3:19).

Sem a lei preexistente e imutável de Deus não poderia haver transgressões ou pecados—assim, não haveria nenhuma culpa e nem necessidade de perdão, de justificação ou de um Salvador. Portanto, além de explicar a justiça, a lei de Deus também define e condena as transgressões. Por causa das transgressões da lei preexistente, as leis cerimoniais e sacrificiais foram acrescentadas apenas como recordativos temporários e disciplinar do pecado, como deixa claro Jeremias 7:21-23.

As promessas feitas a Abraão eram espirituais e essas mesmas promessas são feitas ao povo de Deus hoje, para aqueles que se arrependeram e receberam o Espírito Santo. O atual povo de Deus, assim como o justo Abraão (ver Gênesis 26:5), deve guardar a lei imutável de Deus, que *define* o pecado—embora ele não possa *perdoar* o pecado.

Os aspectos da lei acerca dos sacrifícios e do sacerdócio simbolizavam a redenção da culpa que o sangue derramado de Cristo iria disponibilizar no futuro. Mas agora, já que Ele foi sacrificado como o verdadeiro “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (João 1:29), esses meros aspectos simbólicos da lei não são mais necessários.

Os princípios de governo da lei ensinaram ao povo de Israel a olhar para Deus como seu Governante supremo. Quando Jesus voltar, Ele vai estabelecer novamente esses aspectos do governo divino, mas desta vez sobre toda a Terra como o “Rei dos reis” (Apocalipse 17:14; 19:19-21). O governo justo, muito semelhante ao sistema administrativo dado à antiga Israel, será então aplicado a todos os povos e nações (Isaías 2:2-4).

Como observado anteriormente, “Não foi mediante a Lei que Abraão e a sua descendência receberam a promessa de que ele seria herdeiro do mundo, mas mediante a justiça que vem da fé” (Romanos 4:13, NVI)—que inclui o perdão dos pecados e a capacitação para a plena obediência a Deus. Portanto, uma vez que Jesus Cristo é o nosso Redentor e Salvador, sendo possível somente pelo *dom da fé*, pela qual podemos receber, e que vem de Deus através de Cristo, a

libertação do pecado e de suas consequências (Efésios 2:8).

Gálatas 3:19: "Foi adicionada . . . até que viesse o Descendente"

Para ressaltar a importância do papel de Cristo na redenção, Gálatas 3:19 observa que lei (temporária) "*foi adicionada* por causa das transgressões, até que viesse o Descendente a quem se fez a promessa . . ." (ARA, comparar com Gn 17:7).

Desde que Cristo veio e morreu por essas transgressões, a *justificação pela graça mediante a fé* tornou-se disponível para todos os que creem e se arrependem.

Essa justificação não se tornou disponível através da circuncisão como uma recompensa ganha pelas "obras da lei". Ela está disponível apenas como *um dom—mediante a fé*—assim como Abraão foi justificado pela fé. Os aspectos cerimoniais e sacrificiais da lei dados do Sinai realmente se tornaram desnecessários uma vez que Cristo (a "Semente" ou "Descendente") havia chegado. Mas a "lei real" eterna e espiritual de Deus (Tiago 2:8) continua válida para os cristãos hoje em dia.

Lamentavelmente, muitos adulteram as palavras de Paulo, tirando-as do seu contexto, para contradizerem suas declarações.

Em Romanos 2:13 Paulo diz enfaticamente: "Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, *mas os que praticam a lei hão de ser justificados*". A justificação não está mesmo disponível para aqueles que se recusam a ser "cumpridores" da lei—isto é, a lei espiritual e eterna de Deus.

Um pré-requisito importante para o perdão e a capacitação através da justificação é o arrependimento (Atos 2:38), que inclui não apenas uma tristeza pela transgressão da lei no passado, mas também o compromisso de obedecer a lei de Deus, daquele ponto em diante.

Somente assim se é possível receber o Espírito Santo, que provê o "poder, o amor e a moderação" [ou domínio próprio] necessários para vencer o pecado (2 Timóteo 1:7, ARA). O fato de que a justificação é dada apenas para os "cumpridores" de lei espiritual de Deus torna a Sua lei *essencial* para esse processo.

Porque ninguém pode ganhar o perdão através de "obras" ou "obras da lei" (Romanos 3:28-30) e ninguém pode ter êxito em obedecer plenamente a Deus por conta própria. Paulo pergunta: "Anulamos, pois, a lei pela fé?" Sua resposta: "*De maneira nenhuma! Antes, estabelecemos a lei*" (versículo 31).

Ainda em Gálatas 3:21 Paulo confirma claramente que a lei e a promessa não se opõem, mas apoiam uma a outra: "Logo, a lei é contra as promessas de Deus? De nenhuma sorte; porque, se dada fosse uma lei que pudesse vivificar, a justiça, na verdade, teria sido pela lei".

A lei e a promessa cada uma tem um papel por estar "trazendo muitos filhos à glória" (Hebreus 2:10). Mas cada qual tem uma função diferente.

A lei explica a justiça e condena o pecado. E os aspectos simbólicos da lei aguardavam com expectativa a redenção. Mas o perdão dos peca-

dos somente está disponível através do arrependimento e da fé em Jesus Cristo, o Redentor *prometido*.

Para alcançar o objetivo da Nova Aliança, as grandes leis espirituais Deus devem ser escritas nos corações e mentes daqueles que são perdoados e resgatados, assim eles terão o caráter para servi-Lo fielmente por toda a eternidade (Hebreus 10:16).

Mas antes que isso possa acontecer, em primeiro lugar, tem que se satisfazer a *justiça* de Deus através da *justificação* pelo sangue derramado de Jesus Cristo.

A Atual Confusão Sobre A Liberdade Cristã

Na luta contra a heresia dos gálatas, Paulo às vezes se refere à liberdade cristã. Mas a liberdade que ele descreve é muito diferente da forma como as suas palavras são comumente interpretadas hoje em dia.

O raciocínio de Paulo sobre a *graça*, a *lei*, a *justificação* e a *liberdade* foi tão distorcida do contexto que, hoje, o seu significado é raramente entendido corretamente.

Por exemplo, a visão de liberdade comum hoje em dia, especialmente na sociedade ocidental, é que as pessoas devem ser livres para viver como quiserem. Geralmente, as pessoas tiram essa ideia lendo o conceito de liberdade em Gálatas. Mas tal ideia é totalmente alheia a Paulo—e também para as autoridades e a sociedade dos dias de Paulo.

O governo do Império Romano era uma ditadura, sob a autoridade do imperador. Relativamente poucas pessoas possuíam a cidadania romana para terem direitos legais. A maioria da população pertencia a duas outras classes de pessoas: os não cidadãos livres e os escravos. Destes vieram a maioria dos cristãos convertidos. Paulo contrasta as pessoas livres (não escravos) com as pessoas escravizadas para ilustrar uma verdade importante.

Aqueles que são *justificados* pela morte de Cristo *estão livres da condenação à morte*, por causa dos pecados passados. Aqueles não justificados *não estão livres* dessa condenação. Como pecadores não perdoados eles permanecem como criminosos condenados à morte e presos em um cativeiro (como no corredor da morte), aguardando a execução no momento do juízo final de Deus.

Paulo faz apelo aos cristãos para desenlaçar-se—*viver livre* disso—deste mundo de distintas classes fanáticas. Ele fez esse apelo porque, para a Igreja, “não há judeu nem grego [gentio]; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28).

No entanto, ele nunca apresenta esta liberdade como uma liberação da

lei de Deus, que define os pecados tão comuns no mundo ao nosso redor. Ele salienta que Jesus Cristo “deu a si mesmo por nossos pecados, *para nos livrar do presente século mau*” (Gálatas 1:4).

Jesus Cristo nos liberta da *condenação* que trouxemos a nós mesmos, ao participar dos males de nossa sociedade atual, não da autoridade da lei de Deus. Paulo deixou muito claro que Deus “*condenou o pecado na carne, para que a justiça da lei se cumprisse em nós*, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Romanos 8:3-4).

Com persistência, Paulo contrasta o pecado, que reflete as *obras da carne*, com a conduta correta, que reflete o *fruto do Espírito* (Gálatas 5:19-23). Esta é a razão pela qual precisamos do Espírito de Deus, pois somente assim teremos a capacidade de cumprir o que ensina a lei. O Espírito Santo abre a nossa mente para compreender a verdadeira intenção dos caminhos de Deus. Em seguida, devemos crescer em caráter divino e andar diligentemente no caminho de Deus.

A “Maldição da Lei”

Gálatas 3:10-13 frequentemente é uma das passagens da Bíblia mais usada de maneira incorreta.

Em ambos escritos e pregações, estudiosos e pastores igualmente recorrem a esta passagem para apoiar uma suposição equivocada de que Paulo via a lei de Deus como uma maldição. Mas como ele poderia vê-la como uma maldição se declarou em Romanos 7:12 que a lei de Deus era santa?

De fato, Paulo fala da “maldição da lei” (Gálatas 3:13), que significa uma maldição *decretada pela lei*. Mas ele não se refere à própria lei como uma maldição.

O que Paulo realmente diz é o seguinte: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)” (versículo 13, ARA).

Alguns versículos antes, ele escreve: “Todos quantos, pois, são das obras da lei estão debaixo de maldição; porque está escrito: Maldito todo aquele que não permanece em *todas as coisas* escritas no Livro da lei” (versículo 10, ARA).

Primeiro, observe que a maldição se aplica a “todo aquele que *não* permanece em *todas as coisas* escritas no Livro da lei”! Nenhuma maldição é pronunciada contra aquele que *obedece* “todas as coisas” que a lei exige.

Claro, Jesus Cristo foi o único que obedeceu toda a lei corretamente, sem transgredir nada dela. O restante de toda a humanidade pecou.

Então, o que é “a maldição da lei”? E de que forma Cristo recebeu essa maldição por nós? O que Paulo realmente estava dizendo?

Isso é explicado facilmente pela própria lei. Gálatas 3:10 apenas parafraseia uma passagem do Antigo Testamento: “Maldito quem não puser em prática as palavras desta lei” (Deuteronômio 27:26, NVI). Está claro que a maldição não é a lei, mas a *pena imposta por não cumpri-la*.

Gálatas 3:13 também é uma citação resumida de uma passagem do Antigo Testamento que explica exatamente o que é amaldiçoado e o motivo:

“Se um homem *culpado de um crime* que merece a morte for morto e pendurado num madeiro, não deixem o corpo no madeiro durante a noite. Enterrem-no naquele mesmo dia, porque qualquer que for pendurado num madeiro está debaixo da maldição de Deus. Não contaminem a terra que o Senhor, o seu Deus, lhes dá por herança” (Deuteronômio 21:22 -23, NVI).

Aqueles “culpados de um crime”—merecedor da pena de morte—eram pendurados em uma árvore depois de ser executado para servir como um exemplo público. Eles eram apresentados diante de todos como pecadores condenados e amaldiçoados por seus pecados.

Todos os seres humanos são culpados de pecar. Portanto, todos nós *merecemos* ser expostos como pecadores condenados e “amaldiçoados”.

Jesus Cristo, ao ser crucificado e, de fato, pendurado em uma árvore como um criminoso condenado, “*levando Ele mesmo em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro*, para que, mortos para os pecados, pudéssemos viver para a justiça” (1 Pedro 2:24).

Ele carregou toda a maldição—toda a *vergonha pública e a pena de morte*—que todos nós merecemos. Isso foi o que Paulo queria dizer em Gálatas 3:13, quando escreveu: “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar” (ARA).

Gálatas 4:9-10: As Leis de Deus São Uma Espécie de Escravidão?

Alguns veem Gálatas 4:9-10 como uma condenação às leis do Antigo Testamento.

Nestes versículos Paulo escreveu: “Mas agora, conhecendo a Deus ou, antes, sendo conhecidos de Deus, como tornais outra vez a esses rudimentos fracos e pobres, aos quais de novo quereis servir? Guardais dias, e meses, e tempos, e anos”.

Aqueles que argumentam contra

as leis de Deus veem a referência de Paulo aos “dias, e meses, e tempos, e anos” como uma menção ao Sábado, aos festivais, aos anos sabáticos e ao jubileu dados no Antigo Testamento (Levítico 23, 25). Eles veem estas observâncias dadas por Deus como os “rudimentos fracos e pobres” aos quais os Gálatas esta-

vam "voltando" ou "tornando outra vez" a "servir" (versículo 9).

É isto o que significa as palavras de Paulo?

Há um problema óbvio com o ponto de vista dos críticos do Sábado acerca destes versículos, pois o Sábado nem sequer é mencionado aqui. O termo "Sábado", "Sábados", e as palavras relacionadas *nem sequer aparecem em qualquer lugar na epístola aos Gálatas*.

Para argumentar contra a observância do Sábado, alguns supõem que os "anos" referidos em Gálatas 4:10 são os anos sabáticos e o jubileu descritos em Levítico 25. No entanto, o ano do jubileu não estava sendo observado em *nenhum lugar* nos dias de Paulo, e o ano sabático não estava sendo observado nas áreas fora da Palestina (*Enciclopédia Judaica*, vol. 14, p. 582, e *Enciclopédia Judaica*, p. 666, "Ano Sabático e Jubileu"). O fato de que eles estavam na Galácia da Ásia Menor pagã, fora da terra de Israel, torna ilógico imaginar que Paulo estaria se referindo aos anos sabáticos e ao jubileu.

As palavras gregas que Paulo usou para "dias, e meses, e tempos, e anos" são utilizadas em todo o Novo Testamento para descrever os períodos de tempo civis comuns. Eles são totalmente diferentes dos termos precisos que Paulo usou em Colossenses 2:16, especificando os Sábados e os festivais de Deus. Ele usou a terminologia exata para as observâncias bíblicas em Colossenses, mas usou palavras gregas muito diferentes em Gálatas, uma clara indicação de que estava discutindo assuntos completamente diferentes.

Para entender o que Paulo queria dizer, devemos examinar ambos os contextos históricos e imediatos destes versículos.

Os gálatas não poderiam "tornar outra vez" para os dias que eles nunca guardaram

Em sua maioria, as igrejas da Galácia eram compostas de membros gentios ao invés de judeus. Paulo deixou claro que eles estavam fisicamente incircuncisos (Gálatas 5:2; 6:12-13), então eles não poderiam ter sido judeus.

Este contexto é importante para entender esta controversa escritura. Em Gálatas 4:9-10, Paulo disse que os Gálatas estavam "tornando outra vez a esses rudimentos fracos e pobres", que incluía "dias, e meses, e tempos, e anos". E já que, pelo contexto, os leitores de Paulo eram gentios, é difícil ver como esses "dias, e meses, e tempos, e anos", aos quais eles estavam retornando, como sendo o Sábado e outras festas bíblicas, uma vez que não poderiam "tornar outra vez" a algo que anteriormente não haviam observado.

Isto ainda está mais claro no contexto imediato. No versículo 8, Paulo disse: "Mas, quando não conhecíeis a Deus, serviéis aos que por natureza não são deuses". Aqui Paulo se refere "claramente aos ídolos do paganismo, que, na típica expressão judaica, Paulo os denominava 'não deuses'" (*O Comentário Bíblico Expositivo*, 1976, vol. 10, p. 475).

Isto não se refere às práticas bíblicas

Seria possível que esses "rudimentos fracos e pobres", aos quais

estavam retornando, (versículo 9) fossem as leis de Deus, os Sábados e os festivais? A palavra traduzida por “rudimentos” aqui é a palavra grega *stoicheia*. O que ela significa? O *Comentário Bíblico Expositivo* explica:

“Parece que, no tempo de Paulo . . . *stoicheia* . . . se referia ao sol, à lua, às estrelas e aos planetas— todos eles associados com deuses ou deusas e, porque regulava a progressão do calendário, também ela era associada a grandes festas pagãs em honra aos deuses. Na visão de Paulo, estes deuses eram demônios. Assim, ele estaria pensando em uma escravidão demoníaca em que os Gálatas realmente estavam enredados antes da proclamação do evangelho . . .”.

“Nos versículos que se seguem, Paulo passa a falar destes três assuntos cruciais em uma rápida sucessão: (1) ‘aos que por natureza não são deuses’, presumivelmente eram falsos deuses ou demônios; (2) ‘esses rudimentos fracos e pobres’, novamente *stoicheia*, e também (3) ‘dias, e meses, e tempos, e anos’ (versículos 8-10). Sem dúvida, Paulo pensaria acerca desses demônios de modo totalmente diferente do pensamento anterior dos gálatas . . . Assim, toda esta questão adquire um significado cósmico e espiritual. O contraste irrevogável é a liberdade em Cristo e a escravidão de Satanás e dos espíritos malignos” (p. 472).

Observância supersticiosa de dias e tempos

Este é o contexto em que pelo menos alguns dos gálatas estavam

observando “dias, e meses, e tempos, e anos” especiais. A palavra traduzida aqui como “guardais” ou “observais” é o *paratereo* palavra grega, que significa “prestar atenção, [ou] observar estritamente” (WE Vine, *Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine*, 1985, “Observação, observar”).

Esta palavra “parece ter o sentido de ‘ansioso, escrupuloso, uma observância bem fundamentada no interesse próprio’, que . . . se encaixa quanto a pontos ou períodos de tempo que são avaliados de forma positiva ou negativa do ponto de vista do calendário ou da astrologia” (Gerhard Kittel, *Dicionário Teológico do Novo Testamento*, 1995, vol. 8, p. 148).

Sejam quais forem esses “dias, e meses, e tempos, e anos”, que os gálatas estavam observando, eles eram, aparentemente, observados de forma supersticiosa, da maneira como haviam observado os dias e os tempos antes de sua conversão.

A partir do contexto, vemos que simplesmente não é lógico concluir que Paulo estava criticando a observância do Sábado e dos festivais bíblicos, já que não foram sequer mencionados em qualquer lugar nesta epístola. Em vez disso, ele estava atacando o esforço equivocado para alcançar a salvação através de observâncias supersticiosas desnecessárias.

Paulo diz-lhes: “Receio de vós que haja eu trabalhado em vão para convosco” (versículo 11). Ele estava tentando impedi-los de voltar a ser enredados por suas antigas práticas pagãs.

Será Que As Palavras de Paulo Aos Gálatas Contradizem Suas Ações?

Uma interpretação comum do livro de Gálatas é que Paulo criticou os gálatas por guardarem o Sábado e os Dias Santos bíblicos.

Muitos teólogos acreditam que estes eram os dias a que Paulo se referia quando escreveu: “Como tornais outra vez a esses rudimentos fracos e pobres, aos quais de novo quereis servir? Guardais dias, e meses, e tempos, e anos” (Gálatas 4:9-10).

Aqui Paulo está criticando a observância do Sábado e dos dias santos? O livro de Atos fornece fatos importantes que demonstram claramente que esse *não era* o caso.

Paulo visitou várias cidades no interior da província romana da Galácia (o que é hoje o centro da Turquia), durante sua primeira viagem por volta do ano 46-48 d.C. Ele escreveu sua epístola aos Gálatas, em algum momento após essa viagem.

Mas observe o que Lucas registra em Atos 13 sobre as ações de Paulo durante sua visita a Antioquia, na Pisídia, uma região na província da Galácia:

- Paulo participa dos cultos no Sábado na sinagoga local (Atos 13:14).
- Paulo, como convidado e erudito, ensina na sinagoga (Atos 13:15-41).
- Na conclusão do culto “os gentios rogaram que no Sábado seguinte lhes fossem ditas as mesmas coisas” (Atos 13:42).
- Quando o Sábado seguinte chegou, “ajuntou-se quase toda a cidade a ouvir a palavra de Deus” de Paulo e Barnabé (Atos 13:44).

Se assumirmos que Gálatas 4:9-10 condena a guarda do Sábado, então a seguinte é uma pergunta óbvia: Por que Paulo ensinaria aos gentios e judeus no Sábado ao visitar as igrejas da Galácia e então, após a partida, escreveria uma carta *repreendendo-os por observar o dia de Sábado*?

Devemos também perguntar, se Paulo acreditava que guardar o Sábado e os Dias Santos bíblicos era “escravidão”, por que ele não aproveitou a oportunidade para dizer isso a esses judeus e gentios sabatários quando teve uma oportunidade perfeita?

Quando eles “rogaram que no Sábado seguinte lhes fossem ditas as mesmas coisas”, por que Paulo simplesmente não lhes disse que iria ensiná-los no dia seguinte—domingo—ou em qualquer outro dia? Em vez disso, “ajuntou-se quase toda a cidade”, uma semana depois para ouvir Paulo e Barnabé—no dia de Sábado!

Se em Gálatas 4:9-10 Paulo tentava condenar a observância do Sábado como uma escravidão, suas ações registradas no livro de Atos mostram que ele ou estava muito confuso ou era muito hipócrita. Por outro lado, se realmente compreendermos a verdadeira intenção das palavras de Paulo, ambos as suas ações e suas palavras são coerentes e têm sentido.

Por Que Paulo Usou o Termo “Toda a Lei” Em Gálatas 5:3?

Paulo queria dizer que a desobrigação dos gentios de ter que circuncidarem-se também os desobrigaria a ter que obedecer a uma das leis de Deus?

Quando o apóstolo Paulo disse: “E, de novo, protesto a todo homem que se deixa circuncidar que está obrigado a guardar toda a lei” (Gálatas 5:3), ele estava dando a entender que desobrigar os gentios da circuncisão também os desobrigava de ter que obedecer a qualquer lei de Deus?

Isso é o que é comumente ensinado a respeito desta passagem. Mas isso não é o que Paulo queria dizer! As leis da Aliança do Sinai variavam muito em propósito e conteúdo. Algumas leis definiam o pecado—explicitando as transgressões. Essas leis, embora incluídas como parte da Aliança do Sinai, não começaram no Sinai e nem terminaram com a crucificação de Jesus Cristo.

Outras leis, compreendidas como parte da Aliança do Sinai, estabeleceram procedimentos administrativos e sanções para a desobediência. Elas eram necessárias para o governo da nação de Israel.

Outras ainda—como a circuncisão e os sacrifícios—tinham um propósito simbólico. O livro de Hebreus explica que, em grande parte, esses tipos de leis tiveram apenas uma finalidade temporária, porque elas estavam “baseadas somente em comidas, e bebidas, e diversas abluções, impostas até

ao tempo oportuno de reforma” (Hebreus 9:10). Mas Hebreus não diz que tudo que está contido em “toda a lei” era temporário.

O ponto de Paulo em Gálatas sobre o dever de “guardar toda a lei” está expresso no contexto daqueles que queriam impor a *circuncisão* aos gálatas. O raciocínio implícito daqueles, talvez até sem intenção, é que pelo menos alguns dos aspectos simbólicos da lei seriam necessários para os gentios. Esse é o ensinamento falso contra o qual Paulo argumenta com veemência em sua epístola aos Gálatas.

Por causa de Sua perfeita obediência, Jesus Cristo foi qualificado a entregar Sua própria vida, de modo a livrar da escravidão do pecado e de sua pena de morte a todos os que têm fé nEle. Então, Paulo assim arrazoa com os gálatas: “Eu, porém, irmãos, se prego ainda a circuncisão, por que sou, pois, perseguido? Logo, o escândalo da cruz [a pregação de que Jesus Cristo é o nosso sacrifício pelo pecado] está aniquilado” (Gálatas 5:11).

Seu ponto é que exigir o ritual simbólico da circuncisão como necessário é negar a suficiência da obra e do sacrifício de Cristo. Ele rejeitou *esse argumento*—mas não rejeitou toda a lei.

Os mandamentos de Deus, que definem o pecado, estão escritos na "lei"—mas não compõem *toda a lei*. Paulo usou o termo "toda a lei" para deixar claro que a lei tem dentro de si aspectos simbólicos que não devem ser exigidos aos gentios.

Paulo expressa claramente, numa carta aos Coríntios, essa distinção entre o que os gentios devem guardar e o que não era necessário: "A circuncisão nada, é e a incircuncisão nada é, mas, sim, a observância dos mandamentos de Deus" (1 Coríntios 7:19).

O Que Está Errado Com a Nossa Natureza Humana?

A Bíblia apresenta Satanás como o mestre manipulador da natureza humana.

Nossa fraqueza combinada com a influência do diabo levou o mundo todo ao pecado (Apocalipse 12:9). Paulo explica que "o deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho" (2 Coríntios 4:4, ARA).

Paulo lembra aos discípulos fiéis de Cristo que "noutro tempo, andastes, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que, agora, opera nos filhos da desobediência; entre os quais todos nós também, antes, andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também" (Efésios 2:2-3).

Por causa dos enganos de Satanás e das tendências pecaminosas da natureza humana, "todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Romanos 3:23). Devemos entender, entretanto, que o diabo não pode nos forçar a pecar. Ele sim-

plesmente nos influencia através de nossas fraquezas carnis. Mas várias áreas importantes de nossa natureza carnal são facilmente manipuladas por Satanás.

Primeiro, o nosso egoísmo, os desejos carnis que muitas vezes nos colocam em problemas: "Ora, as obras da carne são manifestas: imoralidade sexual, impureza e libertinagem; idolatria e feitiçaria; ódio, discórdia, ciúmes, ira, egoísmo, dissensões, facções e inveja; embriaguez, orgias e coisas semelhantes. Eu os advirto, como antes já os adverti: Aqueles que praticam essas coisas não herdarão o Reino de Deus" (Gálatas 5:19-21, NVI).

Paulo descreve graficamente os efeitos que os desejos carnis provocam no comportamento humano. "Por isso Deus os entregou à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos do seu coração, para a degradação do seu corpo entre si".

"Até suas mulheres trocaram suas relações sexuais naturais por outras,

contrárias à natureza. Da mesma forma, os homens também abandonaram as relações naturais com as mulheres e se inflamaram de paixão uns pelos outros. Começaram a cometer atos indecentes, homens com homens, e receberam em si mesmos o castigo merecido pela sua perversão”.

“Além do mais, visto que desprezaram o conhecimento de Deus, ele os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem o que não deviam. Tornaram-se cheios de toda sorte de injustiça, maldade, ganância e depravação”.

“Estão cheios de inveja, homicídio, rivalidades, engano e malícia. São bisbilhoteiros, caluniadores, inimigos de Deus, insolentes, arrogantes e presunçosos; inventam maneiras de praticar o mal; desobedecem a seus pais; são insensatos, desleais, sem amor pela família, implacáveis. Embora conheçam o justo decreto de Deus, de que as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte, não somente continuam a praticá-las, mas também aprovam aqueles que as praticam” (Romanos 1:24-32, NVI).

Segundo, nossa desonestidade natural, inclusive o autoengano, é uma grande fraqueza da mente carnal. “O coração é mais enganoso que qualquer outra coisa e sua doença é incurável. Quem é capaz de compreendê-lo? “Eu sou o Senhor que sonda o coração e examina a mente, para recompensar a cada um de acordo com a sua conduta, de acordo com as suas obras” (Jeremias 17:9-10, NVI).

Nós, naturalmente, procuramos maneiras de justificar nossas luxúrias, nossos desejos pecaminosos, e o comportamento que surge deles.

Nós mesmos nos enganamos ao acreditar que, uma vez que nossos desejos são naturais, eles não são tão ruins assim. Mas a Palavra de Deus nos lembra de que “há caminho que ao homem parece direito, mas o fim dele são os caminhos da morte” (Provérbios 14:12 e 16:25). A morte é o resultado final de viver dessa maneira errada (Romanos 6:23).

Terceiro, temos uma tendência natural de ficarmos ressentidos quando temos nossos desejos carnis limitados por regras, até mesmo as leis de Deus. Paulo explica: “Quem vive segundo a carne tem a mente voltada para o que a carne deseja; mas quem vive de acordo com o Espírito, tem a mente voltada para o que o Espírito deseja. A mentalidade da carne é morte, mas a mentalidade do Espírito é vida e paz; a mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo. Quem é dominado pela carne não pode agradar a Deus” (Romanos 8:5-8, NVI).

Estas e outras fraquezas carnisais são o que chamamos de natureza humana. Satanás tira vantagem da nossa natureza fraca e gananciosa persuadindo-nos a confiar ainda mais do que o normal em nossas emoções, necessidades e desejos. Mas temos nossa parte em tudo isso. Sem a influência positiva do Espírito de Deus, nós simplesmente não estaremos dispostos a viver de acordo com as instruções de Deus.

Portanto, Paulo adverte: “Porque, se viverdes segundo a carne, morrereis; mas, se pelo espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis. Porque todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, esses são filhos de Deus” (Romanos 8:13-14).

O Espírito Santo: A Promessa de Deus de Sua Ajuda Milagrosa

Precisamos da ajuda de Deus, através do Seu Espírito, para obedecer-Lhe de coração e harmonizar nossos pensamentos, atitudes e ações com Ele.

A pedra fundamental da Nova Aliança é a promessa de Deus: "Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração" (Jeremias 31:33). Em Ezequiel 36:26-27 Ele nos diz como vai fazer isso: "Darei a vocês um coração novo e porei um espírito novo em vocês; tirarei de vocês o coração de pedra e lhes darei um coração de carne. Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis" (NVI).

Precisamos da ajuda de Deus, através do Seu Espírito, para obedecer-Lhe de coração e sintonizar nossos pensamentos, atitudes e ações com Ele. Devemos permitir que o Seu Espírito para torne-se a força motriz de nossas vidas, para que possamos ter este "coração novo".

Para compreender como o Espírito de Deus trabalha em nós, temos que entender o que é o Espírito de Deus.

O Espírito Santo não é uma "pessoa" à parte, como sendo elemento de uma "Santíssima Trindade". Simplesmente não há evidência bíblica para apoiar a crença comum de que o Espírito

Santo seja uma pessoa separada (para ver a prova bíblica, solicite ou baixe o nosso guia de estudo bíblico gratuito "*Quem é Deus?*"). Nas Escrituras o Espírito Santo é descrito mais frequentemente como o poder de Deus agindo em nossas vidas para nos guiar (ver Romanos 8:14).

Ajuda divina através do Espírito de Deus

Como é que o Espírito de Deus nos guia? Vamos analisar alguns aspectos.

O Espírito Santo nos mantém em contato com a mente de Deus. O Espírito de Deus trabalha com nossa mente. O apóstolo João descreve isso desta forma: "E aquele que guarda os seus mandamentos permanece em Deus, e Deus, nele. E nisto conhecemos que ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu" (1 João 3:24, ARA). Através do Espírito de Deus, que Ele nos dá, podemos ser influenciados por Deus para o bem. Isso está em contraste com o mundo ao nosso redor e com nossa própria natureza, que nos influenciam para o mal.

O Espírito de Deus também nos

ajuda a chegar a uma compreensão mais profunda de Sua verdade. Quando Jesus prometeu aos apóstolos que lhes enviaria o Espírito, Ele disse: "Quando vier aquele Espírito da verdade, ele vos guiará em toda a verdade" (João 16:13).

O Espírito de Deus inspira um entendimento mais profundo da Sua Palavra, propósito e vontade. Como nos diz 1 Coríntios 2:9-11: "Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam. Mas Deus no-las revelou pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Porque qual dos homens sabe as coisas do homem, senão [pelo] o espírito do homem, que nele está? Assim também ninguém sabe as coisas de Deus, senão [pelo] o Espírito de Deus".

Sem o Espírito de Deus uma pessoa não pode entender plenamente a Palavra de Deus e Sua vontade, "porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente" (versículo 14).

O Espírito Santo torna possível a superação. Nada que Deus nos peça de é tão difícil de alcançar com o Seu poder agindo em nossas vidas. Romanos 8:26 nos diz que o Espírito de Deus nos ajuda em nossas fraquezas. Paulo falou por todos nós, quando disse: "Posso todas as coisas Naquele que me fortalece" (Filipenses 4:13).

Jesus promete aos cristãos: "Mas a Deus tudo é possível" (Mateus 19:26, Marcos 10:27). A vida cristã tem que ser uma vida de superação. Deus não quer que fiquemos do mesmo jeito de quando fomos chamados. Em vez disso, Ele nos diz: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento" (Romanos 12:2). O cristianismo é um caminho de vida de superação, de crescimento e de transformação de nossos pensamentos e mente até nos tornarmos como Jesus Cristo (Filipenses 2:5).

O Espírito de Deus convence a nossa consciência e nos ajuda a ver o pecado como realmente é. Ao falar do Espírito Santo, que seria dado a Seus seguidores após Sua morte, Jesus disse que ele "convencerá o mundo do pecado" (João 16:8). O Espírito de Deus dentro de nós, trabalhando com a nossa consciência, nos ajuda a reconhecer e evitar o pecado.

O Espírito Santo produz em nós o fruto divino. Assim como uma macieira produz maçãs, o Espírito de Deus produz um determinado tipo de fruto em nossas vidas. Paulo descreve os aspectos desse fruto, que deve ser evidente naqueles que são guiados pelo Espírito de Deus, como sendo de "amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio" (Gálatas 5:22-23).

O Espírito de Deus também nos conforta, nos encoraja e nos ajuda

de outras maneiras. Jesus Cristo prometeu enviar a Seus discípulos um "Consolador" (João 14:16) ou "Auxiliador" (BLH). A verdadeira garantia e a força vêm do fato de o Espírito de Deus habitar em nós. Nós não precisamos ficar excessivamente preocupados sobre o que pode acontecer conosco. O Espírito de Deus é uma garantia de que tudo que acontecer vai ser para o bem "daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por Seu decreto" (Romanos 8:28).

O crescimento para a maturidade espiritual

A correta compreensão da verdade bíblica de que o Espírito Santo é o poder de Deus pode transformar nossas vidas nos ajuda a entender melhor o Seu propósito e vontade para nós.

É também uma chave para entender todo o propósito e intenção da Nova Aliança. Deus não estabeleceu a Nova Aliança

para abolir as Suas leis, que são santas, justas e boas (Romanos 7:12). Ele a estabeleceu para remediar a falha que estava *nas pessoas* (Hebreus 8:8)—a fraqueza, a desobediência e a falta de fé inerente a todos nós e que nos leva a pecar (Romanos 3:10-18). Por meio de Seu Espírito, Deus nos capacita a desenvolver um caráter santo e justo e a resistir à tentação e à atração do pecado.

Com o Espírito de Deus agindo em nós, a maravilhosa promessa de Deus da Nova Aliança, em Jeremias 31:33-34, pode ser cumprida: "Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. E não ensinará alguém mais a seu próximo, nem alguém, a seu irmão, dizendo: Conheci ao SENHOR; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior, diz o SENHOR; porque perdorei a sua maldade e nunca mais me lembrarei dos seus pecados".

O Espírito Santo não é uma "pessoa" à parte, como sendo elemento de uma "Santíssima Trindade". Simplesmente não há evidência bíblica para apoiar a crença comum de que o Espírito Santo seja uma pessoa separada (para ver a prova bíblica, solicite ou baixe o nosso guia de estudo bíblico gratuito "**Quem é Deus?**"). Nas Escrituras o Espírito Santo é descrito mais frequentemente como o poder de Deus agindo em nossas vidas para nos guiar (ver Romanos 8:14).



A Justiça e o Julgamento de Deus

— (Passagens de Romanos)

Deus como juiz, que a cada ser humano imputa a responsabilidade de prestar contas em conformidade com Sua lei, é um tema muito repetido nas Escrituras.

“Mas, se a nossa injustiça ressalta de maneira ainda mais clara a justiça de Deus, que diremos? Que Deus é injusto por aplicar a sua ira? . . . Claro que não! Se fosse assim, como Deus iria julgar o mundo?” (Romanos 3:5-6, NVI).

Deus como juiz, que a cada ser humano imputa a responsabilidade de prestar contas em conformidade com Sua lei, é um tema muito repetido nas Escrituras. O apóstolo Paulo fala sobre este assunto em sua carta aos romanos.

Para ter certeza de que podemos entender o raciocínio de Paulo, precisamos nos lembrar da precaução de Pedro quanto a má interpretação das palavras de Paulo, de modo a fazê-las parecer dizer algo diferente do que realmente diz. Como observou Pedro que, nas cartas de Paulo, às vezes, “há pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes torcem e igualmente as outras Escrituras, para sua própria perdição” (2 Pedro 3:16).

Muitas vezes algumas pessoas leem nas palavras de Paulo suas próprias crenças e ideias, que são completamente contrárias à Palavra de Deus e até mesmo ao ensino claro de Paulo. Portanto, é fundamental que se leia atentamente o que Paulo realmente diz em vez de aceitar que a opinião popular é sempre a certa.

Muitas crenças populares sobre o que Paulo ensinou são tão preconceituosas contra os escritos do Antigo Testamento que perdem completamente o ponto de vista das cartas de Paulo.

Como acontece com sua carta aos Gálatas, também a carta de Paulo aos Romanos é constantemente mal interpretada pelos comentaristas da Bíblia. Por causa de suas ideias preconcebidas contra a lei de Deus, eles interpretam mal as palavras de Paulo, de modo a fazê-las parecer hostil às leis ensinadas na Palavra de Deus.

Um dos principais objetivos da carta de Paulo aos Romanos era o de colocar um fim ao problema dos cristãos, gentios e judeus, que estavam *julgando* um ao outro. Ele queria que eles vissem que “todos havemos de comparecer ante o tribunal de Cristo” e serão julgados pelo mesmo padrão (Romanos 14:10, João 5:22-24).

A justiça de Deus não tem favoritismo

Para explicar seu ponto de vista, Paulo explica sobre a *justiça* de Deus e como ela se relaciona com a *justificação* dos pecadores, independentemente de sua cultura, raça ou compreensão anterior de Sua lei.

“Pois em Deus não há parcialidade. Todo aquele que pecar sem a Lei, sem a Lei também perecerá, e todo aquele que pecar sob a Lei, pela Lei será julgado. Porque não são os que ouvem a Lei que são justos aos olhos de Deus; mas os *que obedecem à Lei*, estes serão declarados justos” (Romanos 2:11-13, NVI).

No julgamento final, o destino eterno de cada pessoa depende do fato de sua *desobediência* à lei de Deus ser perdoada por meio de seu arrependimento pessoal e sua *fé genuína* em Jesus Cristo, como seu Salvador e Redentor. Todos os que se recusarem a aceitar essas condições serão *julgados* como pecadores impenitentes e serão condenados.

Em Roma alguns dos gentios convertidos (possivelmente apenas alguns da totalidade) estavam julgando os judeus. Da mesma forma, alguns judeus estavam julgando os gentios convertidos.

Paulo queria que eles entendessem que, quando se tratasse de julgamento, Deus não tem favorito. Todos são culpados do pecado. Todos devem *arrepender-se* do pecado—de quebrar a lei de Deus—e ser justificados pelo sangue de Cristo para receber o perdão. Não há outro caminho para ganhar o favor de Deus.

Assim, Paulo explica: “Portanto, você, que julga os outros é indesculpável; pois está condenando a si mesmo naquilo em que julga, visto que você, que julga, pratica as mesmas coisas.

“Sabemos que o *juízo de Deus* contra os que praticam tais coisas é conforme a verdade. Assim, quando você, um simples homem, os julga, mas pratica as mesmas coisas, pensa que escapará do juízo de Deus? Ou será que você despreza as riquezas da sua bondade, tolerância e paciência, não reconhecendo que a bondade de Deus o *leva ao arrependimento?*” (Romanos 2:1-4, NVI).

Duas coisas se destacam nessas observações. *Primeiro*, Deus exige o arrependimento de todo aquele que busca o perdão. Em *segundo* lugar, Ele ainda julga a todos pela “verdade”.

Desde que Deus também *julga* todos os homens, sem favoritismo, a ignorância da lei não é desculpa para ninguém se livrar da condenação que a lei impõe pelo pecado. Ainda aqueles que pecaram na ignorância perecerão (versículo 12) se recusarem a aprender a verdade ou se não

estiverem dispostos a parar de transgredir a lei.

Somente os pecadores que se arrependem, mostrando uma vontade de serem “praticantes da lei” (versículo 13), podem ser justificados pela graça de Deus. Isso se aplica aos judeus e aos gentios, sem favorecer para qualquer um deles.

Para enfatizar este ponto, Paulo, na primeira parte do livro de Romanos, abrange três aspectos cruciais de como o pecado se relaciona com a justiça de Deus: (1) o pecado é universal e todos as pessoas são culpadas, (2) o pecado é causado principalmente pelas debilidades carnis (ver Tiago 1:14-15) e (3) a consequência do pecado—quando visto do ponto de vista do juízo final—é a morte eterna.

Por que a maioria dos judeus não aceitou a Jesus?

No momento em que Paulo escreveu sua epístola aos Romanos, a maioria dos judeus se recusava a aceitar a Jesus como Messias. Sua primeira vinda não foi a de um rei conquistador que eles esperavam. Isso fez com que Cristo fosse um “tropeço” para eles (Romanos 11:9).

Portanto, Paulo está postulando o plano de fundo necessário para que a justiça de Deus possa responder de forma eficaz, nos capítulos 9 a 11, a uma das questões que originalmente o levou a escrever esta carta. Essa pergunta foi a seguinte: “*Porventura, rejeitou Deus o Seu povo?*” Sua resposta: “De modo nenhum!” (Romanos 11:1).

Paulo deixa claro que Deus não rejeitou definitivamente os israelitas, incluindo os judeus da época, por terem rejeitado o Messias. Deus também não abandonou nenhuma das promessas que tinha feito para eles.

Ao contrário, Ele está chamando nesta era atual apenas “um restante” [“um remanescente”] de Israel como Seus “eleitos”—e o outro restante ficando espiritualmente endurecidos [cegos] (versículos 5, 7). E esse endurecimento [cegueira] do “resto” não vai cessar até a volta de Cristo.

Por isso o endurecimento é *temporário*—somente um “endurecimento [que] veio em parte . . . até que a plenitude dos gentios haja entrado” (versículo 25). O que isso significa é que durante esta presente era apenas uma pequena parte do povo de Israel está sendo chamada agora ao arrependimento.

A salvação futura de Israel

Então, Paulo, rapidamente assinala que no futuro “*todo o Israel será salvo*, como está escrito: Virá de Sião o Libertador [Jesus Cristo] e Ele [na Sua segunda vinda] *apartará de Jacó as impiedades*. Esta é a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados” (versículos 26-27, ARA).

Deus tem um tempo determinado para levar todas as pessoas ao arrependimento e à salvação. Apenas alguns poucos estão sendo chamados na presente época.

E esses poucos, escolhidos de todas as nações, serão ressuscitados den-

tre os mortos, quando Cristo voltar, para auxiliá-Lo a ensinar ao “resto” que ainda está endurecido [cego]. “Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte, mas serão *sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão* com Ele mil anos” (Apocalipse 20:6). Deus separou este período milenar, como descrito em Apocalipse 20:11-13, para trazer a maioria do “resto” da humanidade ao arrependimento.

Naquele tempo esta profecia de Isaías sobre a cidade de Jerusalém se tornará uma realidade: “Restaurarei os seus juízes como no passado, os seus conselheiros, como no princípio. Depois disso você será chamada cidade de retidão, cidade fiel. *Sião será redimida com justiça*, com retidão os que se *arrependerem*. Mas os rebeldes e os pecadores serão destruídos, e os que abandonam o Senhor perecerão” (Isaías 1:26-28, NVI).

Por que era tão importante entender isso no tempo de Paulo, a ponto de ele escrever uma carta à igreja em Roma? Foi por causa de uma atitude anti-judaica, que na época estava afetando os gentios cristãos em Roma, mas depois se espalhou por todo o mundo e precisava ser combatida.

Paulo queria acabar com a ideia de que Deus estava rejeitando a Seu povo, Israel. Ele tratou do assunto quando escreveu o livro de Romanos. Mas depois de sua morte isso surgiu novamente e hoje é conhecida como a “*teologia da substituição*”. É a noção popular de que Deus veio para *substituir* os judeus, como povo da aliança, pelos gentios convertidos.

Os gentios precisam ser “enxertados” na família de Abraão

Portanto, Paulo rejeitou profundamente a ideia de que Deus estava substituindo a nação de Israel—incluindo os judeus do primeiro século—como o povo da aliança. Em vez disso, gentios convertidos seriam “*enxertados*” na *raiz* de Israel (Romanos 11:17-19). A “*raiz*” ou ancestral de Israel foi Abraão, a quem Deus fez a promessa de que o Messias viria de seus descendentes.

A esperança dos gentios, portanto, reside na *partilha* da herança prometida aos israelitas, não em *substituí-los* ou receber uma herança diferente da deles. Como Paulo havia explicado aos cristãos da Galácia: “E, se sois de Cristo, então, sois descendência de Abraão e herdeiros conforme a promessa” (Gálatas 3:29).

Como foi explicado acima, um fator importante no raciocínio de Paulo é que durante o “presente século mau” (Gálatas 1:4), Deus não está chamando a maioria dos judeus *ou* gentios ao arrependimento. Assim, ele argumenta que os gentios convertidos não devem ostentar que o seu chamado significa que Deus “rejeitou” os descendentes físicos de Israel (quer vivos, falecidos ou ainda por nascer).

A maioria dos seres humanos, judeus e gentios, será chamada ao arrependimento—com o objetivo de receber a salvação—somente após a volta de Cristo. Na verdade, muitos deles vão esperar em suas sepulturas, sem

consciência da passagem do tempo, até a ressurreição dos mortos que profetizou Ezequiel (Ezequiel 37:1-14).

Apocalipse 20:5 confirma essa ressurreição no Novo Testamento e explica que ela terá lugar após os primeiros mil anos de reinado de Jesus Cristo na Terra estiver terminado. O grande e último cumprimento da Nova Aliança profetizada em Ezequiel e em outras partes acontecerá depois do retorno de Cristo. (Para saber mais detalhes, por favor, solicite ou baixe nosso livro gratuito *"O Que Acontece Depois da Morte?"*).

Esta futura ressurreição é uma das razões que Paulo instrui aos gentios cristãos a não se "vangloriarem" de que eles estavam substituindo os israelitas no plano divino de salvação (Romanos 11:18). Ele queria que eles vissem, como galhos quebrados não naturais de Israel, sendo, humilde e misericordiosamente, "enxertados" na "oliveira" de *herdeiros* de Abraão (versículos 13-25). Eles não tinham motivo para se gabar.

Paulo também enfatiza que *todas* as promessas feitas no passado a Israel *serão cumpridas* porque "os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis" (versículo 29, ARA). Deus nunca quebra Suas promessas.

Quando Jesus Cristo voltar, os descendentes naturais de Israel vão se submeter ao Seu governo (Jeremias 23:3-6). Naquele tempo, Deus irá confirmar a Nova Aliança com eles *como uma nação*, como o povo escolhido que Ele nunca rejeitou (Jeremias 31:31-34).

Também nessa época, Deus vai escrever suas leis em seus corações e mentes (versículo 33), transformando-os em Sua nação escolhida de mestres espiritualmente capazes. Como uma nação *convertida*, eles serão capazes de ajudar Jesus Cristo a ensinar todas as nações do mundo como pôr em prática os caminhos de Deus, incluindo a Sua lei (Isaías 2:3, Zacarias 8:22-23). Todas as promessas feitas a Israel serão cumpridas.

A rejeição dos judeus após a morte de Paulo

Por que confirmar a fidelidade das promessas que Deus fez a Israel era tão importante que Paulo queria que todos gentios convertidos a compreendessem?

A história nos dá a resposta. Em menos de um século após a sua morte, a divisão entre os judeus e gentios que Paulo tentou evitar no cristianismo começou a acontecer em grande escala.

A maior parte dos gentios convertidos—na verdade, muitos eram "cristãos" apenas no nome—rejeitou o papel de Israel no plano divino de salvação e abandonou a lei de Deus. Eles escolheram a considerar-se como os *substitutos* dos judeus. Uma vez que esse falso conceito foi incorporado às crenças desses gentios convertidos, eles se tornaram alvos fáceis para outros enganos.

Até hoje, a maioria desses enganos ainda influencia os principais ramos do cristianismo (para mais detalhes, solicite o nosso guia de estudo bíblico gratuito *"A Igreja que Jesus Edificou"*).

Esta transição marcou o início de um novo ponto de vista teológico, que não só rejeitava os judeus, mas também se tornava crítico de quase tudo o que era visto como “judeu”—inclusive as Escrituras que chamamos de Antigo Testamento. (Para saber mais sobre como essa “*teologia da substituição*” afetou o cristianismo após a morte de Paulo, não deixe de ler “*A Corrupção do Cristianismo Apostólico*” na página 115).

A distorção da justificação através de Cristo

Agora deve ser mais fácil entender a razão de Paulo para abordar o problema do *juízo* entre os cristãos em Roma. Se eles não conseguissem compreender corretamente a razão do seu chamado, Paulo sabia que logo estariam fadados ao desastre.

Assim, ele explica: “Portanto, você, que julga os outros é indesculpável; pois está *condenando a si mesmo* naquilo em que julga, visto que você, que julga, pratica as mesmas coisas” (Romanos 2:1, NVI). A elegibilidade de cada grupo para a justificação tinha a mesma base—por meio Jesus Cristo (versículo 16) e não porque um grupo era superior ao outro.

Em Romanos 4, Paulo refere-se ao exemplo de Abraão, cuja fé o levou a *obedecer* a Deus (Hebreus 11:8). Seu propósito era ajudar o gentio convertido a perceber que obedecer aos mandamentos de Deus é parte essencial do arrependimento.

Paulo concorda com Tiago que “a fé, por si só, se não for acompanhada de obras, está morta” (Tiago 2:17, NVI). Assim, Paulo explica como a fé de Abraão deve ser vista como *a base de sua obediência*, em vez de sua obediência ser a base de sua fé (Romanos 4:13; comparar Tiago 2:18-24). Abraão entendeu claramente que ele precisava de ajuda para ser capaz de obedecer a Deus. Ele não obedeceu a Deus para ganhar a fé, em vez disso Deus deu fé a Abraão para que ele pudesse obedecê-Lo.

No entanto, os descendentes naturais de Abraão, através de seu neto Jacó, não seguiram seu exemplo de fé obediente. Na época de Paulo, a confiança deles era baseada principalmente em uma percepção imprecisa de sua elevada justiça.

Como resultado disso, a maioria dos judeus era incapaz de ver a sua urgente necessidade de justificação através de Cristo. Eles estavam esperando um Rei que iria expulsar o exército romano e exaltá-los com a proeminência eles achavam que mereciam, e não um Salvador que podia tirar os seus pecados.



Para mais detalhes, solicite o nosso guia de estudo bíblico gratuito “*A Igreja que Jesus Edificou*”.

<http://portugues.ucg.org/estudos>

Assim, Paulo explica, em Romanos 5:1-17, os benefícios de ser justificado através da fé. Esses benefícios incluem “paz com Deus” (versículo 1), o acesso direto a Ele pela fé (versículo 2) e o “dom da justiça”—que se tornou possível através do perdão pela culpa do passado e do dom do Espírito Santo (versículo 17) .

Sem esses benefícios da graça, ninguém pode agradar a Deus. Assim, o arrependimento, o perdão dos pecados através do sangue derramado de Cristo e o recebimento do dom do Espírito Santo são os elementos essenciais para tornar-se um povo justo.

Ou, como Paulo explicou: “De sorte que fomos *sepultados* com ele pelo batismo *na morte*; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim *andemos* nós também *em novidade de vida*” (Romanos 6:4).

A resposta correta à misericórdia de Deus

Tornar-se uma *nova pessoa* e ser transformado pelo poder do Espírito de Deus é o objetivo de Paulo ao enfatizar o foco principal dos cristãos de Roma. Ele estava tentando levá-los a compreender plenamente que esta *caminhada* em “novidade de vida” é realizada pela *obediência* a Deus do fundo do coração.

Somente aqueles que se arrependam, sejam perdoados e guiados pelo Espírito Santo, no caminho de vida obediente revelado nas leis e nos ensinamentos espirituais de Deus é que terão sucesso nessa caminhada espiritual. Então Paulo continua: “Não sabem que, quando vocês se oferecem a alguém para lhe obedecer como escravos, tornam-se escravos daquele a quem obedecem: escravos do pecado que leva à morte, ou da obediência que leva à justiça?” (Romanos 6:16, NVI).

Então, como resultado de terem sido “libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna. Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus, nosso Senhor” (versículos 22-23).

Em Romanos 7, Paulo começa com o exemplo da *desobrigação* de uma mulher casada de qualquer reivindicação legal quanto a seu marido, uma vez que ele esteja morto. Sua morte a libera do casamento. Em comparação, ele explica que eles estão “*mortos para a lei pelo corpo de Cristo . . .*” (versículo 4).

Observe que Paulo não diz que *a lei* está morta. Pelo contrário, *nos* tornamos mortos para a lei pelo arrependimento. Isto é, a exigência da lei sobre nossa vida como a punição por quebrantá-la, é satisfeita através da morte sacrificial de Jesus Cristo em nosso lugar.

O ponto de Paulo é que, tal como uma mulher que está livre da lei específica que a vinculava a seu ex-marido, do mesmo modo, nós, *através da morte de Jesus*, podemos ser liberados da exigência específica da lei, que é a morte pelos pecados passados. Como reação a isso, “devemos dar frutos

para Deus”, ao invés de dar “frutos para a morte” (Romanos 7:4-5).

Esta *desobrigação ou liberação* é apenas da condenação à morte que a lei impõe a todos os pecadores. Não é uma liberação de qualquer obrigação de respeitar e praticar o caminho correto de vida definido pela lei.

Paulo resume desta forma: “Mas, agora, estamos livres da lei [de sua condenação à morte], pois morremos para aquilo em que estávamos retidos [a condenação por ter pecado]; para que *sirvamos* em novidade de espírito, e não na velhice da letra [da lei, como se ainda estivéssemos sob sua condenação legal]” (versículo 6).

Seu ponto de vista é que a abordagem correta para obedecer a Deus, depois de ser perdoado, é *ir além* da mera letra da lei (comparar Mateus 5:20). Devemos obedecê-la de acordo com a sua intenção (ou espírito), não fazendo apenas o mínimo do que está indicado explicitamente. Ela serve como *nosso guia* para alcançar o pensamento e comportamento verdadeiramente justos.

Controlando nossa fraqueza carnal

Uma vez que se estabelece que devemos andar em novidade de vida, resistindo à tentação do pecado, Paulo começa a tratar de como poderemos dominar as fraquezas de nossa natureza carnal, com os seus maus desejos, através do poder do Espírito Santo.

No restante de Romanos 7, Paulo usa a si mesmo como exemplo, descrevendo sua própria batalha contra os mesmos desejos e impulsos carnaais que pode nos tentar a pecar. Ele contrasta a sua grande consideração pela lei de Deus com a força atrativa do mal, contra a qual ele tem tido que lutar com grande esforço em sua própria carne.

“De fato a *Lei é santa*, e o mandamento é santo, *justo* e bom. E então, o que é bom se tornou em morte para mim? De maneira nenhuma! Mas, para que o pecado se mostrasse como pecado, *ele produziu morte em mim* por meio do que era bom, de modo que por meio do mandamento ele se mostrasse extremamente pecaminoso. Sabemos que *a Lei é espiritual*; eu, contudo, não o sou, pois fui vendido como escravo ao pecado” (versículos 12-14, NVI).

Esta fraqueza dentro de todos nós, e não uma fraqueza na lei de Deus, é o problema que tanto judeus e gentios têm que reconhecer, combater e resolver com a ajuda do Espírito de Deus. É uma batalha pessoal que só pode ser vencida com a ajuda do Espírito de Deus.

Observe como Paulo explica isto claramente: “Assim, encontro esta lei que atua em mim: Quando quero fazer o bem, o mal está junto a mim. *No íntimo do meu ser tenho prazer na Lei de Deus*; mas vejo outra lei [a poderosa atração da carne], atuando nos membros do meu corpo, guerreando contra a lei da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei [da atração constante] do pecado que [sem o poder do Espírito de Deus] que *atua* em meus membros” (versículos 21-23 NVI).

Resgatados da nossa natureza pecaminosa

Ele, então, pergunta: “Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte?” (versículo 24, NVI). Em seguida, ele responde a sua própria pergunta: “Graças a Deus [que o resgate virá] por Jesus Cristo, nosso Senhor!” (versículo 25, NVI). As boas intenções não são suficientes para conquistar a natureza egoísta da nossa carne, por isso precisamos da ajuda de Jesus Cristo, nosso Sumo Sacerdote (versículo 25, última parte).

Então Paulo continua: “Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas *segundo o espírito*. Porque a lei [a presença constante] do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte” (Romanos 8:1-2).

A “lei do pecado e da morte” não é a lei de Deus. Aqui, Paulo usa a palavra grega para “lei” no sentido de um *poder dominante ou influência* para contrastar a luta entre a nossa natureza carnal e a lei de Deus e do Espírito quanto a que lado vai exercer o controle sobre nosso comportamento. O ponto de Paulo é que temos de receber o poder espiritual de Deus para governar nossas fraquezas humanas:

“Porquanto, o que era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne, Deus, enviando o seu Filho em semelhança da carne do pecado, pelo pecado condenou o pecado na carne, para que a justiça da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito”(versículos 3-4).

O Espírito de Deus nos *capacita a escolher e fazer* o que a Sua lei requer. Com essa ajuda divina para superar nossas fraquezas naturais e carnis, “as justas exigências da Lei” agora podem ser “plenamente satisfeitas em nós” (versículo 4, NVI).

A “liberdade” de Paulo era a liberdade do domínio da natureza carnal do homem e da liberdade da condenação à morte através do perdão dos pecados. Ele acreditava profundamente na promessa de Deus: “Porei o meu Espírito em vocês e os levarei a agirem segundo os meus decretos e a obedecerem fielmente às minhas leis” (Ezequiel 36:27, NVI).

Em suas considerações finais aos cristãos de Roma, ele observa e elogia a obediência deles: “Quanto à vossa *obediência*, é ela conhecida de todos” (Romanos 16:19). Para ele essa é uma “*obediência por fé*” a qual pelas “*Escrituras proféticas*” “se tornou manifesta e foi dada a conhecer . . . entre todas as nações” (versículo 26, ARA).

Ao longo de sua carta aos Romanos, Paulo nunca hesitou em ensinar que a *fé* produz *obediência* à Palavra de Deus. A ideia principal da sua mensagem é sempre que “a *mentalidade* da carne é *inimiga* de Deus *porque não se submete à Lei de Deus*, nem pode fazê-lo. Quem é dominado pela carne não pode agradar a Deus” (Romanos 8:7-8, NVI).

Ele queria que os romanos entendessem que apenas um “novo coração”—que é o núcleo da Nova Aliança—pode possibilitar que uma pessoa obedeça a Deus *de todo coração!*

Como Paulo Confirmou “Ainda Mais o Valor” da Lei

Um comentário de Paulo em Romanos, que muitos tiram do contexto e interpretam mal.

Um comentário de Paulo que muitas pessoas tiram de seu contexto e interpretam mal está em Romanos 3:28: “Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, *sem* as obras da lei”.

O que ele quer dizer com “sem as obras da lei”? Ele estava dizendo que aquele que segue um padrão de vida que está além—ou ao contrário—dos ensinamentos da lei é agradável a Deus?

Vamos seguir cuidadosamente seu raciocínio. Apenas alguns versículos mais tarde ele pergunta e responde a uma importante pergunta: “Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma! Antes, estabelecemos a lei?” (Versículo 31).

A Bíblia na Linguagem de Hoje mostra as palavras de Paulo com uma ênfase mais poderosa: “Será que isso quer dizer que, por causa da fé, nós tratamos a lei como se ela não valesse nada? Não; de modo nenhum! Pelo contrário, *afirmamos que a lei tem valor*”.

O biblista Dr. Brad Young explica: “As palavras ‘afirmar o valor’ é uma tradução muito melhor do significado das palavras gregas. O termo grego *histemi*, ‘permanecer’ ou ‘afirmar o valor’ é o equivalente da palavra hebraica

kiyem, ‘manter em certa posição’ ou ‘fazer ficar com a interpretação correta’. Paulo queria colocar a Torá [a lei] numa base mais firme mediante a fé” (*Paulo, o Teólogo Judeu*, 1997, p. 97).

Paulo está totalmente de acordo com a forma como a Bíblia define o pecado—que o pecado é a desobediência à lei de Deus (1 João 3:4). Ele explica que “pela lei vem o conhecimento do pecado”—diz-nos o que é o pecado (Romanos 3:20). Ele resume o assunto com estas palavras: “Assim, a lei é santa; e o mandamento, santo, justo e bom” (Romanos 7:12). Isso demonstra que a lei ainda é válida.

A validade da lei, no entanto, não diz respeito ao problema da desobediência das pessoas. Deus lamentou-se acerca da antiga Israel: “Quem dera que eles tivessem tal coração que me temessem e guardassem todos os meus mandamentos todos os dias, para que bem lhes fosse a eles e a seus filhos, para sempre!” (Deuteronômio 5:29). No entanto, sob a Nova Aliança, uma nova mente e novo coração (por meio da fé de Cristo vivendo em nós, através do Espírito Santo) torna possível a verdadeira obediência (Jeremias 31:31-34; Hebreus 8:7-13; Gálatas 2:20).

Será que Romanos 14 Trata da Abolição das Leis de Carnes Impuras?

Muitos acreditam que Romanos 14 diz que os cristãos estão livres de todas as antigas restrições sobre as carnes que podem comer.

Elas citam como prova o versículo 14, em que Paulo escreveu: “Eu sei e estou certo, no Senhor Jesus, que nenhuma coisa é de si mesma imunda, a não ser para aquele que a tem por imunda; para esse é imunda”.

Este enfoque, no entanto, não leva em conta o contexto da carta de Paulo, bem como as palavras gregas específicas usadas por ele.

Muitas concordâncias bíblicas estão de acordo quanto a que Paulo escreveu o livro de 1 Coríntios por volta do ano 55 d.C. e que escreveu em Corinto sua epístola aos Romanos, em 56 ou 57 d.C. A polêmica dos alimentos em Corinto (relatada nos capítulos 8 e 10) era sobre a carne sacrificada aos ídolos.

E como Paulo estava escrevendo aos romanos da cidade de Corinto, onde houve um importante debate, o assunto estava fresco na mente de Paulo e é a base lógica, biblicamente apoiada por seus comentários em Romanos 14.

Entendendo a intenção de Paulo

Aqueles que ostentam que o assunto de Romanos 14 é uma retração da lei de Deus sobre animais puros e impuros estão forçando essa interpretação do texto, porque não tem fundamento

bíblico. O capítulo mostra que a carne em discussão era a que se sacrificava aos ídolos.

O versículo 2 contrasta aquele que “só come legumes” com aquele que acredita que “de tudo se pode comer”—tanto carne quanto vegetais. O versículo 6 discute o comer e o não comer e é interpretado como se referisse ao jejum (não comer ou beber), o vegetarianismo (consumir apenas vegetais) ou comer ou não comer carnes sacrificadas aos ídolos.

O versículo 21 mostra que a carne oferecida aos ídolos era a questão principal deste capítulo: “Bom é não *comer carne*, nem *beber vinho*, nem fazer outras coisas em que teu irmão tropece, ou se escandalize, ou se enfraqueça”. Os romanos ofereciam diariamente carne e vinho aos ídolos, sendo que partes dessas oferendas depois eram vendidas no mercado.

Os comentários da *Bíblia Aplicada na Vida* diz o seguinte sobre o versículo 2: “O antigo sistema de sacrifício era o centro da vida religiosa, social e doméstica do mundo romano. Depois que um sacrifício era apresentado a um deus em um templo pagão, apenas parte dele era queimado. Frequentemente, o restante era enviado ao mercado

para ser vendido. Assim, um cristão podia facilmente—mesmo sem saber—comprar essa carne no mercado ou comer na casa de um amigo.

“Seria uma questão cristã a origem daquela carne? Alguns achavam que não havia nada errado consumir carne que havia sido oferecida aos ídolos, pois eles eram falsos e sem valor. Outros cuidadosamente verificavam a origem da carne ou desistia completamente de consumir carne, a fim de evitar uma consciência culpada”.

Paulo explica em 1 Coríntios 8 que a principal preocupação do cristão é a de não contaminar a sua própria consciência ou a consciência de outros cristãos. Os cristãos judeus poderiam ter sido particularmente inclinados a sentir-se contaminados por qualquer coisa relacionada à idolatria. Mas pelo fato de que um ídolo não pode, por si só, tornar nada puro ou impuro, a consciência da pessoa, e não o ídolo, é a verdadeira questão.

Então, qual é o ponto da instrução de Paulo acerca de comer ou não comer em Romanos 14? Dependendo de suas consciências, os antigos cristãos tinham várias opções. Aqueles que desejassem ter certeza de evitar a carne sacrificada aos ídolos poderiam optar por comer apenas vegetais ou outra coisa—evitando completamente a carne—quando enfrentavam a possibilidade de consumir alimentos de origem suspeita.

Para aqueles cujas consciências não eram perturbadas por comer carne comprada em mercados locais, apenas porque poderiam ter sido cerimonialmente ofere-

cidas aos ídolos, eles decidiriam por conta própria, mas com *uma restrição importante*. Eles tinham (especialmente nas refeições em grupo, onde eram mais propensos a ocorrer ofensas) que considerar em primeiro lugar a consciência dos outros que estavam presentes, tendo o cuidado de não ofender a ninguém.

Dentro deste contexto, disse Paulo, “cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente” (versículo 5, ARA), porque “tudo o que não é de fé é pecado” (versículo 23).

As palavras gregas esclarecem o ponto de vista de Paulo

A compreensão das palavras gregas, utilizadas por Paulo, também pode nos ajudar a compreender o que ele quis dizer.

Os escritores do Novo Testamento se referem a dois conceitos de imundo, usando palavras gregas diferentes para transmitir os dois significados. A palavra *‘imundo’* poderia se referir aos animais que Deus não queria que servisse de alimento (listado em Levítico 11 e Deuteronômio 14). E a palavra *‘imundo’* pode também se referir à impureza *cerimonial*.

Em Romanos 14:14, Paulo usa a palavra *koinos*, que significa “comum” (WE Vine, *Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine*, de 1985, “Imundo”, p. 649). Além dos significados “comum” e “ordinário” (ver Atos 2:44; 4:32; Tito 1:4), a palavra também se aplica a coisas consideradas profanas (ver Hebreus 10:29). Esta palavra, junto com a forma verbal *koinoo*, é

usada em Marcos 7:2, 15-23, onde, obviamente, refere-se à impureza cerimonial ou contaminação.

As palavras *koinos* e *koinoo* aparecem em todo o Novo Testamento para se referir a esse tipo de impureza cerimonial. Qualquer carne seria “comum”—cerimonialmente impura—mesmo tendo sido de outra forma considerada biblicamente limpa.

Uma palavra totalmente diferente, *akathartos*, é usada no Novo Testamento para os animais especificados como impuros nas Escrituras. Ambas as palavras, *koinos* e *akathartos*, são usadas em Atos 10, onde Pedro distinguia entre os dois conceitos de impureza, usando as duas palavras no versículo 14.

Quando Paulo diz em Romanos 14:14: “Eu sei e estou certo, no Senhor Jesus, que nenhuma coisa é de si mesma imunda [*koinos*, ou ‘comum’]”, ele estava falando do mesmo assunto que havia falado anteriormente aos coríntios: Que a carne era legalmente própria para se comer mesmo tendo sido associada com a adoração de ídolos, porque isso não significa que ela não era mais apta para o consumo humano. Como pode ser visto a partir do contexto, Paulo não estava discutindo todas as restrições bíblicas sobre os alimentos.

Paulo passa a mencionar em Romanos 14:20 que “tudo é limpo”. A palavra traduzida como “limpo” é *katharos*, que significa “livre de mistura impura, sem defeito, sem mancha” (Vine, “Limpo, Limpeza, Lavagem, Purificação”, p. 103).

Os alimentos “limpos”, de fato, não são abordados no Novo Testamento, por isso não há uma palavra

específica para descrevê-los. A palavra *katharos* é usada para descrever todos os tipos de limpeza e purificação, incluindo a limpeza dos pratos (Mateus 23:26) e pessoas (João 13:10) e a pureza de vestuário (Apocalipse 15:6; 19:8, 14), religião (Tiago 1:27), ouro e vidro (Apocalipse 21:18).

Temos de entender também que, em ambos os versículos 14 e 20 de Romanos 14, a palavra *comida* ou *carne* não aparece no original grego, mas foi inserida por tradutores posteriores. Nenhum objeto específico é mencionado em relação à pureza ou impureza. O sentido destes versículos é apenas “que nenhuma coisa é de si mesma imunda [*koinos*: comum ou cerimonialmente contaminada]”, e “tudo é limpo [*Katharos*: livre de mistura impura, sem mácula, sem manchas]”.

O tema de Paulo é que a associação de alimentos com a atividade idólatra não tem influência sobre se a comida era intrinsecamente adequada ou inadequada para se comer. Quando entendida no seu contexto, Romanos 14 *não* permite que sejam ignoradas as leis bíblicas, como a que diz respeito aos alimentos puros ou impuros.

Para saber mais,
peça o nosso livro
gratuito **“O Que
A Bíblia Ensina
Sobre Carnes
Limpas e Imundas?”**

<http://portugues.ucg.org/estudos>



Qual a Relação Entre a Justificação e a Salvação?

Para compreender a relação entre a justificação e a salvação, precisamos entender os diferentes sentidos em que estes termos são usados.

Vamos começar com o significado de salvação. Talvez alguém possa lhe perguntar: “Você está salvo?” Isso deve realmente suscitar outra questão: Salvo de quê?

No livro de Romanos, Paulo explica a situação calamitosa em que se encontram os seres humanos. Ele primeiro nos diz que “todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Romanos 3:23). E depois: “O salário do pecado é a morte” (Romanos 6:23).

Então, a salvação é a libertação divina ou resgate do pecado e de suas consequências, sendo a última consequência a morte—a morte eterna e perpétua, como mostram outras passagens. O restante de Romanos 6:23 declara o resultado da salvação: “Mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”.

A salvação é realizada em etapas

A salvação de Deus é realizada em etapas. Jesus Cristo morreu para pagar a pena pelos nossos pecados. Quando aceitamos o sacrifício expiatório de Cristo, com arrependimento (que inclui o compromisso de obedecer a Deus) e fé, somos libertados da pena de morte. Então, estamos sob a graça—não estamos mais sob o domínio do pecado e da morte (versículo 14).

Desde que continuemos junto a

Deus—e não nos afastando de Seu caminho de vida—então, estamos salvos. Este é o sentido da salvação descrita em Efésios 2: “Pela graça sois salvos” (versículos 5 e 8).

Os cristãos, porém, ainda tropeçam e pecam (1 João 1:8). E todo pecado é um assunto muito sério—exigindo um arrependimento renovado. Na verdade, negligenciar o arrependimento por um longo período de tempo pode levar à rejeição a Deus e perda da salvação (Hebreus 2:3; 6:4-8; 10:26-31).

Assim, cada ocasião de buscar e receber o perdão de Deus é essencialmente uma renovação da salvação—salvação de ter rejeitado a Deus e o fim terrível que isso iria levar. Portanto, não apenas fomos “salvos” em um sentido, mas também os discípulos de Cristo atualmente estão “sendo salvos” em um processo contínuo (ver Atos 2:47, 1 Coríntios 1:18, 2 Coríntios 2:15).

Além disso, este processo de arrependimento e restauração contínua a Deus é parte do que a Escritura se refere como “santificação”—tornar-se santo ou separado para Deus. Hebreus 10:10, diz que “*temos sido santificados* pela oblação do corpo de Jesus Cristo, feita uma vez”.

No entanto, o versículo 14 (ARA) diz: “Porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos *estão sendo santificados*”. *Ter sido*

santificado é equivalente a *ter sido salvo*, durante o arrependimento e perdão inicial—e *estar sendo santificado* é equivalente a *estar sendo salvo* em um processo contínuo de arrependimento e mudança.

O foco principal da salvação, porém, é o resultado final: a vida eterna no Reino de Deus. E essa recompensa só vem depois de um esforço concentrado na luta para vencer.

Jesus falou deste aspecto primordial da salvação nestes termos: “Mas aquele que perseverar até ao fim *será salvo*” (Mateus 24:13; Marcos 13:13). Aqui a salvação é mencionada *ainda no futuro* (ver também Atos 15:11; Romanos 5:9-10). Ou seja, o processo de salvação que experimentamos hoje nos será inútil se não continuarmos até alcançarmos essa futura salvação final.

O significado da *justificação*

A completa salvação é a uma questão de justificação. Este termo refere-se a ser feito justo, reto ou digno. Literalmente, significa tornar-se reto—perfeitamente alinhado (com Deus).

Inicialmente, somos justificados ou alinhados com Deus quando, ao se arrepender e ter fé no sangue expiatório derramado por Cristo, assim nossos pecados são pecados e Deus nos reconhece como justos. A isto Paulo se refere como a justiça “imputada” (ver Romanos 4:20-25). A justificação neste sentido também é conhecida como *reconciliação*. Ela corresponde ao sentido passado da salvação—em que *fomos salvos* do pecado e da morte, enquanto seguimos no caminho de Deus.

No entanto, como já referido, os

cristãos não conseguirão manter-se em perfeita obediência. Eles ainda pecam. Por isso, eles precisam de ajuda para permanecer alinhados com Deus (para permanecer justificados) e, quando saem desse alinhamento por causa do pecado, eles precisam novamente ser realinhados (justificados ou reconciliados).

O apóstolo Tiago explica que “o homem é justificado pelas obras e não somente pela fé” (Tiago 2:24). Ele estava falando de manter a justificação através de ações. No entanto, como explicou Paulo, o esforço humano por si só não pode alcançar a obediência requerida por Deus. Somente através de Cristo vivendo dentro de nós, através do Espírito Santo, podemos ter sucesso em obedecer e continuar justificados (comparar Gálatas 2:20; Romanos 7:7-8:11).

E, felizmente, sempre que sairmos desse alinhamento, por causa do pecado, ainda temos o sangue de Cristo para nos justificar durante o esforço de superação. A justificação—por meio de obediência provida por Cristo e de Seu sacrifício expiatório, quando falhamos—corresponde ao atual processo de “estar sendo salvo”.

Isso vai nos levar à salvação final. Para concluir, observemos, em Romanos 5:1-11, que a justificação passada, através do sacrifício de Cristo, contrasta com a salvação futura através da vida de Cristo dentro de nós, que nos ajuda a ser aperfeiçoados na obediência.

Aqui, Paulo escreve: “Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus [isto é, a reconciliação] por nosso Senhor Jesus Cristo; pelo qual também temos entrada pela fé a

esta graça, na qual estamos firmes [no sentido de termos *sido salvos*]; e nos gloriamos na esperança da glória de Deus [ainda futuro].”

“E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações [lutas atuais], sabendo que a tribulação produz a paciência [em fé e obediência] e a paciência, a experiência [o hábito da obediência]; e a experiência, a esperança [de salvação futura]. E a esperança não traz confusão, porquanto o amor de Deus [definido em 1 João 5:3 como obediência aos mandamentos de Deus] está derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado.

“Porque Cristo, estando nós ainda fracos [incapaz de obedecer correta-

mente], morreu a seu tempo pelos ímpios . . . Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, *sendo justificados pelo seu sangue, seremos por Ele salvos* da ira [a punição pelo pecado, a morte definitiva].

“Porque, se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, *estando já reconciliados, seremos salvos pela Sua vida* [dentro de nós para nos ajudar a crescer em obediência e através de Sua atuação como nosso Sumo Sacerdote]. E não somente isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, pelo qual agora alcançamos a reconciliação”.

Paulo Disse uma Coisa aos Romanos e Outra aos Coríntios?

Muitas pessoas acham que Paulo estava rejeitando qualquer necessidade de guardar o Sábado e outros Dias Santos bíblicos . . .

Muitas pessoas acham que Paulo estava rejeitando qualquer necessidade de guardar o Sábado e outros Dias Santos bíblicos quando escreveu em Romanos 14:5-6: “Um faz diferença entre dia e dia; outro julga iguais todos os dias. Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente. Quem distingue entre dia e dia para o Senhor o faz; e quem come para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o Senhor não come” (ARA).

Elas afirmam, sem provas, que estes são os dias que Paulo se refere aqui—mesmo que o Sábado nem sequer é mencionado em qualquer parte de toda a epístola. Paulo e os outros escritores do Novo Testamento nunca se referiram ao Sábado de forma imprecisa, com frases tipo “um dia”. Elas também ignoram o fato de que Paulo cita o Antigo Testamento *oitenta e quatro vezes* nesta epístola para apoiar o seu ensinamento—difícilmente seriam essas as ações de um

homem que estava tentando revogar os mandamentos!

O livro de Atos lança luz sobre o pensamento de Paulo quando escreveu sua epístola aos Romanos. A maioria dos estudiosos concorda que Paulo escreveu esta epístola, enquanto visitava a cidade grega de Corinto por volta do ano de 56 d.C. O que o livro de Atos nos diz sobre as ações de Paulo naquela cidade?

Ele nos mostra que Paulo, enquanto em Corinto, “todos os Sábados disputava na sinagoga e convencia a judeus e gregos” (Atos 18:1, 4). Este é o contexto das ações de Paulo quando escreveu o livro de Romanos. Ele escreveu para os membros da igreja em Roma, dizendo que a observância do Sábado era irrelevante e ao mesmo tempo ensinava “todos os sábados” a judeus e a gentios em Corinto?

Obviamente algo está errado com a visão dessas pessoas acerca de Romanos, se acreditam seriamente que isto foi o que Paulo ensinou. Como mostra o livro de Atos, independentemente de qual cidade estivesse Paulo, que a observância do Sábado era seu hábito ou “costume”, de acordo com os mandamentos de Deus (Atos 17:2).

Outra prova de que esta interpretação comum de Romanos 14 está errada pode ser encontrada na primeira epístola de Paulo aos Coríntios. Ele escreveu esta epístola por volta do ano 55 d.C., pouco antes de chegar a Corinto (1 Coríntios 16:5-6) em uma visita durante a qual iria escrever sua epístola aos Romanos.

O que vemos ele escrevendo aos Coríntios nesta epístola?

- Ele diz-lhes para observar adequadamente a Festa bíblica dos Pães Asmos, de modo a compreender a sua intenção espiritual (1 Coríntios 5:7-8; comparar Levítico 23:6).

- Ele os instrui a observar a Páscoa do Novo Testamento como uma comemoração da morte de Jesus Cristo (1 Coríntios 11:23-30).

- Ele lembra-os que “Cristo, nossa Páscoa, foi sacrificado por nós” (1 Coríntios 5:7).

O livro de Atos lança luz sobre o pensamento de Paulo quando escreveu sua epístola aos Romanos.

- Ele diz que pretende viajar para encontrá-los, mas que antes vai ficar em Éfeso até que terminasse a Festa bíblica de Pentecostes (1 Coríntios 16:8).

Se você aceitar a interpretação comum do livro de Romanos, você teria que concluir que Paulo instruiu aos coríntios em como observar corretamente a Páscoa, que ele disse-lhes para guardar a festa bíblica dos Pães Asmos, que disse que ficaria hospedado em Éfeso até passar a Festa bíblica de Pentecostes—e que no ano seguinte escreveu aos Romanos que nada disso importava e que tudo era desnecessário.

Por outro lado, se você entender o ensinamento de Paulo aos romanos, como é realmente apresentado neste capítulo, você verá uma completa harmonia entre suas ações e as cartas que ele escreveu aos membros da Igreja, tanto em Roma como em Corinto.

Paulo Ensinou Que Todos Os Dias de Culto São Iguais?

Paulo ensinou que o Sábado não é diferente de qualquer outro dia ou que somos livres para escolher por conta própria que dia que queremos observar?

Em Romanos 14:5-6, Paulo escreveu: “Um faz diferença entre dia e dia; outro julga iguais todos os dias. Cada um tenha opinião bem definida em sua própria mente. Quem distingue entre dia e dia para o Senhor o faz; e quem come para o Senhor come, porque dá graças a Deus; e quem não come para o Senhor não come e dá graças a Deus” (ARA).

Muitas pessoas pensam que nesta passagem Paulo está dizendo que é irrelevante o dia que se escolhe para descanso e adoração, desde que a pessoa “tenha opinião bem definida em sua própria mente” e que “para o Senhor o faz”.

Será que isso significa que o quarto mandamento, que diz para lembrarmos e santificarmos o Sábado do sétimo dia, não é mais necessário para os cristãos? Paulo ensinou que o Sábado não é diferente de qualquer outro dia ou que somos livres para escolher por conta própria que dia que queremos observar?

Para chegar a essa conclusão, é preciso estar lendo além do versículo, porque—observe cuidadosamente—o *Sábado* não é mencionado *em nenhuma parte aqui*. Na verdade, a palavra Sábado ou referências à observância do Sábado não são encontradas em

nenhum lugar do livro de Romanos. A referência aqui é simplesmente a “dia (s)”, não ao Sábado, ou quaisquer outros dias de descanso e adoração ordenados por Deus.

Tenha em mente que Paulo, no início desta mesma epístola, havia escrito: “A lei é santa; e o mandamento, santo, justo e bom” (Romanos 7:12), “Os que praticam a lei hão de ser justificados” (Romanos 2:13) e que ele tem “prazer na lei de Deus” (Romanos 7:22). Se ele estivesse dizendo aqui que guardar o dia do Sábado de Deus é irrelevante, seria completamente inconsistente com suas outras claras declarações nesta mesma epístola. Além disso, nenhum escritor do Novo Testamento se refere ao Sábado com frases ambíguas tais como “um dia”.

O contexto mostra o significado de “dias”

Então, quais eram esses “dias” que Paulo menciona aqui? Temos que olhar para o contexto para descobrir isso.

Observe primeiro que este debate é acerca de “contendas sobre dúvidas” (versículo 1). Estas eram questões de “opiniões” (ARA), isso nos diz que Paulo não está abordando questões claramente definidas nas

Escrituras, acerca de como e quando se guardar o sábado.

A passagem em questão sobre os dias está nos versículos 5 e 6, imediatamente entre as referências sobre comer carne, tornar-se vegetariano e ficar em jejum nos versículos 2, 3 e 6. Não há conexão bíblica entre a observância do Sábado e qualquer uma dessas coisas, por isso é preciso tirar estes versículos do contexto para supor que Paulo estivesse se referindo ao Sábado.

O *Comentário Bíblico Expositivo* explica que “a estreita associação contextual com a alimentação sugere que Paulo tivesse em mente um dia especial reservado para observância como um tempo de festa ou como um tempo de jejum” (Everett Harrison, 1976, vol. 10, p. 146). É evidente que Paulo não estava discutindo o Sábado, mas sim outros dias, durante o qual era praticado o jejum ou a abstenção de certos alimentos.

Paulo estava escrevendo para uma igreja mista de crentes judeus e gentios em Roma (Romanos 1:13; 2:17). As práticas particulares de alimentação e jejum, que não foram claramente abordadas nas Escrituras, tornaram-se um ponto de discórdia para alguns.

O Talmude relata que muitos judeus da época jejuavam às segundas e quintas-feiras. Eles também tinham outros dias tradicionais de jejum (comparar Zacarias 7:3-5). Uma vez que alguns membros da Igreja judaica em Roma, hipocritamente, criticavam os outros (Romanos 2:17-24), talvez eles tinham se tornado como um fariseu que se gabava: “Jejuo duas vezes por semana” (Lucas 18:12), e se

viam como mais justos do que os outros que não faziam jejum nestes períodos.

Possivelmente, os membros da igreja de Roma estavam tentando impor o jejum em dias específicos para outros cristãos de lá, levando Paulo a perguntar diretamente: “Quem és tu que julgas o servo alheio?” (versículo 4). Paulo parece buscar resolver a questão enfatizando que o jejum é um exercício voluntário de adoração, que não se limita a um determinado dia. Portanto, uma pessoa fazer jejum em um determinado dia, quando outro não está, de modo algum a torna mais justa.

Por que alguns evitavam a carne?

Nos versículos 2 e 3 Paulo discutiu o vegetarianismo (“e outro, que é fraco, come legumes”) e continuou este tema no versículo 6 (“o que come . . . e o que não come”).

O contexto nos mostra que alguns membros da congregação consumiam carne, e outros se abstinham de comer carne. Os vegetarianos provavelmente eram os membros que “tinham receio de comer carne (sem o saber) que havia sido oferecida aos ídolos ou que poderia ser cerimonialmente impura (algo que poderia facilmente acontecer em um lugar como Roma), então eles deixavam completamente de comer carne” (WJ Conybeare e JS Howson, *A Vida e Epístolas de São Paulo*, 1974, p. 530).

Em 1 Coríntios 8 e 10, Paulo abordou a questão de comer carne que poderia ter sido sacrificada aos ídolos e, conseqüentemente, isso poderia ser visto por alguns membros como carne imprópria para comer.

O tema de Paulo neste capítulo era que a associação de alimentos com a atividade idólatra não torna esses alimentos impróprios para comer.

Paulo tratou da mesma questão com ambos os romanos e os coríntios, ou seja, se os membros deviam evitar carnes que poderiam ter sido associadas com a adoração idólatra.

Isto é mostrado pela referência de Paulo a carne "imunda" em Romanos 14:14. Ao invés de usar a palavra grega usada para descrever essas carnes que constam no Antigo Testamento como imundas, ele usou uma palavra que significa "comum" ou "impura", que seria apropriado para descrever a carne que tinha sido sacrificada aos ídolos.

O conselho de Paulo em 1 Coríntios 8 foi o mesmo de Romanos 14:15: Tenham um cuidado especial para não ofender um membro, fazendo com que tropece ou perca a fé, sobre a questão de carnes.

De modo algum isso estava rela-

cionado com a observância do Sábado, pois o Sábado de Deus é um dia de "festa" (Levítico 23:1-3), e não um dia em que se deve deixar de comer carne. O Sábado não é mencionado na carta de Paulo aos romanos; isso simplesmente não era o assunto. (Para saber mais, peça o nosso guia de estudo bíblico gratuito "*O Sábado de Descanso de Deus: de pôr do sol ao pôr do sol*").

Aqueles que recorrem ao livro de Romanos para justificar seu ponto de vista, de que Paulo revogou a observância das leis do Antigo Testamento, tem que enfrentar a difícil tarefa de explicar por que, se seu objetivo era argumentar que aquelas leis estavam revogadas, Paulo cita esse mesmo Antigo Testamento *mais de oitenta vezes* nesta mesma epístola como *autoridade de sua doutrina*. Apenas este simples fato já confirma o ponto de vista de Paulo, de que "a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom" (Romanos 7:12).

Como e por quê o dia de Sábado foi feito? Quem o criou e quando? Quando é que o Sábado deve ser observado, e isso importa? Quem o deve guardar? Apesar dos equívocos que muitos têm, a Bíblia é bastante clara sobre estas importantes questões. Você precisa entender as respostas!

Para saber mais, peça o nosso guia de estudo bíblico gratuito "*O Sábado: de Pôr-do-sol a Pôr-do-sol, O Dia do Descanso de Deus*".



A Paz e a Unidade em Cristo

— (Passagens de Efésios e Colossenses)

A carta de Paulo aos Efésios é sobre o plano maravilhoso de Deus para trazer a paz, a unidade e salvação a todos os povos—judeus e gentios. Sua mensagem para os cristãos de Colossos contém uma linguagem semelhante.

“Mediante o evangelho, os gentios são cordeiros com Israel, membros do mesmo corpo, e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus” (Efésios 3:6, NVI).

A carta de Paulo aos Efésios diz respeito ao plano maravilhoso de Deus para trazer paz, união e salvação a todos os povos—judeus e gentios. Para atingir esse objetivo, Deus “nos revelou o mistério da sua vontade, de acordo com o seu bom propósito que ele estabeleceu em Cristo, isto é, de fazer convergir em Cristo todas as coisas, celestiais ou terrenas, na dispensação da plenitude dos tempos” (Efésios 1:9-10, NVI).

Sua mensagem para os cristãos de Colossos contém uma linguagem semelhante: “Porque foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse e que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele *reconciliasse* consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra como as que estão nos céus” (Colossenses 1:19-20).

Portanto, Paulo apela aos cristãos para terem os “pés calçados com a prontidão do *evangelho da paz*” (Efésios 6:15, NVI). Para alcançar esse objetivo, tanto o pensamento como o modo de vida devem estar firmemente enraizados nos ensinamentos da Palavra de Deus.

Paulo fala claramente aos cristãos não judeus, cuja antiga conduta não tinha sido baseada na Palavra de Deus. “Assim, eu lhes digo, e no Senhor insisto, que *não vivam mais como os gentios*, que vivem na inutilidade dos seus pensamentos” (Efésios 4:17, NVI). Eles tinham que deixar de estar de acordo com o “*curso deste mundo*”, que é controlado pelas “*astutas ciladas do diabo*” (Efésios 2:2; 6:11).

Em vez disso, eles devem reconhecer que “somos criação de Deus realizada em Cristo Jesus para *fazermos boas obras*” (Efésios 2:10, NVI). As palavras de Paulo aqui são condizentes com as suas próprias palavras em outra carta. Somente estudando as Escrituras como “a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15), para receber “instrução na justiça”, é que é possível que “o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente instruído para toda boa obra” (2 Timóteo 3:16-17).

Os gentios e os judeus unidos por uma herança comum

Como em outras cartas, Paulo novamente enfatiza que para os gentios herdarem as promessas de Deus eles devem primeiro ser *enxertados*—como galhos de uma árvore de oliveira selvagem—na *raiz de Israel*, a oliveira natural que descende de Abraão.

Observe como Paulo enfatiza isso veementemente: “Portanto, lembrem-se de que anteriormente vocês eram gentios por nascimento e chamados incircuncisão pelos que se chamam circuncisão . . . *naquela época* vocês estavam sem Cristo, *separados da comunidade de Israel*, sendo estrangeiros quanto às alianças da promessa, sem esperança e sem Deus no mundo. Mas agora, em Cristo Jesus, vocês, que antes estavam longe, foram aproximados mediante o sangue de Cristo” (Efésios 2:11-13, NVI).

Eles foram trazidos para perto de quê? Da mesma promessa da herança reivindicada pelos judeus cristãos! “Porque Ele [Cristo] é a nossa paz, o qual de ambos [judeus e gentios] os povos fez um; e, derribando a *parede de separação que estava no meio*” (versículo 14).

Qual “parede de separação” tinha que ser “derrubada” para que judeus e gentios pudessem se reconciliar em um “único” corpo, a Igreja? No versículo 15, Paulo descreve essa *parede* como a “*inimizade*” que divide os judeus e os gentios. Seja qual fosse a “parede”, ela era um símbolo claro de inimizade entre gentios e judeus. Infelizmente, essa “parede” de inimizade é muitas vezes mal interpretada como os mandamentos de Deus—Sua lei.

Era isso que Paulo tinha em mente nessa analogia de uma parede que separava judeus e gentios? Nem de longe! Vamos identificar corretamente a “parede” que simbolizava claramente a barreira entre os judeus e os gentios. Por isso precisamos compreender com exatidão um pouco a história e o significado de duas palavras gregas usadas por Paulo, as quais são chaves para abrir este entendimento.

A “parede divisória” do templo

No Novo Testamento, a palavra grega *mesotoichon*, que significa “parede do meio”, ocorre apenas em Efésios 2:14. A palavra grega *phragmos*, traduzida como “separação” ou “barreira” (NVI), no mesmo versículo, significa uma “cerca” ou “grade” e às vezes é traduzida como “valado” (Mateus 21:33; Marcos 12:1; Lucas 14:23[ACF]).

O significado dessas palavras indica que a expressão de Paulo “parede de separação” se refere a alguma *barreira* que divide as pessoas como se fosse uma cerca, grade ou valado. Aqui uma breve lição de história vai ajudar na compreensão.

Flávio Josefo foi um historiador judeu do primeiro século de uma família sacerdotal. Em seu livro *Guerras dos Judeus* ele usou ambos os termos gregos—em contextos separados—para referir-se, particularmente a um parapeito ou barreira no templo de Jerusalém (Livro 5, cap. 5, seção 2 e 6).

Que tipo de barreira Paulo evocou para comparar as divisões que exis-

tiam entre gentios e judeus? Ele usou a parede erguida pelos judeus para isolar o *pátio externo dos gentios*—a área do complexo do templo judeu onde os gentios *tinham permissão de ficar*—de uma área interna ao redor do próprio templo, a partir da qual todos os gentios *eram proibidos entrar*.

O *Novo Comentário Internacional do Novo Testamento: O Livro de Atos* explica: “Para que nenhum gentio pudesse inadvertidamente entrar nas áreas proibidas, avisos em grego e latim eram fixados na barreira ao pé dos degraus que levavam aos recintos internos, advertindo-os de que a morte era a punição para quem ali entrasse”.

“Dois desses avisos (em grego) foram encontrados—um em 1871 e outro em 1935—cujo texto reza o seguinte: “Nenhum estrangeiro [gentio] pode entrar na barricada que circunda e envolve o templo. Qualquer um que for pego fazendo isso terá imputado a si mesmo na morte” (1974, pág. 434).

Barreiras erguidas pelo ser humano

Certamente que a parede *física* no pátio externo do templo não foi ordenada nas Escrituras. Deus nunca emitiu qualquer ordem para que ela fosse construída. Para Paulo, essa barreira erguida pelos judeus era um símbolo correspondente da inimizade que judeus e gentios tinham um pelo outro.

A “parede do meio”, física e literal, foi demolida quando o templo foi destruído pelos romanos em 70 d.C. No entanto, vários anos antes de sua destruição Paulo apontava-a como um símbolo correspondente às preconceituosas *barreiras étnicas e religiosas* que dividem os seres humanos.

Todas essas barreiras *criadas pelo homem* têm que ser “derrubadas” antes que a humanidade possa desfrutar da paz e da união pela qual Cristo morreu. No entanto, hoje em dia, o mundo está cheio de tabus artificiais que dividem as pessoas cultural, religiosa, étnica e nacionalmente.

Paulo está lembrando que no plano de Deus a *verdadeira reconciliação* requer a eliminação dessas barreiras que, contrárias à intenção das Escrituras, separam as pessoas. Como ele havia explicado aos Gálatas: “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3:28).

Paulo estava ensinando aos gentios convertidos em Éfeso a rejeitarem os judeus? Não, a intenção de suas observações era exatamente o oposto.

Ele estava esclarecendo que a esperança espiritual futura dos gentios cristãos é por meio da *participação nas promessas* feitas a essa “comunidade” da “semente” de Abraão—e não na rejeição dos judeus. E nem os judeus devem rejeitar os gentios. As antigas barreiras existentes entre judeus e gentios precisavam ser destruídas. (Não deixe de ler também “*Paulo Foi Preso Por Causa de Tabus Inventados Pelo Homem*”, na página 114).

Uma vez que entendamos que os preconceitos, *inventados pelo homem*, sobre a étnica, o sexo, a religião e a cultura são o que realmente estão no caminho *da paz e da união* que Paulo está tratando, então o restante de suas observações começa a fazer sentido. O foco principal da mensagem

de Paulo em Efésios é que “mediante o evangelho, os *gentios são cordeiros com Israel*, membros do mesmo corpo, e *coparticipantes* da promessa em Cristo Jesus” (Efésios 3:6, NVI).

Era preciso se fazer mudanças ainda maiores no estilo de vida, não pelos judeus cristãos, mas sim pelos gentios cristãos. Assim, Paulo disse a esses gentios convertidos: “Não andeis mais como andam também os outros gentios, na vaidade do seu sentido, entenebrecidos no entendimento, separados da vida de Deus, pela ignorância que há neles” (Efésios 4:17-18).

A ignorância aliena as pessoas da “vida de Deus”, como Ele revelou, através de Seus servos, os apóstolos e profetas que escreveram as Escrituras (Efésios 2:19-20). Quando crenças falsas são apresentadas como “verdade”, elas se tornam poderosos instrumentos de engano.

Tradições que cegam a humanidade

Em Efésios e Colossenses, encontramos várias passagens intimamente relacionadas que abordam as tradições humanas e alertam contra seu engano. Em uma passagem, Paulo junta essas várias tradições humanas enganosas na frase “*a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças*” (Efésios 2:15).

Observe esta advertência que Paulo deu aos cristãos de Colossos: “Tenham cuidado para que ninguém os escravize a *filosofias vãs e enganosas, que se fundamentam nas tradições humanas e nos princípios elementares deste mundo*, e não em Cristo” (Colossenses 2:8, NVI). As ideias contra as quais Paulo estava lutando em Colossos não eram ideias bíblicas, mas ideias mundanas e filosóficas enraizadas na tradição humana.

Também era *tradição humana*—não a lei de Deus—que Paulo estava combatendo em Éfeso. Podemos confirmar isto examinando o sentido e o uso de algumas das principais palavras gregas usadas por Paulo em Efésios 2 e comparando-as com palavras gregas semelhantes ou idênticas em Colossenses 2.

Na Bíblia, a palavra “mandamentos” geralmente refere-se aos mandamentos de Deus. Mas isso não é sempre o caso. O contexto em que um mandamento é dado normalmente revela sua fonte. Por exemplo, um “mandamento” poderia vir de governantes humanos, comandantes militares ou outros que tivessem autoridade—independentemente de sua autoridade ser legítima ou não.

Este fato é importante. Em Tito 1:14, Paulo usa a palavra grega *entole* para “mandamentos”, que ele considera claramente ser “de homens”. Ele usa a mesma palavra para “mandamentos” quando escreve sobre “a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças” em Efésios 2:15. Este palavra grega *entole* está diretamente relacionada com a palavra grega *entalma*, também traduzida como “mandamentos”—referindo-se a “preceitos e doutrinas dos homens”—em Colossenses 2:22.

O ponto é que o uso das palavras *entole* (Efésios 2:15) e *entalma* por Paulo não se restringe aos mandamentos de Deus. Afirmar que em Efésios

e Colossenses estas palavras devem sempre ser interpretadas como se referindo à lei de Deus é impossível. Ambas as palavras podem ser, e muitas vezes são, usadas de outras maneiras.

E em Efésios e Colossenses, Paulo usa ambas em referência aos mandamentos de homens. Isso se torna ainda mais claro quando examinamos algumas palavras adicionais usadas por ele.

“Ordenanças”

A palavra grega traduzida, na versão Almeida Revista e Corrigida, como “ordenanças” em Efésios 2:15 e 2:14 Colossenses é *dogma*. Ela é traduzida várias vezes como “requisitos”, “decretos” ou “regulamentos” em outras traduções para o português. Como as palavras acima descrevem, o seu significado não se limita a lei bíblica ou a decretos bíblicos.

Tecnicamente, a palavra grega *dogma* significa “uma regra formal (ou conjunto de regras) que prescreve o que as pessoas devem fazer” (*Léxico do Novo Testamento Grego-Português Baseado em Semântica*, 1988). A palavra *dogma* é comumente traduzida como “decreto” e refere-se a decretos feitos pelo homem ou por Deus. Ela certamente não está limitada a decretos ou leis bíblicas. Paulo usa-a tanto em Efésios 2:15 e Colossenses 2:14 no contexto de requisitos e regulamentos criados pelo homem.

Dogma era uma palavra grega comum que foi importada para o idioma português. No idioma português, “dogma” é definido como: “Um princípio de autoridade, crença, ou declaração de ideias ou de opinião, especialmente aquela que é considerada absolutamente verdadeira” (*O Novo Dicionário americano de Raízes*). Nós usamos o adjetivo português “dogmático” para descrever declarações e opiniões inflexíveis ou invariáveis. Isso corresponde ao uso que fez Paulo da palavra grega *dogma* em Efésios e Colossenses.

Uma variação de *dogma* é o verbo grego *dogmatizo*, que significa “colocar sob obrigação por regras ou preceitos, obrigatório” ou, na forma passiva, como em Colossenses 2:20, para “submeter a regras e regulamentos” (*Léxico do Novo Testamento em Grego-Inglês e de Outras Literaturas Cristãs*, 2000, pág. 254).

Uso que Paulo faz destas palavras é simples. Ele usa a palavra *ordenanças* (*dogma* em Colossenses 2:14 e Efésios 2:15, e *dogmatizo* em Colossenses 2:20) para significar regulamentos e regras impostas humanamente —os “preceitos e doutrinas dos homens”. O *contexto* de suas observações deixa claro que este era o significado pretendido. Em ambas as cartas (Efésios e Colossenses) Paulo está se referindo a dogmática, decretos de homens que separam os seres humanos uns dos outros.

A lei de Deus não é o fator que Paulo está discutindo quanto a essas restrições artificiais. Nem suas palavras nem sua gramática nesses contextos podem levar a tal conclusão. No entanto, essa é a conclusão mais comum apresentada—sem mérito—destas passagens.

Aqueles que tentam fazer a lei de Deus ser o foco dos comentários de Paulo impõem seus próprios preconceitos em suas observações. Eles fazem isso porque há centenas de anos essas tradições têm influenciado o pensamento teológico. No entanto, isso é contra a lei e é um pensamento antisemita que está sendo rejeitado por alguns dos estudiosos mais experientes da atualidade.

Há muito tempo, Paulo apontou o dedo para a verdadeira causa desse pensamento quando escreveu: “A mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo. Quem é dominado pela carne não pode agradar a Deus” (Romanos 8:7-8, NVI). Enquanto a hostilidade contra a lei de Deus dominar o pensamento humano, a humanidade nunca vai alcançar a paz. A solução de Deus é *escrever Suas leis em nossos corações e mentes*.

Para que isso aconteça, primeiro deve desaparecer de nosso raciocínio essas tradições humanas que são contrárias às leis de Deus—tradições que promovem hostilidade e divisão em vez de amor, paz e unidade. O verdadeiro ensinamento cristão é: “Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos” (1 João 5:3, ARA).

O uso que Paulo faz da palavra “lei” em Efésios 2:15

Chegamos agora ao significado da palavra grega traduzida como “lei”, usada por Paulo na frase, “a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças” (Efésios 2:15). Esta palavra grega é *nomos*, que pode ser usada por uma vasta gama de significados.

No Novo Testamento *nomos* é geralmente utilizada para a lei bíblica, especialmente a *Torá* (os cinco livros de Moisés), como um todo ou em parte. Mas, como a palavra *mandamentos*, não está *exclusivamente* restringida à lei bíblica.

Além de a lei divina também pode significar: “procedimento ou prática que se consolidou, um costume, regra, princípio, norma”, (*Léxico do Novo Testamento em Grego-Inglês e de Outras Literaturas Cristãs*, pág. 677). A palavra *nomos* tem um sentido tão amplo que pode se referir, e acontece muitas vezes, a costumes, princípios ou leis que são *distintas da lei de Deus*.

A estranha expressão “lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças” pode ser mais bem traduzida como “a norma de decretos contidos em regulamentos” feitos por homens. Isso refletiria melhor o significado pretendido por Paulo.

Em Efésios 2:15, Paulo está simplesmente afirmando que Jesus Cristo—na Sua “carne” (através de Sua morte pelos nossos pecados)—invalidou os regulamentos humanos inventados pelos homens como critérios para *julgar* os outros. Sua ênfase é que o exemplo de Cristo é o critério adequado para todos os relacionamentos.

Ele resume a questão com estas palavras: “Para que não sejamos mais

meninos inconstantes, levados em roda por todo vento de doutrina, *pelo engano dos homens* que, com astúcia, enganam fraudulentamente. Antes, seguindo a verdade em caridade, crescamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, do qual todo o corpo, *bem ajustado e ligado* pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, faz o aumento do corpo, *para sua edificação em amor*” (Efésios 4:14-16).

Cristo “desfez” a inimizade

Observe como a palavra grega *katargeo*—traduzida como “desfez” em Efésios 2:15—se encaixa foco pretendido por Paulo. O significado básico de *katargeo* é “causar a perda de seu poder ou eficácia, invalidar, tornar impotente” (*Léxico do Novo Testamento em Grego-Inglês e de Outras Literaturas Cristãs*, pág. 525).

A Filosofia Ascética Estava Afetando Aos Colossenses

Paulo advertiu aos gentios cristãos de Colossos contra a errônea filosofia humana e não contra a necessária observância da lei de Deus.

Paulo advertiu os gentios cristãos de Colossos: “Tenham cuidado para que ninguém os escravize a *filosofias* vãs e enganosas, que se fundamentam nas *tradições humanas* e nos *princípios elementares deste mundo*, e não em Cristo” (Colossenses 2:8, NVI). Alguns acreditam que aqui Paulo estava dizendo-lhes para evitarem os ensinamentos das leis de Deus sobre o Sábado, as festas, as normas alimentares, etc., que ainda estavam em vigor. Esta ideia é falsa, pois o próprio Paulo ensinou, em outras passagens, que os cristãos—judeus e gentios—*deviam* observar essas leis.

A descrição mais completa dessa filosofia, contra a qual Paulo alertava os colossenses, se encontra em Colossenses 2:20-23. As alegações dos ascéticos quanto a sua superioridade eram baseadas em sua “*aparência de sabedoria, com sua pretensa religiosidade, falsa humildade e severidade com o corpo*” (versículo 23, NVI).

Paulo indica que quando divulgavam suas opiniões ascéticas como equivalentes e em harmonia com os princípios ou as coisas *elementares* do *cosmos*, (o que em grego significa os princípios básicos do mundo circundante), era isso que dava a essa filosofia seu atrativo.

A análise da gramática e da sintaxe dos versículos 20-23 pelo Dr. Troy Martin, professor de Estudos Religiosos da Universidade Saint Xavier de Chicago, lança luz sobre os principais componentes da autoelo-

O *Léxico Analítico Friberg*, explica que “o termo denota *sempre* uma *destruição imaterial* por meio de uma força superior que vem para *substituir* a força anteriormente em vigor, como, por exemplo, a luz que destrói a escuridão” (grifo nosso). Paulo usa esta palavra *em um contexto para substituir a inimizade* (hostilidade) por comunhão amorosa e respeito.

A aceitação da morte de Cristo para apagar os pecados pessoais pôs os judeus e os gentios em pé de igualdade diante de Deus. Ao tornar o perdão do pecado disponível para todos os povos, Cristo acabou com qualquer desculpa para manter a hostilidade entre ambos. Esta é a verdadeira mensagem de Efésios 2.

E essa mensagem é apoiada pelos comentários de Paulo em Colossenses 2. Nenhum destes dois capítulos tem nada a ver com a abolição da lei de Deus.

giada “sabedoria” desta filosofia ascética que Paulo rejeita.

O versículo 23 diz: “Essas regras têm, de fato, *aparência de sabedoria*, com sua *pretensa religiosidade, falsa humildade e severidade com o corpo*, mas não têm valor algum para refrear os impulsos da carne” (NVI).

Professor Martin explica: “Mesmo que Colossenses 2:20-23 seja sintaticamente uma das frases mais difíceis do Novo Testamento, ela pode ser compreendida e adequadamente traduzida . . . [e assim fornecer] informações importantes sobre esta oposição [que Paulo confrontava].

“Desde que as práticas declaradas nessa apódose [a cláusula *resultante* de uma condenação condicional] não são as dos leitores, e uma vez que o autor está alertando a seus leitores contra a adoção das práticas de seus oponentes, o tipo de dogma [ordenanças] mencionado na apódose provavelmente se origina na oposição.

“Essa probabilidade aumenta por causa do versículo 20, que afirma os elementos do cosmos como a base desse dogma [dessas ordenanças], é equivalente ao versículo 8, que estabelece os mesmos elementos como base para a tradição do adversário filosófico. Essa probabilidade é incrementada ainda mais porque a frase ‘segundo os preceitos e doutrinas dos homens’, usada no versículo 22 para descrever o dogma é semelhante à frase, ‘segundo a tradição dos homens’, usada no versículo 8 para descrever o método do adversário filosófico.

“Além disso, os explícitos exemplos dogmáticos [das ordenanças] dados no versículo 21 implica uma determinada situação contra a qual o autor está reagindo. Estas advertências ascéticas provavelmente pertencem aos adversários já que o versículo 23 estabelece um tratamento severo ao corpo e o versículo 16 menciona as objeções [dos ascéticos] às comidas e bebidas dos colossenses.

“A referência sobre a reputação dos ensinos e mandamentos huma-

nos no versículo 23 implica uma tradição específica e reconhecível que é diferente da tradição cristã do autor e seus leitores . . .

“Nessa passagem surgem várias características sobre os adversários.

“Primeiro, eles se envolvem em dogmas baseados em coisas físicas [análise dos princípios básicos do mundo]. Seu dogma surge de uma reflexão sobre os elementos do cosmos [ou seja, o mundo que nos cerca] e diz respeito à completa abstinência de bens de consumo [‘essas coisas estão destinadas a perecer pelo uso’, versículo 22, NVI] que não existem naturalmente”.

“Em segundo lugar, o dogma é congruente com a concepção de que eles são habitantes do cosmos [de novo, o mundo circundante].

“Em terceiro lugar, o dogma também é idêntico aos mandamentos e ensinamentos humanos *que têm uma reputação de sabedoria*. Estes mandamentos e ensinamentos têm uma reputação positiva *porque se referem à adoração ao controle do prazer e da submissão*. Esta submissão

A descrição mais completa dessa filosofia, contra a qual Paulo alertava os colossenses, se encontra em Colossenses 2:20-23. As alegações dos ascéticos quanto a sua superioridade eram baseadas em sua “aparência de sabedoria, com sua pretensa religiosidade, falsa humildade e severidade com o corpo” (versículo 23, NVI).

não é a humildade social, que demonstra respeito pelos outros, mas uma humildade ascética refletida no *tratamento severo ao corpo*.

“Os oponentes . . . consideravam seu dogma como um programa positivo que integraria corretamente na ordem cósmica aqueles que habitam o cosmos” (*Por Filosofia e Vãs Sutilezas: Colossenses Em Resposta a Uma Crítica Cínica*, 1996, pp. 55-56).

Com essas e outras considerações, o professor Martin conclui: “A complexidade relativa à cláusula em [Colossenses] 2:23, que modifica os mandamentos e ensinamentos humanos e conclui a apódose [a cláusula *resultante*] da sentença condicional, que começou no versículo 20 agora pode ser traduzida. De fato, toda a sentença condicional de Colossenses 2:20-23 pode ser traduzida da seguinte forma:

“Se você morreu com Cristo, você está decretando algo para si mesmo dos elementos do cosmos, como se você vivesse no cosmos [ou seja, a ordem do mundo circundante]? *Você está decretando algo para si mesmo como: ‘Não manuseie, não prove nem toque em qualquer coisa destinada à destruição pelo consumo humano?’* *Você está decretando algo para si mesmo como mandamentos e ensinamentos*

humanos, que são para realização da carne, embora tenham uma reputação de sabedoria quanto à adoração ao controle do prazer e submissão, consistindo de severidade para com o corpo, mas isso (essa submissão) não consiste em honra para ninguém?" (ibidem, pp. 54-55, grifos do original).

Essas características, conclui o professor Martin, parece apontar para a filosofia ascética dos cínicos [uma escola de antigos filósofos gregos, fundada por Antístenes e marcada por uma ostentação ao desprezo do conforto e do prazer], que desafiavam a confiança dos Colossenses na *sabedoria divinamente revelada* e que conduz à vida eterna por meio de Jesus Cristo. Esta filosofia de extremo ascetismo, que prosperou nessa época, representava ilusoriamente seus ensinamentos como se envolta em humildade e sabedoria. Paulo está argumentando contra essa filosofia humana equivocada, e não contra a necessidade de observar a lei de Deus.

Colossenses 2:16-17: As Leis de Deus Estão Obsoletas?

Muitas pessoas afirmam que em Colossenses 2:16-17 Paulo está dizendo que as leis de Deus a respeito do Sábado, dos Dias Santos e das carnes puras e impuras não são mais necessárias.

Ele escreveu: "Portanto, não permitam que ninguém os julgue pelo que vocês comem ou bebem, ou com relação a alguma festividade religiosa ou à celebração das luas novas ou dos dias de sábado . . ." (NVI). Vamos examinar contexto destes versículos e o cenário histórico para ver se apoiam esse ponto de vista.

Será que Paulo pretendia dizer que as leis de Deus foram abolidas? Se for assim, encontramos imediatamente alguns problemas. Se isso foi o que ele queria dizer, então é difícil explicar por que ele deixou a questão tão confusa, deixando de dizer claramente que estas práticas

eram desnecessárias. Afinal, a igreja de Colossos era principalmente composta de gentios (Colossenses 2:13), Paulo poderia ter usado esta carta para deixar claro que estas práticas não eram obrigatórias para os cristãos.

No entanto, Paulo em nenhum lugar disse isso. Em vez disso, sobre a observância das festas, luas novas e Sábados, ele disse apenas para "*não permitir que ninguém os julgue*", que é bastante diferente de dizer essas práticas são desnecessárias ou obsoletas.

A pergunta mais básica de se fazer é se realmente eram as práticas do Antigo Testamento que

Paulo estava falando aqui. Paulo estava mesmo discutindo se os cristãos deviam observar as leis sobre as carnes limpas e imundas, os festivais bíblicos, o Sábado semanal ou quaisquer outras leis do Antigo Testamento?

Quando lemos o resto deste capítulo, rapidamente torna-se evidente que outras questões estavam envolvidas. Entre as quais estavam “principados e potestades” (versículo 15), “pretexto de humildade e culto dos anjos” (versículo 18), as regras ascéticas que proibiam tocar, provar e manusear (versículo 21) e “disciplina do corpo” (versículo 23).

Além disso, Paulo se refere aos falsos ensinamentos em Colossos como baseados em “palavras persuasivas” (versículo 4), em “filosofias e vãs sutilezas” e na “tradição dos homens” (versículo 8). Ele também se referiu a submeter-se aos “rudimentos” deste mundo (versículo 20) e aos “preceitos e doutrinas dos homens” (versículo 22).

Seria possível Paulo, que em Romanos 7:12 descreveu a lei de Deus como “santa e justa e boa”, estar se referindo à mesma lei aqui ou estaria mencionando algo completamente diferente?

Quando levamos em conta o contexto histórico, a resposta fica clara. Como a Igreja se expandiu a partir da Terra Santa para áreas pagãs, como a Ásia Menor, Itália e Grécia, então ela teve de lidar com filosofias pagãs, algumas com crenças muito ascéticas. Estas influências são particularmente visíveis nos escritos de Paulo, Pedro e João.

Algumas dessas filosofias sobrepostas na ideia de que o espírito é bom, enquanto a matéria é má. O

corpo é físico, constituído de matéria, era considerado mau. E já que o corpo era mau, ele tinha de ser tratado com severidade.

Os cristãos de Colossos estavam sendo julgados por uma filosofia mundana por causa do modo como observavam os festivais, as luas novas e os Sábados—que, aparentemente, observavam de uma forma alegre e festiva. Os colossenses comemoravam esses dias de uma forma que era totalmente contrária à abordagem *ascética* da autonegação. Eles entendiam que os Sábados e festivais anuais são ordenados claramente no Antigo Testamento. (As luas novas, é importante notar, eram utilizadas como marcadores bíblicos de tempo, mas elas nunca foram declaradas Sábados sagrados e nem estão listados entre os festivais santos anuais).

Ao advertir os membros colossenses para não deixar que outros os julguem por observarem esses períodos festivos, Paulo não questiona se eles deviam ser observados. A implicação óbvia destes versículos é que esses cristãos gentios *estavam, de fato, observando esses dias*, e de nenhuma maneira Paulo lhes disse para deixarem de observar.

Em vez disso, ele abordou a questão de que os cristãos não deviam deixar os outros julgá-los por *padrões ascéticos equivocados* sobre o que comiam ou bebiam ou como observavam os Sábados ou festivais (versículo 16).

Na verdade, Colossenses 2 trata-se de uma condenação à filosofia humana ascética e não de uma discussão sobre que leis são obrigatórias para os cristãos!

O Que Significa ‘Sombras das Coisas Futuras’?

Paulo explica em Colossenses que o Sábado semanal de Deus e as Festas Santas são sombras das coisas futuras.

Paulo explica em Colossenses 2:17 que o Sábado semanal de Deus e as Festas Santas são “sombra das coisas futuras”. Muitos pensam que ele estava dizendo isso para menosprezá-los e mostrar que eles são desnecessários para os cristãos. A realidade é exatamente o oposto. Paulo estava reconhecendo seu permanente significado para nós.

Na língua grega a palavra *mello*, traduzida como “futuras”, é um *particípio presente ativo*. Ele aponta claramente para *eventos ainda no futuro*. De acordo com *O Dicionário Completo de Estudo de Palavras do Novo Testamento*, a palavra *mello* significa “estar prestes a fazer ou sofrer alguma coisa, estar prestes a, ser iminente” (Spiros Zodhiates, 1992, p. 956). *O Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine* explica seu significado como “estar próximo de (fazer alguma coisa), muitas vezes implicando a necessidade e, portanto, a certeza de que vai acontecer” (1985, “Vir, Vindo”, p. 109).

Paulo está dizendo que o Sábado e os Dias Santos, que os Colossenses comemoravam como festas, de acordo com a instrução bíblica, foram dados por Deus para *prefigurar os eventos futuros*—coisas que *ainda estão por vir*. Na declaração de Paulo, a gramática requer este significado.

Quando Deus ordenou que estas “*festas do Senhor*” fossem observadas (Levítico 23:2-4, ARA), cada evento prenunciava eventos ainda no futuro. Ainda hoje, a maioria dos eventos profetizados por essas festas ainda serão cumpridos no plano de Deus.

Esses dias santos sempre prenunciavam as promessas de Deus de *intervir nos assuntos humanos por meio de Jesus Cristo*. Eles significam o cumprimento de Seu plano para oferecer a salvação a toda a humanidade através de Jesus Cristo. Portanto, seu tema e simbolismo são inequivocamente cristãos.

Paulo compreendeu e ensinou isso. Para maiores detalhes sobre o sentido e o significado cristão das festas de Deus, solicite sua cópia gratuita do nosso livro “*O Plano dos Dias Santos de Deus: A Promessa de Esperança Para Toda Humanidade*”.

Para maiores detalhes sobre o sentido e o significado cristão das festas de Deus, solicite sua cópia gratuita do nosso livro “**O Plano dos Dias Santos de Deus: A Promessa de Esperança Para Toda Humanidade**”.



<http://portugues.ucg.org/estudos>

Paulo Foi Preso Por Causa de Tabus Inventados Pelo Homem

Tanto a evidência bíblica e histórica indica que Paulo estava na prisão quando escreveu suas epístolas de Efésios e Colossenses.

A razão de sua prisão provavelmente explica por que ele escolheu usar o termo *'parede de separação que estava no meio'* em Efésios 2:14 para representar os decretos discriminatórios criados pelo homem que alienam e dividem as pessoas.

A causa da prisão de Paulo foi uma falsa acusação de que ele tinha tomado um gentio e entrado além do ponto proibido no complexo do templo (Atos 21:29). Em um artigo intitulado "A Parede Caiu", Craig McMahon faz essa observação reveladora acerca do motivo que essa "parede de separação" provavelmente estava tão clara no pensamento de Paulo.

"A mais promissora [explicação] . . . identifica a 'parede de separação' com a parede do templo que isolava o Pátio Externo dos gentios a partir de vários setores internos dos judeus. Retoricamente falando, essa parede do templo funciona como uma metáfora pungente da exclusão social e espiritual dos gentios por parte dos judeus. A nenhum gentio era permitido passar além desta parede de pedra de cinco metros de altura para o setor judaico do templo . . .

"Historicamente falando, essa mesma parede do templo desempenhou um papel crucial no curso do ministério de Paulo. Atos 21:26-36 conta a história de que Paulo foi visto na área exclusivamente judaica do templo com alguns estranhos, um dos quais era indubitavelmente um gentio, Trófilo de Éfeso.

"Alguns fiéis judeus prenderam Paulo, sob a acusação de que ele 'introduziu também no templo os gregos e profanou este santo lugar' (versículo 28). Esta alegação implicava que Paulo era culpado de ajudar os gentios a violar a parede de separação . . .

"Se, de fato, Paulo escreveu Efésios durante este longo período de prisão . . . então o reconhecimento de Efésios 3:1 ("Eu, Paulo, sou o prisioneiro de Jesus Cristo por vós, os gentios") pode ser uma reminiscência histórica de sua prisão por supostamente violar as restrições da parede do templo . . .

"A menção de Paulo sobre a parede divisória . . . se encaixa no provável contexto histórico de Efésios e também é bem adequada para os propósitos retóricos desta passagem, ou seja, representando a separação anterior entre os judeus e os gentios e a nova ordem criada em Cristo" (*Análise e Expositor*, Primavera de 1996, p. 262).

A Corrupção do Cristianismo Apostólico

Quase imediatamente após os exércitos romanos destruírem a cidade de Jerusalém e seu templo em 70 d.C., um forte preconceito contra as crenças e costumes judaicos se espalharam como fogo por todo o Império Romano.

Então, após a morte de Paulo e João, esse preconceito levou à primeira grande “apostasia” dos ensinamentos da Nova Aliança, como explicado pelos apóstolos de Cristo (2 Tessalonicenses 2:3)

Antes desse evento destrutivo, as congregações predominantemente de gentios estabelecidas por Paulo eram “imitadores das igrejas de Deus existentes na Judéia” (1 Tessalonicenses 2:14, ARA). Eles seguiam o mesmo caminho de vida espiritual praticado pelos cristãos judeus.

Após a queda de Jerusalém, no entanto, viver por esse caminho de vida tornou-se muito mais difícil. Era necessário um nível mais alto de fé e coragem, que muitos convertidos não tinham. Como resultado, os preconceitos mundanos contra todas as coisas judaicas começaram a entrar no cristianismo gentio. Os pontos de vista distorcidos sobre os escritos de Paulo, através líderes de “ignorantes e instáveis”, começaram a minar o caminho de vida e o padrão de culto que os antigos cristãos gentios tinham copiado de seus irmãos judeus (2 Pedro 3:16).

Desde a segunda metade do primeiro século até ao quarto século, a parte da religião cristã que chamou a atenção dos historiadores sofreu mudanças dramáticas. Um novo con-

ceito de “revelação progressiva” permitiu que os líderes da igreja revisassem a doutrina de acordo com suas percepções e necessidades da igreja —em vez de concordar estritamente aos ensinamentos proferidos pelos apóstolos. O caminho de vida ensinado pelos apóstolos foi progressivamente abandonado até que a maior parte da religião considerada cristã tivesse pouca semelhança com os ensinamentos apostólicos originais.

Jesus sabia que essa distorção, essa forma de cristianismo que rejeita lei iria surgir. Ele alertou: “Muitos me dirão naquele Dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em teu nome? E, em teu nome, não expulsamos demônios? E, em teu nome, não fizemos muitas maravilhas? E, então, lhes direi abertamente: *Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade*” (Mateus 7:22-23).

Aqueles que permaneceram fiéis ao ensinamento dos apóstolos sempre usaram as Escrituras como base para seu modo de vida. Assim, a Igreja que Jesus edificou tornou-se um “pequeno rebanho”, como Ele mesmo disse de Seus seguidores (Lucas 12:32). (Para mais informações sobre como esse “pequeno rebanho” sobreviveu até hoje peça ou faça o pedido de nosso guia de estudo bíblico gratuito “*A Igreja que Jesus Edificou*”).

O Que Foi ‘Cancelado’ Pela Morte de Jesus Cristo?

A tradução inadequada e enganosa de uma passagem em Colossenses 2, em algumas versões da Bíblia, é usada frequentemente para apoiar a falsa crença de que a lei de Deus foi “cancelada” por Jesus Cristo . . .

A tradução inadequada e enganosa de uma passagem de Colossenses 2, em algumas versões da Bíblia, é frequentemente usada para apoiar a crença falsa de que a lei de Deus foi “cancelada” por Jesus Cristo, onde Ele é indevidamente acusado de que “a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz” (usando as palavras do versículo 14).

O versículo em questão é Colossenses 2:14, onde se refere a Cristo dizendo o seguinte: “Tendo cancelado o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz” (ARA). Será que isto quer dizer que a lei de Deus foi cancelada ou pregada na cruz, como muitos defendem?

Vamos primeiro observar que a lei de Deus não é algo que seja “contra nós”. Pelo contrário, o mandamento é “santo, justo e bom” (Romanos 7:12). A Escritura sempre se refere ao fato de ela ser uma bênção para a humanidade.

De fato, Cristo removeu algo, que de certo modo foi pregado na cruz.

Mas este algo foi o registro de nossos pecados—as nossas transgressões—e não a lei de Deus. Um olhar cuidadoso sobre texto de Paulo, no grego original, prova que isso é verdade.

A palavra grega traduzida como “riscado” ou “tendo cancelado” (ARA) ou “anulado” (BLH) em Colossenses 2:14 é *exaleipho*. Significa “lavar, ou esfregar completamente . . . para apagar, limpar, remover” (*Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine*, 1985, “riscar”).

As Escrituras sempre usa *exaleipho* em referência a limpar o *pecado*, e não a *lei*. Em Atos 3:19 Pedro usa esta palavra quando exorta seus ouvintes: “Arrependam-se, pois, e voltem-se para Deus, para que os seus pecados sejam cancelados” (NVI).

No Antigo Testamento, a palavra hebraica *machah*—traduzida como “cancelar” ou “riscar” (como *exaleipho*)—é utilizada para delitos e pecados. Isaías cita Deus dizendo: “Eu, eu mesmo, sou o que apaga [*machah*] as tuas transgressões por amor de mim . . .” (Isaías 43:25;

comparar Salmo 51:1, 9; Êxodo 32:31-33). Somente os *pecados*, ou pessoas que insistem em continuar pecando, são apagados, *não a lei de Deus*. Isso fica claro quando examinamos a próxima frase usada por Paulo Colossenses 2:14.

O “escrito de dívida . . . que constava de ordenanças”

Os romanos pregaram duas coisas na cruz no momento da crucificação de Jesus Cristo: O próprio Jesus e uma inscrição que dizia que Ele era o “rei dos judeus”—a acusação de traição contra Roma pela qual Ele foi executado.

sentido próprio de lei, mas, como o *registro de ônus* . . . que suscitado contra a nós e que Deus, simbolicamente, removeu ao ‘cravá-lo na cruz’” (software BibleWorks, grifo nosso).

O *Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento* de Vine também explica: “Isto significa um memorando de dívida, ‘uma escrita à mão’ usada em contratos públicos e privados, e é uma palavra técnica nos papiros gregos. Um grande número de antigas notas manuscritas foi publicado e destas o doutor Deissmann diz: ‘uma fórmula estereotipada nesses

De fato, Cristo removeu algo, que de certo modo foi pregado na cruz. Mas este algo foi o registro de nossos pecados—as nossas transgressões—e não a lei de Deus. Um olhar cuidadoso sobre texto de Paulo, no grego original, prova que isso é verdade.

Mas Paulo acrescenta outra coisa, que também foi (figurativamente) pregada na cruz de Jesus Cristo: “o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças” (ARA).

A frase traduzida como “escrito de dívida . . . que constava de ordenanças” é *cheirographon tois dogmasin* no original grego. Este é o único lugar em que ela aparece no Novo Testamento.

O *Léxico de Friberg* explica que *cheirographon dogma* significa “estritamente um *documento escrito à mão*, em questões legais acerca de uma nota promissória, *registro de dívidas*, de obrigações; figurativamente em [Colossenses] 2:14 não no

documentos é a promessa de pagar o dinheiro emprestado: ‘eu pagarei’, e todas elas estão escritas de próprio punho do devedor, ou, se ele não pudesse escrever, na nota dele havia uma observação expressa: ‘Eu escrevi por ele’ . . .”.

“Nos famosos papiros florentinos de 85 a.C., o governador do Egito dá esta ordem no curso de um julgamento—‘Que o escrito seja riscado’, que corresponde à ‘cancelar o escrito’ de Colossenses 2:14” (Graham Scroggie, além de Vine, Sistema de Biblioteca Logos, 1997).

O *Dicionário Teológico do Novo Testamento* acrescenta: “O tema da metáfora da *nota de dívida* é bastante enfático para afirmação

anterior . . . [que] Deus perdoou os pecados. Ele cancelou a *nota da dívida* por pegá-la e fixá-la na cruz de Cristo" (Gerhard Kittel, 1995, vol. 9, p. 436, grifo nosso).

A linguagem da época de Paulo associa esta palavra com uma *dívida legal escrita à mão* ou com uma *pena devida*, e não com a lei de Deus.

A última palavra que vamos examinar é "ordenanças", usada em "escrito de dívida . . . que constava de ordenanças". A palavra grega usada aqui é *dogmasin*, que denota "uma opinião, decreto (público)" (Robert Thomas, *Novo Dicionário Padrão Americano de Aramaico-Hebraico e Grego*, 1999). Esta expressão era utilizada em uma sentença oficial escrita à mão ou em uma acusação contra alguém por infringir uma lei.

Assim, a tradução Nova Versão Internacional registra assim este versículo: "Cancelou a escrita de dívida, que consistia em ordenanças, e que nos era contrária. Ele a removeu, pregando-a na cruz".

A Bíblia de Jerusalém traduz este versículo assim: "Apagou, em detrimento das ordens legais, o título de dívida que existia contra nós; e o suprimiu, pregando-o na cruz".

Na Bíblia na Linguagem de Hoje o versículo é lido desse jeito: "Anulou a conta da nossa dívida, com os seus regulamentos que nós éramos obrigados a obedecer. Ele acabou com essa conta, pregando-a na cruz".

O que aconteceu na crucificação

Uma boa maneira de visualizar isto é considerar um detalhe do que

aconteceu na crucificação de Cristo: "E, por cima da sua cabeça, puseram escrita a Sua acusação: ESTE É JESUS, O REI DOS JUDEUS" (Mateus 27:37). A Nova Tradução Viva diz: "Puseram acima da sua cabeça uma tabuleta onde estava escrito a acusação contra Ele".

Os líderes religiosos judeus acusaram Jesus de ter a ambição de substituir César como rei dos judeus. A acusação formal contra Ele diante de Pilatos era precisamente esta: "Qualquer que se faz rei é contra o César" (João 19:12).

Isso explica a pergunta de Pilatos a Jesus: "És tu o rei dos judeus?" (Mateus 27:11). Quando Jesus recusou-se a se defender, Pilatos aceitou a acusação dos líderes judeus e mandou pregar na cruz esta acusação ao crucificar Cristo.

O decreto manuscrito que Pilatos pregou acima da cabeça de Cristo declarava publicamente a *acusação oficial* pela qual Jesus foi crucificado. Esse decreto insinuou falsamente que Jesus era culpado de cometer traição contra César.

Portanto, Jesus foi oficialmente executado como um *transgressor*. Esta acusação era falsa. Mas ao aceitar a pena de morte pela falsa acusação, Ele se tornou o principal substituto do pecado para as acusações legítimas que Deus tem contra nós. Ele "riscou" as acusações que requerem a nossa morte por nossas transgressões, tomando sobre Si as acusações. Ao fazer isso, Ele tornou possível o perdão dos pecados (Colossenses 2:13).

O Calendário Usado Pelos Primeiros Cristãos Gentios

A seguinte citação de um livro do Dr. Troy Martin, professor de Estudos Religiosos da Universidade Saint Xavier de Chicago, sobre a carta de Paulo aos Colossenses providencia uma refutação eficaz para o argumento comum, mas falso, de que Paulo ensinou aos gentios cristãos a não observarem os dias santos, que os judeus também observavam.

Somente evitando a contagem total do tempo ou aderindo ao calendário judaico é que as comunidades paulinas escapariam de alternativas idólatras. Outros sistemas de contagem do tempo nomeavam os dias e os meses por divindades pagãs e marcavam as estações através dos rituais pagãos”.

“Em contraste, os judeus distinguem as estações do ano pelos festivais que, obviamente, não têm conotações pagãs. Eles reconhecem os meses pelas luas novas e nomeam esses meses usando termos agrícolas. Eles designam a semana pelos Sábados, e início do Sábado, e numeram, em vez de nomear, os dias da semana de um a seis. As únicas opções disponíveis para Paulo e suas comunidades era o calendário judaico, o pagão ou nenhum sistema de contagem do tempo, e as evidências indicam que optaram pela primeira”.

“As referências ao tempo na Epístola de Paulo aos Coríntios refletem exclusivamente a adoção de um calendário judaico. Mesmo em um lugar como Corinto, Paulo fala do *primeiro dia depois do dia de Sábado* (. . . 1 Coríntios 16:2), e não nomeia o dia como domingo. Ele estabelece um argumento elaborado com base nos festivais da páscoa e do pães asmos (1 Coríntios 5:6-8) para exortar aos coríntios: “Celebremos a festa” (1 Coríntios 5:8, ARA).

“Embora sejam escassas as referências sobre o tempo nas cartas de Paulo, 1 Coríntios fornece forte evidência para a adoção Paulina do calendário religioso judaico. Além de 1 Coríntios, a descrição de Paulo e das comunidades cristãs no livro de Atos mostra que os cristãos aderiram ao calendário judaico” (*Por Filosofias e Vãs Sutilezas: Colossenses Em Resposta a Uma Crítica Cínica*, 1996, pp. 125-127).

Os Apóstolos e a Lei de Deus do Antigo Testamento

Uma das visões mais equivocadas da Nova Aliança é a ideia de que através dela Jesus Cristo extinguiu a obediência às leis contidas no Antigo Testamento.

“Porém, respondendo Pedro e os apóstolos, disseram: Mais importa obedecer a Deus do que aos homens” (Atos 5:29).

Como temos visto repetidas vezes, uma das visões mais equivocadas da Nova Aliança é a ideia de que através dela Jesus Cristo extinguiu a obediência às leis contidas no Antigo Testamento. Essa concepção errada foi ensinada—com muitas variações—por quase dois mil anos. Por isso, é crucial esclarecer definitivamente o que os apóstolos de Cristo realmente ensinaram sobre as leis que definem a justiça encontrada no Antigo Testamento.

Um índice na *Bíblia Judaica Completa* cataloga 695 citações separadas das passagens do Antigo Testamento no Novo Testamento (David Stern, 1998, págs. 1610-1615). Em dezenas de lugares adicionais, o Antigo Testamento é referido (como nos casos em que um personagem do Antigo Testamento é mencionado), mas não é citada nenhuma escritura específica.

Dependendo de que obra de estudioso você examine, é possível perceber que o número de citações e referências do Velho Testamento no Novo Testamento alcança a soma de 4105 citações (Roger Nicole, *Comentário Bíblico do Expositor*, 1979, vol. 1, pág. 617). Em comparação, os escritores do Novo Testamento citaram outros escritores do Novo Testamento *apenas quatro vezes*. Mesmo assim, algumas pessoas ainda argumentam que o ensinamento no Novo Testamento é que o Antigo Testamento está obsoleto, válido apenas para um povo específico e em um tempo restrito na história.

O *Comentário Bíblico do Expositor* observa que o Antigo Testamento permeia o pensamento e escritos dos autores do Novo Testamento: “Uma característica muito marcante do Novo Testamento (NT) é a medida que se alude ou cita o Antigo Testamento (AT). Ele apela para o AT, a fim de fornecer a prova das declarações feitas, a confirmação de posições defendidas, a ilustração de princípios avançados e as respostas às questões levantadas.

“Muitas vezes, mesmo quando nenhuma citação formal é dada ou talvez até mesmo pretendida, os escritores do Novo Testamento seguem a forma de pensamento ou de linguagem modelada das passagens do Antigo Testamento. É evidente que os escritores do NT e nosso próprio Senhor estavam tão imersos na linguagem e verdades da revelação do AT, que eles naturalmente se expressavam em termos que o lembrava” (ibidem).

Aqueles que insistem que o Novo Testamento ensina que o Antigo Testamento é irrelevante e anacrônico para os cristãos de hoje ignoram a abundância de evidências em contrário dentro desse mesmo Novo Testamento!

A maneira mais simples de entender como o Antigo Testamento se aplica aos cristãos sob a Nova aliança é meramente vendo o que os apóstolos ensinaram sobre o assunto. Afinal, esses homens eram os mais próximos a Jesus Cristo, depois de ter passado muito tempo com Ele, e foram ensinados pessoalmente por Ele.

Primeiro vamos olhar para Tiago, Pedro, João e Judas, cujas epístolas levam seus nomes. Seus escritos são chamados de “epístolas gerais” porque são dirigidas a todos os cristãos e incluem instruções cristãs gerais. Então vamos deixar que Paulo explique por si mesmo como ele se sentia quanto a obediência das escrituras do Antigo Testamento.

A visão de Tiago acerca da lei

Aparentemente, a epístola de Tiago foi a primeira, dentre esses quatro escritores, que foi escrita algum tempo antes de ser martirizado, em 62 d.C. Como meio-irmão de Jesus Cristo (Mateus 13:55), ele estava, sem dúvida, intimamente familiarizado com a atitude e a abordagem de Jesus quanto ao Antigo Testamento e as leis de Deus.

Tiago não poderia ser mais claro quanto ao seu entendimento de como as leis de Deus deveriam ser aplicadas aos cristãos. Ele se refere à lei como a “lei real” (Tiago 2:8) e a “lei da liberdade” (versículo 12), reconhecendo que a obediência à lei nos liberta do pecado e de suas consequências prejudiciais. “Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade e *nisso persevera*, não sendo ouvidamente esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-aventurado no seu feito”, ele escreve em Tiago 1:25.

Ele novamente defende especificamente a guarda dos mandamentos de Deus, quando escreve: “Todavia, se cumprirdes, conforme a Escritura, a lei real: Amarás a teu próximo como a ti mesmo, bem fazeis” (Tiago 2:8; citando Levítico 19:18). Ele passa a explicar que não podemos escolher quais dos mandamentos de Deus devemos obedecer, antes de concluir falando que devemos falar e agir “como devendo ser *juizados* pela lei da liberdade” (versículo 12).

Tiago também nos diz que simplesmente falar que temos fé e cremos em Deus é inútil—porque até mesmo os demônios sabem disso (versículo 19). Ele usa os exemplos de Abraão e Raabe, do Antigo Testamento, para mostrar que nossa fé deve ser acompanhada de ações—porque a fé sem obras é morta (versículos 17-26).

Ele também aponta que não é suficiente simplesmente evitar o pecado—que se sabemos fazer o bem, mas não o fazemos, também é pecado (Tiago 4:17). Assim como Jesus Cristo fez, no Sermão da Montanha (Mateus 5:17-48), Tiago chama os cristãos para um padrão de conduta *mais elevado* do que simplesmente seguir a letra da lei—ele espera que vivamos por sua plena intenção espiritual.

Pedro utiliza o Antigo Testamento como a sua autoridade

O apóstolo Pedro era um líder entre os apóstolos e desempenhou um papel importante na Igreja primitiva. Somente duas cartas de Pedro é que foram preservadas, as epístolas 1 e 2 Pedro, ambas aparentemente escritas nos anos 60 d.C., antes de ele ser martirizado no ano 67 ou 68 d.C.

O que essas cartas nos dizem sobre como Pedro enxergava o Antigo Testamento e a lei de Deus? Embora o tema da guarda da lei não apareça diretamente em nenhum lugar nas epístolas de Pedro, o que ele escreveu deixou bem claro suas opiniões.

Ele repete a ordem de Deus em Levítico 11:44, nos dizendo para “ser santos em toda a vossa maneira de viver, *porquanto escrito* [nas Escrituras do Antigo Testamento] *está*: Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pedro 1:15-16). Citando Isaías 40:8, ele lembra-nos que “a palavra do Senhor permanece para sempre” (versículo 25).

Ele compara a Igreja a um novo templo que está sendo construído para Deus (1 Pedro 2:5) e descreve os membros da Igreja como um novo sacerdócio dedicado a servir a Deus (versículos 5, 9). Ele se refere a Sara, Abraão e Noé (1 Pedro 3:6, 20) para ilustrar vários pontos em sua carta. Em sua primeira epístola, ele cita o Antigo Testamento mais de uma dúzia de vezes como a autoridade para suas palavras.

Em sua segunda epístola, escrita pouco antes de sua morte (2 Pedro 1:14-15; comparar João 21:18-19), Pedro nos lembra que os profetas do Antigo Testamento falaram (e escreveram) sob a inspiração do Espírito Santo de Deus (2 Pedro 1:20-21).

Ele fala do terrível juízo que Deus trará sobre a humanidade por causa do pecado, usando como exemplo o mundo cheio de pecado dos dias de Noé e as cidades degeneradas de Sodoma e Gomorra, que Deus destruiu como “exemplo aos que vivessem impiamente” (2 Pedro 2:5-6).

Ele também usa o profeta Balaão como um exemplo de desobediência aos mandamentos de Deus, que traz Sua condenação (2 Pedro 2:15). E ele nos lembra da necessidade de estar atentos às “palavras que primeiramente foram ditas pelos santos profetas” no Antigo Testamento, bem como as palavras dos apóstolos (2 Pedro 3:1-2).

João ensina a obediência aos mandamentos de Deus

João, “aquele discípulo a quem Jesus amava” (João 21:7, 20, 24), fala repetidamente em suas epístolas sobre a necessidade de guardar os mandamentos de Deus, as quais aparentemente foram escritas entre 85-95 d.C., quando ele se tornou o último dos doze apóstolos originais ainda vivo. Suas contundentes declarações falam por si mesmas:

“E nisto sabemos que o conhecemos: *se guardarmos os seus mandamentos. Aquele que diz: Eu conheço-o e não guarda os seus mandamentos é mentiroso, e nele não está a verdade*” (1 João 2:3-4).

“Todo aquele que pratica o pecado também transgredir a lei, porque o

pecado é a transgressão da lei” (1 João 3:4, ARA).

“E qualquer coisa que lhe pedirmos, dele a receberemos, *porque guardamos os seus mandamentos* e fazemos o que é agradável à sua vista” (1 João 3:22).

“Nisto conhecemos que amamos os filhos de Deus: quando amamos a Deus e *praticamos os seus mandamentos*. *Porque este é o amor de Deus: que guardemos os seus mandamentos; ora, os seus mandamentos não são penosos*” (1 João 5:2-3, ARA).

“E o amor é este: *que andemos segundo os seus mandamentos*” (2 João 6).

Judas e o Antigo Testamento

Judas, assim como Tiago, também era meio-irmão de Jesus Cristo (Mateus 13:55) e O conhecia desde a infância. Apesar de sua curta epístola conter apenas 25 versículos, ele consegue incluir muitas referências ao Antigo Testamento, inclusive o tempo que Israel vagou pelo deserto, Sodoma e Gomorra, Moisés, Caim, Balaão, Coré e Enoque.

O registro desses homens que aprenderam pessoalmente de Jesus Cristo é claro. Eles defendem o Antigo Testamento como a revelação inspirada de Deus para a humanidade em qualquer época e afirmam que guardar os mandamentos de Deus continua sendo um requisito para os cristãos de hoje.

Como os ensinamentos de Paulo foram corrompidos

Paulo escreveu ao evangelista Timóteo: “Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para *ensinar*, para *redarguir*, para *corrigir*, para *instruir em justiça*, para que o homem de Deus seja perfeito e *perfeitamente instruído para toda boa obra*” (2 Timóteo 3:16-17).

Desde que Paulo tinha acabado de definir a “Escritura”, no versículo anterior, como a que Timóteo conhecia “desde a infância”, isso somente poderia se referir ao Antigo Testamento—já que o Novo Testamento ainda não havia sido escrito e compilado. Assim, a visão de Paulo da necessidade das escrituras do Antigo Testamento para o entendimento e a vida do cristão é simples.

No entanto, a maioria dos teólogos e pregadores de hoje pensa que Paulo considerava obsoletas as Escrituras do Antigo Testamento. Eles o veem como a primeira pessoa que ensinou que as Escrituras não são mais necessárias, como um guia de autoridade para os cristãos.

Para chegar a essa conclusão, eles distorcem algumas das passagens de Paulo difíceis de entender para apoiar sua afirmação de que Jesus Cristo—ao morrer na cruz—aboliu a lei do Antigo Testamento.

Ao fazer esse juízo, eles ignoram a advertência de Pedro de que “Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada . . . pontos difíceis de entender, que os indoutos e inconstantes *torcem* e igualmente as outras Escrituras, *para sua própria perdição*” (2 Pedro 3:15-16).

Quando examinamos cuidadosamente os escritos de Paulo, percebemos

que é absurdo supor que ele usou seus próprios escritos, sua principal autoridade, para supostamente negá-los. Ele sempre apela para as escrituras do Antigo Testamento como a *principal autoridade* para tudo o que ele ensinou!

Paulo defende sua fidelidade à Escritura

As primeiras acusações de que Paulo estava desrespeitando a lei de Deus vieram de alguns judeus que contestaram impetuosamente a sua pregação acerca de que os gentios poderiam ser salvos sem se submeterem ao ritual da circuncisão. E o acusaram falsamente de abandonar a lei de Deus e à sua herança judaica. Paulo negou enfaticamente a acusação e estabeleceu com clareza autoridade bíblica para os seus ensinamentos e conduta.

Para ajudar Paulo a demonstrar que eram falsas todas as alegações de que ele havia rejeitado a lei de Deus, alguns cristãos em Jerusalém pediram que quatro judeus cristãos o acompanhasse pessoalmente na realização de rituais de purificação no templo, conforme estabelecido na lei bíblica (Atos 21:17-26). Paulo aproveitou a oportunidade, ansioso para silenciar seus críticos e confirmar publicamente sua fidelidade às Escrituras.

No entanto, “quando os sete dias estavam quase a terminar, os judeus da Ásia, vendo-o no templo, alvoroçaram todo o povo e lançaram mão dele, clamando: Varões israelitas, acudi! Este é o homem que por todas as partes ensina a todos, contra o povo, e contra a lei, e contra este lugar; e, demais disto, introduziu também no templo os gregos e profanou este santo lugar” (versículos 27-28).

Eles estavam mentindo. No entanto, surgiu uma revolta e o comandante romano teve de salvar Paulo da multidão judaica hostil que estava tentando matá-lo.

Paulo pediu permissão para falar em sua própria defesa à multidão reunida. A permissão foi concedida (versículo 40) e ele falou. Depois disso, ele foi levado perante o Sinédrio, a Corte Suprema dos judeus, e de lá foi transferido para a cidade de Cesaréia na costa do Mediterrâneo para comparecer perante o governador romano Félix. O comandante da guarnição romana de Jerusalém, em uma carta a Felix, reportou a seguinte explicação:

“Este homem foi preso pelos judeus; e, estando já a ponto de ser morto por eles, sobrevim eu com a soldadesca e o livre, informado de que era romano [isto é, Paulo possuía a cidadania romana]. Querendo saber a causa por que o acusavam, o levei ao seu conselho [Sinédrio]. E achei que o *acusavam de algumas questões da sua lei*, mas que nenhum crime havia nele digno de morte ou de prisão” (Atos 23:27-29).

Observe refutação de Paulo sobre as falsas acusações feitas contra ele: “Paulo, porém, fazendo-lhe o governador sinal que falasse, respondeu: Porque sei que já vai para muitos anos que desta nação és juiz, com tanto melhor ânimo respondo por mim. Pois bem podes saber que não há mais de doze dias que subi a Jerusalém a adorar; e não me acharam no templo falando

com alguém, nem amotinando o povo nas sinagogas, nem na cidade.

“Nem tampouco podem provar as coisas de que agora me acusam. Mas confesso-te que . . . assim sirvo ao Deus de nossos pais, crendo tudo quanto está escrito na Lei e nos Profetas. Tendo esperança em Deus, como estes mesmos também esperam, de que há de haver ressurreição de mortos, tanto dos justos como dos injustos. E, por isso, procuro sempre ter uma consciência sem ofensa, tanto para com Deus como para com os homens” (Atos 24:10-16).

Isso é inequivocamente claro! Anos depois, depois de ter se tornado cristão, Paulo poderia declarar que ele ainda acreditava em “tudo quanto está escrito na Lei e nos Profetas”—um termo judaico para todo o Antigo Testamento. Este testemunho, da boca do próprio Paulo, acaba com todas as dúvidas sobre o que ele pensava a respeito da lei de Deus.

Segunda defesa de Paulo no tribunal sobre seus ensinamentos

Dois anos depois, Paulo foi convocado novamente para aparecer no tribunal diante de um novo governador romano, Pórcio Festo (versículo 27). “Quando Paulo apareceu, os judeus que tinham chegado de Jerusalém se aglomeraram ao seu redor, fazendo contra ele muitas e graves acusações que não podiam provar. Então Paulo fez sua defesa: *‘Nada fiz de errado contra a lei dos judeus, contra o templo ou contra César’*” (Atos 25:7-8, NVI).

Essas audiências oficiais na corte são significativas. Assim ficou estabelecido, pelas próprias palavras de Paulo, que ele continuava firmemente comprometido tanto na *crença* e como na *prática* de todas as leis de Deus —as mesmas leis que os judeus diziam obedecer. E nenhum de seus acusadores poderia produzir qualquer prova em contrário. Todas as alegações feitas contra ele eram falsas—assim como todas as alegações *atuais* de que ele ensinou contra leis do Antigo Testamento são igualmente falsas!

No entanto, esses mesmos rumores imprecisos e caluniosos, que começaram com os falsos acusadores de Paulo há muito tempo, ainda estão circulando hoje. Eles se tornaram a base do que hoje é comumente conhecido como “teologia paulina”.

Esta filosofia teológica ainda apresenta Paulo como alguém comprometido com a separação do cristianismo de suas raízes judaicas. Ela retrata-o como alguém que rejeitou sua herança bíblica e iniciou mudanças no ensinamento que repudiou todas as leis do Antigo Testamento.

Mas, como foi explicado acima, tudo isso está muito longe do que Paulo realmente acreditava e ensinava. Ao longo de sua vida, Paulo defendeu as escrituras do Antigo Testamento, não apenas por ser *inspirada*, mas também *proveitosa* para “*instruir em justiça*” todos os cristãos (novamente, ver 2 Timóteo 3:15-17).

Esta Escritura contém a lei de Deus, que distingue a justiça do pecado. Portanto, não é de se admirar Paulo ter exclamado: “De fato, eu não saberia o que é pecado, *a não ser por meio da Lei*” (Romanos 7:7, NVI).

Paulo Usou Constantemente o Antigo Testamento Como Autoridade Para Seu Ensino

Em muitas versões da Bíblia pode ser difícil dizer quando um escritor do Novo Testamento está citando o Antigo Testamento.

No entanto, algumas, como a *Bíblia Judaica Completa*, tornam óbvias essas referências.

Esta versão aponta 183 passagens do *Antigo Testamento* que Paulo cita ou parafraseia em seus escritos. E este número não inclui outras dezenas de referências adicionais a pessoas, lugares e eventos do Antigo Testamento.

Curiosamente, dois dos livros que os teólogos mal orientados citam para argumentar que Paulo rejeitou o Antigo Testamento são aqueles com

o maior número de citações dele: Romanos (com citações ou paráfrases de 84 passagens do Antigo Testamento) e Hebreus (que muitos estudiosos acreditam que foi escrito por Paulo, contém 83 citações).

Outros livros de Paulo, com o número de referências a passagens do Antigo Testamento, são as seguintes: 1 Coríntios (26); 2 Coríntios (18); Gálatas (14); Efésios (12); Filipenses (6); Colossenses (3); 1 Tessalonicenses (1); 2 Tessalonicenses (7); 1 Timóteo (4) e 2 Timóteo (9). Apenas

Jesus e Paulo Enfatizam o Foco Correto da Lei

Na época de Jesus e Paulo, alguns líderes religiosos judeus haviam distorcido o foco da lei de Deus.

Eles estavam tentando impressionar a Deus com sua justiça, prestando mais atenção aos mínimos detalhes dos aspectos físicos da lei do que em seu objetivo espiritual.

Paulo identificou o problema: "Irmãos, o bom desejo do meu coração e a oração a Deus por Israel é para sua salvação. Porque lhes dou testemunho de que têm zelo de Deus, *mas não com entendimento*. Porquanto, *não conhecendo a justiça de Deus* e procurando estabelecer a sua própria justiça, não se sujeitaram à justiça de Deus" (Romanos 10:1-3).

Jesus enfatizou o propósito original da lei e sua intenção espiritual (Mateus 5:17-48). Isto irritou a muitos líderes religiosos judeus. Eles tinham o hábito de medir a justiça de acordo com a aparência exterior. Eles destacavam detalhes

duas curtas epístolas de Paulo, Tito e Filemom, não contém citações do Antigo Testamento.

Diante desses números, vê-se que é óbvio que Paulo usou as Escrituras Hebraicas para apoiar o seu ensinamento. Na verdade, ele sempre usou o Antigo Testamento como a *autoridade* para seu ensinamento!

O que Paulo disse expressamente sobre essas mesmas Escrituras?

- Em 2 Timóteo 3:16-17, ele escreve: “*Toda Escritura divinamente inspirada* [literalmente ‘soprada por Deus’] é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça, para que o *homem de Deus seja perfeito* e perfeitamente instruído para toda boa obra”. A “Escritura” aqui, que Timóteo sabe desde a infância (versículo 15), só poderia ser o Antigo Testamento.

- Em Romanos 3:2, referindo-se ao Antigo Testamento, Paulo diz que “aos judeus foram confiadas as pala-

avras de Deus” (NVI).

- Referindo-se a vários incidentes registrados no Antigo Testamento, ele nos diz em 1 Coríntios 10:11: “Estas coisas lhes sobrevieram como exemplos e *foram escritas para advertência nossa*, de nós outros sobre quem os fins dos séculos têm chegado” (ARA).

- Em Hebreus 3:7, ele fala que o Espírito Santo *inspirou diretamente as palavras do Antigo Testamento*.

- Em Hebreus 4:12, referindo-se ao Antigo Testamento, ele escreve: “Porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais penetrante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até à divisão da alma, e do espírito, e das juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e intenções do coração”.

Será que estas passagens soam como declarações de um homem que ensinou que o Antigo Testamento era obsoleto ou não mais necessário? A resposta é óbvia!

físicos e a limpeza cerimonial para negligenciar as “coisas mais importantes” da lei de Deus, como a justiça, a misericórdia e a fé (Mateus 23:23-25).

Jesus criticou severamente esta ênfase equivocada: “Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês são como sepulcros caiados: bonitos *por fora*, mas *por dentro* estão cheios de ossos e de todo tipo de imundície. Assim são vocês: *por fora* parecem justos ao povo, mas *por dentro* estão cheios de hipocrisia e maldade” (versículos 27-28, NVI).

Sua ênfase distorcida desviava a verdadeira intenção e propósito da lei de Deus. Em contraste, Cristo confirmou a legítima intenção da lei. E Paulo simplesmente deu sequência a essa ênfase correta de Cristo—incluindo o fato de que as cerimônias da lei e rituais serviram apenas como lembretes temporários de coisas melhores no futuro.

Jesus e Paulo sempre defenderam os ensinamentos da lei, que afetam o nosso coração, mente e comportamento. Estes aspectos da lei permanecem aplicáveis eternamente. Pois, eles revelam não só o que é pecaminoso, mas também a verdadeira justiça de Deus, que deseja escrevê-la em nossos corações e mentes. Os cristãos são guiados para entenderem correta e voluntariamente a aplicabilidade do verdadeiro foco da lei em suas próprias vidas.

O Que Paulo Queria Dizer Com “Cristo é o Fim da Lei”?

Jesus Cristo, a Palavra de Deus viva, é um exemplo perfeito do que ensina a lei de Deus. Seu caráter e obra nos indica o objetivo da lei.

Em Romanos 10:4, as palavras de Paulo são traduzidas assim: “Porque o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê”. Lamentavelmente, a maioria dos tradutores traduziu a palavra grega *telos* simplesmente como “fim”, em vez de entregar o significado da palavra pretendido por Paulo neste contexto. Este raciocínio insinua, incorretamente, que a fé invalida a lei, pois eles adotaram um pressuposto ilógico de que Paulo aparentemente rejeitou-a em Romanos 3:31. Esta passagem diz: “Anulamos, pois, a lei pela fé? *De maneira nenhuma! Antes, estabelecemos a lei*”.

Para descobrir a tradução correta de uma palavra, que pode ser utilizada de diferentes maneiras, é preciso entender corretamente seu contexto antes de se fazer qualquer esforço para determinar a nuance do significado pretendido pelo autor. Aqui está um exemplo simples. Alguém poderia perguntar a um estudante universitário: “Para qual *fim* você está cursando a faculdade?” A palavra “fim”, neste contexto, se refere ao “objetivo” ou “meta” que o aluno tem em mente. Receber um diploma seria apenas o “*resultado final*” de seu tempo de aprendizagem na faculdade, e não

o fim de sua capacidade ou vontade de aprender.

A palavra grega *telos*, traduzida como “fim” em Romanos 10:4, pode transmitir vários significados, incluindo “o objetivo ou propósito de alguma coisa” (*Dicionário Expositivo Completo das Palavras do Antigo e do Novo Testamento de Vine*, 1985, “Fim, Conclusão”). Isso está muito claro na tradução da Bíblia de Jerusalém de 1 Timóteo 1:5, onde *telos* é devidamente traduzida como *finalidade* na frase “a *finalidade* desta admoestação é a caridade”. Este mesmo versículo a Almeida Revista e Atualizada traduz *telos* como “intuito” e a Nova Versão Internacional traduz como “objetivo”.

Paulo usa *telos* em Romanos 10:4 para transmitir que o *objetivo* ou a meta da lei—a “finalidade ou propósito” dela—é nos apontar para a mente e o caráter de Jesus Cristo (Gálatas 4:19; Filipenses 2:05).

Jesus Cristo, a Palavra de Deus viva, é um exemplo perfeito do que ensina a lei de Deus. Seu caráter e obra nos indica o objetivo da lei. A tradução de *telos* como “fim” em Romanos 10:4 *distorce* a intenção e significado pretendido por Paulo—algo que Pedro enfaticamente nos adverte para não fazer (2 Pedro 3:15-16).

O Livro de Atos Mostra A Crença e a Prática da Igreja Primitiva

O livro de Atos é um registro histórico fundamental da crença e da prática da Igreja primitiva.

Seus capítulos iniciais descrevem a fundação da Igreja e seus primeiros anos; e nos capítulos posteriores descreve as viagens e as ações do apóstolo Paulo.

O ponto de vista comum entre a maioria das igrejas de hoje é que Jesus veio para abolir as leis do Antigo Testamento e que Paulo ensinou que não era mais necessário que os cristãos guardassem essas leis. Mas o que o livro de Atos revela sobre o que a Igreja primitiva pensava e fazia? Será que ele apoia este ponto de vista, ou mostra-nos algo muito diferente? Na época havia um conflito com o costume e prática judeu típico, como estabelecido no Antigo Testamento? Veja a prova por si mesmo—você é o juiz!

Atos 2:1 - A Igreja do Novo Testamento milagrosamente começou quando os membros estavam reunidos na Festa de Pentecostes (também chamado de Festa das Semanas ou Primícias), de acordo com os mandamentos de Deus de Levítico 23:15-16, 21 e Deuteronômio 16:16.

Atos 2:46 - A Igreja primitiva se reunia “unânimes todos os dias no templo”.

Atos 5:19-20 – Depois que os apóstolos foram presos, um anjo disse-lhes para continuar ensinando no templo.

Atos 5:21, 25, 42 - Os apóstolos continuaram ensinando no templo.

Atos 5:32 - Pedro ensinou que Deus dá o Seu Espírito Santo “àqueles que lhe obedecem”.

Atos 6:7 - “Um grande número de sacerdotes obedecia à fé” (NVI)—que não viu nenhuma contradição entre o cristianismo e seus cargos de sacerdotes.

Atos 7:1-53 - Estêvão explicou que Jesus Cristo e o cristianismo são o cumprimento da profecia do Antigo Testamento e um resultado natural do que predisse as Escrituras do Antigo Testamento.

Atos 8:26-39 – Filipe explicou ao eunuco etíope como Jesus Cristo é o cumprimento das profecias do Antigo Testamento.

Atos 9:20 - Imediatamente após a sua conversão milagrosa, Paulo, “nas sinagogas, pregava a Jesus” em Damasco.

Atos 10:14 - Cerca de uma década depois da crucificação e ressurreição

de Cristo, Pedro disse: “Nunca comi coisa alguma comum e imunda”, obviamente ele continuava obedecendo as leis de Deus sobre as carnes limpas e imundas encontradas em Levítico 11 e Deuteronômio 14. (Para entender o verdadeiro significado desta passagem, e como ela é extremamente mal interpretada, solicite ou baixe nosso livro gratuito *“O que a Bíblia ensina sobre Carnes Limpas e Imundas?”*).

Atos 11:8 - Pedro relatou esse evento, dizendo: “De maneira nenhuma, Senhor; pois nunca em minha boca entrou coisa alguma comum ou imunda”.

Atos 13:5 - Em Salamina, Chipre, Paulo e Barnabé “anunciavam a palavra de Deus nas sinagogas dos judeus”.

Atos 13:14-41 - Em Antioquia da Pisídia, Paulo e Barnabé ensinaram na sinagoga no Sábado, explicando pelas escrituras do Antigo Testamento que Jesus era o Messias prometido e o Filho de Deus.

Atos 13:42 - No final deste serviço na sinagoga “os gentios rogaram que no Sábado seguinte lhes fossem ditas as mesmas coisas”. Se o Sábado tivesse sido abolido, Paulo e Barnabé não perderiam essa oportunidade de ouro para explicar a esses gentios que eles poderiam ensinar-lhes no outro dia—domingo—ou em qualquer outro dia. Em vez disso, eles se encontraram novamente no próximo Sábado!

Atos 13:44 - “E, no Sábado seguinte, ajuntou-se quase toda a cidade a ouvir a palavra de Deus” ensinada por Paulo e Barnabé. Em todas essas diversas menções de Paulo ensinando no Sábado, uma vez que não existe sequer um indício de que eles não precisavam estar lá para observar o sábado como é ordenado, não há nenhum indício de que eles deveriam se reunir no domingo.

Atos 14:1 - Paulo e Barnabé ensinaram na sinagoga em Icônio.

Atos 15:20-21 - No fim da conferência de Jerusalém sobre a questão da circuncisão, a Igreja assinalou aos cristãos gentios os regulamentos que lhes eram permitido cumprir ao lado dos judeus nas sinagogas, onde “Moisés é pregado em todas as cidades, sendo lido nas sinagogas todos os Sábados” (NVI).

Atos 16:13 - Em Filipos, Paulo se encontrou com os judeus no Sábado na beira de um rio e os ensinou sobre Jesus Cristo.

Atos 17:1-2 - Em Tessalônica, Paulo, “como tinha por costume”, foi à sinagoga “e, por três Sábados, disputou com eles sobre as Escrituras”.

Atos 17:10-11 - Em Beréia, Paulo e Silas “foram à sinagoga dos judeus” e ensinaram, depois seus ouvintes “examinando cada dia nas Escrituras [Antigo Testamento] se estas coisas eram assim”.

Atos 17:17 - Em Atenas, Paulo debatia na sinagoga com os judeus e os gentios.

Atos 18:4 - Em Corinto, Paulo “todos os sábados disputava na sinagoga e convencia a judeus e gregos”.

Atos 18:19 - Em Éfeso, Paulo, “entrando na sinagoga, disputava com os judeus”.

Atos 18:21 - Paulo saiu de Éfeso, dizendo: “É-me de todo preciso celebrar a solenidade que vem em Jerusalém” (versão Almeida Corrigida e Fiel)—de acordo com o mandamento de Deus, que está em Deuteronômio 16:16.

Atos 19:8 - Depois de voltar a Éfeso, Paulo, “entrando na sinagoga, falou ousadamente por espaço de três meses”.

Atos 20:6 - Paulo e seu grupo navegaram de Filipos “depois dos dias dos pães asmos”, um dos festivais de Deus ordenado em Levítico 23:6 e Deuteronômio 16:16.

Atos 20:16 - Paulo mudou seus planos de viagem porque “apressava-se, pois, para estar, se lhe fosse possível, em Jerusalém no dia de Pentecostes”, outra festa de Deus.

Atos 21:20 - Em Jerusalém, os apóstolos disseram a Paulo que “milhares de judeus creram [em Jesus Cristo] e *todos eles são zelosos da lei*” (NVI). Eles não viram nenhuma contradição entre o cristianismo e as leis que sempre tinham observado.

Atos 21:21-26 - Para combater as falsas acusações de que ele ensinou contra a lei e mostrar que ele próprio continuava “vivendo em obediência à lei” (NVI), Paulo se uniu a vários homens para ser purificado no templo e pagar seus tributos com seus ritos e oferendas.

Atos 24:14 - Paulo, em uma audiência jurídica perante o governador romano Félix, afirmou que adorava ao Deus de seus pais, e acreditava em “todas as coisas que estejam de acordo com a lei e nos escritos dos profetas” (ARA)—o Antigo Testamento.

Atos 25:8 - Em mais uma audiência jurídica perante outro governador romano, Festo, Paulo disse: “Eu não pequei em coisa alguma contra a lei dos judeus, nem contra o templo, nem contra César”.

Atos 27:9 - Lucas anotou que era perigoso navegar no mar Mediterrâneo no final do Outono, “pois também o Jejum”—em referência ao Dia da Expição, um dos Dias Santos de Deus (Levítico 23:27) - “já tinha passado”.

Atos 28:17 - Ao falar para os judeus em Roma, onde agora ele era um prisioneiro, Paulo disse-lhes: “Não havendo eu feito nada contra o povo ou contra os ritos paternos.”

O registro do livro de Atos não poderia ser mais esclarecedor. Paulo e a Igreja primitiva não estavam em desacordo com as leis do Antigo Testamento!

A Conferência de Jerusalém em Atos 15: O Que Foi Decidido?

Algumas pessoas acreditam que a decisão da Igreja primitiva, em Atos 15, liberou os cristãos da necessidade de obedecer às leis reveladas no Antigo Testamento. Mas isso é verdade?

Para entender o que realmente foi decidido naquela ocasião, temos de verificar e entender o contexto histórico, cultural e bíblico.

Desde o início das conversões dos gentios, “alguns que tinham descido da Judéia . . .” insistiam que “se vos não circuncidardes, conforme o uso de Moisés, *não podeis salvar-vos*” (Atos 15:1). Observe que eles enxergavam a circuncisão como uma *questão de salvação*. E isso foi um enorme problema para eles!

Então Paulo levou o assunto à liderança da Igreja para ser resolvido oficialmente (versículo 2). “Alguns, porém, da seita dos fariseus que tinham crido se levantaram, dizendo que era mister circuncidá-los e mandar-lhes que guardassem a lei de Moisés” (versículo 5). Por “lei de Moisés” eles entendiam como as obrigações da Aliança do Sinai, que talvez incluísse alguns de seus rituais e cerimônias—e, definitivamente, a circuncisão.

Na conferência da Igreja em Jerusalém, Pedro e Paulo se dirigiram aos anciãos reunidos. Por conseguinte, Pedro observou que a questão da circuncisão já havia

sido resolvida pelo próprio Deus (versículos 7-9). O testemunho de Pedro serviu como prova de que Deus deu o Espírito Santo aos gentios, que não eram circuncidados (Atos 10:44-48). Como resultado disso, eles só poderiam concluir que Deus não exige a circuncisão para os gentios convertidos do sexo masculino.

Então, Paulo e Barnabé começaram descrevendo como Deus havia realizado milagres através deles para chamar os gentios à Igreja (versículo 12).

Quatro restrições para os novos convertidos gentios

Tiago, o meio-irmão de Jesus Cristo, em seguida, emitiu uma declaração final: “Portanto, julgo que não devemos pôr dificuldades aos gentios que estão se convertendo a Deus. Ao contrário, devemos escrever a eles, dizendo-lhes que se abstenham de comida contaminada pelos ídolos, da imoralidade sexual, da carne de animais estrangulados e do sangue” (versículos 19-20, NVI).

Algumas pessoas aproveitam-se destas palavras para argumentar

que nada mais foi exigido dos primeiros cristãos, que eles (e nós) não precisam guardar as demais leis encontradas no Antigo Testamento.

Mas será que este ponto de vista realmente faz sentido? Tiago não disse nada sobre o assassinato, o roubo, a mentira, o ato de dizer o nome de Deus em vão ou uma série de outros pecados. De acordo com esse raciocínio, então devemos concluir que os cristãos agora estão livres para praticarem essas coisas más? Claro que não! Então, por que Tiago lista apenas estas quatro restrições—abster-se “de comida contaminada pelos ídolos, da imoralidade sexual, da carne de animais estrangulados e do sangue”?

O elo que liga cada um desses requisitos é a *idolatria*. Especificamente, cada um deles estava associado diretamente com as formas pagãs de culto, que era comum nas áreas onde Deus estava chamando os gentios para a Igreja. Cada um deles também violava mandamentos bíblicos específicos (Êxodo 20:2-6; Levítico 20:10-20; Gênesis 9:4; Levítico 7:26-27).

No entanto, fica evidente que os apóstolos também tiveram outro motivo para destacar essas ligações com a idolatria. Eles queriam ter certeza que os novos convertidos gentios teriam acesso imediato ao aprendizado dos ensinamentos da Palavra de Deus—as Sagradas Escrituras (Romanos 15:4, 2 Timóteo 3:15).

Observe a *razão* expressada por Tiago para listar essas proibições particulares: “Pois, desde os tempos antigos, Moisés é pregado em todas

as cidades, sendo *lido nas sinagogas todos os Sábados*” (Atos 15:21, NVI). O objetivo desta conclusiva afirmação, um tanto intrigante, agora se torna clara: Os apóstolos queriam garantir que todo novo convertido gentio seria capaz de valer-se dessa instrução assim visto que as palavras de Moisés eram lidas “todos os Sábados”.

O acesso às Escrituras

Nessa época ninguém tinha a sua própria cópia da Bíblia. Os pergaminhos eram escritos à mão e extremamente caros. Somente pessoas muito ricas podiam pagar por qualquer tipo de biblioteca pessoal. Os únicos lugares onde se podia ouvir a leitura Bíblia regularmente era no templo de Jerusalém ou nas sinagogas, que existiam nas grandes cidades do Império Romano.

Ao renunciar a quaisquer associações com idolatria e escolhendo adorar somente o verdadeiro Deus das Escrituras, esses novos convertidos gentios puderam comparecer à sinagoga judaica. Ali eles seriam capazes de aprender os ensinamentos básicos das Sagradas Escrituras todos os Sábados. Em áreas onde congregações cristãs ainda não tinham sido estabelecidas, a sinagoga era o único centro de treinamento organizado onde as Escrituras podiam ser aprendidas.

Claramente, Paulo confirma a importância de os novos convertidos serem instruídos nas Escrituras. Em sua carta a Timóteo—um jovem pastor que ajudou a servir esses gentios convertidos—Paulo afirma

Ao renunciar a quaisquer associações com idolatria e escolhendo adorar somente o verdadeiro Deus das Escrituras, esses novos convertidos gentios puderam comparecer à sinagoga judaica. Ali eles seriam capazes de aprender os ensinamentos básicos das Sagradas Escrituras todos os Sábados.

que “*toda a Escritura é inspirada por Deus, e útil . . . para a educação na justiça*” (2 Timóteo 3:16, ARA) .

Ele ainda lembrou aos gentios convertidos em Roma que “*a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus*” (Romanos 10:17). Naquela época, a única “Escritura” e a “palavra de Deus” que eles conheciam era a que hoje chamamos de Antigo Testamento. Ou seja, o Novo Testamento ainda não existia.

Sem dúvida, Paulo esperava que o gentio convertido se esforçasse em ambos, *ouvir e aprender* a Palavra inspirada de Deus. No entanto, quando a Igreja começou a aceitar gentios convertidos, ela ainda não tinha a capacidade de instruir os crentes não judeus nas Escrituras *em cada cidade*—especialmente nas cidades onde não havia congregações cristãs.

Mas os judeus acolheram gentios incircuncisos na sinagoga para aprender a verdade de Deus—eles se comprometeram a servir apenas ao verdadeiro Deus vivo da Bíblia.

O Novo Testamento mostra que os primeiros gentios convertidos rapidamente se familiarizam com as Escrituras. Porque as Escrituras usadas pelos judeus e cristãos eram exatamente as mesmas, os apóstolos estavam tranquilos quanto aos crentes gentios se reunirem com os judeus e os cristãos judeus, partici-

pando dos serviços da sinagoga a cada Sábado.

A própria Bíblia registra que muitos gentios ouviram pela primeira vez a pregação de Paulo na sinagoga, onde foram assistir ao lado os judeus (Atos 17:1-4, 10-12, 16-17). As sinagogas e as Sagradas Escrituras foram fundamentais para a obra de Paulo na conversão dos judeus e gentios.

Paulo e seus convertidos consideravam as Sagradas Escrituras—ensinadas pelos judeus nas sinagogas como a base de suas crenças. Assim, ele nem sempre tinha de explicar todos os detalhes do caminho de vida que esses novos convertidos deveriam aprender. Quando estava em uma cidade apenas por um período curto, Paulo podia concentrar seus esforços em explicar o papel e a missão de Jesus Cristo e depois passar para outra cidade.

Ele sabia que gentios convertidos poderiam continuar recebendo a instrução básica das Escrituras e do caminho de vida de Deus, assistindo aos serviços regulares na sinagoga. E o fato de que, em suas cartas às congregações gentias, ele tenha citado extensivamente essas mesmas Escrituras usadas pelos judeus fornece evidências claras de que *todos* os gentios convertidos tinham acesso a essa instrução, independentemente de onde viviam.

O Ensino de Jesus Sobre a Lei de Deus

Talvez as controvérsias mais difundidas sobre os ensinamentos de Jesus dizem respeito a Sua atitude para com as leis de Deus registradas no Antigo Testamento.

“Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mateus 5:17).

A abordagem da maioria das igrejas e denominações a respeito de Jesus é que Ele trouxe um novo ensinamento, que se diferencia consideravelmente das instruções do Antigo Testamento. A opinião comum é que os ensinamentos de Cristo no Novo Testamento anularam e substituíram os ensinamentos do Antigo Testamento. Mas isso é verdade?

Afinal de contas, não importa o que as pessoas dizem sobre Ele. Também não importa realmente que interpretações fazem do que Ele disse. O que realmente importa é *o que Ele realmente disse, e se vamos acreditar e aceitar o que Ele disse.*

A evidente declaração do Sermão da Montanha

O Sermão da Montanha é um bom lugar para começar. Uma vez que este é o mais longo depoimento registrado dos ensinamentos de Jesus Cristo, devemos esperar encontrar nele Seu ponto de vista em relação as leis de Deus registradas no Antigo Testamento. E, de fato encontramos.

Uma das razões para algumas das afirmações de Jesus no Sermão da Montanha é que, por Seu ensino ser tão diferente daquele dos fariseus e saduceus—algumas pessoas creem que Sua intenção era subverter a autoridade da Palavra de Deus e substituí-la pela Sua própria palavra.

Mas sua verdadeira intenção era demonstrar que muitas coisas que os fariseus e saduceus ensinaram eram contrárias aos ensinamentos originais da Torá (ou Lei) de Moisés, os cinco primeiros livros da Bíblia. Jesus refutou as ideias erradas, que as pessoas formaram sobre Ele com três declarações enfáticas sobre a lei. Vamos dar uma olhada nelas.

“Eu não vim para destruir, mas para cumprir”

Logo no início Sermão da Montanha, Jesus o explica Seu ponto de vista acerca da lei: *“Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim ab-rogar, mas cumprir” (Mateus 5:17).*

Então, imediatamente, vemos que Jesus não tinha a intenção de destruir a lei. Ele mesmo nos diz para nem pensar numa coisa dessas. Longe de ser

contrário às Escrituras do Antigo Testamento, Ele disse que tinha vindo para *cumprir* “a Lei e os Profetas” e passou a confirmar a sua autoridade. “A Lei e os Profetas” era um termo comumente utilizado para as Escrituras do Antigo Testamento (comparar Mateus 7:12).

“A Lei” se refere aos primeiros cinco livros da Bíblia, os livros de Moisés onde foram escritas as leis de Deus. “Os Profetas” se referem não apenas aos escritos dos profetas bíblicos, mas também aos livros históricos que vieram a ser conhecidos como o Antigo Testamento.

O que Jesus quis dizer quando falou em cumprir a lei?

Lamentavelmente, o significado de “cumprir a lei” tem sido distorcido por muitos que professam o nome de Jesus, mas que realmente não entendem o que Ele ensinou. Eles dizem que já que Jesus disse que iria cumprir a lei, não precisamos mais guardá-la.

E outro ponto de vista deles sobre “cumprir a lei” é o de que Jesus “preencheu completamente” o que estava *faltando* na lei—isto é, Ele completou-a, cancelando parcialmente uma parte e acrescentando parcialmente outra, formando o que é geralmente referido como “a lei de Cristo” ou “ensinamento do Novo Testamento”.

A implicação dessa visão é que o Novo Testamento trouxe uma mudança nos requisitos para a salvação e advoga que as leis dadas no Antigo Testamento estão obsoletas. Mas esses pontos de vista refletem exatamente o que Jesus queria dizer?

O ponto de vista de Jesus sobre o cumprimento da lei

A palavra grega *pleroo*, traduzida como “cumprir” em Mateus 5:17, significa “tornar inteiro, preencher, encher até o topo... preencher ao máximo” ou “tornar completo, ou seja, completar” (*Léxico de Thayer Grego-Inglês do Novo Testamento*, 2002, o número Strong: 4137).

Em outras palavras, Jesus disse que veio para completar a lei e torná-la perfeita. Como? Ao mostrar a *intenção e a aplicação espiritual* da lei de Deus. Seu significado é claro no restante do capítulo, onde Ele mostrou a intenção espiritual de mandamentos específicos.

Alguns distorcem o sentido de “cumprir” pretendido por Jesus ao dizer: “Eu não vim destruir a lei, mas acabar com ela ao cumpri-la”. Isto é *incoerente* com Suas próprias palavras. Em todo o restante do capítulo, ele mostrou que a intenção espiritual da lei era se tornar *mais* amplamente aplicável e não ser anulada ou tornar-se desnecessária.

Jesus, quando expôs Sua explicação, ampliando e exemplificando a lei de Deus, cumpriu uma profecia do Messias encontrada em Isaías 42:21: “Foi do agrado do SENHOR, por amor da sua própria justiça, *engrandecer* a lei e fazê-la gloriosa” (ARA). A palavra hebraica *gadal*, traduzida como “engrandecer”, significa literalmente “ser ou tornar-se grande” (William Wilson, *Estudo das palavras do Antigo Testamento de Wilson*, “Engrandecer”).

Jesus Cristo fez exatamente isso, mostrando a intenção sagrada e espiritual e a finalidade e a abrangência da lei de Deus através de Seus ensinamentos e modo de vida. Ele sempre andou conforme os requisitos da lei, obedecendo-a perfeitamente em pensamento e ação, tanto na letra como na intenção do coração.

Tudo será cumprido

A segunda instrução fundamental que Jesus entregou no Sermão da Montanha, no mesmo exato contexto, torna ainda mais evidente que Ele não veio para destruir, revogar, anular ou ab-rogar a lei: “Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei sem que tudo seja cumprido” (Mateus 5:18).

Com estas palavras, Jesus comparou a perenidade da lei com a permanência do céu e da terra. Ele está dizendo que as leis espirituais de Deus são imutáveis, invioláveis e indestrutíveis. Elas somente podiam ser cumpridas, mas nunca revogadas.

Devemos notar que neste versículo outra palavra grega é usada para “cumprido”: *ginomai*, que significa “tornar-se, ou seja, passar a existir . . . a ter lugar, a acontecer” ou “ser feito, realizado, acabado” (Thayer, o número de Strong: 1096).

Até que a conclusão final do plano de Deus para glorificar a humanidade em Seu Reino venha acontecer, ou seja, enquanto ainda houver seres humanos carnis—a codificação física da lei de Deus nas Escrituras segue sendo necessária. Isto, explicou Jesus, é tão certo quanto a existência do universo.

Seus servos devem guardar a lei

A terceira declaração de Jesus, citada no capítulo 2, pronuncia que nosso destino depende de nossa atitude em relação ao tratamento que damos à santa lei de Deus. Mais uma vez, “Qualquer, pois, que violar um destes menores mandamentos e assim ensinar aos homens será chamado o menor [por aqueles] no Reino dos céus; aquele, porém, que os cumprir e ensinar será chamado grande [por aqueles] no Reino dos céus” (Mateus 5:19).

A frase “por aqueles” foi adicionada para esclarecer, uma vez que, como explicado em outras passagens, que aqueles que persistirem em violar a lei de Deus e ensinar os outros a transgredi-la não farão parte do Reino.

Jesus deixa bem claro que aqueles que O seguem e aspiram ao Seu Reino têm a obrigação perpétua de obedecer e respeitar a lei de Deus. Ele está dizendo que não podemos diminuir a lei de Deus, nem mesmo um jota ou um til.

O valor que Ele dá aos mandamentos de Deus também é inconfundível—assim como Ele exige um grande apreço para com a lei de todos aqueles que ensinam em Seu nome. Sua reprovação recai sobre aqueles que desrespeitam o menor dos mandamentos de Deus e Sua honra será concedida a

quem ensina e obedece aos mandamentos de Deus.

Desde que Jesus obedeceu aos mandamentos de Deus, entende-se que os Seus servos também, devem guardar os mesmos mandamentos e ensinar os outros a fazerem o mesmo (1 João 2:2-6). É desta forma que os verdadeiros ministros de Cristo devem ser identificados, por seguir o exemplo estabelecido por Ele (João 13:15).

Devemos exceder os escribas e fariseus

Com a próxima instrução do Sermão do Monte, Jesus não deixa dúvidas quanto ao que Ele quis dizer nas últimas três declarações.

Ele quis dizer, sem dúvida, para Seus discípulos obedecerem a lei de Deus—e Ele estava requerendo deles uma obediência de acordo com um padrão que *extrapolasse* a qualquer outro que tinham ouvido antes. “Porque vos digo que, se a vossa justiça não *exceder* a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no Reino dos céus” (Mateus 5:20).

Quem eram os escribas e os fariseus? Os escribas eram os mestres mais renomados da lei—os intérpretes da lei, homens bem educados na lei, os especialistas.

Os fariseus, um grupo também mencionado, eram comumente vistos como os modelos mais exemplares do judaísmo. Eles formavam uma seita do judaísmo que havia estabelecido um código moral e ritual mais rígido do que aquele escrito na lei de Moisés, baseado grande parte em suas antigas práticas e tradições. Os escribas e os fariseus eram muitíssimo rigorosos e respeitados no judaísmo (Atos 26:5).

Enquanto os escribas eram os especialistas, os fariseus professavam a prática mais estrita da justiça. Então, quando Jesus declarou que a justiça de uma pessoa deve exceder a dos escribas e fariseus, esta foi uma declaração surpreendente!

Os fariseus eram vistos como aqueles que tinham atingido o auge da retidão pessoal e as pessoas comuns supunham que tal grau de espiritualidade estava muito além do alcance delas. Mas Jesus afirmou que a justiça dos escribas e fariseus *não era suficiente* para lhes conferir o direito de entrar em Seu Reino! Então, qual é a esperança dos outros?

Jesus condena a hipocrisia religiosa

Na verdade, havia um verdadeiro problema com a justiça dos escribas e fariseus. O cerne da questão era que sua justiça tinha defeitos, pois era *apenas exterior*. Eles pareciam obedecer a lei para aqueles que os observavam, mas interiormente transgrediam a lei de Deus, onde não podiam ser visto pelos outros.

Observe acusação contundente de Jesus quanto a hipocrisia deles, que faziam da religião um espetáculo público: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Pois que limpais o exterior do copo e do prato, mas o interior está cheio de rapina e de iniquidade . . . Pois que sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas inte-

riormente estão cheios de ossos de mortos e de toda imundícia . . . vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas interiormente estais cheios de hipocrisia e de iniquidade” (Mateus 23:25-28).

Estes mestres, autodenominados religiosos, enfatizavam os menores aspectos da lei, negligenciando as questões mais importantes. “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Pois que dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e desprezais o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer essas coisas e não omitir aquelas” (versículo 23).

Jesus cuidava que todas as partes do requisito justo da lei fossem obedecidas, mas estava irritado porque eles estavam cegos quanto às partes “mais importantes”—os principais aspectos espirituais—da lei.

Enquanto eles eram exigentes com as suas tradições cerimoniais, ao mesmo tempo tomavam a liberdade de desobedecer aos mandamentos diretos de Deus. Em algumas situações eles realmente elevavam suas tradições acima dos mandamentos claros de Deus (Mateus 15:1-9).

Por trás de seus atos estava a motivação básica de sua auto-vanglória e seu interesse próprio. Eles faziam em público aquilo que deveria ser suas devoções particulares em direção a Deus—a oração, o jejum e a esmola—tudo para que pudessem ser vistos e considerados pelos outros como justos (Mateus 6:1-6; 23:5-7).

Os líderes religiosos não guardavam o espírito da lei de Deus

Imediatamente depois de Sua declaração, de que não tinha a intenção de acabar com a lei de Deus, Jesus passou a dar exemplos das tradições e ensinamentos dos líderes religiosos judeus que perdiam completamente o foco ou até contradiziam a intenção espiritual das leis de Deus.

O primeiro exemplo que Ele deu foi o sexto mandamento: “Não matará”. Tudo o que os fariseus entendiam sobre este mandamento era que o ato de assassinar era proibido. Jesus ensinou que deveria ser óbvio que a intenção do Sexto Mandamento não era apenas proibir o ato literal de matar, mas também cada atitude perversa do coração e da mente que *levasse* ao assassinato—incluindo a raiva injusta e as palavras de desprezo (Mateus 5:21-26).

Ele fez o mesmo com a visão limitada deles quanto ao sétimo mandamento: “Não cometerás adultério”. Os fariseus daquela época entendiam que o ato físico da relação sexual com uma mulher fora do casamento era pecado. Eles também deveriam ter entendido, como no caso do Sexto Mandamento, que a *luxúria* por outra mulher era pecado, porque ao cobiçar a pessoa já havia transgredido o mandamento em seu coração.

Estes são exemplos da “justiça dos escribas e fariseus” que Jesus caracterizou como limpar o exterior do copo e do prato, enquanto o interior continua “cheio de ganância e cobiça” (Mateus 23:25, NVI).

Jesus ensinou a Seus discípulos que a lei de Deus realmente deve ser obedecida exteriormente, mas também deve ser obedecida *no espírito e*

na intenção do coração. Quando Jesus ensinou a obediência sincera às leis de Deus, Ele foi fiel ao ensinamento do Antigo Testamento: “Porque o SENHOR não vê como vê o homem. Pois o homem vê o que está diante dos olhos, porém o SENHOR olha para o coração” (1 Samuel 16:7).

O profeta Jeremias olhou à frente de seu tempo, para uma época em que Deus vai estabelecer uma nova aliança, onde Ele promete: “Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração” (Jeremias 31:33). O propósito original de Deus para a Sua lei era que as pessoas a observassem com seus corações (Deuteronômio 5:29). O fracasso dos seres humanos em obedecer à lei de Deus “no íntimo” (Salmo 51:6, NVI) inevitavelmente conduziria à desobediência na prática.

Jesus não mudou a lei

Jesus prefaciou Seu contraste da interpretação restritiva da lei dos escribas e fariseus com a sua verdadeira intenção espiritual usando estas palavras: “Ouvistes que foi dito aos antigos . . . Eu, porém, vos digo . . .” (Mateus 5:21-22, 27-28).

Alguns pensam erroneamente que o intuito de Jesus era opor o Seu próprio ensinamento ao de Moisés e, assim, declarar-Se como a única autoridade verdadeira. Eles assumem que Jesus era contrário a lei mosaica ou estava modificando-a de alguma forma.

Mas é difícil imaginar que Jesus, logo após proclamar solene e enfaticamente a constância da lei de Deus e demonstrar Seu grande respeito por ela, agora iria *diminuir* a autoridade da lei por meio de *outras* declarações. Jesus não era incoerente; Ele honrou e manteve a lei em todas as Suas declarações.

Nesta passagem, Ele não está colocando-Se contra a lei mosaica, nem está reivindicando uma espiritualidade superior. O que Ele *estava* fazendo era *refutando as interpretações errôneas* perpetuadas pelos escribas e fariseus.

É por isso que Ele declarou que a justiça de uma pessoa devia exceder a dos escribas e fariseus. Jesus estava restituindo, na mente de Seus ouvintes, os preceitos mosaicos da lei a seu lugar original de pureza e poder. (Para compreender melhor estas leis, solicite ou baixe sua cópia gratuita do guia de estudo bíblico “*Os Dez Mandamentos*”).

Também deveria ser óbvio que, porque Deus é o autor tanto da Antiga quanto da Nova Aliança, não pode haver conflito vital entre elas, e que as leis fundamentais da moralidade subjacentes devem estar e estão em pleno acordo. Deus nos diz em Malaquias 3:6, “Eu, o SENHOR, *não mudo* . . .”

Jesus e o Sábado

Entre aqueles que dizem seguir a Jesus, nenhum mandamento bíblico tem despertado tanta controvérsia quanto o Quarto Mandamento—a instrução de Deus para lembrar-nos do dia de Sábado para santificá-lo (Êxodo 20:8-11). Aqui, em particular, vemos que as interpretações das

peçoas sobre os ensinamentos de Jesus vão a todas as direções possíveis.

Alguns argumentam que Jesus revogou todos os Dez Mandamentos, mas que nove foram reinstituídos no Novo Testamento—todos, exceto o Sábado. Alguns acreditam que Jesus substituiu o Sábado por Ele mesmo e que Ele é o nosso “descanso”. Outros acreditam que não há nenhuma necessidade de guardar Sábado agora, e que podemos descansar ou adorar em qualquer dia ou em qualquer momento que escolhermos.

Independentemente do argumento utilizado, uma enorme parcela do cristianismo tradicional crê que o domingo, o *primeiro* dia da semana, substituiu o Sábado, o *sétimo* dia da semana.

Será que podemos encontrar apoio para estes pontos de vista na vida prática ou no ensinamento de Cristo? À luz do claro ensinamento de Jesus sobre a permanência das leis de Deus, o que vamos encontrar quando se trata da atitude dEle a respeito do dia de Sábado?

Ao estudar os Evangelhos, uma das primeiras coisas que devemos notar é que era costume de Jesus frequentar a sinagoga aos Sábados para o culto a Deus (Lucas 4:16). Esta era *Sua prática regular*. Nesta ocasião especial, Ele mesmo anunciou Sua missão, como Messias, para as pessoas na sinagoga nesse dia.

Curiosamente, mais tarde, nós observamos que também era *costume de Paulo* ir adorar e ensinar nas sinagogas no Sábado (Atos 17:2-3). Nem ele nem Jesus nunca sugeriram a seus ouvintes que não precisavam congregar-se ou que deviam adorar a Deus em um dia diferente!

Debates sobre como guardar Sábado e não sobre se deviam ou não guardá-lo

Nos Seus confrontos com os escribas e fariseus é onde muitas pessoas tiram conclusões erradas sobre Jesus e o Sábado. No entanto, esses confrontos nunca foram sobre *se deviam guardar* o Sábado—eram somente sobre a maneira *como ele deveria ser guardado*. Há uma diferença crucial entre os dois!

Por exemplo, Jesus desafiou corajosamente os judeus sobre a interpretação deles acerca da observância do Sábado, realizando curas no sábado (Marcos 3:1-6; Lucas 13:10-17; 14:1-6).

De acordo com os fariseus, prestar auxílio médico a alguém, a menos que fosse uma questão de vida ou morte, era proibido no Sábado. E uma vez que nenhuma dessas curas envolvia uma situação de vida ou morte, eles pensaram que Jesus estava violando o Sábado.

Mas, como o Salvador, Jesus entendia o propósito do Sábado, que era um tempo perfeitamente apropriado para trazer a Sua mensagem de esperança, cura e redenção para a humanidade e viver essa mensagem através de Suas ações.

Para esclarecer esse ponto, Jesus perguntou aos fariseus: “É lícito no Sábado fazer bem ou fazer mal? Salvar a vida ou matar?” (Marcos 3:4).

Ele expôs a hipocrisia deles que não viam nada de errado em trabalhar

para resgatar um animal que caiu em um poço no dia de Sábado, ou banhar o animal naquele dia, mas estavam condenando-O por ajudar um ser humano—cujo valor era muito maior do que qualquer animal—no Sábado (Lucas 13:15-17, Mateus 12:10-14).

Cristo estava irritado com razão, por causa da incapacidade deles de enxergar que colocavam suas próprias tradições e interpretações acima do verdadeiro propósito da observância do Sábado (Marcos 3:5). No entanto, eles estavam tão cegos espiritualmente que O odiaram por expor as suas distorções sobre os mandamentos de Deus (versículo 6).

Em certa ocasião, os discípulos de Jesus, enquanto caminhavam por um campo no dia de Sábado, pegaram um punhado de grãos para que pudessem comer. Os discípulos não estavam colhendo no campo, mas estavam apenas pegando um lanche rápido para matar a fome.

Mas os fariseus insistiram que isso era ilegal. Jesus usou um exemplo das Escrituras para mostrar que o espírito e a intenção da lei não foram transgredidos e que a lei de Deus permitia a misericórdia (Marcos 2:23-26).

Neste contexto Jesus dá o verdadeiro propósito do Sábado. “O Sábado foi feito por causa do homem, e não o homem, por causa do Sábado”, disse Ele (versículo 27). Os fariseus tinham invertido as prioridades da lei de Deus. Eles haviam acrescentado tantos regulamentos e tradições meticulosos para o mandamento do Sábado que a tentativa de guardá-lo como eles exigiam havia se tornado um fardo enorme para as pessoas em vez de uma bênção, que era a intenção de Deus (ver Isaías 58:13-14).

Jesus, então, afirmou ter autoridade para dizer como o Sábado deve ser observado: “O Filho do Homem até do Sábado é senhor” (versículo 28).

O judaísmo abandonou a Moisés e o cristianismo abandonou a Cristo

Quando se trata de Jesus e da lei, temos de concluir que a religião “cristã” nos decepcionou ao não considerar os ensinamentos originais de Cristo, pois Ele mesmo seguiu os ensinamentos originais das escrituras do Antigo Testamento. E como os ensinamentos dos líderes religiosos judeus corromperam os escritos de Moisés, assim também os posteriores mestres de Cristo—isto é, *falsos* mestres que dizem representá-Lo—corromperam Seus ensinamentos. A verdade é que Jesus e Moisés estão em harmonia.

Aqui vamos levantar uma questão. Se Jesus estivesse aqui hoje, que dia Ele observaria como Sábado? Seria o dia ordenado nos Dez Mandamentos, o sétimo dia.

Jesus cumpriu a lei e espera que Seus discípulos façam o mesmo. Ele deixou claro Sua atitude sobre diminuir qualquer parte da lei. Qualquer pessoa que não guardá-la está apenas usando o bom nome de Cristo, sem fazer o que Ele disse.

Ele nos adverte: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no Reino dos céus, mas *aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus*. Muitos me dirão naquele Dia: Senhor, Senhor, não profetizamos nós em

teu nome? E, em teu nome, não expulsamos demônios? E, em teu nome, não fizemos muitas maravilhas? E, então, lhes direi abertamente: *Nunca vos conheci; apartai-vos de mim, vós que praticais a iniquidade*” (Mateus 12:21-23).

Então onde é que isto nos leva? Isso nos leva à conclusão de que nem todas as igrejas que alegam representar a Cristo realmente O representam corretamente. Assim como muitos dos antigos fariseus, elas adicionaram as tradições que as levam ao erro.

Jesus frequentemente indicava que Seu ensinamento era baseado nas Escrituras do Antigo Testamento. Quando desafiavam Seu ensinamento, Ele respondia: “*Não tendes lido . . . ?*”, antes de mostrar para Seus adversários que as Escrituras apoiavam o que Ele tinha dito (Mateus 12:3,5; 19:4; 22:31).

Aqueles que dizem que Jesus se afastou da autoridade das escrituras do Antigo Testamento estão simplesmente errados. Neste capítulo, demonstramos que os líderes religiosos judeus de Sua época e muitos cristãos professos dos dias de hoje avaliam erroneamente os ensinamentos de Jesus. Jesus ensinou fielmente a palavra escrita do Antigo Testamento. Jesus Cristo é coerente, pois “é o mesmo ontem, e hoje, e eternamente” (Hebreus 13:8). Ele não mudou Sua visão da lei de Deus!

A Novidade do ‘Novo’ Mandamento de Jesus Cristo

*Jesus substituiu os mandamentos de Deus anteriores
apenas com este novo mandamento?*

A noite antes de ser crucificado, Jesus disse aos discípulos: “Um novo mandamento vos dou: Que vos ameis uns aos outros; *como eu vos amei a vós, que também vós uns aos outros vos ameis*” (João 13:34).

Jesus substituiu os mandamentos de Deus anteriores apenas com este “novo mandamento”? Muitos ensinam que é exatamente isso o que Ele quis dizer. Mas o ponto de vista dessas pessoas não levam em conta tudo o que Jesus disse. Muito do que ele disse não era novidade.

Moisés tinha escrito quase as mesmas palavras séculos antes (Levítico 19:18). Jesus simplesmente adicionou algumas palavras que Moisés não poderia ter escrito, porque Ele ainda não tinha vindo. Essas novas palavras pronunciadas por Jesus eram “como Eu vos amei”—referindo-se ao *exemplo perfeito* de amor que Ele tinha estabelecido para eles!

Seu *exemplo* elevou o nível de caráter amoroso mais do que nunca antes. Ele nos amou a ponto de dar a Sua própria vida por nós. Ele explicou—apenas dois capítulos depois—que “ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a sua vida pelos seus amigos” (João 15:13).

Mas Jesus também demonstrou, através de Seu exemplo, que o *amor e a obediência* devem andar juntos. Ele explicou: “Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor, do mesmo modo que *Eu tenho guardado os mandamentos de meu Pai* e permaneço no seu amor” (João 15:10).

Nós cumprimos o novo mandamento de Jesus quando amamos uns aos outros na mesma medida que dEle—estar dispostos a dar a vida por causa dos outros. Esse é o tipo de amor que Jesus quer que todos os Seus verdadeiros discípulos pratiquem de coração. E esse é o ponto que Ele estava se referindo ao dar Seu “novo” mandamento.

O Fato de Jesus Ter Cumprido A Lei Traz Outros Aspectos Importantes

Consideremos por um momento a pena que nós próprios incorremos pelo pecado.

A lei exigia a perfeita obediência e pronunciou uma sentença de morte para qualquer um que a transgredisse. Paulo nos diz que “o salário do pecado é a morte” (Romanos 6:23).

Consideremos por um momento a pena que nós próprios incorremos pelo pecado. Não é o purgatório ou inferno, ou algum outro lugar ou estado de ser ou de consciência (solicite ou baixe nosso livro grátis “*Céu e Inferno: O que Realmente Ensina a Bíblia?*”). A morte é o esquecimento eterno, uma inexistência, um apagamento total da vida da qual ninguém poderia escapar se não fosse a promessa de Deus da ressurreição.

Paulo continua em Romanos 6:23: “Mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”. Uma vez que todos pecaram, a lei pode exigir nossa morte. Ela não contém nenhum arranjo

para nos dar a vida eterna. Então, como alguém poderia esperar para ter vida depois de morrer?

Jesus também cumpriu a lei, no sentido de que Ele cumpriu a exigência da lei, pagando a pena de cada um de nós advinda pela desobediência, que é a morte. Jesus, que nunca pecou, recebeu sobre Si a pena de morte que era exigida pela lei. Como nosso sacrifício perfeito para o pecado, Ele foi capaz de satisfazer as exigências da lei, que exigia a nossa morte. Assim, Ele “aniquilou” o pecado pelo sacrifício de Si mesmo” (Hebreus 9:26). Jesus, “em Seu sangue nos lavou dos nossos pecados” (Apocalipse 1:5), tornando possível que recebêssemos o dom de Deus da vida eterna.

A seção da “Lei” na Bíblia, os cinco livros de Moisés, contém vários tipos de leis. Além das chamadas leis morais que regem o comportamento humano (como os Dez

Mandamentos), esta seção também continha várias leis sacrificiais que exigem sacrifícios pelo pecado. Por si mesmas essas leis e sacrifícios nunca poderiam remover a pena de morte pelo pecado (Hebreus 10:1-4).

“Por isso, quando Cristo veio ao mundo, disse: Sacrifício e oferta não quiseste, mas um corpo me preparaste . . . Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados, por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas . . . quando este sacerdote acabou de oferecer, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à direita de Deus . . . porque, por meio de um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados” (versículos 5, 10, 12, 14, NVI).

O que isto está nos dizendo é que Jesus cumpriu todo o prescrito nas ofertas para o pecado na lei dos sacrifícios. Jesus observou toda a lei, tornando-se o sacrifício pelo pecado.

Se Cristo não tivesse se apresentado como oferta pelo pecado,

os sacrifícios que prenunciavam a “única oferta pelos pecados” seriam uma profecia ou fiança não cumprida, porque todos eles apon-taram para Jesus Cristo.

Jesus disse que não veio para destruir a lei ou os profetas, mas para cumpri-los. Ele fez isso de várias maneiras e níveis diferentes. Ele mostrou a plena intenção espiritual da lei, vivendo-a perfeitamente como um exemplo para nós. Os profetas tinham anunciado anteriormente Sua pessoa, Sua missão e muitos detalhes de Seu nascimento, vida, morte e ressurreição —e Ele tudo cumpriu. Os sacrifícios da lei prenunciavam a Sua morte sacrificial pelos pecados de toda a humanidade—que só Ele poderia cumprir.

O que Jesus estava dizendo é que o Antigo Testamento, com todas as suas passagens e elementos—morais e proféticos—referia-se e se aplicava a Ele. Ele cumpriu todos os aspectos requeridos pela Lei e pelos Profetas, justificando-os e fazendo corretamente o que eles exigiram e anunciaram.

Consideremos por um momento a pena que nós próprios incorremos pelo pecado. Não é o purgatório ou inferno, ou algum outro lugar ou estado de ser ou de consciência (solicite ou baixe nosso livro grátis ***“Céu e Inferno: O que Realmente Ensina a Bíblia?”***). A morte é o esquecimento eterno, uma inexistência, um apagamento total da vida da qual ninguém poderia escapar se não fosse a promessa de Deus da ressurreição.



A Nova Aliança Aboliu os Mandamentos?

A crença popular de que a Nova Aliança revoga a lei de Deus reflete uma incompreensão de ambas as alianças.

A Bíblia nos diz que Cristo veio como o Mediador de uma melhor aliança (Hebreus 8:6). A crença popular de que a Nova Aliança revoga a lei de Deus reflete uma incompreensão de ambas as alianças. Deus nos diz que Ele alterou a aliança original e a fez uma “superior aliança instituída com base em superiores promessas” (versículo 6, ARA). Mas não foi estabelecida com leis diferentes. *A lei permaneceu a mesma.*

Houve, no entanto, uma fraqueza ou falha na aliança original. E esta falha estava *nas pessoas* e não na lei. “Deus, porém, *achou o povo em falta* e disse: Estão chegando os dias, declara o Senhor, quando farei uma nova aliança com a comunidade de Israel e com a comunidade de Judá” (versículo 8, NVI). Isto aconteceu porque as pessoas “não continuaram na Minha aliança, e eu não atentei para eles, diz o Senhor” (versículo 9, ARA).

Na Antiga Aliança, Deus escreveu a lei em tábuas de pedra. Ela foi escrita externamente, não fazendo parte do pensamento e das motivações das pessoas. Ela foi escrita em sua literatura, mas não em seus corações. Na Nova Aliança, Deus escreve a lei *nas mentes e nos corações de Seu povo* (Hebreus 8:10; Jeremias 31:33-34).

Para capacitar as pessoas a interiorizar a Sua lei—para amá-la e obedecê-la com disposição e boa vontade—Deus faz esta promessa: “E vos darei um *coração novo* e porei dentro de vós um *espírito novo*; e tirarei o coração de pedra da vossa carne e vos darei um coração de carne. E porei dentro de vós o *Meu espírito* e farei que andeis nos Meus estatutos, e guardeis os Meus juízos, e os observeis” (Ezequiel 36:26-27). O Espírito de Deus possibilita a Seu povo obedecerem as Suas leis!

As pessoas sem o Espírito Santo são incapazes de obedecer incondicionalmente. Por quê? “A mentalidade da carne é inimiga de Deus porque não se submete à Lei de Deus, nem pode fazê-lo. Quem é dominado pela carne não pode agradar a Deus” (Romanos 8:7-8, NVI).

É por isso que a Antiga Aliança e a Nova Aliança são diferentes. Paulo explica que “era impossível à lei, visto como estava enferma pela carne”, e isso Deus tem conseguido ao enviar Jesus, que venceu a carne e “condenou o pecado [a transgressão da lei] na carne, para que a justiça da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Romanos 8:3-4; ver também 1 João 3:4).

O *Comentário Crítico Internacional*, em referência a Romanos 8:4, diz: “O propósito de Deus em ‘condenar’ o pecado era que esse requisito de Sua lei se cumprisse em nós, isto é, que Sua lei seja estabelecida, no sentido de, final-

mente, ser realmente e sinceramente obedecida em cumprimento das promessas de Jeremias 31:33 e Ezequiel 36:26”.

Em uma nota de rodapé de Jeremias 31:33-34, o comentário explica que esta passagem “muitas vezes é mal interpretada como promessa de uma nova lei para tomar o lugar da antiga ou então como promessa de uma religião sem lei para todos, mas a nova coisa prometida no versículo 33 não é, de fato, uma nova lei, nem a liberação da lei, mas um desejo interior sincero e determinado por parte do povo de Deus para obedecer a lei antes dada a eles”.

As seguintes passagens do Novo Testamento confirmam, seja explicitamente ou pelos exemplos, que Jesus e os apóstolos tinham os Dez Mandamentos como necessários para a verdadeira vida cristã.

- ▶ **Primeiro Mandamento:** Mateus 4:10; 22:37-38.
- ▶ **Segundo Mandamento:** 1 João 5:21, 1 Coríntios 6:9; 10:7, 14; Efésios 5:5.
- ▶ **Terceiro Mandamento:** Mateus 5:33-34; 7:21-23; Lucas 11:2; 1 Timóteo 6:1.
- ▶ **Quarto Mandamento:** Lucas 4:16; Atos 13:14, 42, 44; 16:13; 17:2; 18:4; Hebreus 4:4, 9.
- ▶ **Quinto Mandamento:** Mateus 15:3-6; 19:17-19; Efésios 6:2-3.
- ▶ **Sexto Mandamento:** Mateus 5:21-22; 19:17-18; Romanos 13:9; Gálatas 5:19-21; Tiago 2:10-12.
- ▶ **Sétimo Mandamento:** Mateus 5:27-28; 19:17-18; Romanos 13:9; 1 Coríntios 6:9; 10:8; Efésios 5:5; Gálatas 5:19-21; Tiago 2:10-12.
- ▶ **Oitavo Mandamento:** Mateus 19:17-18; Romanos 13:9; Efésios 4:28.
- ▶ **Nono Mandamento:** Mateus 19:17-18; Romanos 13:9; Colossenses 3:9; Efésios 4:25.
- ▶ **Décimo Mandamento:** Lucas 12:15, Romanos 7:7; 13:9; Efésios 5:3, 5.

Desfazendo A Confusão Sobre o Legalismo

As autoridades religiosas, que acusaram Jesus Cristo de transgredir o Sábado, têm sido retratadas como legalistas.

Mas o que significa o termo legalismo?

Um dicionário define assim ‘legalismo’: “É uma conformidade estrita, literal ou excessiva à lei ou a um código religioso ou moral”.

Um significado popular atribuído à palavra hoje em dia é que qualquer tipo de observância da lei

bíblica é legalismo e, portanto, deve ser evitado. A palavra é usada pejorativamente, especialmente contra tais práticas, como a de guardar o Sábado ou concordar com outras leis dadas no Antigo Testamento.

No entanto, esse modo de usar a

palavra é incorreto. *Obedecer corretamente às leis de Deus não é ser legalista.* Ser legalista é fazer mau uso das leis de Deus de uma forma nunca pretendida.

As interpretações dos fariseus prejudicaram a lei de Deus

Os fariseus, um ramo excessivamente rigoroso do Judaísmo, cujas interpretações religiosas dominaram o pensamento popular na época de Cristo, foram exemplos disso. Eles acrescentaram muitas de suas próprias regras e normas humanas às leis de Deus, que tiveram o efeito de deturpar e aplicar erroneamente essas leis.

prática correta das leis de Deus, de acordo com sua intenção original e propósito, e também que Ele era o Messias prometido.

Paulo condenou a adulteração da lei

O apóstolo Paulo também escreveu muitíssimo contra aqueles que queriam corromper o uso adequado da lei de Deus. Isto é particularmente evidente no livro de Gálatas. O que Paulo abordou não se referia à observância correta da lei de Deus, a qual ele mesmo confirmou (Romanos 3:31; 7:12, 14, 22, 25), mas acerca da alegação de que a justificação (o perdão e restauração de

Se todo o enfoque de uma pessoa é na obediência à lei, além da motivação de agradar e amar a Deus e ao próximo, distorcendo assim o objetivo da lei (Mateus 22:36-40; Romanos 13:10), então isso é legalismo.

Suas interpretações adicionadas às leis de Deus distorciam tanto seu propósito original que as tornavam ineficazes (Mateus 15:6), anulando-as. Ao seguir as interpretações e os decretos dos fariseus as pessoas já não estavam mais seguindo a lei de Deus (João 7:19).

Essa visão equivocada da lei de Deus levou muitos a rejeitarem a Jesus Cristo como o Messias prometido, apesar de que muita profecia na lei era sobre Ele (João 5:39-40; Lucas 24:44).

Foi por isso que Cristo condenou tão veementemente a falta de compreensão e a hipocrisia dos líderes religiosos de Seu tempo. Ele ensinou um retorno ao ensino e a

um pecador a um estado de justiça) poderia ser alcançada através da circuncisão e da estrita observância da lei.

Alguns falsos mestres (Gálatas 2:4; 5:10, 12; 6:12-13) subverteram as igrejas da Galácia, insistindo erroneamente que a circuncisão e a observância da lei eram requisitos suficientes para a justificação e salvação, à parte da fé em Cristo e de Cristo.

Paulo condenou esta doutrina errada, observando que a obediência à lei nunca tornou possível alcançar a vida eterna (Gálatas 3:21). Ele deixou claro que a justificação —ser feito justo aos olhos de Deus e, assim, ter acesso à vida eterna—

só é possível através de Jesus Cristo (Gálatas 2:16; 3:1-3, 10-11, 22; 5:1-4).

Paulo também deixou claro que o perdão do pecado exige um sacrifício, e que nem mesmo a observância estrita da lei pode acabar com a necessidade desse sacrifício.

Portanto, a lei de Deus continua sendo o padrão de justiça pelo qual toda a humanidade será julgada (Tiago 2:8, 12). A lei não é anulada ou abolida pela fé em Cristo (Romanos 3:31), como muitos acreditam erroneamente. Em vez disso, Paulo disse que o uso adequado da lei é estabelecido pela fé.

Quando Salomão concluiu que o dever de todo homem é *"temer a Deus e guardar os Seus mandamentos"* (Eclesiastes 12:13), ele expressou a propósito perene de Deus para toda a humanidade. O apóstolo João concordou com sua conclusão de que se amamos a Deus guardaremos os Seus mandamentos (1 João 5:3).

Jesus disse à mulher apanhada em adultério para *"não pecar mais"* (João 8:11)—em outras palavras, guardar e viver pela lei de Deus! Jesus disse ao jovem rico, que veio a Ele perguntando o que poderia fazer para ter a vida eterna: *"Se queres, porém, entrar na vida, guarda os mandamentos"* (Mateus 19:17).

Exemplos bíblicos de legalismo

Então, o que a Bíblia nos diz sobre o legalismo?

Legalismo é substituir as leis de Deus por leis elaboradas por homens, como fizeram os fariseus.

Contar com a observância de qualquer lei para se fazer justo aos

olhos de Deus, em vez de contar com a fé em Cristo, é legalismo.

Se todo o enfoque de uma pessoa é na obediência à lei, além da motivação de agradar e amar a Deus e ao próximo, distorcendo assim o objetivo da lei (Mateus 22:36-40; Romanos 13:10), então isso é legalismo.

Se cremos que observando a lei de Deus podemos *ganhar* a nossa salvação *como recompensa*, então somos culpados de legalismo.

A obediência técnica ou estrita da exata letra da lei, enquanto se procurava contornar o propósito subjacente e a intenção da lei, é legalismo.

A obediência apropriada não é legalismo

Porém, os ensinamentos de Jesus Cristo e o restante da Bíblia deixam uma coisa muito clara: a obediência adequada à lei de Deus não é legalismo.

Após a conversão, o cristão recebe um entendimento muito mais amplo do propósito e da intenção da lei de Deus. Ele entende a importância de ter fé na pessoa e no sacrifício de Jesus Cristo. Ele recebe uma compreensão mais completa do motivo dessa obediência. Mas necessidade de obedecê-la continua a mesma. E isso não significa legalismo.

Obedecer aos mandamentos bíblicos de Deus com uma atitude adequada, como o Seu mandamento para lembrar-se e santificar o Sábado, não é legalismo. Não permita que ninguém o engane com uma ideia falsa, pois isso seria uma contradição do próprio mandamento de Jesus Cristo (Mateus 5:19).

Será que Deus Define Algumas Condições Para Se Receber Seu Dom da Vida Eterna?

*A vida eterna é o resultado da graça de Deus.
Ela é o Seu dom gratuito e imerecido para nós.*

Em Efésios 2:8-9, Paulo explica que “pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie”.

A vida eterna é o resultado da graça de Deus. Ela é o Seu dom gratuito e imerecido para nós. Ninguém nunca vai ser capaz de se vangloriar de que ganhou ou mereceu o dom da vida eterna.

Mas podemos fazer alguma coisa —ou *não* fazer coisa alguma—que irá nos desqualificar para receber esse dom maravilhoso?

Se há uma autoridade em receber a vida eterna, esta tem que ser Jesus Cristo. Afinal de contas, Ele é o único por quem a podemos receber.

Em Hebreus 5:8-9, Jesus é chamado o autor de nossa salvação: “Embora sendo Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfeiçoado, tornou-se o Autor da salvação eterna *para todos os que Lhe obedecem*” (ARA).

Já que a salvação é um dom de Deus, o que esta passagem quer dizer quando fala de “salvação eterna *para todos os que Lhe obedecem*”? Se tivermos que *fazer algo*

para receber o dom da salvação de Deus, como ela pode ser um dom?

Dons sob condições?

O fato é que a Bíblia mostra que Deus exige certas condições para se receber a salvação. Algumas condições *nos permite* receber esse dom e outras *nos desqualificam* para recebê-la.

Usando uma analogia, se alguém se oferecesse para enviar-lhe uma nota de cem reais [ou euros] se você pudesse lhe enviar um envelope endereçado e selado, essa pessoa estaria oferecendo-lhe um presente. Somente crer que ela pode lhe enviar o dinheiro realmente não faria você recebê-lo. E se você não enviar o envelope, também não iria recebê-lo. Você pode até reclamar, mesmo assim não receberia o presente, porque você não preencheu as condições. Por outro lado, se você enviou o envelope solicitado e recebeu a nota de cem reais [ou euros], você não *ganhou* o presente. Você simplesmente reuniu as condições necessárias para obtê-lo. O fato de existir condições atreladas não quer dizer que não seja um presente.

E como Jesus é o autor da nossa

salvação, vamos examinar algumas de Suas afirmações que nos dizem o que devemos fazer para receber esse presente ou dom.

O que devemos fazer?

Em Mateus 7:21, Jesus diz: “Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor! entrará no Reino dos céus, mas *aquele que faz a vontade de meu Pai, que está nos céus*”. Ele deixou claro que simplesmente reconhecer Jesus Cristo como Senhor e Mestre —dizendo: “Senhor, Senhor”—não é suficiente. Para herdar o Reino, temos que *fazer alguma coisa*. Nós *devemos fazer a vontade do Pai*, como Ele disse claramente.

Jesus quer que entendamos que existe algo mais para se receber a vida eterna do que apenas aceitá-Lo intelectualmente. Nossa convicção de que Ele é o nosso Salvador deve ser mais do que apenas um pensamento caloroso, reconfortante ou um conceito intelectual. Jesus adverte que simplesmente invocando Seu nome ou reconhecendo-O como “Senhor” não é o suficiente.

Em certa ocasião, um jovem rico perguntou a Jesus como poderia alcançar a vida eterna. “Bom Mestre, que bem farei, para conseguir a vida eterna?” perguntou o homem (Mateus 19:16). A resposta de Cristo, no versículo 17, pode chocar alguns que pensam ser desnecessária a obediência à lei de Deus. Jesus respondeu: “Se queres, porém, entrar na vida, *guarda os mandamentos*”.

Jesus não respondeu que é apenas necessário acreditar em Deus ou nEle. Ele disse ao jovem que ele

deve *obedecer aos mandamentos de Deus* para receber o dom da vida eterna.

Como o apóstolo Tiago assinala, a crença é inútil a menos que seja seguida da ação e da obediência: “Tu crês que há um só Deus? Fazes bem; também *os demônios o creem e estremeçam*” (Tiago 2:19).

Ele passa a explicar que a fé—crer e confiar em Deus—e obediência caminham lado a lado: “Mas, ó homem vão, queres tu saber que *a fé sem as obras é morta*? Porventura Abraão, o nosso pai, não foi justificado pelas obras, quando ofereceu sobre o altar o seu filho Isaque? Bem vês que a fé cooperou com as suas obras e que, pelas obras, a fé foi aperfeiçoada?” (versículos 20-22).

Assim Tiago explicou que as obras de obediência é o resultado de nossa fé, que mantém a nossa relação com Deus e que leva a termos *mais fé e obediência*, como Deus requer.

O batismo e a imposição de mãos

Jesus deu outra condição para se receber o presente divino da vida eterna em Marcos 16:16: “*Quem crer e for batizado será salvo*; mas quem não crer será condenado”. O batismo na água—por imersão total—é um ato simbólico que representa a morte do nosso velho eu e o início de uma nova vida de serviço a Deus e de esforço para se evitar o pecado (Romanos 6:1-23).

O batismo também é seguido pela imposição de mãos, o que nos permite receber o Espírito Santo de Deus e realmente passar a pertencê-Lo (Atos 8:17; Romanos 8:9).

A menos que entreguemos nossas vidas a Deus através do batismo e da imposição de mãos para receber o Seu Espírito, como instruídos, deixamos de atender—consciente ou inconscientemente—Seus pré-requisitos para receber o Seu dom da salvação. Para aqueles que deixam de lado essas e outras simples instruções bíblicas, Jesus responde: “E por que me chamais Senhor, Senhor, e *não* fazeis o que eu digo?” (Lucas 6:46).

Em Mateus 10:22 Jesus cita outra condição necessária para se receber o dom da salvação de Deus: “Aquele que perseverar até ao fim será salvo”. Nós podemos perder a salvação se não conseguirmos resistir até o fim. Uma vez que nos comprometemos a obedecer e nos entregar a Deus, temos de nos manter no rumo até o fim e não olhar para trás (Lucas 9:62; 1 Coríntios 9:27).

Gratuito, mas não barato

Você já deve ter ouvido a expressão: “A salvação é de graça, mas não é barata”. O presente de Deus da vida para nós custou à *própria* vida de Jesus Cristo. Ele, o Filho de Deus, voluntariamente entregou Sua vida para que possamos receber o maravilhoso dom divino da vida eterna.

Mas Ele espera que entregue-

mos as nossas vidas em troca. “Se alguém vem a mim e ama o seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, seus irmãos e irmãs, e até sua própria vida mais do que a mim, não pode ser meu discípulo. E aquele que não carrega sua cruz e não me segue não pode ser meu discípulo” (Lucas 14:26-27, NVI).

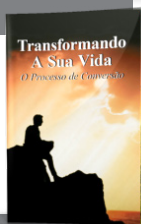
Nosso amor e compromisso com Jesus Cristo e com Deus Pai deve ser mais importante para nós do que qualquer outro relacionamento. Cada um de nós deve estar disposto a suportar sua própria “cruz”, para seguir fielmente a Jesus, mesmo tendo que enfrentar os desafios mais difíceis da vida.

Os versículos 28-33 transmitem esse pensamento, alertando-nos a considerar cuidadosamente que aceitar o dom da vida eterna vem com um custo maior que imaginamos. “Da mesma forma, qualquer de vocês que não *renunciar a tudo o que possui* não pode ser meu discípulo” (versículo 33, NVI).

Assim como Jesus deu a Sua vida por nós, devemos estar dispostos a dar nossa vida para segui-Lo. Para entender melhor este compromisso e as recompensas maravilhosas advindas por isso, solicite ou baixe o nosso livro gratuito “*Transformando A Sua Vida: O Processo de Conversão*”.

Assim como Jesus deu a Sua vida por nós, devemos estar dispostos a dar nossa vida para segui-Lo. Para entender melhor este compromisso e as recompensas maravilhosas advindas por isso, solicite ou baixe o nosso livro gratuito “***Transformando A Sua Vida: O Processo de Conversão***”.

<http://portugues.ucg.org/estudos>



O Mundo Todo Sob a Nova Aliança

Quando Deus confirmou a Aliança do Sinai com a antiga Israel, Ele resumiu como queria que as pessoas reagissem.

“Todas as nações que tu formaste virão e te adorarão, Senhor, e glorificarão o teu nome” (Salmo 86:9, NVI).

Quando Deus confirmou a Aliança do Sinai com a antiga Israel, Ele resumiu como queria que as pessoas reagissem: “Agora, pois, ó Israel, que é o que o SENHOR, teu Deus, pede de ti, senão que temas o SENHOR, teu Deus, e que andes em todos os seus caminhos, e o ames, e sirvas ao SENHOR, teu Deus, com todo o teu coração e com toda a tua alma, para guardares os mandamentos do SENHOR e os seus estatutos, que hoje te ordeno, para o teu bem?” (Deuteronômio 10:12-13).

Esta prioridade vital nunca mudou. Quanto à Nova Aliança, mediada por Jesus Cristo, Deus prometeu: “Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: *Porei no seu coração as minhas leis e sobre a sua mente as inscreverei*” (Hebreus 10:16, ARA; citando Jeremias 31:33). A intenção final do plano mestre de Deus é *mudar os corações de todas as pessoas* para que Ele possa dar-lhes o Seu dom da vida eterna.

As promessas da Nova Aliança já estão disponíveis para as pessoas de todas as nações por meio de Jesus Cristo. Mas só um “pequeno rebanho” (Lucas 12:32) está respondendo através do verdadeiro arrependimento na época atual (para uma explicação de como esse “pequeno rebanho” conseguiu sobreviver até hoje, não deixe de solicitar ou baixar nosso guia de estudo bíblico gratuito “*A Igreja que Jesus Edificou*”).

No retorno de Cristo, quando Ele assumir o posto de Rei dos Reis, um dos aspectos essenciais de Sua missão será o de guiar todos os povos da Terra ao arrependimento. Sua intervenção direta nos assuntos humanos começará no momento em que a humanidade estiver envolvida no pior conflito que o mundo já conheceu.

Jesus predisse pessoalmente este período de sofrimento humano sem precedentes: “Porque haverá então grande tribulação, como nunca houve desde o princípio do mundo até agora, nem jamais haverá. *Se aqueles dias não fossem abreviados, ninguém sobreviveria*; mas, por causa dos eleitos, aqueles dias serão abreviados” (Mateus 24:21-22, NVI).

Esse tempo angustiante será relativamente curto. Então, “logo depois da aflição daqueles dias . . . as potências dos céus serão abaladas. Então, aparecerá no céu o sinal do Filho do Homem; e todas as tribos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu,

com poder e grande glória” (Mateus 24:29-30).

Rei de toda a Terra

No Seu retorno, haverá “no céu grandes vozes, que diziam: *Os reinos do mundo vieram a ser de nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará para todo o sempre*” (Apocalipse 11:15). Ele vai começar a mudar o comportamento e as atitudes das pessoas em todas as nações.

Uma vez que se arrependam—reconhecendo suas transgressões da lei de Deus e voltando para buscá-Lo—eles receberão o Espírito de Deus, como prometido na Nova Aliança. Finalmente, isto lhes permitirá começar a obedecer a Deus do todo coração.

No entanto, trazer todas as nações ao arrependimento não vai acontecer da noite para o dia. Isso poderá levar vários anos.

Uma das primeiras tarefas de Jesus será a de reunir os atuais descendentes da antiga Israel para voltarem à Terra Santa. E lá, eles serão transformados em uma *nação modelo* para todas as outras nações imitarem. “Porque há de acontecer, naquele dia, que o Senhor tornará a estender a mão para adquirir outra vez os resíduos do seu povo que restarem . . . e ajuntará os desterrados de Israel, e os dispersos de Judá congregará desde os quatro confins da terra” (Isaías 11:11-12).

E, para essa Israel restaurada, Ele promete: “*E dar-lhes-ei coração para que me conheçam*, porque eu sou o SENHOR; e ser-me-ão por povo, e eu lhes serei por Deus, *porque se converterão a mim de todo o seu coração*” (Jeremias 24:7).

O fruto de pessoas pacíficas, que cumprem a lei

Este coração mudado dará resultados duradouros. “Construirão casas e nelas habitarão; plantarão vinhas e comerão do seu fruto. Já não construirão casas para outros ocuparem, nem plantarão para outros comerem. Pois o meu povo terá vida longa como as árvores; os meus escolhidos esbanjarão o fruto do seu trabalho”.

“Não labutarão inutilmente, nem gerarão filhos para a infelicidade; pois serão *um povo abençoado pelo Senhor*, eles e os seus descendentes” (Isaías 65:21-23, NVI).

Aos poucos, toda a humanidade vai começar a desfrutar os frutos da paz. Veja como as outras nações, vendo estes benefícios maravilhosos, começarão a reagir:

“Nos últimos dias acontecerá que . . . muitas nações virão, dizendo: ‘Venham, subamos ao monte do Senhor, ao templo do Deus de Jacó. Ele nos ensinará os seus caminhos, para que andemos nas suas veredas’. Pois a lei virá de Sião, a palavra do Senhor, de Jerusalém . . . e não aprenderão mais a guerra” (Miquéias 4:1-3, NVI).

Naquele tempo os frutos das leis de Deus, que estão sendo escritas nos corações e mentes de todos os povos, se tornarão evidentes. Ao demonstrar os benefícios de obedecer aos mandamentos de Deus, de todo cora-

ção—através do exemplo de toda uma nação—Jesus Cristo será capaz de espalhar a paz para toda a Terra.

“Assim diz o Senhor dos Exércitos: Povos e habitantes de muitas cidades ainda virão, e os habitantes de uma cidade irão a outra e dirão: ‘Vamos logo suplicar o favor do Senhor e buscar o Senhor dos Exércitos. Eu mesmo já estou indo’. E muitos povos e nações poderosas virão buscar o Senhor dos Exércitos em Jerusalém e suplicar o seu favor” (Zacarias 8:20-22, NVI).

Aquele mundo que será muito diferente do mundo de hoje, onde a lei de Deus é geralmente rejeitada. Todos estarão *unidos sob o governo de Jesus Cristo*, quem explicou o seguinte a um jovem que buscava a vida eterna: “Se você quer entrar na vida, *obedeça aos mandamentos*” (Mateus 19:17, NVI). Essa mensagem nunca mudou. É a mensagem da Nova Aliança. A lei de Deus será, então, escrita nos corações de todos aqueles que queiram e estejam dispostos a receber o dom da vida eterna de Deus.

Faça sua parte

Agora que você sabe o que Deus tem reservado para o futuro, por que não dar uma boa olhada em seu relacionamento com Ele e com Seu Filho Jesus Cristo? Você está disposto a deixar que Ele escreva a lei dEle em seu coração?

Quando Deus abre a mente para entender seus caminhos, Ele torna a pessoa responsável por aquilo que ela sabe e faz. “Aquele, pois, que sabe fazer o bem e o não faz comete pecado” (Tiago 4:17).

Uma vez que entendamos o que é o pecado, Deus espera que comecemos a mudar nossas vidas. Como disse o apóstolo Paulo: “No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam” (Atos 17:30, NVI).

Ao examinarmos a nós mesmos, é reconfortante lembrar estes versículos: “Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; porém um que, como nós, em tudo foi tentado, mas sem pecado. Cheguemos, pois, com confiança [orando de coração] ao trono da graça, para que possamos alcançar misericórdia e achar graça, a fim de sermos ajudados em tempo oportuno” (Hebreus 4:15-16).

Aqueles que buscam sinceramente a ajuda de Jesus Cristo têm a promessa de que “*a paz de Deus, que excede todo o entendimento*, guardará os vossos corações e os vossos sentimentos em Cristo Jesus” (Filipenses 4:7).

Com essa garantia você pode olhar adiante para receber outra promessa maravilhosa: “Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte, mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo e reinarão com ele mil anos” (Apocalipse 20:6).

Você pode ser um daqueles que está sendo chamado para ajudar a Jesus Cristo a escrever a lei de Deus nos corações de todos os seres humanos. Tudo isso é possível se você fizer parte daqueles que, como Tiago 1:22 diz, são “*cumpridores da palavra e não somente ouvintes*”.

Liberdade Através da Lei de Deus

Atualmente o sistema de governo das nações democráticas ocidentais se baseia na liberdade, que tanto é definida como garantida por lei. A liberdade bíblica e esta liberdade não são diferentes. Sem lei não pode haver liberdade efetiva e duradoura.

Uma sociedade sem lei, inevitavelmente, sucumbe à total anarquia ou a uma ditadura opressiva. A lei imaculada, obedecida voluntariamente, é o cimento que garante estabilidade e justiça para todos. A suprema liberdade somente é possível exclusivamente através de leis que sejam justas e cidadãos que se submetam voluntariamente e de coração a elas.

Aqueles que internalizam as Suas leis, permitindo que sejam “escritas” em seus corações e mentes, receberão a vida eterna.

Este é o objetivo que Deus se comprometeu a alcançar, mas com um sistema de leis muito melhores do que qualquer ser humano já concebeu. Ele já revelou à humanidade essas leis justas e igualitárias—leis que, se obedecidas por todos, trariam a libertação do sofrimento. Atualmente, Ele está no processo de escrever essas leis nos corações e mentes de alguns chamados e escolhidos.

No retorno de Jesus Cristo, Ele vai

aumentar esse esforço para incluir toda a humanidade. No julgamento final Ele irá separar aqueles que voluntariamente Lhe responderam daqueles que se recusaram a abandonar suas atitudes e comportamentos egoístas (Mateus 25:31-46).

Aqueles que internalizam as Suas leis, permitindo que sejam “escritas” em seus corações e mentes, receberão a vida eterna. Aqueles que rejeitarem totalmente a direção da lei divina serão destruídos para sempre, finalmente, no lago de fogo (Hebreus 10:26-31; Apocalipse 20:15).

O resultado final será uma família imortal que leva o nome de Deus (Efésios 3:14-15). Seus filhos e filhas (2 Coríntios 6:18), que se amam de coração, de fato, serão “libertados da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Romanos 8:21).

Estas pessoas não estarão mais presas por limitações físicas, elas estarão livres do sofrimento físico e até mesmo da morte. E viverão para sempre pela lei do amor de Deus e vão experimentar a verdadeira alegria e felicidade por toda a eternidade.

A Aliança do Casamento

Poucas pessoas entendem que a Antiga Aliança era essencialmente uma aliança de casamento...

Poucas pessoas compreendem que a Antiga Aliança era basicamente uma aliança de casamento —pela qual Deus “era um marido” para Israel (Jeremias 31:32). Nessa aliança, Israel, a esposa, tinha concordado em submeter-se a Deus e a obedecer à Suas leis. Mas ela não cumpriu o acordo. O adultério de Israel com os deuses estrangeiros foi tão hediondo que Deus se divorciou de Seu povo, à exceção de alguns poucos que ainda continuaram tentando servi-Lo (Jeremias 3:8, 14; Isaías 50:1).

As pessoas nunca tiveram a mente e o coração correto para obedecer (Deuteronômio 5:29; Romanos 8:7). Esta falha das pessoas, explica o livro de Hebreus, era o problema com a Antiga Aliança —e o motivo de ser necessária uma Nova Aliança (Hebreus 8:7-8). O livro de Hebreus, na verdade, cita duas vezes esta importante passagem de Jeremias (versículos 8-13; 10:16-17).

Então, o que é a Nova Aliança? É, basicamente, *um novo contrato de casamento* que Deus estabelece com Israel e Judá.

Uma proposta de casamento de Jesus Cristo

Vemos isso refletido nas palavras e nas ações de Cristo na noite antes de Sua morte. Durante a refeição

da última Páscoa, que Ele comparou com Seus discípulos, Jesus introduziu os símbolos do pão partido para representar o sacrifício de Seu corpo e o vinho para simbolizar Seu sangue derramado —Sua morte. “A seguir, tomou um cálice e, tendo dado graças, o deu aos discípulos, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue da *nova aliança*, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados” (Mateus 26:27-28).

Jesus estava explicando que era necessário o derramamento do Seu sangue, como sacrifício pelo pecado, para tornar possível a Nova Aliança. Sem isso, não haveria nenhuma maneira de expiar os pecados de todos os que participam da aliança.

Observe, ainda, que aqui Jesus estava *começando* uma Nova Aliança com Seus discípulos. Isto pode parecer confuso, já que a definição da Nova Aliança na profecia de Jeremias diz respeito a Israel e Judá após o retorno de Cristo à Terra (Jeremias 31:31-34). Além disso, as “bodas do Cordeiro” também não ocorrem até o Seu retorno (Apocalipse 19:6-9)—e isto está se referindo claramente ao casamento de Cristo com a Igreja.

É proveitoso quando entendemos que a Igreja de Deus é a Israel *espi-*

ritual (Romanos 2:28-29)—a pioneira no relacionamento que Deus anunciou através de Jeremias. No entanto, isso não explica por que a Igreja está sob os termos do casamento da Nova Aliança hoje em dia, apesar deste casamento não acontecer até Cristo voltar.

Os costumes bíblicos sobre o casamento

Para entender, é preciso saber algo sobre os costumes do casamento nos tempos bíblicos. Inicialmente, os casais se comprometiam—noivavam—habitualmente compartilhando um copo de vinho. Esse noivado não era como na atualidade, que podem ser facilmente desfeitos. Um noivado judaico era um *contrato de fidelização* com obrigações para ambas as partes. Por conta disso, era preciso um divórcio para desfazê-lo.

Durante este período de noivado, o casal já era considerado casado e visto como marido e mulher. E isso podemos ver refletido em Mateus 1:18-20, onde José e Maria eram apenas “noivos”, mas já eram referidos como marido e mulher. Para romper esse contrato de noivado seria necessário um divórcio (versículo 19, NVI).

Apesar de ser considerado marido e mulher, o casal somente não iria viver junto, como marido e mulher, depois de uma festa de casamento pública, normalmente alguns meses após o compromisso de noivado. Como acontece hoje, o casal usaria este período de noivado para se preparar para seu casamento real e sua subsequente

vida a dois.

Com este cenário, podemos entender melhor a relação da Nova Aliança. Jesus começou a Nova Aliança—ou seja, Ele propôs um casamento—com Seus verdadeiros seguidores. Como temos visto, o compromisso da Antiga Aliança não foi bom o suficiente. Até mesmo discípulos de Cristo, as pessoas mais fiéis de Sua época, ainda eram carnavais e condenados por causa de seus pecados. Eles precisavam ser transformados em pessoas novas e serem espiritualmente convertidos para entrarem neste novo relacionamento com Jesus Cristo.

Isto foi alcançado através da morte e ressurreição de Cristo e ao receberem o Espírito Santo de Deus, que permitiu que se iniciasse essa transformação espiritual (Romanos 7:1-4; 1 Coríntios 7:39; Gálatas 2:20; 2 Coríntios 5:16-17; Romanos 8:5-10). Isto também fez deles a Igreja de Deus, a verdadeira “Israel de Deus” (Gálatas 6:16)—isto é, o remanescente fiel de Israel de acordo com a graça de Deus (comparar Romanos 11:1-5).

Por ter concordado com a Nova Aliança, agora a Igreja é a noiva de Cristo (2 Coríntios 11:2). E está sob os termos da Nova Aliança, mas ainda aguarda a vindoura *consumação* do casamento da Nova Aliança para começar o “casamento do Cordeiro” (Apocalipse 19:6-9). E por ser comprometidos com Ele, os membros de Sua Igreja se submetem à Sua liderança e guia amorosa, como o Cabeça da Igreja (Efésios 5:22-32), preparando-se para passar

a eternidade com Ele.

A Igreja tem crescido, pois mais pessoas têm sido incluídas desde que o acordo original com os discípulos de Cristo. Para fazer parte da Igreja e dessa aliança se requer participação nos símbolos da Nova Aliança a cada ano, reafirmando os termos desse contrato de casamento—o compromisso de obedecer a Deus e de aceitar o sangue derramado de Cristo para expiar qualquer *falha* na obediência.

Toda a humanidade trazida a esse relacionamento

No retorno de Cristo, aqueles que estão desposados com Ele farão parte de uma celebração e cerimônia de casamento real, como mencionado em Apocalipse 19. Glorificados com corpos espirituais, eles vão ser perfeitos e nunca mais vão pecar de novo, tendo as leis de Deus perfeitamente arraigadas em seu caráter—doravante continuando em unidade ininterrupta com Jesus Cristo.

Este é o ponto culminante e a consumação do casamento da Nova Aliança—Ainda assim, Deus pretende oferecer esse relacionamento matrimonial a todos os seres humanos. Todos aqueles que concordarem em se entregar para serem espiritualmente transformados também poderão fazer parte desse relacionamento.

Quando Jesus retornar e consumir esse casamento com a Sua Igreja, então, Ele também estenderá Sua proposta de noivado para toda a humanidade. No entanto, a aliança ainda está com Israel (Jere-

mias 31:31), pois, para participar todos devem se tornar israelitas espirituais. Eventualmente, todos aqueles que, finalmente, escolham servir a Deus e continuar em Sua aliança vão ser transformados em espírito para entrarem plenamente nessa Nova Aliança.

E quando toda a humanidade for trazida para esse relacionamento, a paz vai estender por toda a Terra —e tudo ficará sob o domínio de Cristo e de Seus santos aperfeiçoados, a Israel espiritual glorificada.

Evidentemente, as pessoas não vão se tornar perfeitas da noite para o dia. Com a ajuda de Deus, por meio do Espírito Santo habitando em cada um, que Deus dará a todos, eles *crescerão* em obediência. As leis de Deus serão gradualmente escritas em seu caráter. E, finalmente, como mostra a Escritura, essas pessoas vão ser transformadas em seres espirituais perfeitos e nunca mais vão pecar novamente.

E é assim que o pecado—e o sofrimento e a morte, que resulta do pecado—acabará um dia e nunca mais será lembrado (versículo 34). Simplesmente, isso deixará de existir.

Para saber mais sobre este processo de transformação espiritual e como você pode entrar nesse relacionamento com Jesus Cristo, só é preciso baixar ou pedir o nosso guia de estudo bíblico gratuito "*Transformando A Sua Vida: O Processo de Conversão*".



ENDEREÇOS POSTAIS

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:

(Pode pedir em Português, Espanhol ou Inglês)

Igreja de Deus Unida

P O Box 541027, Cincinnati, OH, 45254-1027

Telefone: +1 (513) 576 9796

BRASIL:

Igreja de Deus Unida

Caixa Postal 1027, Patos de Minas – MG, CEP 38700-972

Telefone: +1 (513) 576 9796

ANGOLA:

Igreja União Internacional de Deus de Angola

Em parceria com a Igreja de Deus Unida, *uma Associação Internacional*

Caixa Postal nº12, Cacuaco-Luanda, Angola

Telefones: +244 923 429 320 / +244 923 719 704

E-mail: igrejauiinternacionaldeusangola@gmail.com

INTERNET:

<http://portugues.ucg.org> | www.revistaboanova.org

www.ucg.org

e-mail: info@ucg.org

Autor: Roger Foster

Escritores contribuintes: Scott Ashley, Bill Bradford, Tom Robinson

Revisores editoriais: John Bald, Robert Dick, Bruce Gore,
Paul Kieffer, John Ross Schroeder, Mario Sieglie

Artista de layout em Português: Michelle Vautour

Tradutores: Giovane Macedo, José dos Santos Martins,
Luis de Andrade

Revisor da tradução: Jorge Manuel de Campos

Para Saber Mais . . .

Quem somos: Esta literatura é distribuída gratuitamente pela Igreja de Deus Unida, uma Associação Internacional, que tem ministros e congregações em várias partes do mundo.

Nossas raízes se remontam à Igreja fundada por Jesus no início do primeiro século. Seguimos os mesmos ensinamentos, doutrinas e práticas que foram estabelecidas naquela época. A nossa missão é proclamar o evangelho do futuro Reino de Deus em todo o mundo, como um testemunho, e ensinar a todas as nações a observar o que Cristo ordenou (Mateus 24:14; 28:19-20).

Gratuito: Jesus Cristo disse: “de graça recebestes, de graça dai” (Mateus 10:8). A Igreja de Deus Unida oferece esta e outras publicações gratuitamente como um serviço educacional de interesse público. Nós o convidamos a solicitar sua assinatura gratuita da revista A Boa Nova e a inscrever-se em nosso Curso Bíblico, que contém doze lições, o qual também custos é gratuito.

Estamos agradecidos pelos generosos dízimos e ofertas dos membros da Igreja, e outros colaboradores, que, voluntariamente, contribuem para apoiar esta obra. Não solicitamos doações ao público em geral. No entanto, aceitamos, de bom grado, contribuições para nos ajudar a compartilhar esta mensagem de esperança a outros. Toda nossa contabilidade é auditada por auditores independentes.

Aconselhamento pessoal: Jesus ordenou aos Seus seguidores a apascentar as Suas ovelhas (João 21:15-17). Para ajudar a cumprir esta instrução, a Igreja de Deus Unida tem congregações ao redor do mundo. Nelas os crentes reúnem-se para receberem o verdadeiro ensinamento das Escrituras e para terem uma convivência cristã.

A Igreja de Deus Unida empenha-se em entender e praticar o cristianismo do Novo Testamento. Desejamos compartilhar o caminho de vida de Deus com aqueles que buscam, sinceramente, adorar e seguir o nosso Salvador, Jesus Cristo.

Os nossos ministros estão disponíveis para aconselhar, responder e explicar qualquer questão sobre a Bíblia. Se desejar contactar um de nossos ministros, ou visitar uma de nossas congregações, sinta-se à vontade para entrar em contato com nosso escritório mais próximo de sua residência.

Informação adicional: Visite o nosso site revistaboanova.org para solicitar ou baixar os nossos guias de estudo Bíblicos ou a revista A Boa Nova. Se desejar corresponder-se conosco em português, por favor envie um e-mail para info@ucg.org ou escreva a um dos endereços listados neste guia de estudo Bíblico.

